



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MESTRADO PROFISSIONAL
MESTRADO EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS

LILIAN SOARES DA SILVA

QUEM DISSE QUE UM QUILOMBO É SÓ DE NEGROS?
CORDOARIA UM TERRITÓRIO INDÍGENA, NEGRO E QUILOMBOLA
(1919 – 2019): SUBSÍDIOS TÉCNICOS PARA A ELABORAÇÃO DO LAUDO
ANTROPOLÓGICO DA COMUNIDADE

CACHOEIRA – BA
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MESTRADO PROFISSIONAL
MESTRADO EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS

LILIAN SOARES DA SILVA

QUEM DISSE QUE UM QUILOMBO É SÓ DE NEGROS?
CORDOARIA UM TERRITÓRIO INDÍGENA, NEGRO E QUILOMBOLA
(1919 – 2019): SUBSÍDIOS TÉCNICOS PARA A ELABORAÇÃO DO LAUDO
ANTROPOLÓGICO DA COMUNIDADE

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós Graduação – Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas – História.

Orientadora: Profa Dra. Rosy de Oliveira

CACHOEIRA – BA
2019

S586q

Silva, Lilian Soares da

Quem Disse que um Quilombo é Só de Negros? Cordoaria um território indígena, negro e quilombola (1919 – 2019): subsídios técnicos para a elaboração do laudo antropológico da comunidade/ Lilian Soares da Silva. Cachoeira, BA, 2019.
276f.; il., +CD

Orientadora: Profa. Dra. Rosy de Oliveira
Acompanha CD Subsídios técnicos para elaboração do laudo antropológico da comunidade

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro Artes, Humanidades e Letras, Mestrado em História da África.

1. Quilombos - Brasil – Cordoaria (Salvador, BA). 2. Negros 3. Território. 4. Cartografia I. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro Artes, Humanidades e Letras. II.Título.

CDD: 305.896081

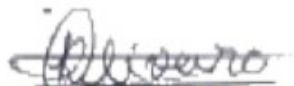
LILIAN SOARES DA SILVA

**QUEM DISSE QUE UM QUILOMBO É SÓ DE NEGROS?
CORDOARIA UM TERRITÓRIO INDÍGENA, NEGRO E QUILOMBOLA
(1919-2019): SUBSÍDIOS TÉCNICOS PARA A ELABORAÇÃO DO LAUDO
ANTROPOLÓGICO DA COMUNIDADE**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em
História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da UFRB, sob
orientação da Profa. Dra. Rosy de Oliveira.

Aprovada, 23 de Setembro de 2019.

Comissão Examinadora:



Profa. Dra. Rosy de Oliveira (UFRB – Orientadora)



Prof. Dr. Reinaldo José de Oliveira (UFRB – Examinador)



Profa. Dra. Jurema Machado de Andrade Souza (UFRB – Examinadora)

Cachoeira - BA
2019

LILIAN SOARES DA SILVA

**QUEM DISSE QUE UM QUILOMBO É SÓ DE NEGROS?
CORDOARIA UM TERRITÓRIO INDÍGENA, NEGRO E QUILOMBOLA
(1919–2019): SUBSÍDIOS TÉCNICOS PARA A ELABORAÇÃO DO LAUDO
ANTROPOLÓGICO DA COMUNIDADE**

Dissertação apresentada ao programa de Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da UFRB, sob orientação da Profa. Dra. Rosy de Oliveira.

Aprovada, 23 de Setembro de 2019.

Comissão Examinadora:

Profa. Dra. Rosy de Oliveira (UFRB – Orientadora)

Prof. Dr. Reinaldo José de Oliveira (UFRB – Examinador)

Profa. Dra. Jurema Machado de Andrade Souza (UFRB – Examinadora)

Cachoeira - BA
2019

Dedicatória, algo tão singelo e profundo, incapaz de demonstrar ou expressar todos e todas que participaram e contribuíram - direta ou indiretamente - para a conclusão deste trabalho acadêmico no Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas. Assim sendo, dedico este trabalho a todas as pessoas que me auxiliaram – positivamente ou negativamente -, sejam com referências, palavras, motivação ou reprovação. Cada uma delas foi e será importante para mostrar-me a capacidade de realização de mais uma etapa acadêmica, que não foi fácil, mas que enfim concluída, com vários aprendizados, conhecimentos e experiências de vida.

AGRADECIMENTOS

Eu agradeço primeiramente a DEUS, parece ser algo tão simples ou repetitivo na sociedade atual, mas por isso mesmo, ELE é a “pessoa”, Espírito ou Ser mais importante em todos os momentos de minha vida e, desta trajetória que concluir-se-á por sua Graça e Louvor. Graça, porque nas horas mais difíceis ELE amparou-me e, deu-me forças para continuar. Louvor, porque todas as bênçãos, glórias e vitórias devo a ELE, que realizou todas elas. Claro, não posso deixar de destacar a minha parcela do livre arbítrio, do empenho, da perseverança, – que foi muitaaaaa – da iniciativa, da compreensão, do compromisso assumido comigo e com quem confiou em mim – minha mãe, que apoiava, mas também desejava o meu retorno o mais breve para casa – e, todos e todas que fui conhecendo ao longo do caminho, através de seminários, eventos, palestras, trabalho de campo e conversas informais, todos sem distinção tornaram-se relevantes para conceder um encaminhamento ainda não pensado e estruturado. Também, agradeço aos mentores espirituais, que em várias ocasiões me orientavam ou manifestavam o surgimento de ideias e, que eram anotadas para posterior análise e execução.

Retribuo imensamente com gratidão a acolhida da Família Matos Ferreira, que sem ela o trabalho de campo não teria sido realizado e a Dissertação não seria colocada em prática. Eles não me conheciam e, me receberam em sua casa, em sua vida e em seu cotidiano, uma atividade acadêmica que seriam de 8 (oito) dias – período estimado por Florisvaldo Ferreira Gomes (Sr. Dadu) para a conclusão das entrevistas – tornaram-se 2 (dois) meses de estadia. Estadia essa que, agradeço a Luciene Matos Ferreira, a Danielly Matos da Cruz e a Maria Clara Matos da Cruz, que mudaram a sua rotina para me receber. Não menos importantes, seguem os outros familiares que me acolheram como da família, incluindo-me nas ações comunitárias, nos afazeres da casa, nos trabalhos da roça, na comercialização da Feira, nos almoços familiares de domingo, nas missas da Igreja Católica e das Testemunhas de Jeová e, nos momentos que a família reunia-se – não me sentia mais uma, mas integrante deste contexto, por isso agradeço ao Sr. Florisvaldo (Dadu) e Sra. Maria do Carmo (Carminha); Luciene (Paty), Danielly e Maria Clara; Esivaldo (Sivaldo), Jociene (Joci) e Lucas; Maria Antônia (Cora) e Jorge (Mestre Pica Pau); Lígia (Meire), Rogério, Emanuel e Joaquim; Antônio (Taia) e Iasmim; Flávio (Ezequiel), Edivalda (Valda) e Ana Flávia; Alberto (Beto) e Sheila; Edelvan (Buzinga). A toda família dedico a dissertação e trabalho acadêmico, muito obrigada, vocês foram essenciais para esta realização.

Em segundo lugar, os agradecimentos são para minha mãe, que em muitos momentos não “sabia da missa a metade”, porque desejava preservá-la de preocupações ou problemas – dos quais não poderia resolver e/ou solucionar a distância, então aguentava e segurava a barra sozinha com a ajuda de Deus.

Aos interlocutores do Quilombo, que participaram da pesquisa e do trabalho de campo contribuindo para a realização das entrevistas na Comunidade Remanescente de Quilombo da Sucupira e de Cordoaria, são eles: Florisvaldo, Maria do Carmo, Luciene, Maria Clara, Danielly, Edelvan, Jociene, Sivaldo, Lucas, Maria Antônia, Jorge, Ligia, Rogério, Emanuel, Joaquim, Alberto, Sheila, Antônio, Iasmin, Flávio, Edvalda, Ana Flávia; Rose Braga (Grupo de Ação e Assistência ao Quilombo de Cordoaria – GAAQC); Associação de Moradores de Cordoaria (Presidente Nelson e seus membros da diretoria como Benevaldo – Bené –, Eduardo e Bispo); Escola Municipal Nossa Senhora Santana; Escola Municipal de Educação Infantil da Sucupira e a todas as pessoas que dedicaram um tempo para participar do trabalho, que serão identificadas com nome de batismo e pelo apelido – nome este mais conhecido e reverenciado na Comunidade de Cordoaria: Antônio e Estevan; Rogério; Nelson; Eduardo (Pastor Eduardo); Benevaldo (Bené); Adenilton; Lígia; Alberto; Jorge (Mestre Pica Pau); Maria do Carmo (Martina); Vicente; Bernadete (Dete); Veneraldo (Vavá); Jussara (Ju); Thaize; Vanderlito; Marta; Dédimar (Didimán); Maria de Lurdes (Lurdes); Ronaldo/Roaldo; Rosário; Edileuza; Rosimeire; Sandra; Cristine; Elinalva (Nalva); Ana Célia; Jailza; Queilane; Jucimara; Gabrielle; Gomes; Joana; Luzinete; Matilde; Marília; Jesus Santos; Daiane; Jonatas; Raimundo; Geovane; Uilson; Edson; Daniela; Maria Cristina; Angelino; Sthepanie; Henrique; Raylan; Cristina; Adriano; Mathias e demais entrevistados a relatar.

Por conseguinte, agradeço a minha orientadora Profa. Dra. Rosy de Oliveira, que auxiliou-me na construção desta Dissertação de Mestrado pela via Antropológica, Etnográfica e na análise dos indivíduos e das suas realidades, não históricas ou pautadas em documentos e escritos, mas na oralidade, nas conversas, nas trocas do cotidiano, nas vivências e nas experiências do trabalho de campo e, nos registros diários de cada atividade na Comunidade. Experiências e vivências que não ocorreram, sem a mudança de expectativas, do desprendimento e da entrega total ao meu propósito de vivenciar como era a vida em Comunidade, a realidade das pessoas, o trabalho familiar e o individual, a Feira, a Roça, a Escola, as atividades de lazer ou recreativas, a Missa Católica, o Culto na Igreja Batista e na

Assembleia de Deus, a Reunião no Salão do Reino das Testemunhas de Jeová e todos os acontecimentos que eram importantes para a contextualização da Comunidade.

As colegas do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas venho destacar a Viviane Carla Bandeira Santos e Tamires Santos Teles. Viviane era meu porto seguro em Salvador e Tamires o meu porto seguro em Cruz das Almas, portanto nos momentos de eventos acadêmicos e no estágio obrigatório de Tirocínio eram estas casas que abrigavam-me, acolhiam-me e inseriam-me na família por um período. Período esse, que durante o estágio era apenas uma noite por semana e, que na reta final tornaram-se 2 (duas) noites e 3 (três) dias. Já em Salvador – capital da Bahia – era necessariamente o local onde aconteciam mais eventos, cursos ou espaços de trocas e vivências acadêmicas, por isso, fazia-se imprescindível o meu deslocamento de Cachoeira com um trajeto de 02 horas e 30 minutos de transporte rodoviário.

Os demais agradecimentos são administrativos e operacionais, começando pela Secretaria Municipal de Educação e a Diretoria Regional do Ipiranga em São Paulo, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (a Sra. Cláudia Dórea, ao Ex-Coordenador Cláudio Orlando Costa do Nascimento, a Ex-coordenadora Fabiana Comerlato e ao Coordenador atual Antônio Liberac Cardoso Simões Pires do Programa de Pós-Graduação do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas) – dedicação esta, com relação as várias declarações, documentos e mais documentos solicitados ao longo do Afastamento para estudos em eventos de certame científico e cultural.

Cultural define-se bem a palavra-chave desta vivência, uma nova cultura, uma nova realidade dentro do país, que não retrata-se numa experiência acadêmica, mas de vida, uma transformação em conceitos e preconceitos que trazia incutidos em minha formação que caíram por terra e, mostraram-me que o “ser básico e essencial” não corresponde a realidade para todos, como água, que ainda na comunidade sofre escassez e em alguns momentos é transportada por mulheres em baldes ou recipientes na cabeça até as suas residências. Situação essa, que remonta um passado ainda presente e, um presente resquício do passado.

Finalizando, também agradeço a Sra. Rairalda Mascarenhas Bouzas pelo empréstimo do notebook e a internet – essencial para a conclusão dos trabalhos do Mestrado, que anteriormente eram realizados pelo celular e Lan house –, em seguida a Sra. Raimunda Figueredo Mascarenhas pela locação da casa, ao Sr. Alberto Senra Bouzas (Lelinho) pela doação da minha mesa de plástico – que anteriormente era de papelão, uma obra e

criatividade de minha mãe para facilitar os meus estudos diários. A Sra. Caliandra Pereira de Santos Gonçalves, que ouvia várias vezes aos sábados, domingos e feriados as minhas agruras, inseguranças, medos e receios - o que proporcionava-me uma passagem do final de semana com outra pessoa, caso contrário era sozinha em casa e, por indicar o Sr. Carlos – o qual possibilitou a intermediação e a locação de minha residência em Cachoeira. A Família da Tamires Santos Teles – pela acolhida, recepção e abertura de sua casa para a realização do Tirocínio –, a Família da Viviane Carla Bandeira Santos – com a recepção nos momentos e estadias em Salvador. A Sra. Rose Braga pela apresentação e/ou conhecimento da Comunidade de Cordoaria – que iniciou-se em uma conversa no Bembé do Mercado na cidade de Santo Amaro da Purificação com o intuito de visita para realização de um projeto em turismo ecológico. A Comunidade de Cordoaria, com a Associação de Moradores por intermédio do Presidente Nelson Francisco Nunes da Conceição e os membros, Bené (Secretário), Adenílton, Eduardo e Bispo. A Escola Municipal de Ensino Fundamental I - Nossa Senhora Santana -, a Escola Municipal de Educação Infantil – Sucupira – e a todos os moradores que participaram da pesquisa e do trabalho de campo, compartilhando suas estórias, memórias e narrativas da comunidade. A cidade de Camaçari, com as Bibliotecárias da Cidade do Saber, a Arquivista do Arquivo Público Municipal – pela orientação e encaminhamento aos documentos históricos da cidade. A tantas outras pessoas que ajudaram-me com referências bibliográficas, indicação de textos e materiais para a composição desta Dissertação de Mestrado, como os docentes, Dinalva de Jesus Santana Mâcedo (UNEB), Ana Célia Dantas Tanure (UNEB), Jaime Guimarães Júnior (UFRPE) e, outras com dicas, informações e orientações em cursos, congressos, seminários, palestras e eventos acadêmicos realizados nos anos de 2017 a 2019. Bem como, a Silvia Toya Rojas, João Schiffer, Gisele Costa, Lidia Fernandes e Joyce Correia, pela tradução do resumo em inglês e espanhol possibilitando a finalização do trabalho de Dissertação na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Concluo, os agradecimentos especiais a todos e a todas que contribuíram diretamente com esse projeto de estudos, pesquisa acadêmica, histórica e geográfica, e principalmente aos outros que não contribuíram diretamente, mas com suas ações, palavras e atitudes me provaram que eu seria capaz e conquistaria o título de Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas.

Gratidão!

EPÍGRAFE

Se teu projeto é para um ano, plante grãos.
Se teu projeto é para dez anos, plante árvores.
Se teu projeto é para cem anos, instrua o povo.
Plantando grãos, em um ano colherá.
Plantando árvores, colherá em dez anos.
Instruindo o povo, colherá em cem anos.
Sr. DADU, 14/06/2018

QUEM DISSE QUE UM QUILOMBO É SÓ DE NEGROS? CORDOARIA UM TERRITÓRIO INDÍGENA, NEGRO E QUILOMBOLA (1919-2019): SUBSÍDIOS TÉCNICOS PARA A ELABORAÇÃO DO LAUDO ANTROPOLÓGICO PARA A COMUNIDADE

RESUMO: A Dissertação de Mestrado tem o propósito de apresentar a Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria com sua ancestralidade negra, quilombola e indígena, localizada na região metropolitana de Salvador/BA. Território este, configurando-se pela ambiguidade relacional da cultura rural e urbana, com uma densidade demográfica de 234 (duzentas e trinta e quatro) famílias, perfazendo 650 (seiscentos e cinquenta) indivíduos, somando-se todos os agrupamentos étnicos do território quilombola com características e peculiaridades próprias. Constituída com moradores de maioria negra, nascidos, criados e migrantes da Região Nordeste do Brasil – motivados e trazidos pelo trabalho com a Agricultura – ou indivíduos que casaram-se com os residentes. O processo metodológico pautou-se em pesquisa etnográfica e histórica, com o levantamento de fontes nas áreas de conhecimento em Antropologia e História, bem como, na investigação dos dados por intermédio da oralidade, entrevistas semiestruturadas, questionário de dados quantitativos (estatísticos e socioeconômicos) e qualitativos (pertencimento e racial), do trabalho de campo e vivências nas atividades cotidianas da comunidade, desde os afazeres domésticos, a colheita na Roça e a comercialização na Feira. Recorrendo ao compromisso político e científico engajado, os documentos, materiais e referências históricas da comunidade foram obtidos em distintos arquivos públicos, órgãos institucionais, bibliotecas universitárias e públicas no estado. Prova disso, têm-se o levantamento dos documentos: Registros de Propriedades de Terras (1919 – 1943), Doação das Terras aos Indígenas pelos Jesuítas com a denominação e expansão para Vila e entre outras fontes históricas e documentais do território ancestral indígena, negro e quilombola; Bibliotecas universitárias e públicas e, de registros ou mídias eletrônicas noticiando as ações, cotidiano e a Certificação de Comunidade Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares – FCP - (2005), Processo de Demarcação de Terras no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA – (2010). Por fim, os dados e as informações foram analisados e comparados com referências de fontes primárias, secundárias e orais, sendo que, a mais relevante advêm dos Patrimônios Vivos da Comunidade – entrevistas, narrativas em audiovisual, iconografias e a construção da árvore genealógica da família interlocutora, assim como a elaboração da Cartografia Social e Etnográfica dos grupos inseridos no território quilombola. Membros estes que, devem ser reverenciados, valorizados e utilizados para perpetuar esta história, o local, a técnica de agricultura orgânica e de subsistência, a cultura negra, ancestral quilombola e originária indígena, difundindo para as novas gerações a sua origem, a sua ascendência e sua história de vida e de comunidade negra. Diante do trabalho de campo e a residência temporária na comunidade constatou-se a relevância da oralidade e da perpetuação desse território ancestral, resultando em uma breve história dos povos originários da etnia Tupinambá, dos africanos, afrobrasileiros escravizados e seus descendentes.

PALAVRAS-CHAVE: Comunidade Remanescente de Quilombo. Terra. Território. Região Metropolitana de Salvador.

WHO SAID THAT A QUILOMBO IS ONLY FOR BLACKS? AN INDIGENOUS, BLACK AND QUILOMBOLA TERRITORY CORDOARIA (1919 – 2019): TECHNICAL SUBSIDIES FOR THE ELABORATION OF THE ANTHROPOLOGICAL REPORT FOR THE COMMUNITY.

ABSTRACT: The present dissertation has the purpose of presenting a Remnant Quilombo Community of Cordoaria with black, quilombola and indigenous ancestry, located in the metropolitan region of Salvador / BA. The residents are constituted for a majority of black people, who were born, grew up there and migrants from the Northeast of Brazil - motivated and brought by working in the Agriculture - or for individuals who married residents. This territory has a relational ambiguity of rural and urban culture, with a demographic density of 234 (two hundred and thirty-four) families, making up 650 (six hundred and fifty) individuals, summing up all the ethnic groups of the quilombola territory with own characteristics and peculiarities. The methodological process of research or investigation was based on Etnographic and Historical, supported on the survey of sources in the history and Anthropology knowledge areas, as well as, investigation of data through orality, semi-structured interviews, on the questionnaire of quantitative (statistical and socioeconomic) and qualitative (belonging and racial) data, field research and experiences in daily activities of the community, from household chores to the field harvesting and commercialization at the street market. Resorting scientific and political commitment, documents, materials and historical references of the community were gathered, various public archives institutional bodies, university and public libraries, within the state. As a proof, there are the survey of the historical documents: Land Property Records (1919 - 1943), Bahia Capitania's Mills License dated 1807–1872, Land Donation to Indigenous by the Jesuits caused by the denomination and expansion to Vila and among other historical and documentary sources about indigenous, black and quilombola ancestral territory; University and public libraries, electronic records and media reporting daily life, actions and Quilombo Remnant Community Certification by Palmares Cultural Foundation - FCP - (2005), Land Demarcation Process at the National Institute of Colonization and Agrarian Reform - INCRA - (2010). Finally, data and information were analyzed and compared with references from primary, secondary and oral sources, the most relevant coming from the Community Living Heritage - semi-structured interviews, audiovisual narratives, iconographies and the construction of the family tree of the interlocutor family, as well as the elaboration of the Social and Ethnographic Cartography of the groups inserted in the quilombola territory. These members should be revered, valued and used to perpetuate this history, the place, the technique of organic and subsistence agriculture, the black culture, quilombola ancestry and indigenous origin, spreading to new generations their origin, their ancestry and its life history as a black community. Given the field research and temporary residence in the community, it was evident the relevance of the orality and perpetuation of this ancestral territory, resulting in a brief history of the Tupinambá ethnic natives peoples and the enslaved Africans and Afro-Brazilians and their descendants.

KEYWORDS: Remnant Quilombo Community of Cordoaria. Land. Territory. Salvador Metropolitan Region.

¿QUIÉN DIJO QUE UN KILOMBO ES SOLO NEGRO? CORDOARIA: TERRITORIO INDÍGENA, NEGRO Y DE KILOMBOLA (1919-2019): SUBVENCIONES TÉCNICAS PARA LA PREPARACIÓN DEL INFORME ANTROPOLÓGICO PARA LA COMUNIDAD

RESUMEN: La Disertación de Maestría / Mercado tiene el propósito de presentar a la Comunidad Remanente de Kilombo de Cordoaria con ancestralidad negra, quilombola e indígena, ubicada en la región metropolitana de Salvador/BA. Constituida de residentes de mayoría negra, nacidos, criados e inmigrantes de la Región Noreste del Brasil – motivados y atraídos por el trabajo con la Agricultura – o individuos que se casaron con los residentes. Territorio este, que se configura por la ambigüedad relacional de la cultura rural y urbana, con una densidad demográfica de 234 (doscientas treinta y cuatro) familias y un total de 650 (seiscientos cincuenta) individuos, sumándose todos los agrupamientos étnicos del territorio quilombola con características y peculiaridades propias. El proceso metodológico se basó en la investigación etnográfica e histórica, con la encuesta de fuentes en áreas de conocimiento en Antropología e Historia, tal cual la investigación de datos a través de la oralidad, en entrevistas semiestructuradas, en cuestionario de datos cuantitativos (estadísticos y socio-económicos) y cualitativos (de pertenencia y racial), en el trabajo de campo y en la vivencia en las actividades cotidianas de la comunidad, desde las tareas domésticas a la cosecha en la plantación y la comercialización en la feria. Recurriendo el compromiso político y científico profundamente comprometido, los documentos, materiales y referencias históricas de la comunidad se obtuvieron de diferentes archivos públicos, organismos institucionales, universidades y bibliotecas públicas del departamento. Los documentos históricos lo comprueba en relación a los documentos, materiales y referencias históricas de la comunidad, fueron obtenidos: Registros de Propiedades de Tierras (1919 – 1943), Registro de los Ingenios de la Capitanía de Bahía, con fechas de 1807 a 1872, de la Donación de Tierras para los Indígenas por los Jesuitas con la denominación y expansión para Villa, entre otras fuentes históricas y documentales del territorio ancestral indígena, negro y quilombola; en Bibliotecas universitarias y públicas; en registros o medias electrónicas dando noticias de las acciones, cotidiano; la Certificación de Comunidad Remanente de Kilombo, por la Fundación Cultural Palmares – FCP – (2005); y el Proceso de Demarcación de Tierras en el Instituto Nacional de Colonización y Reforma Agraria – INCRA – (2010). Por fin, los datos y las informaciones fueron analizados y comparados con referencias de fuentes primarias, secundarias y orales, siendo que la más relevante proviene de los Patrimonios Vivos de la Comunidad – entrevistas semiestructuradas, narrativas en audiovisual, iconografías y la construcción del árbol genealógico de la familia interlocutora, así como la elaboración de la Cartografía Social y Etnográfica de los grupos inseridos en el territorio quilombola. Miembros estos, que deben ser reverenciados, valorizados y utilizados para perpetuar esta historia, el local, la técnica de agricultura orgánica y de subsistencia, la cultura negra, ancestral quilombola y originaria indígena, difundiendo para las nuevas generaciones su origen, su ascendencia y su historia de vida y de comunidad negra. Por medio del trabajo de campo y la residencia temporal en la comunidad, fue constatada la relevancia de la oralidad y de la perpetuación de ese territorio ancestral, teniendo como resultado una breve historia de los pueblos originarios de la etnia Tupinambá, de los africanos y afrobrasileños esclavizados y de sus descendientes.

PALABRAS-LLAVE: Comunidad Remanente de Kilombo de Cordoaria. Tierra. Territorio. Región Metropolitana de Salvador.

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Território da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria e seus agrupamentos étnicos.....	35
Mapa 2: Comarca da Bahia de Todos os Santos.....	79
Mapa 3: Origem sociodemográfica e socioespacial da comunidade.....	97
Mapa 4: Cartografia da comunidade e as vias de acesso da comunidade.....	119
Mapa 5: Agrupamento étnico da comunidade e a aproximação do empreendimento residencial.....	144
Mapa 6: Delimitação territorial da Área de Proteção Ambiental Joanes Ipitanga.....	145
Mapa 7: Ocupação do Parque Dunas de Abrantes (1984).....	147
Mapa 8: Ocupação do Parque Dunas de Abrantes (2016).....	147
Mapa 9: Delimitação do território da comunidade pelos interlocutores.....	149
Mapa 10: Delimitação do empreendimento residencial por imagem de satélite.....	154
Mapa 11: Região metropolitana de Salvador e seus aterros sanitários.....	161
Mapa 12: Continente africano e a diversidade de alimentos.....	184

LISTA DE DOCUMENTOS

Documento 1: Abertura do livro de Matrícula de Engenhos (1807).....	52
Documento 2: Memorial Descritivo do proprietário Paulino José de Mattos.....	64
Documento 3: Mapa das terras do proprietário Paulino José de Mattos.....	65
Documento 4: Condições orográficas e hidrográficas das terras do proprietário Paulino José de Mattos.....	66
Documento 5: Vias de comunicação e acesso as terras do proprietário Paulino José de Mattos.....	66
Documento 6: Jornal de divulgação sobre o reconhecimento da comunidade pela Fundação Cultural Palmares (24/12/2005).....	82
Documento 7: Certidão de autorreconhecimento da comunidade pelo Instituto Nacional de Reforma Agrária (07/11/2011).....	83
Documento 8: Ata de Assembleia Geral Extraordinária de aceitação da regularização fundiária das terras da Comunidade Quilombola de Cordoaria – p.1 (10/11/2010).....	84
Documento 9: Ata de Assembleia Geral Extraordinária de aceitação da regularização fundiária das terras da Comunidade Quilombola de Cordoaria – p. 2 (10/11/2010).....	84
Documento 10: Planta do limite do proprietário Sr. Eduardo de Tal e Sr. João Rufino da Purificação.....	88

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Árvore genealógica da Família Matos Ferreira.....	60
Ilustração 2: Árvore genealógica da Família Matos e Família Gomes Ferreira.....	62
Ilustração 3:Árvore genealógica da Família Santana dos Santos.....	63
Ilustração 4: Publicidade sobre a implementação da rede de abastecimento de água na Comunidade de Cordoaria.....	158
Ilustração 5: Laços familiares e casamento entre as famílias na comunidade.....	222

LISTA DE GRAVURAS

Gravura 1: A Villa de Abrantes colorida (1791).....	202
Gravura 2: A Villa de Abrantes em gravura preto e branco (1792).....	202

LISTA DE ICONOGRAFIAS

Fotografia 1: Casamento da Sra. Maria do Carmo de Matos e Sr. Florisvaldo Ferreira Gomes (Julho/1979).....	61
Fotografia 2: Produção do Beiju – Corte do Coco para a produção semanal pela Sra. Maria Antônia.....	71
Fotografia 3: Produção do Beiju – peneira e a goma de mandioca.....	71
Fotografia 4: Produção do Beiju – Ralador elétrico motorizado para aipim/mandioca.....	71
Fotografia 5: Produção do Beiju – Cocos para a produção semanal do Beiju	71
Fotografia 6: Produção do Bolinho de Carimã / Pé de Moleque na chapa.....	71
Fotografia 7: Produção do Bolinho de Carimã ou Pé de Moleque.....	71
Fotografia 8: Patrimônio Vivo da Comunidade – Sr. Francisco Firmino de Matos.....	76
Fotografia 9: Patrimônio Vivo da Comunidade - Sr. Antônio e Sra. Estevan.....	87
Fotografia 10: Churrasco as margens do Rio em tacho de cobre.....	115
Fotografia 11: Sr. Esivaldo ajustando a “cangalha” do Burro Policarpo.....	121
Fotografia 12: Burro Policarpo alimentando-se com a cangalha de madeira e espuma.....	121
Fotografia 13: Comemoração da 1ª Corrida e Caminhada com o Feijão na Associação de Moradores.....	123
Fotografia 14: Família Matos e suas medalhas da Corrida.....	123
Fotografia 15: Família Matos na corrida e caminhada.....	123
Fotografia 16: Aula de ginástica na Associação de Moradores	123
Fotografia 17: Celebração de Casamento pela Igreja Batista na Associação de Moradores	124
Fotografia 18: Baba do Vinho no campo de futebol da comunidade.....	124
Fotografia 19: Celebração de Casamento Católico da Sra. Luciana e Sr. Gilmar.....	124
Fotografia 20: Celebração de Casamento Civil Católico da Sra. Luciana e Sr. Gilmar.....	124
Fotografia 21:Comemoração do Dia das Crianças pelo GAAQC.....	125
Fotografia 22: Comemoração do Dia das crianças na Associação de Moradores.....	125
Fotografia 23: Quintal da Família Matos Ferreira.....	125
Fotografia 24: Festa de aniversário surpresa para o Sr. Dadu (62 anos).....	126
Fotografia 25: Festa de aniversário da Sra. Carminha (60 anos).....	126
Fotografia 26: Festa de aniversário da pesquisadora (34 anos).....	126
Fotografia 27: Festa de aniversário da Sra. Jociene.....	127
Fotografia 28: Festa de aniversário da Sra. Maria Antonia.....	127
Fotografia 29: Almoço de domingo com feijão a lenha.....	129
Fotografia 30: Alberto Matos Ferreira (Beto) pilando o Dendê para a produção do azeite.	137
Fotografia 31: Fonte de abastecimento de água em propriedade particular.....	156
Fotografia 32: Bomba de água em propriedade particular.....	156
Fotografia 33: Transporte público e as competidoras da 1º Corrida e Caminhada na comunidade.....	163
Fotografia 34: Transporte para o ponto inicial da 1ª. Corrida e Caminhada da Comunidade.	164
Fotografia 35: Trajeto do ponto de ônibus para a casa da Família Matos Ferreira.....	166
Fotografia 36: Sala de aula no Ensino Fundamental (1º ano) - Profa. Jussiera.....	167
Fotografia 37: Biblioteca da Escola Municipal de Ensino Fundamental I (1º ao 3º. Ano).....	167
Fotografia 38: Equipe escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental I.....	171
Fotografia 39: Placa comemorativa da inauguração e reforma da Escola Municipal de Ensino Fundamental I.....	172
Fotografia 40: Organização dos alunos para a entrada na sala de aula da Escola Municipal de Ensino Fundamental I.....	172

Fotografia 41: Intervalo dos alunos na Escola Municipal de Ensino Fundamental I.....	173
Fotografia 42: Crianças todas descalças brincando no intervalo da Escola Municipal de Ensino Fundamental I.....	173
Fotografia 43: Cantinho de leitura em sala de aula na Escola Municipal de Ensino Fundamental I (1º. Ano).....	174
Fotografia 44: Sala de aula da Escola Municipal de Ensino Fundamental I (3º ano).....	174
Fotografia 45: Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal de Ensino Fundamental I (período noturno).....	175
Fotografia 46: Sr. Angelino dos Santos (André) – in memoriam	176
Fotografia 47: Saída das alunas e dos alunos para o transporte escolar.....	178
Fotografia 48: Escola Municipal de Ensino Fundamental I (5º ano).....	178
Fotografia 49: Sr. Dadu apresentando o projeto Multicultivo Quilombolas de Cordoaria - Banco de Sementes.....	182
Fotografia 50: Sr. Dadu apresentando os vídeos sobre a produção orgânica em sua propriedade.....	183
Fotografia 51: Visita técnica ou aula de campo para técnicos e agentes agrícolas da Região Metropolitana de Salvador e Recôncavo da Bahia.....	183
Fotografia 52: Visita técnica ou aula de campo sobre produção e adubação orgânica na propriedade de Sr. Dadu.....	183
Fotografia 53: Família Reis - Sr. Vicente e sua filha Daiane.....	198
Fotografia 54: Igreja Católica de Nossa Senhora Santana na Comunidade de Cordoaria.....	200
Fotografia 55: Altar da Igreja Nossa Senhora Santana na Comunidade de Cordoaria do Distrito de Abrantes (Camaçari/BA).....	200
Fotografia 56: Missa na Igreja Nossa Senhora Santana	200
Fotografia 57: Praça da Matriz.....	203
Fotografia 58: Praça da Matriz (2017).....	203
Fotografia 59: Igreja Católica do Divino Espírito Santo- Altar Mor.....	204
Fotografia 60: Igreja do Divino Espírito Santo (2018).....	204
Fotografia 61: Sr. Dadu com a camiseta da Reza do Santo Antônio (2018).....	205
Fotografia 62: Imagem centenária do Santo Antônio.....	206
Fotografia 63: Altar do Santo Antônio na casa da Família Matos Ferreira.....	207
Fotografia 64: Responsável pela Reza de Santo Antônio – Sra. Iara Rodrigues.....	207
Fotografia 65: Primeiro dia do Tríduo de Santo Antônio na casa da Família Matos Ferreira.....	208
Fotografia 66: Segundo dia do Tríduo e/ou da Reza de Santo Antônio na casa da Sra. Iara Rodrigues.....	208
Fotografia 67: Sr. Dadu mostrando as bananas da terra colhidas de sua produção orgânica.....	215
Fotografia 68: Trabalho em dupla para descascar o coco para a produção do Beiju.....	215
Fotografia 69: Quintal da casa da Família Matos Ferreira.....	223

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Engenhos na região de Abrantes (1818 a 1859).....	53
Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na Região Metropolitana de Salvador.....	74
Tabela 3: Dados estatísticos populacionais do município de Camaçari/BA (Censo 2010).....	75
Tabela 4: Resumo do Quadro da política de regularização de territórios quilombolas no INCRA.....	86
Tabela 5: Autodeclaração por identidade étnico-racial dos interlocutores na comunidade.....	90
Tabela 6: Faixa etária dos interlocutores na comunidade.....	90
Tabela 7: Gênero dos interlocutores na comunidade.....	90
Tabela 8: Descendência dos interlocutores na comunidade.....	92
Tabela 9: Origem dos moradores da comunidade: Territórios de identidade na Bahia e outros estados brasileiros.....	92
Tabela 10: Descendência dos interlocutores na Comunidade: Agrupamentos étnicos.....	92
Tabela 11: Local de nascimento dos interlocutores: Territórios de identidade na Bahia e outros estados brasileiros.....	93
Tabela 12: Teses e Dissertações no Brasil e as grandes áreas de conhecimento (1988 a 2019).....	108
Tabela 13: Ocupação na área do Parque Dunas de Abrantes (1984 e 2016).....	148
Tabela 14: Renda individual média dos interlocutores na comunidade.....	188
Tabela 15: Programa Social Bolsa Família e os valores no município de Camaçari/BA.....	190
Tabela 16: Programa Social Bolsa Família no estado e no município de Camaçari/BA.....	191
Tabela 17: Programa Social na comunidade (Bolsa Família).....	192
Tabela 18: Programa Social na comunidade (Luz para Todos).....	193
Tabela 19: Programa Social na comunidade (Tarifa Social).....	194
Tabela 20: Programa Social na comunidade (Saúde na Família).....	195
Tabela 21: Beneficiários de Programa Social na comunidade.....	196
Tabela 22: Profissão dos interlocutores “dentro” e “fora” do território quilombola.....	217

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pirâmide etária da população de Camaçari/BA (Censo 2010).....	75
Gráfico 2: Gênero dos interlocutores na comunidade	90
Gráfico 3: Faixa etária dos interlocutores na comunidade.....	91
Gráfico 4: Descendência dos interlocutores na comunidade.....	91
Gráfico 5: Origem dos moradores e seus territórios de identidade na Bahia.....	92
Gráfico 6: Autodeclaração por identidade étnico-racial dos interlocutores na comunidade...113	
Gráfico 7: Renda individual média dos interlocutores na comunidade.....	189
Gráfico 8: Beneficiários do Programa Social Bolsa Família na comunidade.....	192
Gráfico 9: Beneficiários do Programa Social Luz para Todos na comunidade.....	193
Gráfico 10: Beneficiários no Programa Tarifa Social na comunidade.....	194
Gráfico 11: Beneficiários do Programa Social Saúde da Família na comunidade.....	195
Gráfico 12: Beneficiários de Programa Social na comunidade.....	196
Gráfico 13: Distribuição da população por grupos de religião no Brasil (2000/2010).....	209
Gráfico 14: Profissão dos interlocutores “dentro” e “fora” do território quilombola.....	217

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Territórios de identidade no estado da Bahia.....	95
Quadro 2: Histórico das legislações para a população tradicional, quilombola e indígena (1988 à 2016).....	100
Quadro 3: Dissertações de Mestrado Profissional e Profissionalizantes sobre a população tradicional, quilombola e quilombos brasileiros (2003 a 2018).....	109
Quadro 4: Horários do transporte coletivo (Comunidade – Centro).....	165
Quadro 5: Horário do transporte coletivo (Centro – Comunidade).....	165
Quadro 6: Dados da Escola Municipal de Educação Infantil.....	169
Quadro 7: Dados da Escola Municipal de Ensino Fundamental I (1º a 3º ano).....	170
Quadro 8: Dados da Escola Municipal de Ensino Fundamental I (5º ano).....	179
Quadro 9: Dados da Escola Municipal de Ensino Fundamental I (4º ano).....	179

LISTA DE ABREVIATURAS

AGU – Advocacia Geral da União
APA – Área de Proteção Ambiental
APEB – Arquivo Público do Estado da Bahia
CAHL – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
CCAAB – Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas
CEASA – Centro Estadual de Abastecimento S/A
CESOL – Centros Públicos de Economia Solidária
CEPF – Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos
CNPIR – Conselho Nacional de Políticas de Igualdade Racial
COELBA – Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
CRQ – Comunidade Remanescente de Quilombo
DOU – Diário Oficial da União
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo
FCLAR – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara
FCP – Fundação Cultural Palmares
FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz
FPC – Fundação Pedro Calmon
GAAQC – Grupo de Ação e Assistência ao Quilombo de Cordoaria
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFSP – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
IHAC – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências – Professor Milton Santos
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEMA – Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
INPE – Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LABHOI – Laboratório de História Oral e Imagem
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social
MINC – Ministério da Cultura
MPF – Ministério Público Federal
PLANAPIR – Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PNAP – Programa Nacional de Formação em Administração Pública
PNATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PNPIR – Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial
PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária
PPGA – Programa de Pós Graduação em Antropologia
PRONATER – Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
REGRASP – Revista para Graduados Interdisciplinar do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
RMS – Região Metropolitana de Salvador

RTID – Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SEAGRI – Secretaria de Agricultura, Pecuária, Irrigação, Pesca e Aquicultura
SECULT – Secretaria de Cultura
SEEDS – Sociedade de Estudos dos Ecossistemas e Desenvolvimento Sustentável
SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Governo da Bahia.
SEPLANTEC – Secretaria de Planejamento e Tecnologia
SEPPIR – Secretaria Nacional de Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial
SETRE – Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SIPAF – Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar
SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação
TAC – Taxa de atualização cadastral
UC – Unidade de conservação
UFF – Universidade Federal Fluminense
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNIABC – Universidade do Grande ABC
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

PRÓLOGO.....	27
INTRODUÇÃO.....	33
1.1 Patrimônios Vivos – memórias do Sr. Firmino e dos moradores.....	40
1.2 Território de Cordoaria - uma terra ancestral indígena, negra e quilombola....	48
1.3 Recurso teórico e metodológico.....	50
1.4 Descrição das fontes documentais.....	52
1.5 Percurso historiográfico.....	55
1.6 Recursos audiovisuais.....	57
1.7 Estruturação textual.....	57
PARTE I - SE EU NÃO TENHO HISTÓRIA, EU NÃO SEI PARA ONDE CAMINHAR (OU VOU).....	59
Capítulo I - Historicidade da terra: terras de memória.....	60
Capítulo II – A Comunidade e suas relações com a região metropolitana de Salvador.....	71
Capítulo III - De indígenas para quilombolas: desde a Aldeia do Espírito Santo para Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria.....	79
Capítulo IV - O quilombo e suas alterações legais.....	99
PARTE II - OS MAIS VELHOS QUE ME CORRIJAM, PORQUE SOU PEQUENA DIANTE DO SABER (OU CONHECIMENTO) DE VOCÊS.....	114
Capítulo I - Território do presente: permanências e alterações no mundo contemporâneo.....	115
Capítulo II - Terra e Território: as formas de campesinato.....	129
Capítulo III - Identidade, pertencimento e ser quilombola.....	134
Capítulo IV - Cidade e campo: o retorno as origens da família.....	137
PARTE III - CONHECER, ENTENDER E EMPODERAR.....	143
Capítulo I - Território do futuro: perspectiva da exploração imobiliária e da resistência negra.....	144
Capítulo II - Água – um bem fundamental para a vida: abastecimento de água e a inexistência de saneamento básico.....	156
Capítulo III - Transporte das mercadorias: do lombo dos animais para o ônibus coletivo.....	163
Capítulo IV - Educação: transmissão do conhecimento e o processo educativo..	167

Capítulo V - Práticas agrícolas: trabalho, produção e a comercialização.....	182
Capítulo VI - Práticas religiosas: da religião de matriz africana e afrobrasileira para a contemporaneidade.....	198
Capítulo VII - Trabalho: o gênero e a subsistência familiar.....	214
Capítulo VIII - Laços familiares e parentesco: uma comunidade de parentes.....	222

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	228
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	237
--	------------

APÊNDICES.....	245
-----------------------	------------

APÊNDICE A – Autorização de participação em pesquisa acadêmica de Mestrado.....	245
APÊNDICE B – Entrevista demográfica e socioeconômica da pesquisa acadêmica no trabalho de campo.....	246

ANEXOS.....	247
--------------------	------------

ANEXO A – Processo de terras do Proprietário Paulino José de Mattos (1927).	247
ANEXO B – Diário Oficial da Prefeitura de Camaçari (30/01/2018).....	254
ANEXO C - Quadro atual da política de regularização de territórios quilombolas no INCRA atualizado em 17/07/2015.....	256
ANEXO D - Quadro de certificações da Fundação Cultural Palmares para as Comunidades Remanescentes de Quilombo no Brasil.....	257
ANEXO E - Quadro comparativo anual de certificações – certidões expedidas com dados atualizados até a Portaria nº 34 de 18/02/2019.....	258
ANEXO F - Quadro geral de comunidades remanescente de quilombos (CRQs) informações atualizadas até 18/02/2019.....	259
ANEXO G - Teses de Doutorado e Dissertação de Mestrado nas universidades brasileiras de 1988 a 10 de Outubro de 2018.....	260

PRÓLOGO

A Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria pertencente a região metropolitana de Salvador – estado da Bahia -, localiza-se no município de Camaçari, inserido no subdistrito de Abrantes. Subdistrito este já considerado como marco do aldeamento indígena e jesuítico da “Aldeia do Divino Espírito Santo” comandado por Tomé de Souza e Garcia Dias D'Ávila.

Neste território ancestral indígena, negro e quilombola com uma extensão territorial de 27.982 (vinte e sete mil, novecentos e oitenta e dois) Km – baseando-se em relatos orais dos Patrimônios Vivos e a demarcação originária do limite geográfico da área, que já não é mais a atual utilizada e em “propriedade” da Comunidade - é possível encontrar evidências do povoamento indígena e da população negra, através de indícios arqueológicos encontrados – como 2 (dois) grandes tachos na beira do Rio Joanes - e durante a construção das casas na região da Comunidade de Sucupira, ao realizarem o aterramento e/ou fundação com mais de 2 (dois) metros de profundidade, isso há mais de 20 (vinte) anos – aproximadamente 1999 –, foram encontrados pelos moradores peças de cerâmicas e artefatos indígenas, que na época não foram estudados e dados a relativa significância histórica e registro dos ancestrais e antepassados da região. Este relato oral foi concedido pelo Sr. Vicente Reis em sua residência durante uma das visitas no transcorrer do trabalho de campo na Comunidade de Cordoaria, onde menciona o trabalho de pedreiro na construção de uma das casas do agrupamento étnico de Sucupira.

Este local era, antigamente, o ponto de saída de uma trilha que interligava a fonte e a passagem de pedestres, trecho este agora inserido em uma propriedade particular e a reconfiguração das vias de acesso asfaltada não é mais possível estabelecer o caminho correto desse desvio de terra e, que se localizado poderiam existir ainda vestígios e artefatos arqueológicos no território. Sr. Vicente conta que, quando encontraram panelas, cumbucas e outros objetos não deram a real importância e os mesmos foram todos desprezados nas caçambas, juntamente com os materiais construtivos.

Cabe ressaltar que, embora ainda não hajam estudos da área de conhecimento em Arqueologia sobre o “fato” relacionado acerca da memória ancestral, ou seja, dos

antepassados da região, os dados do trabalho de campo por mim realizados na Comunidade apontam para a importância desta dissertação voltada para a análise ampliada do território de Cordoaria. Os indícios historiográficos sobre a presença da população negra nesse território possibilitam interpretá-lo como uma área de territorialidade negra e autorreconhecimento como remanescente das comunidades dos quilombos, integrando-se em 5 (cinco) agrupamentos étnicos, começando por Sucupira, Cordoaria, Ilha, Morcego e Terra Maior.

Cada uma dessas localidades possuem suas próprias singularidades que no conjunto compõem a territorialidade da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria, dentre as quais uma pode ser considerada urbana com ruas asfaltadas, comércios, igrejas e outras mais afastadas com estradas de terra e muita vegetações preservadas pelo caminho. Caminho este realizado a pé, de transporte escolar ou veículo próprio, isso porque nem o transporte público e nem o carro da Feira acessam a comunidade da Ilha, Morcego ou Terra Maior, assim sendo, os moradores são obrigados a descenderem no ponto final que fica na Associação de Moradores de Cordoaria e seguir seu trajeto com um Mototáxi – já utilizando-se deste serviço da Vila de Abrantes no entrocamento com a Estrada do Coco –, caso contrário, não se têm ponto de táxi ou moto na localidade. Por isso, muitas vezes, a solidariedade é constante, quando ao se ver algum conhecido aguardando o ônibus ou caminhando torna-se habitual oferecer carona até o ponto mais próximo da residência, ou quando não se desvia um pouquinho para deixá-lo na porta de casa, sem pedir nenhum auxílio ou favor em troca.

Interessante destacar que, Terra Maior conta com 2 (duas) vias de acesso, uma no início da estrada do Alphaville 2 e a outra passando por todos os agrupamentos, desse modo, poderia ser considerada a primeira e ao mesmo tempo a última do agrupamento do território quilombola de Cordoaria. Por outro lado, também conhecida como Pau Grande, local em que os navios e barcos orientavam-se para a navegação, mas com o passar dos anos este mastro de madeira apodreceu e caiu, conforme o relato da Sra. Estevan, nascida e criada nesta localidade e, atualmente residente há mais de 50 (cinquenta) anos na Cordoaria.

A etimologia da palavra Cordoaria origina-se das práticas, habilidades com o manuseio das cordas utilizadas desde seus antepassados na produção de esteiras para dormir e “caçoas” - balaios - dos animais de cargas usados na época. Naquela época, as mulheres usavam a palha do Licuri como matéria-prima, extraídas nas matas da região, desfiando-as com a ponta de uma faca e em seguida, com finas tramas do produto teciam-nos e

entrelaçavam-os para formarem as esteiras que, seriam semelhantes as de palha natural existentes na contemporaneidade. Atualmente, a cultura das esteiras não é mais fabricada na comunidade, mas os balaios e os caços permanecem no uso cotidiano da roça e do transporte dos produtos para comercialização nas feiras urbanas.

Segundo relato dos moradores em entrevistas ou conversas informais no trabalho de campo, a população negra e seus indícios historiográficos são constatados com a instalação de 3 (três) Engenhos e 1 (uma) Olaria, rememorados as margens do Rio Joanes e na localidade denominada como “Ilha”. As famílias detentoras dessas propriedades eram conhecidas como Espírito Santo e os donos são lembrados pelos moradores como Miguel, Damásio e Umberto, sendo estes mantenedores do Engenho do Gregório, Engenho Munganga e Engenho Caboclo. Tais propriedades de Engenhos, remontam um passado e uma memória escravocrata da Bahia, do qual os negros eram os principais trabalhadores desse processo industrial, iniciando pelo plantio da cana-de-açúcar, a colheita e o beneficiamento ou produção dos gêneros alimentícios como rapadura, melão e entre outros.

Um dos moradores mais antigos, Sr. Firmino de Matos – 107 anos de idade completados no ano de 2019, em entrevista realizada na varanda de sua residência no ano de 2017 e, posteriormente em 2018 com o registro audiovisual, relata que trabalhou no Engenho do Sr. Miguel no processo de moagem da cana-de-açúcar e na produção do melão, isso por volta dos 16 anos de idade, época em que chega a Comunidade de Cordoaria. Descreveu a memória do trabalho no processo de montagem da cana de açúcar, na produção do melão no Engenho do Sr. Miguel, da carpintaria e a fabricação dos caixões funerários de madeira, necessários para o enterro dos moradores e estes, carregados nos braços até ao Cemitério de Vila de Abrantes, trajeto esse hoje realizado de carro, mas a comunidade de Areia Branca ainda mantém a tradição de conduzir os seus falecidos em procissões e caminhada com cortejo até o cemitério da mesma localidade.

Importante destacar, a relação temporal do Sr. Firmino e a presença na comunidade, haja vista que, com 107 anos de idade em 2019 – idade essa que pode ser superior a cronológica e do registro de nascimento, que dava-se em idade adulta e não no dia efetivo da “vinda ao mundo” como nos dias de hoje. Mudanças essas que, são reflexões sobre o período histórico e o contexto brasileiro nos anos de 1928, época em que Sr. Firmino insere-se na Comunidade e no trabalho com o Engenho e a lavoura, ou seja, tinha 16 anos quando o país

enfrentava o processo Pós Abolição e da Crise de 28, remontando assim, um passado e uma memória latente da escravatura na Bahia. No qual, a população negra foi levada ao trabalho forçado e seus descendentes, como Sr. Firmino e tantos outros se tornaram os principais trabalhadores daquele processo industrial fomentado pelos Engenhos iniciados via plantio da cana-de-açúcar.

A partir das memórias e dos relatos do Sr. Firmino Matos, ampliam-se as possibilidades de compreensão e interpretação dos principais marcadores do território da Comunidade de Cordoaria, quando em sua memória o território aparece, se apresenta, com apenas 3 (três) ou 4 (quatro) casas localizadas próximas ao antigo Terreiro de Dona Gertrudes – parteira e considerada mãe de todos os nascidos, isso porque, o nascimento das crianças era realizado em casa e os nomes dados com base no “Almanário”, de acordo com o mês do parto tinha-se o nome do bebê. Por exemplo, nascido em junho, seria Antônio ou Antônia e, assim sucessivamente. Este terreiro ficava, onde atualmente localizam-se a Igreja Católica de Nossa Senhora Santana e a praça central da Comunidade de Cordoaria, próximo ao campo de futebol, a Associação de Moradores, a Escola Municipal Nossa Senhora Santana e a Casa de Farinha.

Do ponto de vista das linhagens e afinidades religiosas, atualmente têm-se mais de 7 (sete) denominações evangélicas na região, composta da Assembleia de Deus (Sucupira), Igreja Batista de Cordoaria (Rua Alto da Mangueira), Salão do Reino – Testemunhas de Jeová (Praça de Cordoaria), Pentecostal do Reino de Deus (Praça de Cordoaria) e entre outras divididas pelo território da Sucupira, Cordoaria e após a Casa de Farinha.

Para finalizar, ênfase nesta Dissertação de Mestrado as fontes orais, documentais e históricas da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria, como fio condutor da análise do Território e, o trabalho de campo como essencial para conhecer e entender o Território, não apenas para a comunidade em si, que concede o nome ao Quilombo. Por isto, houve a necessidade de ampliação nas buscas e na análise dos dados, que conduziram para o cruzamento do método da história (fontes escritas, levantamento de documentos século XIX e início do século XX com a intersecção/cruzamento dos dados relativos aos Engenhos, aos processos de registro de propriedades de terras e a memória centenária do Sr. Firmino, que se remete aos marcadores do Território e portanto chega-se ao recorte da pesquisa superior há 100 (cem) anos de histórias e memórias, repletas de caminhos e descaminhos que precisam

ser entendidos, compreendidos e revelados para a população local e para a obtenção da delimitação de terras e, conseqüente demarcação territorial. Diante disso, mostra-se a presença da população negra já nos anos de 1900 e pouco, retratadas na memória dos moradores desde as formas de trabalho, a lida com a terra, o nascimento e a religiosidade em suas histórias.

Por um lado, contada e rememorada nas falas, narrativas, estórias e na história do povo negro, da comunidade negra rural, do campo, da agricultura, do trabalho com a terra e da atual comunidade quilombola cercada por 3 (três) empreendimentos residenciais de alto padrão (Alphaville) e pela vegetação, fauna e flora mantidas e preservadas dos ancestrais e antepassados, passando de geração em geração.

Por outro lado, os laços de parentesco dos moradores evidenciam-se pela origem dos mesmos, onde quase todos têm um grau consanguíneo ou afetivo nas comunidades, sejam eles em Cordoaria, Sucupira, Ilha ou Terra Maior (antiga Pau Grande), sendo que majoritariamente são nascidos e criados na Cordoaria e, os demais advindos do Estado da Bahia, motivados por trabalho.

A titulação da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria ocorreu em 24 de Dezembro de 2005, pela Fundação Cultural Palmares, com a Certificação requerida pela Sociedade Beneficente Senhora de Santana de Cordoaria (atual Associação de Moradores de Cordoaria) e, conforme período local da época, entregue a população na Paróquia do Divino Espírito Santo em Vila de Abrantes.

Significando ou devendo significar um novo processo ou encaminhamento das Políticas Públicas, todavia as melhorias – que podem ser vistas - a olho nu seriam o calçamento das vias principais (apenas alguns trechos e ladeiras) e a inserção do transporte escolar regular para os estudantes da Comunidade (Educação Infantil e Ensino Fundamental I) e da Vila de Abrantes (Creche e Ensino Fundamental II). Em contrapartida, os serviços principais e considerados como básicos da dignidade humana e das políticas essenciais não existem na localidade, desde o Abastecimento de Água ao Saneamento Básico, do Posto de Saúde ao Transporte Regular de ônibus - e não com horários de funcionamento marcados das 05h00, 07h00, 14h00 e 18h30, sendo que aos domingos e feriados entre 08h00 ou 08h30 e, retornando às 17h00 – ressaltando que, estes são horários aproximados, haja vista que, o

transporte pode chegar antes ou depois do mencionado - e outros serviços destinados as populações com maior escassez de bens e serviços ou vulnerabilidade social.

Neste momento, torna-se conveniente mencionar a motivação pessoal e a inserção do tema de Populações Negras Rurais, até então entendida como Comunidade Remanescente de Quilombo, advinda de uma viagem técnica de estudos da Faculdade Zumbi dos Palmares, na qual minha mãe graduou-se em Administração de Empresas. Em dado momento, os alunos de sua turma foram convidados a participar de um estudo de campo na Comunidade Remanescente de Quilombo Ivaporunduva, localizada no interior de São Paulo, na região compreendida como Eldorado. Assim sendo, inicio uma trajetória na pesquisa e interesse acadêmico pela cultura negra e suas vertentes, seja com o Turismo Étnico Afro ou com a Educação Escolar Quilombola, pela formação em Pedagogia e Turismo.

Por um lado, até então, não tinha nenhum contato ou conhecimento de comunidades quilombolas no estado da Bahia. Por outro lado, com a participação no Bembé do Mercado ocorreu a aproximação com a Sra. Rose Braga – produtora cultural – que iniciava um projeto de Turismo Étnico Afro na Comunidade de Cordoaria, por isso solicitou-me a visitação e forneceu-me as orientações para ampliação dessa etapa no território. Visitação que, desde o primeiro momento, conhecia ou reconhecia este lugar de alguma forma – não sei dizer como –, mas a sensação era de já ter vivido, vivenciado ou identificado um pertencimento com o local.

Contudo, digo que não escolhi a comunidade para a pesquisa de Mestrado, mas a Comunidade que me escolheu, desde a visitação, a acolhida pela família Matos Ferreira – sem nem me conhecer – e, por todos que prontamente – após alguns dias de caminhada, de pernadas e de sol a sol transitar pela comunidade com a minha bolsinha preta e meu caderninho na mão. Não conhecia a todos e nem os agrupamentos, mas com certeza, todos sabiam de onde eu era, de onde eu vinha e o que fazia na comunidade – graças ao Sr. Dadu – e, desse modo, as entrevistas e conversas facilitavam o trabalho de campo, mesmo quando estava sozinha, que foram muitas e muitas vezes caminhando de Sucupira até Cordoaria, ou vice-versa, passando pela estrada – sem uma alma para contar –, mas com as árvores e todos os seus espíritos a me guiarem.

INTRODUÇÃO

A Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria, na Região do Nordeste do Brasil, situada no Estado da Bahia, na cidade de Camaçari, sob o código do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nº 2905701, número do ID Quilombola 1.661, número do processo na Fundação Cultural Palmares 01420.002356/2005-12, com número da Portaria de Certificação datada de Fev/2006 e a publicação da portaria no Diário Oficial da União (DOU) em 20 de Janeiro de 2006, conforme informações extraídas do site da Fundação Cultural Palmares (FCP) das Comunidades Remanescente de Quilombos (CRQ) com relação às Comunidades Certificadas (ANEXO A), das quais têm-se 3.311 (três mil trezentas e onze) comunidades em todo o território nacional atualizada pela Portaria nº88/2019 com publicação em Diário Oficial da União (D.O.U) de 13 de maio de 2019. Importante ressaltar, no decorrer da pesquisa acadêmica, teve-se um crescimento de 29 (vinte e nove) comunidades certificadas, comparando a publicação da Portaria nº 122/2018 – D.O.U de 26 de Abril de 2018 - de 3.040 (três mil e quarenta) CRQs certificadas, tal informação é constatada pelo Quadro Comparativo Anual de Certificações: Certidões expedidas com os dados atualizados até a Portaria nº 34 de 18/02/2019 (ANEXO B).

Conforme inscrito no Artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais, Transitórias da Constituição do Brasil de 1988, o termo quilombola passa a ser descrito no âmbito das competências da Fundação Cultural Palmares (FCP) criada em 1988, definindo-se: “quilombolas são descendentes de africanos escravizados que mantêm tradições culturais, de subsistência e religiosa ao longo dos séculos. Uma das funções da Fundação Cultural Palmares é formalizar a existência destas comunidades, assessorá-las juridicamente e desenvolver projetos, programas e políticas de acesso à cidadania” (PALMARES, 26/09/2018).

No processo de Reconhecimento do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria:

Aos dez dias do mês de novembro de dois mil e dez, às dezenove horas na sede da Sociedade Beneficente Senhora Santana de Cordoaria, distrito de Vila de Abrantes, município de Camaçari – Bahia, os moradores reuniram-se pela última vez para tomada de decisão. [...] Em primeiro de março de dois mil e quatro, a comunidade foi certificada sob o registro no livro de cadastro geral nº 005 [...] que é

remanescente das Comunidades Quilombolas. [...] Após a discussão do assunto, a mesma decide que o atual presidente da Associação, José Angelino de Santana dos Santos, realizasse a entrada na documentação da Regularização Fundiária das Terras. Sendo lavrada a presente ata pela secretária, Maria Cristina de Santana dos Santos [...], lida e aprovada vai assinada por todos os presentes. Camaçari, 10 de novembro de 2010.

ATA DE ASSEMBLEIA, 10/11/2010.

A obtenção da certificação com a Fundação Cultural Palmares é concedida em 01 de Março de 2004, concomitante a isso, o processo de demarcação do território da Comunidade no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) iniciou em 2010. No entanto, a etapa subsequente dos procedimentos processuais, a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), ainda não foi realizada pela Equipe constitutiva do INCRA/BA. Após este procedimento, caberá a mesma Instituição prosseguir com os ritos processuais das expropriações fundiárias para que o Título Coletivo Definitivo seja emitido para a Associação Quilombola demandada no Processo.

De acordo com a Instrução Normativa nº 20, de 19 de setembro de 2005 o conceito de comunidades quilombolas passa a ser descrito no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

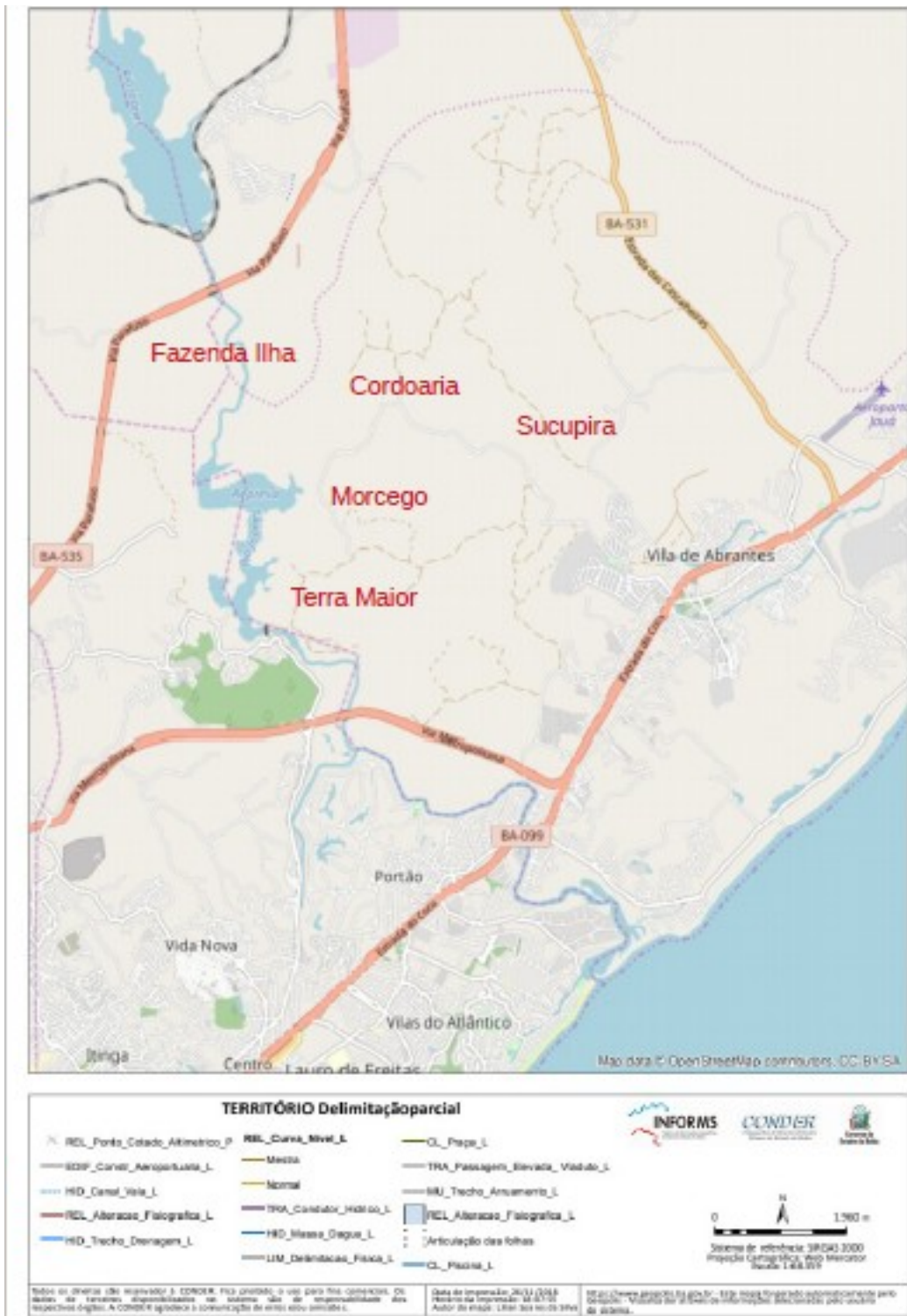
As comunidades quilombolas são grupos étnicos – predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana –, que se autodefine a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, a ancestralidade, as tradições e práticas culturais próprias. Estima-se que em todo o País existam mais de três mil comunidades quilombolas.

INCRA, 20/11/2017.

A Normativa nº 20 foi elaborada para elucidar os desdobramentos das etapas do Processo de Reconhecimento, Identificação, Delimitação, Demarcação, Expropriação, Emissão da Titulação Coletiva das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombolas, conforme descrito e citado acima - no Art. 68 e no Decreto nº 48887 de 20 de novembro de 2003.

Por conseguinte, os desdobramentos do processo de autorreconhecimento das pessoas, das famílias, dos sentidos de pertencimento e dos indivíduos que compõem o território da comunidade denominada Cordoaria, foram analisados por meio do trabalho de campo, por mim realizado, no período Agosto de 2017 a Agosto de 2019.

Mapa 1: Território da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria e seus agrupamentos étnicos.



C
O
R
D
O
A
R
I
A

FONTE: Geopolis, 26/11/2018.

A metodologia do trabalho de campo caracteriza-se pela observação participante, significando, um compromisso político, científico e de caráter participativo visando a contribuição com a Comunidade, na qual, os dados compilados e analisados nesta pesquisa seguem a lógica da análise qualitativa e quantitativa, com o levantamento de informações no trabalho de campo estruturado, pelo cruzamento das fontes e das entrevistas semiestruturadas - por mim realizadas - com os moradores dos agrupamentos étnicos de Sucupira e de Cordoaria, configuradas no mapa acima por mim elaborado. No qual os territórios da Fazenda Ilha e Terra Maior, podem ser observados como territórios integrantes da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria.

No mapa supramencionado, apresentam-se os agrupamentos étnicos que constituem o território da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria, sendo eles, Sucupira, Cordoaria, Morcego, Ilha e Terra Maior. Elaborado pela pesquisadora baseando-se em sistema de georreferenciamento e delimitação territorial, sendo que, o presente recorte é estabelecido da Estrada do Coco até a divisa com o município de Lauro de Freitas, no qual é constatado o agrupamento de Terra Maior. Territórios estes, compondo uma paisagem peculiar, um modo de vida, uma cultura de existência e reexistências distintas, das quais cada morador e cada família adaptou-se a sua região e localidade, expandindo-se para as terras e adjacências vizinhas com os laços de parentesco, com o cultivo da terra, na lida com a agricultura e o trabalho, assim as famílias e as novas gerações estão em permanente construção, reconstrução e luta pelo seu direito a terra e qualidade de vida.

Deste modo, a formação das famílias pesquisadas são desmembradas em 3 (três) territórios pela Secretária de Saúde de Vila de Abrantes, das quais as agentes de saúde comunitárias registraram em Setembro de 2018, um total de 650 (seiscentos e cinquenta) indivíduos moradores da Comunidade. Do ponto de vista metodológico, o território catalogado nesta pesquisa percorre do Sítio São José (Sucupira), Cordoaria (Rua Alto da Mangueira e Rua Baixa) até Terra Maior, constituindo-se de 65 (sessenta e cinco) famílias na região de Sucupira, 115 famílias (cento e quinze) em Cordoaria e 54 (cinquenta e quatro) na localidade de Terra Maior. Tais dados e quantitativos foram informados pelas agentes comunitárias de saúde Sra. Luciene Matos Ferreira, Sra. Maria (conhecida como Geruza) e Sra. Luciana.

Conforme dito anteriormente o trabalho de campo realizou-se por via da observação participante em períodos distintos em que pude observar e participar das respectivas festividades, reuniões ou eventos comemorativos entre os anos de Dezembro de 2017 e Agosto de 2019. Nesses eventos, mediados pela pesquisa participante foram realizadas conversas informais, que contribuíram para a organização de entrevistas semiestruturadas registradas em forma de cadernos de campo, áudios e fotografias. A análise dessas informações conduziram para a necessidade de realização de coletas de novos dados, fontes históricas e documentais, as quais foram localizadas no Arquivo Público da Bahia (APEB), no Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB), Arquivo Público Municipal de Camaçari, Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Biblioteca Central do Barris (BC) e Biblioteca Pública da Cidade do Saber, assim como referenciais em livros, teses, dissertações e publicações online.

O levantamento de dados foi de grande importância para o cruzamento das fontes e da oralidade na comunidade, sendo possível identificar a origem indígena com os documentos da APEB (Maço 603), o Aldeamento Jesuítico do Divino Espírito Santo com o livro “Abrantes – berço da civilização” de Eduardo Cavalcante da Silva; a Dissertação e a Tese de Doutorado “Da catequização à civilização: Colonização dos Povos Indígenas na Bahia (1750-1800) do Prof. Dr. Fabrício Lyrio dos Santos; a descendência negra e escravocrata com os Engenhos açucareiros da Bahia e suas matrículas, os Quilombos da Bahia com João José Reis e os processos de terra datados de 1919 a 1943 com um dos proprietários denominado como “Eduardo de Tal”; sua vida no campo e para a agricultura com a Dissertação “Abordagem etnoecológica de uma Comunidade da região metropolitana de Salvador” de Katia Nogueira Borges e Flávio Gomes dos Santos com “A economia dos quilombos: trocas de excedentes agrícolas com o entorno ainda sobrevivem nas comunidades negras rurais” e, entre outros referenciais, documentos, materiais e noticiários.

Anteriormente, na coleta de dados foram solicitados aos interlocutores a participação na pesquisa com um questionário socioeconômico e perguntas abertas com o intuito de compreender sobre os seguintes itens: 1. Terra; 2. Parentesco; 3. Território; 4. Ancestralidade; 5. Tradições; 6. Práticas culturais próprias; 7. Educação; 8. Ser quilombola é. Diante disso, tais elementos poderiam retratar a herança “negra” e quilombola, permitindo estabelecer um

breve estudo da região e, a possibilidade de estabelecer um panorama das ideias, pensamentos e visões sobre a comunidade pela própria comunidade e seus moradores.

Neste aspecto o trabalho de campo buscou compreender a situação da terra, da ancestralidade, dos laços de parentesco, do território, das tradições e das práticas culturais, da educação e do significado da identidade quilombola. Assim sendo, os dados coletados e a construção de mapas sobre a região têm o objetivo de analisar a permanência e a alteração da espacialidade descrita na comunidade, por meio das modificações da localidade e do ambiente, no qual, este espaço hoje é caracterizado com uma rede de asfalto substituindo as vias de terras, as casas de alvenarias anteriormente de placas e de taipa ou tapa de barro, a produção dos próprios alimentos em detrimento ao consumo nos mercados e centros urbanos, o transporte das mercadorias e das pessoas em animais e agora por ônibus coletivo e veículos próprios e, entre outras modificações que são a via ou uma das vias possíveis para alcançarmos essa herança do passado (como é e o que permanece) relatado nas contribuições dos interlocutores da pesquisa que são a Família Matos Ferreira e entre outros interlocutores e interlocutoras (Família Santana dos Santos, a Família dos Reis e demais moradores e moradoras), por meio dos quais pretende-se como pergunta central da Dissertação, revelar a história do “passado” que está incutida no presente.

Contudo, uma das principais hipóteses levantadas durante o percurso deste trabalho, voltado para a memória do território da Comunidade de Cordoaria, indaga sobre as implicações da memória: a memória é ou será esquecida nas futuras gerações? As histórias e acontecimentos do “passado” são lembranças dolorosas e devem ser esquecidas? Ou não contadas? O “passado” é “passado” e o que importa é o presente!!broken!!

Na primeira etapa do trabalho de campo foram realizadas visitas de campo, estabelecendo uma relação de interlocução com as pessoas da Comunidade, que compartilham elementos da memória, das suas experiências e de seus antepassados sobre a ocupação do território e da territorialidade hoje classificada como “Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria”. Elementos da memória que, relacionados às primeiras famílias a ocuparem o território e começar a construir suas territorialidades por via das relações dos seus antepassados com a “divisão social” do trabalho, caracterizado na localidade por meio das Fazendas de Engenhos da produção de cana de açúcar, como relato do Sr. Francisco Firmino de Matos – 107 anos de idade completados este ano.

Em entrevista realizada na varanda da residência do Sr. Firmino - no ano de 2017 - e, posteriormente em 2018 com o registro audiovisual, relata que trabalhou no Engenho do Sr. Miguel no processo de moagem da cana de açúcar e na produção do melaço, isso por volta dos 16 anos de idade, época em que chega a Comunidade de Cordoaria. Descreveu a memória do trabalho no processo de montagem da cana de açúcar, na produção do melaço no Engenho do Sr. Miguel, da carpintaria e a fabricação dos caixões funerários de madeira, necessários para o enterro dos moradores e estes, carregados nos braços até ao Cemitério de Vila de Abrantes, trajeto esse hoje realizado de carro, mas a comunidade de Areia Branca ainda tem a tradição de conduzir os seus falecidos em procissões e caminhada com cortejo até o cemitério da mesma localidade.

Importante destacar, a relação temporal do Sr. Firmino e a presença na comunidade, haja vista que, com 107 anos de idade em 2019 – idade essa que pode ser superior a cronológica e do registro de nascimento, que dava-se em idade adulta e não no dia efetivo da “vinda ao mundo” como nos dias de hoje. Mudanças essas que, são reflexões sobre o período histórico e o contexto brasileiro nos anos de 1928, época em Sr. Firmino é inserido na Comunidade e no trabalho com o Engenho e na lavoura, ou seja, tinha 16 anos quando o país enfrentava o processo Pós Abolição e, posterior Crise de 29, remontando assim, um passado e uma memória latente da escravatura na Bahia. No qual, a população negra foi levada ao trabalho forçado e seus descendentes, como Sr. Firmino e tantos outros se tornaram os principais trabalhadores daquele processo industrial fomentado pelos Engenhos iniciados via plantio da cana de açúcar.

1.1. PATRIMÔNIOS VIVOS - MEMÓRIAS DO SR. FIRMINO E DOS MORADORES

A partir das memórias e dos relatos do Sr. Firmino Matos, ampliam-se as possibilidades de compreensão e interpretação dos principais marcadores do território da Comunidade de Cordoaria, quando em sua memória o território aparece, se apresenta, com apenas 3 (três) ou 4 (quatro) casas localizadas próximas ao antigo Terreiro de Dona Gertrudes – parteira e considerada mãe de todos os nascidos, isso porque, o nascimento das crianças era realizado em casa e os nomes eram dados com base no “Almanário”¹, de acordo com o mês do parto tinha-se o nome do bebê. Por exemplo, nascido em Junho, seria Antônio ou Antônia e, assim sucessivamente. Este terreiro ficava, onde atualmente está a Igreja Católica de Nossa Senhora Santana e a praça central da Comunidade de Cordoaria, próximo ao campo de futebol, a Associação de Moradores, a Escola Municipal Nossa Senhora Santana e a Casa de Farinha, além de mais 2 (duas) igrejas evangélicas (Salão do Reino – Testemunhas de Jeová e Pentecostal do Reino de Deus). Atualmente, têm-se mais de 7 (sete) denominações evangélicas na região, composta da Assembleia de Deus (Sucupira), Igreja Batista de Cordoaria (Rua Alto da Mangueira) e entre outras divididas pelo território da Sucupira e após a Casa de Farinha.

Tratando da memória, mais uma delas é perdida neste trabalho de campo, primeiramente a Sra. Cinesia, depois o Sr. André e atualmente o único Pai de Santo do território quilombola – Pai Aílton. Residente de Terra Maior, mas nascido e criado na Comunidade de Cordoaria e filho de Umberto e Rosalinda, um dos primeiros e/ou mais antigos moradores da localidade. Infelizmente, não foram realizados registros e nem entrevistas com este interlocutor, haja vista que, o agrupamento étnico de Terra Maior encontra-se em uma área mais afastada do centro da comunidade e não ter acesso por transporte público, sendo necessário veículo particular ou andar a pé pelas estradas e matas com poucas habitações ou abandonadas pelos moradores.

A análise dos dados observados nos relatos orais concedidos em entrevistas abertas realizadas com os membros do território da Comunidade de Cordoaria, ocorreu por meio da utilização dos métodos etnográficos da Antropologia, do indiciário na História e de legislação

¹ O “Almanário” era um livro que a parteira detinha com diferentes nomes para os nascituros, assim sendo, diante do nascimento de uma criança consultava o dia e o mês e, o nome do bebê já estava predestinado, cita-se por exemplo, o bebê de Junho seria Antônio, lembrando o Santo Antônio, ou então João, já em Setembro seria Cosme ou Damião e, assim por diante.

e estudos relativos a Território Negro, Quilombos e Comunidades Remanescente de Quilombo.

Em seguida, a tentativa de compreensão dos agrupamentos étnicos com o “modo de vida” e as “singularidades e peculiaridades”, remetendo a herança “negra”, aos hábitos e costumes de um povo ancestral “desembarcado” em águas brasileiras, sendo forçado a reestruturar-se física, psíquica, mental e espiritualmente no novo território. Nesta perspectiva os estudos sobre Comunidades Remanescentes e, posteriormente os indivíduos se autotransformando como Quilombolas, estão distribuídos no âmbito da análise teórico conceitual de “quilombos históricos” e “quilombos contemporâneos”.

Por um lado, a pesquisa antropológica ou etnográfica deve seguir alguns pressupostos, de acordo com Oliveira (2010, p. 26) relatada em seu texto “A antropologia e seus compromissos ou responsabilidades éticas”

[...] com a ampliação do universo de atividades dos antropólogos fora das universidades e das instituições de pesquisa em sentido estrito, surge uma série de questões que permeiam o trabalho desses profissionais, mas não são normalmente examinadas, sejam pelas associações científicas, seja pelos órgãos que regulam o acesso às pesquisas. Tais atividades envolvem práticas que, do ponto de vista ético, têm importância equivalente à das que são adotadas na pesquisa acadêmica. [...]

Por outro lado, a memória da região está baseada na oralidade e na herança “negra”, permeando o conceito de Habitus desenvolvido por Pierre Bourdieu, quando aponta que:

O habitus é o elo não apenas entre o passado, o presente e o futuro, mas também entre o social, o individual, o objetivo e o subjetivo, a estrutura e a ação. [...] O habitus liga o social com o individual porque as experiências do curso da vida de uma pessoa podem ser únicas em termos de *conteúdo* particular, mas são compartilhadas em termos de sua estrutura com outras pessoas da mesma classe social, gênero, etnia, sexualidade, ocupação, nacionalidade, região, e assim por diante. [...] Cada um de nós é uma configuração única de forças sociais – mas essas forças sociais, de modo que mesmo quando somos individuais e “diferentes”, o somos de modos socialmente regulares.
GRENFELL, 2018, p.78.

Assim sendo, a Dissertação em questão pautar-se-á:

[...] os três compromissos ou responsabilidades éticas, a meu ver, permeiam as atividades de pesquisa dos antropólogos, qualquer que seja a especificidade do trabalho no qual estejam engajados. Estes são (em ordem cronológica, não em ordem de importância): o compromisso com a verdade e a produção de conhecimento em consonância com os critérios de validade compartilhados na comunidade de pesquisadores; o compromisso com os sujeitos da pesquisa, cujas

práticas e representações constituem o foco da investigação – daí a ideia da pesquisa *com* seres humanos e não *em* seres humanos; e, por fim, o compromisso com a sociedade e a cidadania, que exige a divulgação dos resultados da pesquisa, usualmente por meio de publicações, e eventualmente demanda a intervenção pública do pesquisador, quando esses resultados são distorcidos para beneficiar interesses que ameacem direitos da população pesquisada. Assim, a divulgação dos resultados é uma obrigação moral do pesquisador, com o objetivo de contribuir para o esclarecimento do cidadão e da sociedade sobre o problema em tela. Do meu ponto de vista, esses três compromissos ou responsabilidades éticas seriam incontornáveis na pesquisa antropológica.
OLIVEIRA, 2010, p.27..

Ressaltando que, neste processo:

O papel do historiador seria como um guardião dos segredos da memória social, aquele cuja tarefa é fazer as pessoas lembrarem do que elas esqueceram ou gostariam de ter esquecido. Sem usar o conceito de pistas ou vestígios, ele aponta a possibilidade de se encontrar discrepâncias entre a imagem do passado partilhadas por membros de um determinado grupo e os registros que sobreviveram desse passado. [...] Para um bom desenvolvimento da pesquisa Vainfas [6] e Pesavento [4] também nos lembram outra característica presente nos estudos da micro-história e que é essencial a todo o historiador que deseja realizar um bom estudo: a erudição. Tida como a bagagem de conhecimentos que o historiador possui, é a erudição que permite que, uma vez lido o documento, possa-se fazer uma leitura intertextual, apropriando-se e ressignificando informações a partir de outros conhecimentos prévios. “O extratexto é aqui considerado como sendo toda aquela bagagem de conhecimentos que o historiador possui, referente a um contexto mais amplo, e pode intervir na estratégia de cruzamento com os dados em análise”.
COELHO, 2014, p.1.

O Programa de Pós Graduação do Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas não me tornará uma Historiadora, conforme os conhecimentos e bagagem teórica dos graduados e/ou licenciados em História, mas possibilitou-me o acesso a uma nova área de atuação, apresentada por muitos vieses de conhecimentos, práticas e experiências entre os quais a condição de Pedagoga, Turismóloga e Guia de Turismo não abarcaram este processo formativo. Processo este, iniciado em São Paulo – capital – e que com a oportunidade acadêmica na Bahia, insiro-me no território da Comunidade de Remanescente de Quilombo de Cordoaria, partindo do convite de Rose Braga, uma das responsáveis e ex-integrante pelo Grupo de Ação e Assistência ao Quilombo de Cordoaria (GAAQC). Grupo este, com a finalidade de desenvolver o Turismo Ecológico da comunidade por meio de eventos, atividades, ações, propostas culturais e educacionais com estudantes e turistas esporádicos.

A partir deste contexto, inicio este relacionamento durante a estadia em Santo Amaro da Purificação/BA na Casa do Samba, local de abrigo a sambistas, estudantes e pessoas

engajadas com a cultura baiana e negra. Motivada pela apresentação de um trabalho acadêmico no Bembé do Mercado e ela, a venda dos produtos da Comunidade e a divulgação do roteiro para os presentes na feira instalada na praça com diferentes barracas, produtos e expositores. Em uma noite conversando, comentei sobre a faculdade e a minha formação acadêmica – até então, exclusivamente desenvolvida em São Paulo, mas focando na cultura negra e a pesquisa de Comunidades Remanescente de Quilombo no Vale do Ribeira –, diante disso, apresenta o interesse em priorizar o Turismo Ecológico e de base comunitária na comunidade e, que já tinha programado um evento para inauguração da Casa de Farinha em Agosto de 2017, data denominada como a “Feita de Farinha”, onde os visitantes fariam um passeio pela Comunidade, na roça para a colheita da mandioca, o processo de melhoramento e transformação em Farinha e Beiju, seguido por um almoço e roda de samba.

Tal evento, ocorreria apenas no domingo, por isso solicitou a visita no sábado para conhecer a comunidade, os moradores, o rio e as potencialidades locais para a implantação do desenvolvimento turístico com os atrativos naturais e tradicionais da área rural. Possibilitando que, no dia seguinte – dia da “Feita de Farinha” - pudesse ter uma outra visão com a presença dos turistas, da participação da comunidade, da influência e do impacto causado para o lugar e seus moradores. A primeira casa a ser visitada é de Gel – filho do Sr. André – e namorado de Rose, local este em que ficaria hospedada no final de semana e sou recebida com um café da manhã a sombra da mangueira no quintal, para degustar do aipim orgânico da roça e um menor – conhecido como café preto na região -. Conversamos sobre o local, ela apresentando suas ideias, vivências, práticas e destacando as experiências turísticas que seriam viáveis na Comunidade.

A visita começa com o trajeto até o Rio Joanes, passando pela casa da Sra. Candoca – hoje abandonada pela violência e o roubo sofrido por ela -, o caminho pela mata exalta a beleza das plantas e flores nunca vistas, mas ao chegar ao rio uma imagem com muitas “bailarinas” e/ou vitórias régias cobrindo grande parte das margens, e um tacho de ferro em meio a vegetação rasteira. Subindo novamente, partimos para a casa do Sr. Francisco Firmino dos Santos, a Rua Alto da Mangueira – onde os jovens realizaram uma oficina de percussão com o morador Raimundo dos Reis e, retornamos para casa e horário do almoço, com uma moqueca de mamão verde e suco de Jenipapo a ser preparado para a manhã seguinte.

Já o evento contou com aproximadamente 50 (cinquenta) pessoas, organizado por Rose Braga e a colaboração de alguns moradores como Sr. André, Sr. Dadu, Sra. Cristina, Angélica e Jaciara (filhas do Sr. André), Vivita (nora do Sr. André), Solange (amiga e parceira de Rose), Marta Zulu e essencialmente as pessoas da Família Santana dos Santos no trabalho e prosseguimento do evento como um todo. Diante disso, percebo que o desenvolvimento turístico, talvez não fosse um projeto da comunidade, mas uma ação de um membro externo – outsiders -. Indivíduo que, pode ser considerado como uma “de fora”, assim como a pesquisadora, situação essa justificada por Norbert Elias e John L. Scotson, no livro “Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade” publicado em 2000, do qual afirmam que:

Na língua inglesa, o termo que completa a relação é outsiders^ os não membros da “boa sociedade”, os que estão fora dela. Trata-se de um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que aqueles que unem os established. A identidade social destes últimos é a de um grupo. Eles possuem um substantivo abstrato que os define como um coletivo: são o establishment. ELIAS, Norbert; SCOTSON, John, 2000, p.7.

Tal afirmação tem um caráter ambíguo e de interpretação, os “de fora” ou “Os outsiders, ao contrário, existem sempre no plural, não constituindo propriamente um grupo social” (ELIAS, Norbert; SCOTSON, John, 2000, p.71), por exemplo no caso estudado por Norbert Elias, os de fora eram os não proprietários, não sindicalizados e por mais uma série de variáveis eram considerados pelos de dentro, como não pertencentes àquele bairro/ da Inglaterra. Neste caso, a Comunidade de Cordoaria e do ponto de vista da análise dos dados levantados, “os de fora” podem ser compreendidos como todos os moradores não nascidos na Comunidade, mesmo que em agrupamentos próximos como Terra Maior ou Pau Grande, assim como, as instituições religiosas e ações sociais no território, que são organizados – em sua maioria – por membros externos, políticos e empresas não pertencentes aos moradores e, os oriundos de outras cidades e municípios da Bahia e da região Nordeste, mas trazidos por caráter de casamentos, compadrios e relações sociais, como ocorre com a interlocutora deste trabalho.

A Interlocutora, Rose Braga, apresentou-me e fez a minha inserção neste território, onde desde a primeira vez, já senti uma sensação de já ter estado neste local – até me arrepia e dá um frio na espinha mencionar tal fato. A relação estabelecida parecia já ter existido, -

coisas que não se explicam – e, principalmente quando conheço o mais velho, lúcido, falante e aberto a novos diálogos – Sr. Firmino Francisco de Matos – nascido em 09 de Março de 1912 e com seus 106 anos de idade completados em 2018. Recebe-me em sua varanda, sentado e olhando o movimento na rua (Importante destacar que, nos 30 (trinta) minutos aproximadamente que permanecemos conversando, se passaram duas pessoas e uma motocicleta foi muito).

Nesta entrevista, relembra Sr. Firmino – como é conhecido - o momento de sentar na varanda, situação cotidiana que faz parte de sua rotina, onde reside com as filhas e filhos, netos e netas, bisnetos e bisnetas. Também menciona, quando participou de um Programa televisivo, que lhe pediram para falar o que quisesse sem roteiros ou scripts e, ele mesmo diz: “falei um monte de bobagens e, eles aplaudiram, mas também se convidasse de novo, não iria mais” (Sr. FIRMINO, 08/07/2017).

Continuando a conversa, questiono sobre os filhos e, diz que alguns estão em minha terra (São Paulo), outros em Salvador e em Camaçari, mas que não é acostumado a ir para esses lugares, quando sai de sua casa na comunidade e vai para a cidade fica preso em um apartamento, questionando: Como é possível viver assim? Como é São Paulo? O que fazemos? Como andamos pela cidade? E outras informações deste contexto estressante e completamente diferente da tranquilidade, da paz e da “calmaria” na qual vive cotidianamente. Explico que, em São Paulo é muito comum tal situação de moradia e, começa a inverter a troca de relatos - de pesquisador para entrevistado -.

Outro ponto a destacar desse diálogo, o tempo todo somos observados pela filha, filho ou netos – não sei distinguir a primeira vista –, eles ficam na janela e atentos a toda fala ou palavra e, sem nenhuma interrupção, exceto quando um dos netos adentra o quintal com sua moto e, neste momento minha interlocutora solicita que continuemos a nossa caminhada pelo Quilombo. Mas, por mim a caminhada e o percurso poderia se encerrar neste contexto e, ficaria horas sentadas conversando ou só ouvindo os relatos, que em nenhum momento – pelo menos no contato inicial – perguntei como se estabeleceu no Quilombo.

Em outro dado momento, durante a primeira visita à Comunidade de Cordoaria, conversando informalmente na varanda da casa do Sr. Angelino – conhecido como Gel –, onde fiquei hospedada na ocasião da “Feita de Farinha –, vivência promovida pelo Grupo de Ação e Assistência ao Quilombo de Cordoaria (GAAQC) com a cooperação de dois

agricultores – Sr. Florisvaldo Ferreira Gomes (Dadu) e Sr. Angelino dos Santos (Sr. André)², algumas moradoras para a confecção da refeição, na produção do Beiju e da Farinha de Mandioca. Nesta experiência, auxilio o Sr. Dadu para o registro dos visitantes a Casa de Farinha em seu caderno, que servirá para contabilizar o público e demonstrar o interesse e o benefício desta infraestrutura para as famílias na comunidade (sem saber que, ele e sua família futuramente seriam os meus anfitriões em sua vida e em sua casa, sendo que, ele havia me visto uma única vez).

Nesta perspectiva é importante destacar: Quem é o Sr. Dadu? Qual a relevância dele para a pesquisa do mestrado? De que modo auxilia no trabalho de campo? E sua família? Como chega na comunidade? Essas e outras perguntas são relevantes para contextualizar a chegada no campo de estudo.

No que diz respeito ao Sr. Dadu e sua família são os responsáveis por meu acolhimento, recepção e trabalho de campo na Comunidade de Sucupira, estendendo a Cordoaria, a Feira de Camaçari e ao território pesquisado, sem eles nada teria sido possível, sem a sua “guarida” na residência – sem nem me conhecer (apenas ter-me visto uma única vez na Feira da Farinha), a estadia na casa de sua filha Luciene, netas Maria Clara e Danielly (que nunca haviam visto-me ou conheciam-me), a recepção de todos os familiares e, principalmente a Sra. Maria do Carmo – esposa do Sr. Dadu –, também não sabia quem eu era, nem de onde eu vinha, mas recebeu-me de portas abertas e como uma pessoa da família.

Sendo assim, Sr. Dadu mora na Comunidade de Sucupira há mais de 50 (cinquenta) anos e, oriundo da cidade de São Sebastião do Passé/BA, mas residiu com seus familiares desde pequeno na região, constituindo família, filhos e netos nesta localidade. É casado com Sra. Maria do Carmo de Matos e os filhos - Esivaldo, Alberto, Luciene, Lígia, Flávio, Maria Antônia, Antônio e Edelman. Suas netas são Maria Clara (10 anos), Danielly (7 anos) e Ana Flávia (6 anos) e os netos, Lucas (6 anos), Emanuel (5 anos), Joaquim (1 ano) e Marina (nascerá em 3 meses).

Retomando, a primeira visitação a Comunidade de Cordoaria - Julho de 2017 –, no qual é estabelecido a “teoria do primeiro contato” e o início do trabalho de campo e pesquisa acadêmica, com as visitas ao campo de estudo, contato com os interlocutores, levantamento de relatos e das narrativas de vida com a troca dialógica entre pesquisados e pesquisadora,

2 In memoriam.

observados e observadora e entre outras relações. Assim sendo, a obtenção dos dados e das informações sobre as famílias, as pessoas, as profissões, o modo de vida e o cotidiano em Comunidade e para a Comunidade.

Por conseguinte, descrevo quando sou apresentada ao Sr. André (in memoriam.) – morador pertencente a uma das famílias mais antigas da Comunidade – relatando que foi para o Quilombo com sua mãe e padrasto, porque foram expulsos da fazenda na qual eram trabalhadores e, nesta época estaria na fase da adolescência e, se recorda como era sua casa e a cama em que dormiam.

A casa era toda de palha, desde a armação, até as portas e janelas, que deveriam estar sempre abertas para o controle do fazendeiro e, durante a noite descia-se a cortina de palha como tentativa de cortar o vento. Mas, o mais cortante e moído era a cama, construída de varas de bambu e o colchão de folhas de bananeira, no qual ao contar esse momento da história mexeu as costas e faz um gesto de dor, como se estivesse revivendo aquela dor diária no corpo. Ressalta que, quando saiam da fazenda não lhes era permitido adentrar a casa e carregar os seus pertences, saiam apenas com a roupa do corpo e, foi assim que chegou ao Quilombo de Cordoaria.

Hoje, residem na comunidade, suas filhas (Maria Angélica, Maria Cristina e Jaciara) e filhos (José Angelino, José Carlos, José Braga e André Luís), netas/netos (Stefane e Jennifer; Ângela, Robson e Roberto; Ramon, Raylan e Cristina; Henrique e Roseane; Jadson e Jaciane; Jisele e Isabele), quase todos moram no entorno da casa e do estabelecimento comercial – que só abre aos finais de semana como um hobby e uma renda extra, além da conquistada com a venda dos produtos e alimentos plantados na área de arrendamento e em sua roça.

Nesta mesma visitação de final de semana ao Quilombo, converso com Sra. Candida (Candoca) - a Parteira, até então não sabia de sua profissão – e, a mesma ao me despedir digo que voltarei para fazer a pesquisa e o trabalho de campo e, ela diz: “porque já não fica aqui, pode já morar”, digo que tenho que estudar primeiro e dentre outros afazeres a cumprir na cidade, motivo pelo qual me trouxe ao Estado da Bahia. Voltando a frase da interlocutora, fica evidente a relação de confiabilidade entre os narradores e a pesquisadora, onde a fala expressa a memória e o interesse em desenvolver o estudo acadêmico para a temática de Comunidades Remanescentes de Quilombo.

1.2 TERRITÓRIO DE CORDOARIA – UMA TERRA ANCESTRAL INDÍGENA, NEGRA E QUILOMBOLA

A região é formada por várias comunidades dividindo o mesmo território de identidade, que não é o apresentado pelo estado da Bahia, mas as singularidades de cada localidade, de seus moradores e do seu modo de vida característicos, advindos de uma ancestralidade indígena – Aldeia Jesuítica do Divino Espírito Santo – e do processo escravocrata dos Engenhos de cana-de-açúcar, da distribuição de terras entre colonos estrangeiros e pequenos proprietários brasileiros (Colônia Boa União e a Colônia São José) e da Titulação Coletiva Definitiva do Território por meio da demarcação de terras quilombolas no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/BA).

Partindo-se para a contextualização histórica,

Não podemos deixar de ver o Quilombo como um elemento dinâmico de desgaste das relações escravistas. Não foi manifestação esporádica de pequenos grupos de escravos marginais, desprovidos de consciência social, mas um movimento que atuou no centro do sistema nacional, e permanentemente.
SOUZA, 2012, p. 18

Os territórios pertencentes às Comunidades Remanescentes de Quilombos, na contemporaneidade, possuem quadros de representações semelhantes ao Quilombo histórico de Palmares, onde a resistência, a luta e as relações sociais e familiares são a base e – talvez a força para continuarem. Resistência contemporânea da Comunidade de Cordoaria que, encontra-se desde o ano de 2012 com o processo administrativo no INCRA/BA para a titulação definitiva do território e a demarcação das terras quilombolas.

Percurso esse, iniciado em 2003 com a pesquisa acadêmica da autora Katia Nogueira Borges e, posterior publicação do livro “Estudos etnoecológicos na região metropolitana de Salvador, Bahia: comunidade tradicional e sustentabilidade” (2005) abordando os “intercâmbios tradicionais e a nova geração”, destacado pelos dados colhidos através de entrevistas com os moradores da Comunidade de Cordoaria, no qual “buscou retratar a realidade local dentro de uma ampla contextualização, transparecendo a multiplicidade das dimensões da sustentabilidade ambiental”, além do “conhecimento das trajetórias histórico-sociais e ecológicas dos sistemas de produção de uma comunidade rural, a partir de uma

contextualização espaço-temporal permitiu a compreensão das significâncias que estas novas formas de relação de produção assumiram no grupo” e, por fim no desenvolvimento do tema foram levantados dois argumentos:

A primeira baseou-se no fato de que Cordoaria configura-se como uma comunidade tradicional agrícola onde são desenvolvidas diferentes atividades produtivas voltadas para a economia de subsistência e fundamentadas nas práticas tradicionais de manejo e saber local” e a segunda premissa “firmou-se na proposição de que, a população local, frente aos novos arranjos territoriais, econômicos e ambientais ocorridos na região nos últimos setenta anos, reorganizou e recriou seus sistemas de produção e apropriação dos recursos naturais de forma a assegurar a sustentabilidade, a manutenção socioeconômica do grupo e garantir a sua segurança alimentar.

BORGES, 2005, p.14.

Desse modo, o trabalho acadêmico e os dados argumentativos indicados nos trabalhos antecessores, neste caso o trabalho de Borges - por ser um dos primeiros sobre o território da Comunidade de Cordoaria - passa a ser uma referência importante a qual contribui com a ampliação da análise dos dados relacionadas às práticas agrícolas tradicionais, algumas mantidas e outras alteradas pelas próprias dinâmicas das famílias e dos moradores na Comunidade. Assim, tal trabalho acadêmico possibilitou ampliar a concepção, haja vista que centraliza a pesquisa nas formas produtivas de economia de subsistência e comunidade tradicional agrícola.

A presente Dissertação de Mestrado sobre o território quilombola de Cordoaria é fundamentado na análise dos trabalhos acadêmicos anteriores, nas atividades do trabalho de campo e nas vivências de estadia realizada na Comunidade a partir de Dezembro de 2017 a Agosto de 2019, com períodos intercalados de imersão total na cultura e de residência superior a 2 (dois) meses, seguidos de viagens esporádicas, mensais ou quinzenais, de acordo com cada atividade, festividade ou acontecimento na região. Sendo eles, o Carna Jegue (Fevereiro/2018), a Primeira Corrida e Caminhada de Cordoaria (Abril/2018), os Aniversários da minha nova família e o meu (Maio/2018), a Reza de Santo Antônio, o São João e o Aniversário de Maria Clara de Matos da Cruz (09 anos) – neta do Sr. Dadu – e Sra. Maria do Carmo de Matos Gomes (60 anos) – Sra. Carminha –, esposa do Sr. Dadu – (Junho/2018).

1.3 RECURSO TEÓRICO E METODOLÓGICO

Os dados da pesquisa foram obtidos, a partir da metodologia do trabalho de campo, caderno de registro diário, vivências e experiências in loco, entrevistas semiestruturadas, questionários ou diálogos informais, leituras de trabalhos bibliográficos e referências de documentações publicadas sobre a Comunidade (desde o Diário Oficial da União, livros, documentários, jornal impresso e online e, dentre outras publicações da internet), pesquisas online, bibliotecas públicas e universitárias, documentos históricos no Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB) e do Arquivo Público Municipal de Camaçari/BA sobre a formação da Vila de Abrantes e do município de Camaçari (presentes a doação das terras para os indígenas de origem Tupinambás, a criação das vilas indígenas, a delimitação das terras doadas e informações relevantes para construção do panorama histórico da comunidade e seus primeiros moradores) – documentos estes que constam na APEB, em situação de deterioração e impossibilitando a leitura ou reprodução parcial de alguns. Conclusão, muitos documentos – em sua maioria – retratam e contextualizam o território ancestral indígena, mas a presença negra, escravizada e quilombola não foi possível delimitar um marco teórico documental, sendo tal fato demarcado pela oralidade e narrativa dos interlocutores com o cruzamento das diversas fontes e dos dados mencionados, tendo como resultado e objeto da análise nesta dissertação, que abordará sobre as terras ancestrais indígenas, a construção do território quilombola e da territorialidade da Comunidade de Cordoaria.

Todo este aparato teórico, metodológico ou documental poderia retratar:

[...] as perspectivas dos historiadores e dos estudiosos das ciências humanas da discussão sobre os modos de se ler, pensar e fazer a história no mundo de hoje. O grande objetivo da hermenêutica quando associada à pesquisa sobre o passado é a busca de métodos – e não de teorias fixas – que valorizem a transitoriedade e a historicidade das relações entre os gêneros. [...] Também nos permitem “reconstruir ou redefinir os processos de subjetividade, de identidade, da própria racionalidade no mundo contemporâneo, que se volta para o passado a fim de se reencontrar, devidamente relativizado no presente”.

LEITE, 2005, p.22.

Sob essa ótica, as teorias fixas e os documentos seriam reproduzidos e, sem análise ou discussão posterior, fato este que na Dissertação em questão ocorrerá na perspectiva analítica, revendo, analisando e contextualizando ao leitor as fontes, os documentos e dados obtidos durante a pesquisa e o trabalho de campo. Assim sendo, os dados das narrativas dos interlocutores e os documentos arrolados serão analisados na compreensão dos problemas apontados pela Comunidade, como por exemplo, a ausência de um Posto de Saúde, o acesso e a escassez de água, a inexistência de saneamento básico, o aumento da violência e alguns roubos a residências, as estradas de acesso ao transporte da feira, a infestação de muriçocas, insetos e cobras e dentre outros, ocasionados pela proximidade com a expansão territorial urbana, o desmatamento das matas nativas e o aterramento das minas/nascedouros de águas e dos brejos no entorno das terras quilombolas.

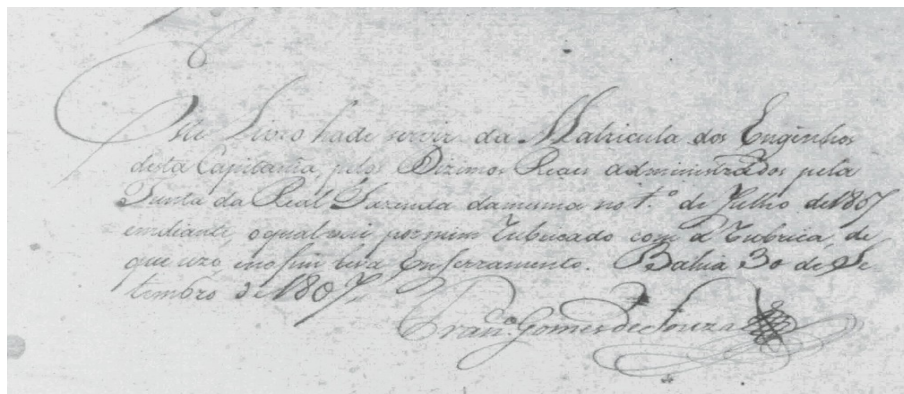
Diante disso, como pesquisadora de um segmento ainda não vivenciado e experienciado na prática, dirigi-me sem bagagem teórica e metodológica e cheia de conceitos ou preconceitos, visando verificar se este ou aquele autor podiam ser aplicados ou não na comunidade, se o modo de vida era condizente com o que referenciam as bibliografias e outros documentos e, assim sucessivo. Toda a dissertação e a sua construção foi elaborada com o trabalho de campo e entrevistas, dos quais neste momento, conseguia verificar o que realmente era importante destacar e escrever sobre, por isso, posso dizer que muito foi baseado na oralidade e, depois pelos livros, artigos, dissertações e, principalmente nos documentos históricos (que possibilitaram a construção de uma trajetória paralela as histórias e a oralidade tão presente na Comunidade e, conseqüentemente um paralelo do contexto na escrita e na história documental da região) e dentre outros materiais relativos a temática para o embasamento metodológico e teórico. Teoria esta que, muito ocorreu com a escuta sensível das entrevistas, dos áudios e dos questionários escritos, que foram os responsáveis por “dar vida” e realidade a este trabalho e a materialização física das experiências e das subjetividades do campo.

1.4 DESCRIÇÃO DAS FONTES DOCUMENTAIS

A descrição das fontes documentais do trabalho é relevante para o processo de obtenção dos dados e a intersecção com os problemas atuais enfrentados pela Comunidade, como a especulação imobiliária e o abandono de algumas casas, motivadas pela violência no ambiente rural.

Salientando-se ainda outro problema central da Comunidade de Cordoaria, no qual reside no enfrentamento, luta e resistência com o processo de exploração territorial pelo empreendimento residencial e, paralelamente com o cruzamento das fontes, dos relatos e das narrativas descritas originando-se a descoberta dos documentos históricos, como o Registro dos processos de terra na região de Abrantes datados dos anos de 1919 a 1943 e/ou a primeira metade do século XIX. Estes processos foram enriquecedores para rememorar os relatos orais, um deles diz respeito ao nome citado várias vezes no trabalho de campo, Sr. Miguel – um dos proprietários dos Engenhos da localidade –, que para a Comunidade aparece como representação da “propriedade” do Engenho. Nas fontes escritas constam como Engenho Olhos D’Água e a partir do cruzamento de fontes faz-se necessário apresentar os possíveis “proprietários” e “propriedades” do espaço geográfico na comunidade, conforme o livro 632 em sua abertura:

Documento 1: Abertura do livro de Matrícula de Engenhos (1807).



FONTE: APEB, 2019.

Este livro hade servir da Matrícula dos Engenhos desta Capitania pelos Dízimos Reais administrados pela Junta da Real Fazenda da mesma no 1º de Julho de 1867 emdiante, oque lavrei por mim rubricado com a rubrica de que uzo no fim [ilegível] [ilegível]. Bahia 30 de Setembro de 1807. Francisco Gomes de Souza.

De acordo com o livro de Matrícula dos Engenhos da Capitania da Bahia pelos Dízimos Reais Administrados pela Junta da Real Fazenda constam registrados nas terras da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria e no entorno geográfico de Abrantes:

Tabela 1: Engenhos na região de Abrantes (1818 a 1859).

NOME DOS ENGENHOS
Bom Jesus
Flor da Murta
Nossa Senhora da Victoria
São José do Cambuizinho
Solidão
Timbituba
Trapiche de Abrantes

FONTE: Matrículas de Engenhos da Capitania da Bahia (APEB, 2017)

De tal modo que, uma das hipóteses é a integração do território ancestral negro e escravista dos Engenhos de Cana-de-Açúcar no Recôncavo Norte ou atual Litoral Norte formados por estes locais. Os documentos, supracitados, também podem ser entendidos a partir dos indícios apontados nas entrevistas realizadas com os interlocutores da pesquisa no trabalho de campo como Sr. Dadu, Sr. Antônio e Sr. Firmino, remetendo aos Engenhos matriculados no Estado da Bahia entre os séculos XIX, datados de 1807 a 1872. Cabe ressaltar que, para contextualizar a localidade nos anos de Julho/1818 a Abril/1859, destacando-se os engenhos com distrito de Freguezia de Abrantes, Villa de Abrantes, Villa Nova de Abrantes, Rio de Joannes, nomes conhecidos deste recorte histórico e geográfico, dos quais engenhos catalogados são encontrados apenas 7 (sete) no Município de Abrantes.

Prova disso, é a entrevista concedida pelo principal interlocutor da pesquisa e do trabalho de campo, Sr. Florisvaldo Ferreira Gomes (Sr. Dadu), em 10 de Fevereiro de 2019:

PESQUISADORA: Quantos engenhos tinham aqui?

SR. DADU: 3

PESQUISADORA: Lembra os nomes? Ou onde eram?

INTERLOCUTOR: Era Engenho do Gregório, Engenho da Munganga e Engenho do Caboclo.

PESQUISADORA: Como era o último?

SR. DADU: Muganga.

PESQUISADORA: Quem eram os donos e onde eles moravam?

SR. DADU: Ficavam lá na Cordoaria, 2 e um nessa região nas imediações das terras onde tem a Fazenda Itaparica, naqueles fundos ali.

Dialogando com a documentação histórica teremos uma área de mata e/ou hectares pertencentes a Comarca de Mata de São João, no município de Abrantes de 33 (trinta e três) propriedades registradas. Desse modo, é possível afirmar que no século XIX, a propriedade da Comunidade seria bem superior a mantida e preservada nos dias atuais, assim como:

Brandão (1963) ressalta que o processo de fragmentação fundiária no município, iniciou-se a partir deste período e a sua consequência foi à formação de minifúndios em certas áreas onde, a população adensou-se progressivamente, vindo, em alguns casos, a nuclear-se em pequenos povoados. Provavelmente, aí se encontra a explicação referente ao fato comum da maioria dos moradores ligados às famílias originais não possuírem nenhum documento de posse das terras.
BORGES, 2005, p.41.

Relevante destacar que, algumas propriedades repetem-se no registro de terras (Machadinho, Mongubeira, Muricy, Osso do Boi, Parafuso e Sapucahy), mas com proprietários diferentes ocupando ou delimitando-se por terras devolutas, terras aludidas e terras do estado, mas com marcos principais e cravados partindo-se da “Sucupira”.

Sucupira essa que é a árvore, símbolo e nomenclatura de uma das comunidades pertencentes a Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria. A árvore era um marco de demarcação para o memorial descritivo das terras, sendo que na época, este localizava-se na atual Ladeira do Bambu, mas por degradação do tempo e por um incêndio na roça, a mesma não existe neste espaço.

Diante disto, os dados relacionados ao sistema da posse e propriedades das terras acima indicados serão analisados neste trabalho na perspectiva do método onomástico (GINZBURG,1989), podendo ilustrar ou contribuir para as hipóteses de argumentar a pesquisa, indicando que ali foi uma área de rota de fuga de escravos, portanto um antigo quilombo, cercado por fazendas ou “propriedades” de terras.

Considerando esse contexto, tem-se a hipótese de que as terras que compõem o território da Comunidade Remanescente de Cordoaria advém do Engenho, cuja decadência pode ter ocorrido em meados do ano de 1920, conforme afirma a autora Borges (2005, p.66): “o ciclo da cana-de-açúcar, até então corporificado pelos grandes latifúndios, começa a declinar a partir da década de 1920. Os moradores mais antigos relatam a existência de três engenhos voltados para a produção de rapadura que era comercializada em Salvador”. Desse

modo, tem-se uma grande área no local conhecida como Cajazeiras e, por ser também um dos nomes das propriedades citadas acima, teria a ser um indício ou probabilidade da instalação de engenhos na região da comunidade.

Por conseguinte, uma outra argumentação é a denominação de remanescente, isso porque, as terras, as identidades, o abandono dos engenhos e sua decadência na região açucareira da Bahia indicaria a permanência de pretos e de pobres, conseqüentemente a de ex-escravizados ou ex-trabalhadores deste mercado produtivo. Assim tem-se a sobreposição de cultos religiosos (matriz africana – Candomblé), seguido pelo soterramento com a instalação da Igreja Católica Nossa Senhora Santana e, atualmente as denominações Evangélicas suplantando as práticas e as heranças negras da Comunidade e, também como as fazendas denotam um espaço com trabalhadores negros e indígenas. Indígenas esses que remontam a história de Vila de Abrantes desde o início da colonização portuguesa e na nomenclatura de Aldeia do Divino Espírito Santo, que ainda hoje permanece no nome da Igreja Matriz Divino Espírito Santo, localizada no centro de cidade e marco do “processo civilizatório” e populacional da região. Além disso, o nome também repete-se em uma das famílias na Comunidade de Cordoaria, onde é detentora da área localizada próximo ao Rio Joanes e a Ilha.

Seguindo os sobrenomes recorrentes da pesquisa documental e dos atuais moradores teremos o “proprietário” Paulino José de Mattos com a possibilidade de parentesco da Sra. Maria do Carmo de Matos, mas este nome não foi recordado pela interlocutora, conforme orientação da árvore genealógica a ser descrita no capítulo subsequente.

1.5 PERCURSO HISTORIOGRÁFICO

Partindo dessa premissa, ressalto o percurso e o processo de levantamento dos documentos históricos na pesquisa, elaboração e indícios do território da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria no contexto baiano, documental e historiográfico.

Primeiro saliento que, não sou historiadora, mas por outros caminhos a trilhei, com a Graduação de Turismo, a especialização e, assim pela cultura negra me interessei, iniciando

em São Paulo e, nos anos de 2017 até a Bahia direcionei, minha vida e meu novo percurso acadêmico.

Em segundo lugar, tentei um Arquivo aqui e outro ali, mas os documentos - alguns deles - ilegíveis de ler e principalmente entender o que nele podia aparecer.

Parti para o terceiro passo, começo a disciplina de Paleografia na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em Cachoeira, no período noturno, nada simples chegar em casa. O curso acabava e a corrida começava, estudava no Centro e também ali morava, o que me facilitava, mas as pessoas não seguiam para o mesmo caminho, então a companhia da minha mãe em muito me auxiliou. A disciplina exigia, em cada aula, a transcrição de diferentes documentos, séculos XV em diante. Posteriormente em Salvador, no Museu da Imprensa com a Oficina de Paleografia, suas técnicas de transcrição, a cada letra que pode se alterar de um documento para outro, o cuidado com luva e máscara - algo nunca pensado - e a saúde que também pode ser afetada, principalmente para quem tem rinite alérgica, a pó e a tudo que antigo pode aparecer. Mas, nenhum problema pode interromper este caminho e, as descobertas por um lado, a história e as narrativas dos moradores e a procura de um documento escrito para confirmar o fato histórico, mas em alguns isso não foi constatado.

A fim de comprovar o que foi dito, começo com os Engenhos, em uma exposição de “Casa de Pulgar” no Museu de Arte da Bahia, onde retratava os engenhos na região do Recôncavo, assim surge a ideia da Matrícula dos Engenhos, mas os nomes ditos pelos moradores não foram localizados. Então um novo percurso, precisava ser trilhado, vamos para a Genealogia da Família, um novo documento surge em meio aos processos de terra da região, com o Sr. Paulino José de Mattos, podendo ser um indício do parentesco da família interlocutora e a ancestralidade do território. Mas, a escrita não é a mesma, o segundo ‘T’ desapareceu e a propriedade de Terras permaneceu, com a família ainda residindo na Fazenda Ilha, período este desde os anos de 1919 até 2019. Assim, estabeleço a construção do período histórico e o recorte da comunidade, essencial para desvendar muitos outros percursos, histórias e narrativas que podem em algum tempo se revelar.

1.6 RECURSOS AUDIOVISUAIS

Os recursos e métodos audiovisuais podem ser interessantes e completos para o registro e a reprodução “fidedigna” de um povo ou comunidade tradicional, diz respeito ao fato de tratar-se de uma representação social da qual os indivíduos pretendem e desejam se mostrar aos demais e para a sociedade externa a seu grupo identitário, isso significa que, talvez a estória ou fato relatado não seja inteiramente digno e real do passado e da realidade local, mas apresenta a perspectiva do narrador e de sua história e, não a comunidade imaginada ou idealizada pelo pesquisador.

1.7. ESTRUTURAÇÃO TEXTUAL

A Dissertação é composta por quinze capítulos, os quais estão estruturados em três unidades que permitem destacar os aspectos relevantes realçados pelos interlocutores desta pesquisa realizada durante as etapas do trabalho de campo nos quais foram surgindo as questões e os desdobramentos das mesmas e, que poderão auxiliar a comunidade com o processo de identificação do território, junto aos Órgãos/INCRA-BA responsáveis pela Demarcação e Emissão da titulação das Terras para a Comunidade.

O objetivo da primeira parte, intitulada *Historicidade da Terra: memórias das terras da Comunidade de Cordoaria* consiste em demonstrar os indícios do território, atualmente, reconhecido como pertencente à Comunidade de Remanescente de Quilombo de Cordoaria. Cujas análises tendem a evidenciar que o espaço em questão pode ter sido uma área de rotas de fugas de escravos no período que antecede o Pós – Abolição. Prova disso, é o primeiro documento a ser considerado neste trabalho datado de 1818, no qual relacionam-se a área cercada por 3 (três) Engenhos. Posteriormente, a decadência desses empreendimentos açucareiros, constam 33 (trinta e três) fazendas ou proprietários de terras – datados de 1919 a 1943 - caracterizadas pela hipótese de que se tratavam de Engenhos constituídos por antigas “fazendas de escravos” –, tendo em vista o contexto histórico baiano e da região supracitada, o período de análise deste capítulo engloba o Pós Abolição (Engenhos) e o Período

Republicano (Processos de Registro de Terras), haja vista que a documentação coligida. Para finalizar, este capítulo terá a descrição e análise da documentação sobre o território referente ao contexto do pós abolição, a constituição das fazendas de engenhos e demonstrando as linhagens dos trabalhadores - caso do Sr Firmino –, a árvore de Sucupira como marcador do território e Árvore Genealógica das famílias constitutivas do território de Cordoaria na contemporaneidade, sendo comprovadas através de figuras, fotografias, mapas e documentos, que devem referir-se a memória dos interlocutores.

Na segunda parte *Os mais velhos que me corrijam, porque sou pequena diante do saber (ou conhecimento) de vocês*, o tema a ser abordado é o Território do presente: permanências e alterações no mundo contemporâneo

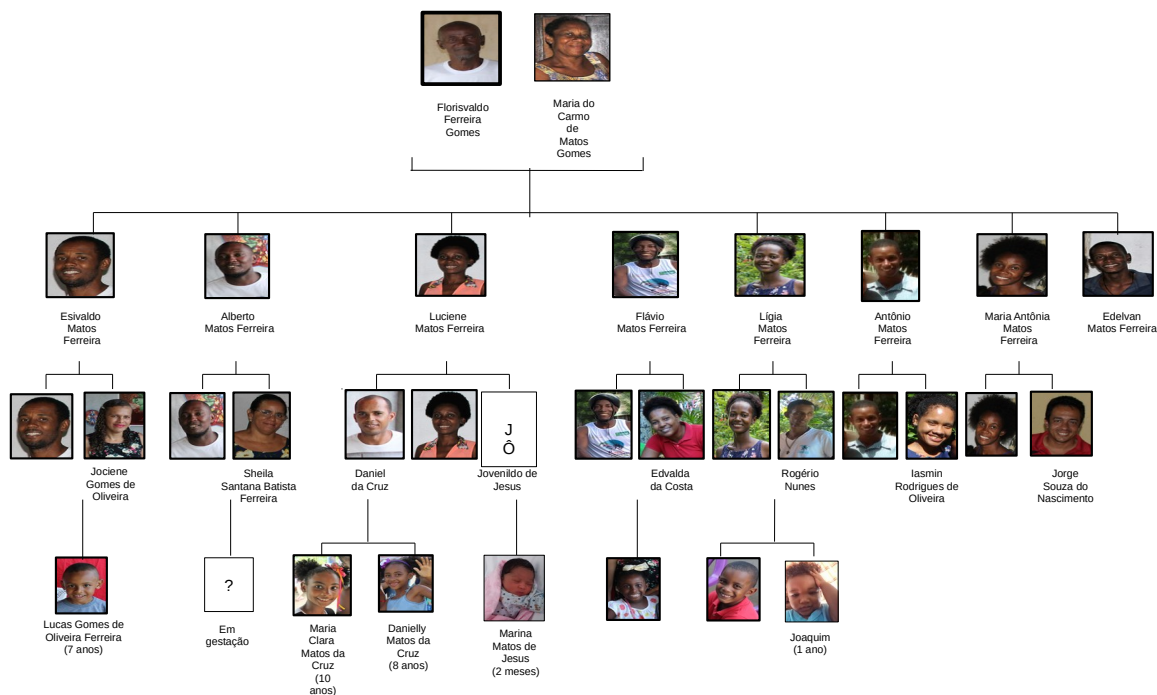
Por fim, na terceira parte *Conhecer, entender e empoderar* centraliza-se em descrever o contexto do território contemporâneo da Comunidade de Cordoaria na sua relação de existência e de reexistência “amparadas” por seus antepassados, com o Território do futuro: perspectiva da exploração imobiliária e da resistência negra e entre outras temáticas. Tratando-se de demonstrar em que medida as novas e futuras gerações ocupem ou não os desafios do território instigado pela especulação de capital, de grandes empreendimentos, a migração urbana, o êxodo rural, a violência e tantas problemáticas atuais pela motivação de trabalho, educacional ou mudança de vida e entre outras peculiaridades possíveis e hipóteses passíveis de estudos e pesquisas futuras.

**PARTE I –
Se eu não tenho história, eu não sei para onde caminhar (ou vou).**

A primeira parte da Dissertação, intitulada “Se eu não tenho história, eu não sei para onde caminhar (ou vou)” será apresentada em três capítulos abordando a Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria com o enfoque na história, no território e na constituição genealógica dos seus membros. Desse modo, no Capítulo I - Historicidade da terra: terras de memória, a análise tende a evidenciar que o espaço em questão pode ter sido uma área de rotas de fugas de escravos no período que antecede o Pós – Abolição. Já no Capítulo II - De indígenas para quilombolas: desde a Aldeia do Espírito Santo para Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria, objetiva a contextualização histórica da região com a presença dos jesuítas e a transformação de Aldeia Indígena para território de Engenhos com plantações de cana de açúcar e, posteriormente a Certificação de Autorreconhecimento de Comunidade Remanescente de Quilombo pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2005. Para finalizar, o Capítulo III - O quilombo e suas alterações legais, é um compilado de informações sobre as legislações, decretos, portarias e normativas que constituíram o termo Quilombo, além dos estudos acadêmicos de Teses e Doutorados desenvolvidos no Brasil de 1988 a Outubro de 2018.

CAPÍTULO I – Historicidade da terra: terras de memória

Ilustração 1: Árvore genealógica da Família Matos Ferreira



FONTE: Silva, 2019³.

O capítulo *A historicidade da terra: terra de memórias* consiste em demonstrar os indícios do território, atualmente, reconhecido como pertencente à Comunidade de Remanescente de Quilombo de Cordoaria. Cujas análises tendem a evidenciar que o espaço em questão pode ter sido uma área de rotas de fugas de escravos no período que antecede o Pós – Abolição. Prova disso, é o primeiro documento a ser considerado neste trabalho de Dissertação data de 1818, no qual relacionam-se a área cercada por 3 (três) Engenhos. Posteriormente, a decadência desses empreendimentos açucareiros, constam 33 (trinta e três) fazendas ou proprietários de terras – datados de 1919 a 1943 - caracterizadas pela hipótese de que se tratavam de Engenhos constituídos por antigas “fazendas de escravos” –, tendo em vista o contexto histórico baiano e da região supracitada, o período de análise deste capítulo engloba o Pós Abolição (Engenhos) e o Período Republicano (Processos de Registro de Terras), haja vista a documentação coligada. Para finalizar, este capítulo terá a descrição e

3 SILVA, Lilian Soares da (2019). Árvore genealógica da Família Matos Ferreira construída pela pesquisadora com informações do trabalho de campo.

análise da documentação sobre o território referente ao contexto do Pós Abolição, a constituição das fazendas de engenhos e demonstração das linhagens dos trabalhadores - caso do Sr Firmino –, a árvore de Sucupira como marcador do território e Árvore Genealógica das famílias constitutivas do território de Cordoaria na contemporaneidade, sendo comprovadas através de figuras, fotografias, mapas e documentos, que devem referir-se a memória dos interlocutores.

Nessa perspectiva, os principais interlocutores foram a Família Matos Ferreira - apresentada como abertura do capítulo em sua árvore genealógica e na fotografia antiga do casamento realizado em julho de 1979 - por Sr. Florisvaldo Ferreira Gomes e Sra. Maria do Carmo de Matos por Padre João, seus filhos Esivaldo, Alberto, Luciene, Flávio, Lígia, Maria Antônia, Antônio e Edelvan. Suas netas, Maria Clara (10 anos), Danielly (8 anos) e Ana Flávia (8 anos) e os netos, Lucas (6 anos), Emanuel (5 anos), Joaquim (1 ano), Marina (1 mês) e, outro/outra em gestação.

Fotografia 1: Casamento da Sra. Maria do Carmo de Matos e Sr. Florisvaldo Ferreira Gomes (Julho/1979).



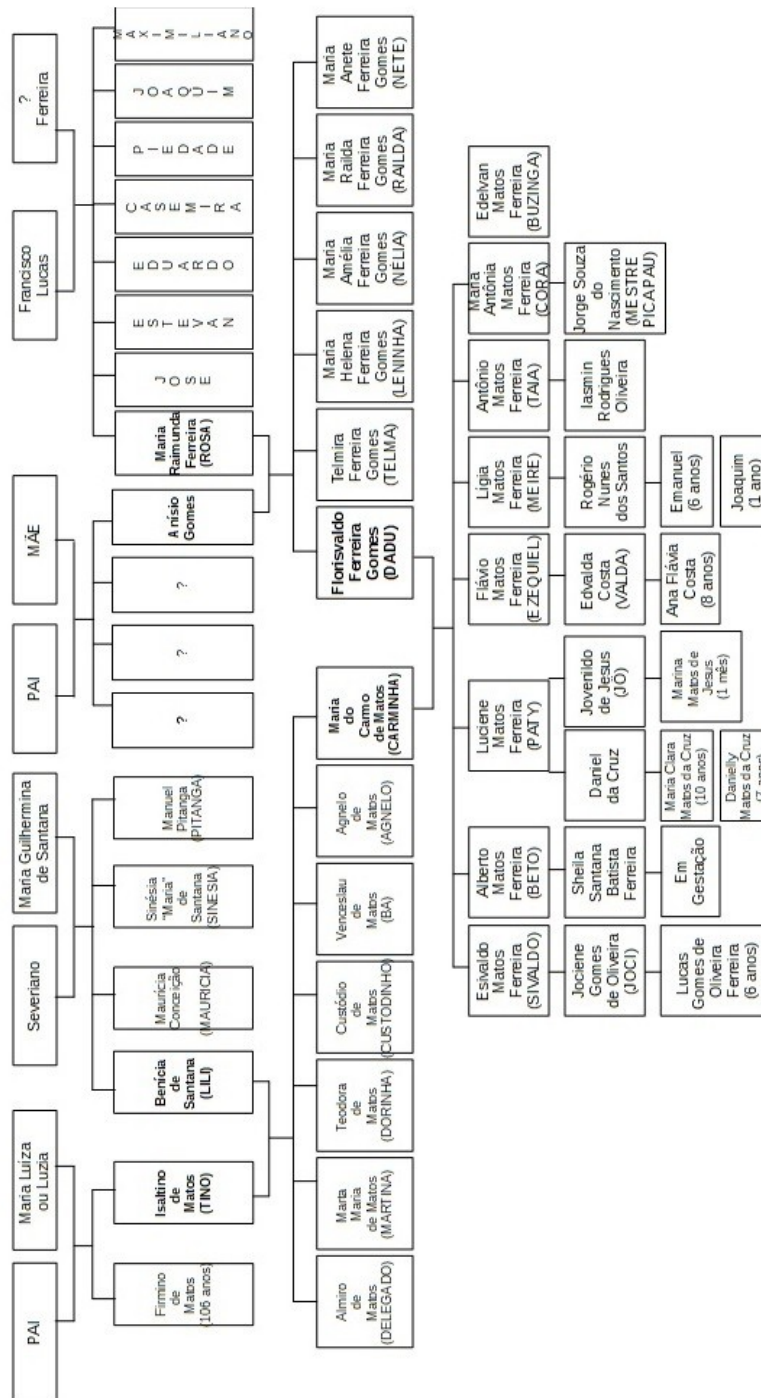
FONTE: Trabalho de campo, 2018.

Analisando-se os sobrenomes e a formação das gerações com casamentos e uniões teremos uma modificação dos principais nomes – Matos e Ferreira – para diferentes junções, normalmente formadas pelo sobrenome feminino e por último o sobrenome masculino, assim transformando-se em Matos da Cruz, Gomes de Oliveira Ferreira e Ferreira dos Santos.

Desse modo, em alguns casos a genealogia da família pode vir a ser um dos indícios da historicidade de ocupação do território. Os sobrenomes com grafias distintas, da qual em uma geração tem-se a duplicidade da letra T e, na geração seguinte, a mesma é reduzida a uma única consoante. Tal procedimento, indica uma relação de poder, do consciente coletivo e um espaço de dominação. Neste caso, um exemplo disso é a Comunidade Kalunga e Calunga de Goiás, do qual é a manutenção do poder da colonização e, tal modo os efeitos dela atravessam os dias atuais, provocando um “apagamento”, transmissão ou perpetuação das singularidades familiares e históricas de uma comunidade, esteja ela independentemente de lugar ou região.

Ampliando-se a genealogia da Família Matos Ferreira teremos:

Ilustração 2: Árvore genealógica da Família Matos e Família Gomes Ferreira construída pela pesquisadora

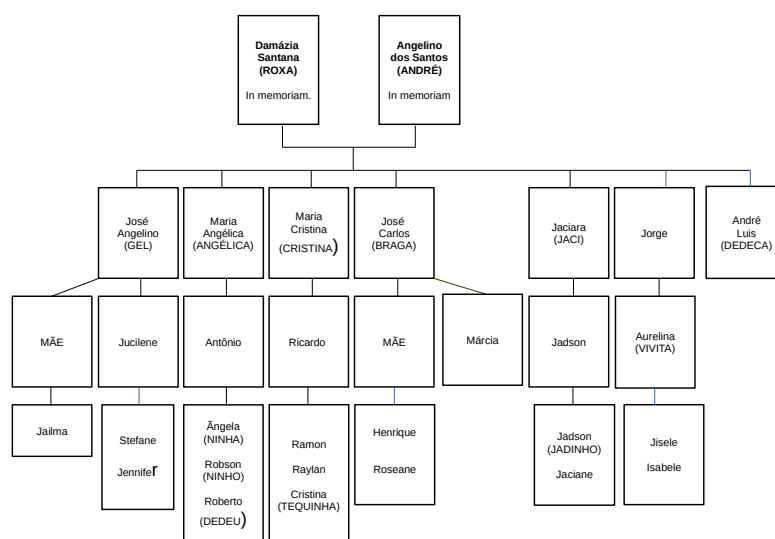


FONTE: Silva, 2019⁴.

4 SILVA, Lilian Soares da (2019). Árvore genealógica da Família Matos e Família Gomes Ferreira construída pela pesquisadora com informações do trabalho de campo.

Na comunidade a Família Santana dos Santos é uma das mais antigas na região, desse modo sua genealogia no território permeia aos anos de 1919, quando um dos indícios apresenta o proprietário de terras denominado como Joaquim de Sant’Anna Mello. Diante disso, elabora-se a árvore genealógica da Família Santana dos Santos:

Ilustração 3: Árvore genealógica da Família Santana dos Santos construída pela pesquisadora.



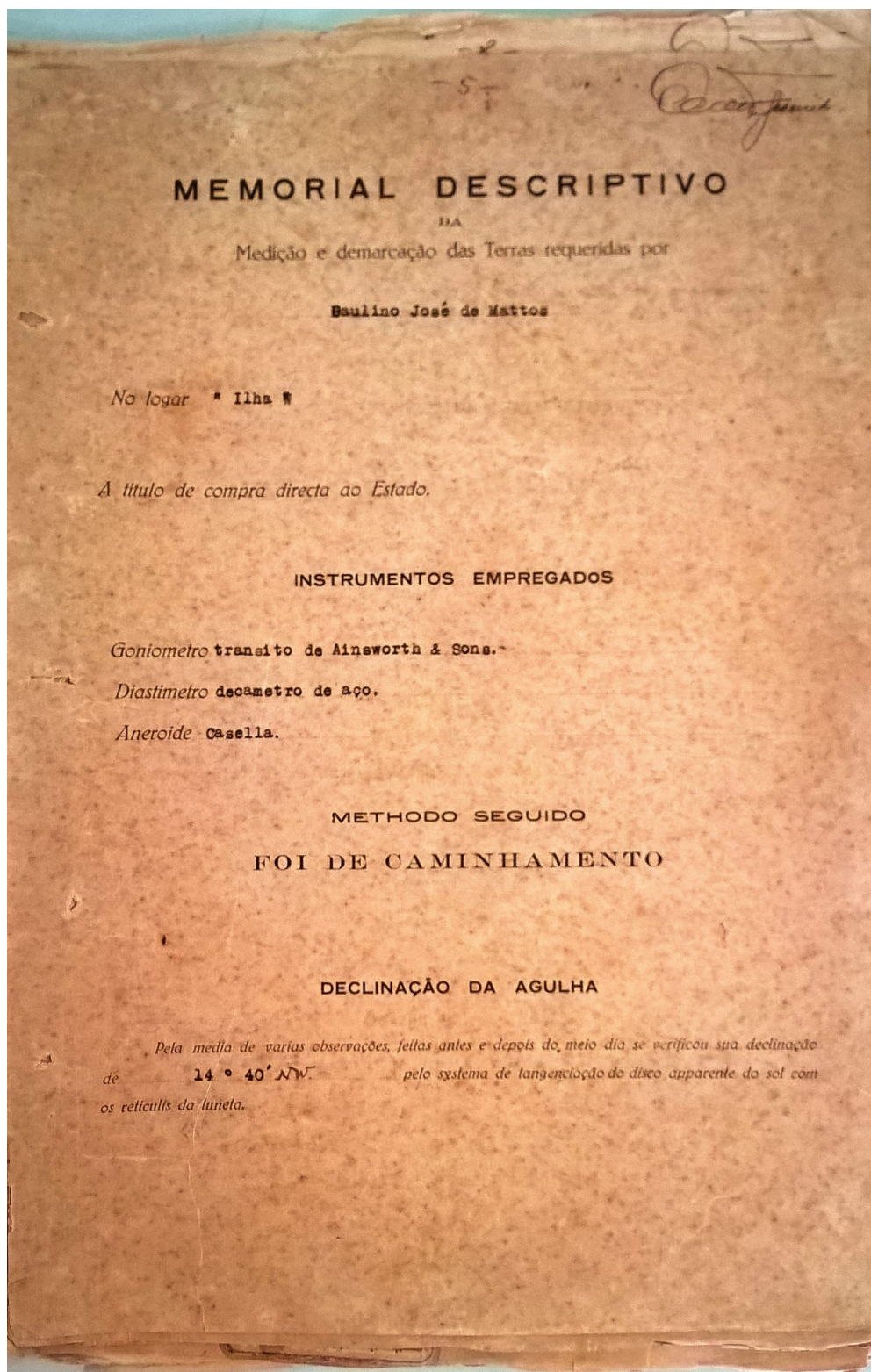
FONTE: Silva, 2019⁵.

A genealogia das famílias Matos Ferreira e Santana dos Santos é um marcador da ocupação ancestral nas terras rurais negras e quilombolas, possibilitando um indício de demarcação territorial datada de um século (1919 a 2019) – baseando-se nos documentos históricos localizados e, comparando-se com a Matrícula dos Engenhos da Capitania da Bahia este período é ampliado para dois séculos, quando têm-se os registros dos anos de 1818 a 1859 dos engenhos na localidade de Abrantes, Villa de Abrantes, Villa Nova de Abrantes e Rio de Joanes.

Um dos resultados apontados pela pesquisa documental é o processo de registro de terras do proprietário Paulino José de Mattos (ANEXO A), sendo um dos principais indícios de parentesco dos interlocutores com o território quilombola. Documento este que, apresenta o Memorial Descritivo da medição das Terras requeridas pelo proprietário, no Logar “Ilha”, á título de compra directa do Estado datado de 1927.

5 SILVA, Lilian Soares da (2019). Árvore genealógica da Família Santana dos Santos construída pela pesquisadora com informações do trabalho de campo.

Documento 2: Memorial Descritivo do proprietário Paulino José de Mattos.



FONTE: Trabalho de campo, 2019.

Por um lado, na descrição das “condições orográficas e hidrográficas” do memorial descritivo apresenta-se:

Documento 4: Condições orográficas e hidrográficas das terras do proprietário Paulino José de Mattos

Condições orográficas e hidrográficas

O terreno é quasi todo ilhado por meio de riachos que se cruzam, todos elles de bôa agua e permanentes; apenas a faixa comprehendida entre os marcos principaes nos. 4,5,6 e 7 está situada na encosta de uma collina, em cujo alto passa a estrada de Abrantes-Parafuso.-

FONTE: Trabalho de campo, 2019.

Condições orográficas e hidrográficas

O terreno é quase todo ilhado por meio de riachos que se cruzam, todos elles de bôa agua e permanentes; apenas a faixa comprehendida entre os marcos principaes nos. 4, 5, 6 e 7 está situada na encosta de uma collina, em cujo alto passa a estrada de Abrantes-Parafuso.

Se analisar a confrontação com o terreno e suas “vias de comunicação existentes e convenientes de estabelecer” têm-se que “a posse é mal servida de estrada, tendo apenas a limital-a a Estrada Real de Parafuso para a Villa de Abrantes”, conforme documento histórico:

Documento 5: Vias de comunicação e acesso as terras do proprietário Paulino José de Mattos.

Vias de communições existentes e convenientes de estabelecer

A posse é mal servida de estrada, tendo apenas a limital-a a estrada real de Parafuso para a villa de Abrantes.-

Avaliação dos moveis e immoveis

Não existem.

OBSERVAÇÕES

A posse dista cerca de 10 kilometros do arraial de Parafuso e 4 kilometros da villa de Abrantes.

Cada hectare poderá ser vendido á razão de 5\$000.-

FONTE: Trabalho de campo, 2019.

Vias de comunicações existentes e convenientes de estabelecer

A posse é mal servida de estrada, tendo apenas a limitada a estrada real da Parafuso para a villa de Abrantes.

Avaliação dos moveis e immoveis

Não existem.

OBSERVAÇÕES

A posse dista cerca de 10 kilometros do arraial de Parafuso e 4 kilometros da villa de Abrantes.

Cada hectare poderá ser vendido á razão de 5\$000.-

Assim sendo, as terras de propriedade do Sr. Paulino José de Mattos é descrita nas Observações como “a posse dista cerca de 10 kilometros do arraial de Parafuso e 4 kilometros de villa de Abrantes”, tendo em vista o marco inicial a Sucupira e *sem avaliação de moveis e immoveis* na localidade.

Em continuidade, no passado a técnica da demarcação ou marcador territorial eram as árvores, assim como mostra no Memorial Descritivo de todos os proprietários da região, onde o marco principal é a Sucupira e os marcos cravados – que seriam o entorno da propriedade – é o limite com outras terras. Neste ponto, essa demarcação por árvores foi lembrada pela neta do Sr. Dadu (62 anos) e Sra. Carminha (60 anos) - Srta. Danielly Matos da Cruz (8 anos) –, quando afirma que “cada um tinha uma árvore no terreno, a mãe uma jaqueira ou mangueira, da qual foi derrubada para a construção da casa”, e outras ainda existem no terreno, plantadas e destinadas a cada um dos 8 (oito) filhos do casal. Seguindo tal temática, Sr. Dadu⁶ relata:

PESQUISADORA: Como é a árvore da Sucupira? Ainda tem aqui na comunidade?

Srta. DANIELLY: Que tem bem ali, tem duas

Sr. DADU: Geralmente para marcar os rumos, geralmente para fazer sombra,

Srta. DANIELLY: Tinha uma que era Sitio Sucupira, a maior de todas

Sr. DADU: Ela dividir a terra. Não tinha uma só. Ali tinha outras Sucupiras adiante, mas não era para dividir. Assim, tem um local que tinha muita Sucupira, por exemplo, em Parafuso tinha muita. Lá onde tem uma casa abandonada.

PESQUISADORA: De onde vem o nome das comunidades?

Sr. DADU: Os nomes eram dados pelas árvores. Os nomes eram dados a partir da vegetação que se tinha.

PESQUISADORA: Para que serve a Sucupira?

Sr. DADU: Mais para a carpintaria, para móveis, é móvel muito caro móvel de Sucupira.

6 Entrevista concedida a pesquisadora em 10 de Fevereiro de 2019, por Sr. Florisvaldo Ferreira Gomes, morador há mais de 50 anos da Comunidade de Sucupira e acompanhada da neta Danielly Matos da Cruz (7 anos). Ressalto que, durante várias ações ou entrevistas que estava conversando ou aprendendo alguma atividade, a Danielly estava ao lado, atenta e muitas vezes participava com suas falas espontâneas e suas dúvidas, quando as tinha.

Outro ponto é importante ressaltar sobre o território e seus moradores mais antigos, quando Sr. Dadu (10/02/2019) menciona:

Era o Padre João e o proprietário anterior era um português, Basílio, e a outra era de Mario e, são esses dois proprietários que fizeram a doação. Os antigos donos eram Umberto, Gertrudes, Gaudência era titular daí foi passando para Mané Fernandes, que era avó de Raimundo e, aí foi passando para a geração de hoje. André passou a ter terra por causa de roxa, os santana sempre foram originário dali, e os reis de Mané Fuminho, eram os principais donos. A Ilha já é uma fazenda, e como tinha o rio, o rio fazia uma bifurcação.

Assim sendo, a demarcação do território denominado Ilha consta do registro de terras como propriedade á Paulino José de Mattos, conforme documentos supracitados anteriormente, e logo tem um novo indício da genealogia e da continuidade de parentesco com a Sra. Maria do Carmo Matos Ferreira – esposa do Sr. Dadu – nascida e criada neste agrupamento étnico da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria. O território da propriedade Ilha, ainda hoje, é ocupado pela família com a presença da irmã - Marta Maria de Matos –, sobrinhas, sobrinhos, netos e netas.

Analisando-se a contemporaneidade específica e direcionada para os povos e comunidades tradicionais, que objetivam a preservação, manutenção e transmissão destas culturas, hábitos e costumes ancestrais. Ancestrais ou antepassados que, por vezes, não contaram a sua história ou transmitiram para os mais novos e, em alguns casos ela perdeu-se com o tempo, por isso da relevância dos relatos, das narrativas e dos registros orais das “bibliotecas vivas”, que são os mais velhos, fontes orais cheias de singularidades, riquezas e peculiaridades próprias que retratam e revelam todas as angústias, experiências, vivências e saberes.

Para algunos movimientos, comunidades e intelectuales indígenas y afrodescendientes, especialmente de la región andina, la caracterización ES de momentos simultáneos de avance y retroceso, momentos todavía concebidos – em el horizonte actual y de larga duración – como luchas de descolonización, luchas que aún requieren el aprendizaje, desaprendizaje y reaprendizaje, la acción, creación e intervención. Son estos momentos complejos de hoy que provocan movimientos de teorización y reflexión, movimientos no lineales sino serpentinos, no anclados em la búsqueda o proyecto de una nueva teoría crítica o de cambio social, sino en la construcción de caminos – de estar, ser, pensar, mirar, escuchar, sentir y vivir com sentido o horizonte de(s)colonial.
WALSH, 2013, p.24⁷.

7 WALSH, Catherine, 2013. Lo pedagógico y lo decolonial: entretejiendo caminos. In: Pedagogías decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito –Ecuador: Ediciones Abya-Yala, Tomo I, Noviembre, 2013 (Serie Pensamiento decolonial). Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/348199889/Pedagogias-decoloniales-Practicas-insurgentes-de-resistir-re-existir-y-re>>

Prova disso, é encontrada na teoria da Nova História, História Cultural e Social e que, segundo Ferreira (2002, p.319)⁸:

[...] a partir de 1980, registraram-se transformações importantes nos diferentes campos da pesquisa histórica. Revalorizou-se a análise qualitativa e resgatou-se a importância das experiências individuais, ou seja, deslocou-se o interesse das estruturas para as redes, dos sistemas de posições para as situações vividas, das normas coletivas para as situações singulares. Paralelamente, ganhou novo impulso a história cultural, ocorreu um renascimento do estudo do político e incorporou-se à história o estudo do contemporâneo.

Em continuidade, a autora aborda a questão da memória pela historiografia francesa quando “a história das mentalidades coletivas que emergiu na década de 1960. Nesses estudos, que focalizavam principalmente a cultura popular, a vida familiar, os hábitos locais, a religiosidade etc., a questão da memória coletiva já estava implícita, embora não fosse abordada diretamente” (FERREIRA, 2002, p.320)⁹.

Por um lado, como registrar e comprovar cientificamente estes estudos, visto que

Por muito tempo, dentro do campo da história, pensou-se a pesquisa embasada basicamente por fontes escritas, pois estas garantiriam ao trabalho do historiador seu caráter de cientificidade e de objetividade investigativa, algo que outras fontes dificilmente apresentariam. Assim, a crítica interna e externa do texto, a citação da fonte correta, etc., foram sempre habilidades desenvolvidas pelo historiador no que tange às suas atividades. No entanto, o longo do mesmo século em que a história solidificava suas teorias e metodologias e demarcava seu espaço de atuação, grandes mudanças se desenvolviam na sociedade, colocando em xeque o modo pelo qual a história era produzida e fazendo com que o historiador revisasse seu entendimento sobre o que são documentos, incluindo aí outros materiais que também pudessem lhe fornecer informações, apreciações sobre os assuntos enfocados. Entre esses novos documentos, encontramos os meios audiovisuais, que arduamente vêm buscando espaço na pesquisa histórica. Os estudos sobre cinema já estão mais consagrados, desde os trabalhos pioneiros de Marc Ferro e de Pierre Sorlin, para citar dois nomes mais conhecidos. A televisão, embora também mereça o qualitativo de memória dos nossos tempos, ainda não possui a mesma tradição de estudo no campo da pesquisa histórica.

ROSSINI, 2006, p.113.¹⁰

vivir-Tomo-I-Catherine -Walsh>.

8 FERREIRA, Marieta de Moraes, 2002. História, tempo presente e história oral. Topoi: Revista de História – Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Topoi, dez. 2002. , p. 314-332.Disponível em: <http://revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi05/topoi5a13.pdf>.

9 FERREIRA, Marieta de Moraes, 2002. História, tempo presente e história oral. Topoi: Revista de História – Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Topoi, dez. 2002. , p. 314-332.Disponível em: <http://revistatopoi.org/numeros_antteriores/topoi05/topoi5a13.pdf>.

10 ROSSINI, Miriam de Souza, 2006. O discurso do audiovisual no fazer histórico: uma discussão sobre as possibilidades do fazer histórico In: História e linguagens: texto, imagem, oralidade e representações. / Organizadores Antônio Herculano Lopes; Mônica Pimenta Velloso; Sandra Jatahy Pesavento. Rio de Janeiro: 7Letras,2006. p.113-120.

Por outro lado, a história pautou-se em registros e documentos históricos por longos anos afincos, mas na contemporaneidade podem-se utilizar diferentes recursos e métodos como fontes orais e audiovisuais.

Concluindo, diante das considerações supramencionadas, a Dissertação é fundamentada na oralidade e narrativas dos interlocutores, com fontes escritas da entrevista semiestruturada e documentos históricos, áudios e iconografias dos agrupamentos étnicos e afazeres cotidianos da comunidade.

CAPÍTULO II – A Comunidade e suas relações com a região metropolitana de Salvador

Fotografia 2: Produção do Beiju – Corte do Coco para a produção semanal pela Sra. Maria Antônia.



FONTE: Trabalho de campo, 05/01/2018.

Fotografia 3: Produção do Beiju – peneira e a goma de mandioca.



FONTE: Trabalho de campo, 05/01/2018.

Fotografia 4: Produção do Beiju – Ralador elétrico motorizado para aipim/mandioca.



FONTE: Trabalho de campo, 05/01/2018.

Fotografia 5: Produção do Beiju – Cocos para a produção semanal do Beiju



FONTE: Trabalho de campo, 05/01/2018.

Fotografia 6: Produção do bolinho de Carimã ou Pé de Moleque na chapa.



FONTE: Trabalho de campo, 04/05/2018.

Fotografia 7: Produção do bolinho de Carimã / Pé de Moleque e o Beiju.



FONTE: Trabalho de campo, 04/05/2018.

Com mais de 260 anos de história, a Cordoaria é uma comunidade quilombola localizada em Camaçari, na Região Metropolitana de Salvador (RMS). No local, 300 famílias desenvolvem atividades do cotidiano e conquistam os benefícios das políticas públicas desenvolvidas pelo Governo da Bahia. A comunidade vive da agricultura familiar e da comercialização dos produtos obtidos por meio do cultivo da mandioca, como farinha, beiju, goma e tapioca. Do antigo método de fazer farinha, com equipamentos de madeira e cipó, os produtores da comunidade guardam as histórias e as cantigas que entoavam durante a produção. SECOM – CAMAÇARI, 29/07/2017¹¹.

Início o texto com as imagens do registro fotográfico do trabalho de campo, como diz o provérbio popular “uma imagem vale mais do que mil palavras”, a produção do Beiju, do Bolinho de Carimã ou Pé de Moleque é um processo com várias especificidades e singularidades ancestrais, desde a plantação da mandioca, o descanso para a massa do bolinho de Carimã, a hidratação da goma, o descascar do coco, o processo na máquina caseira e outros procedimentos que se completam até o forno para finalizar o produto e, conseqüente comercialização nas feiras de Camaçari.

Colonização essa que, as terras eram pertencentes a Garcia D’Ávila, fazendeiro e proprietário das terras de Itapuã ao Rio Joanes e, neste território específico residiam os indígenas da etnia Tupinambá mantidos pelos jesuítas no entorno da Vila de Abrantes – região onde se localiza a igreja matriz do Divino Espírito Santo, nome dado a Aldeia Divino Espírito Santo, posteriormente transformada em Vila de Abrantes. Nos registros históricos e documentais constavam – tristemente, destaco este verbo, porque constavam em papéis que encontram-se deteriorados ou ilegíveis e, assim a história vai sendo perdida, apagada e corroída com o manuseio e as intempéries do tempo –.

O Município de Lauro de Freitas, antiga freguesia de Santo Amaro do Ipitanga, tem suas origens nos primeiros tempos do Brasil colonial, no longínquo ano de 1552, quando Garcia D’Ávila, criado e almoxarife de Tomé de Souza, pediu e obteve de leque era o Governador Geraldo Brasil, no dia 21 de maio, duas léguas de terras ao longo do mar, nos campos de Itapuã e Vale do Rio Joanes. Foi o 1º marco lusitano na região, pois até então só os índios tupinambás aqui habitavam. Garcia D’Ávila recebeu algumas das primeiras cabeças de gado trazidas para o Brasil e aqui pelos campos de Tatuapara onde ergueu a sua fortaleza e pelos arredores (Aldeia do Espírito Santo, Ipitanga e Itapuã), fez o ponto de partida no Nordeste, para o ciclo do gado, de tão grande importância para o nosso país. Os jesuítas também marcaram presença importante. Já em 1578 temos o registro de suas passagens por nossa terra, quando de uma visita à aldeia do Espírito Santo (atual Vila de Abrantes), ocasião em que é atribuído um milagre ao padre Anchieta, ao salvar um

11 SECOM – CAMAÇARI (2017). Governo estadual. Comunidade quilombola preserva o cultivo de mandioca em Camaçari. Secretaria de Comunicação Social – Estado da Bahia: Camaçari Notícias, 29 jul 2017. Disponível em: <<http://portalabrantes.com/noticia/8772/Comunidade-quilombola-preserva-cultivo-de-mandioca-em-Camacari>>. Acesso em: 24 Abr. 2018.

índio de afogar-se nas águas caudalosas do Rio Joanes em 1608 fundam a freguesia de Santo Amaro do Ipitanga.
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS, 2018¹².

No Arquivo Público do estado constam os documentos que relatam desde a criação da Vila de Abrantes, a doação das terras aos indígenas e dentre outros, mas os mesmos estão ilegíveis ou sem condições de leitura ou reprodução para serem inseridos no trabalho acadêmico. Diante disso, os dados históricos da comunidade serão baseados na oralidade com o aporte teórico da História Oral, das vivências e experiências relatadas pelos moradores, que ainda permanecem vivas e presentes a todo momento, desde os alimentos consumidos diariamente nas refeições, como a banana, a farinha de mandioca, o milho e etc, como a atividade de lida com a terra, a produção de alimentos orgânicos para subsistência e venda para geração de renda, a educação e o respeito aos mais velhos com a benção e, ações que são realizadas habitualmente, mas que representam tradições e heranças do passado, que mantêm-se vivas.

Em meados de 1549, dando início ao processo de colonização, aportava na Bahia a caravana de Tomé de Souza, primeiro governador da Colônia. Com ele, desembarcou Garcia D'Ávila, que se transformou em pioneiro do bandeirismo, tendo recebido uma sesmaria de cerca de 60 léguas quadradas e seus jesuítas encarregados da catequização indígena.
BAHIA, 1992 (In: BORGES, 2004, p.43).¹³

A autora ainda destaca que “em meados de 1558, dois destes jesuítas se fixaram em terras indígenas, desenvolvendo trabalhos de catequese nas aldeias próximas, fundando ali a Aldeia do Divino Espírito Santo – atualmente Vila de Abrantes” (BORGES, 2004, p.43)¹⁴. A cidade de Vila de Abrantes é considerada um subdistrito de Camaçari/BA, da qual:

A história de Camaçari começa às margens do rio Joanes, em 1558, com a formação da Aldeia do Divino Espírito Santo, pelos jesuítas João Gonçalves e Antônio Rodrigues. Logo depois, foi instalada a Companhia de Jesus, espaço para catequização dos índios tupinambás que viviam na região da catequização indígena. Em 1624, a Aldeia do Divino Espírito Santo desempenhou um papel importante na

12 PREFEITURA MUNICIPAL DE LAURO DE FREITAS (2018). História do município. Disponível em: <<http://www.laurodefreitas.ba.gov.br/site/noticia/historia-do-municipio/118>>. Acesso 27 Set. 2018.

13 BAHIA (1992). Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador. Perfil do município de Camaçari. Salvador: CONDER/SEPLANTEC, 1992. In: BORGES, Kátia Nogueira (2004). Abordagem etnoecológica de uma Comunidade da região metropolitana de Salvador: o caso de Cordoaria, Município de Camaçari-BA. 2004. 177 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

14 BORGES, Kátia Nogueira (2004). Abordagem etnoecológica de uma Comunidade da região metropolitana de Salvador: o caso de Cordoaria, Município de Camaçari-BA. 2004. 177 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

expulsão dos holandeses que chegaram à Bahia. Na época, sob a liderança do bispo D. Marcos Teixeira, várias autoridades foram acolhidas na vila e organizaram as tropas de resistência, com os índios, expulsando, um ano depois, os invasores. Camaçari foi emancipada no dia 28 de setembro de 1758, por meio de decreto do Marquês de Pombal, que alterou o nome do povoado para Vila de Nova Abrantes do Espírito Santo e expulsou os jesuítas que viviam na região. Tempos depois, passou a ser chamada apenas de Vila de Abrantes. Os primeiros registros apontam à existência de 544 casas e 1.200 habitantes. A vila, por falta de liderança jesuítica, teve a sede transferida para o arraial de Parafuso, não chegando a se efetivar e voltando novamente para Abrantes. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI, 2018¹⁵.

De acordo com o Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a cidade de Camaçari/BA é um dos 13 (treze) municípios com 4.354 (quatro mil, trezentos e cinquenta e quatro) Km² de área que constituem a Região Metropolitana de Salvador (Salvador, Camaçari, Lauro de Freitas, Candeias, Dias D'Ávila, São Sebastião do Passé, Mata de São João, Vera Cruz, São Francisco do Conde, Pojuca, Itaparica e Madre de Deus) e, comportam atualmente:

Tabela 2: Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) na Região Metropolitana de Salvador.

2000		2010
3.120.303 (23,9% do total estadual)	POPULAÇÃO	3.573.973 habitantes (25,5% do total estadual)
R\$ 24,9 bilhões (51,6% do total estadual)	PIB	R\$ 75,6 bilhões (49,1% do total estadual)
716,67 hab./km ²	DENSIDADE DEMOGRÁFICA	820,87 hab./km ²
0,636	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO (IDHM)	0,743
0,497	IDHM EDUCAÇÃO	0,661
0,743	IDHM LONGEVIDADE	0,824
0,698	IDHM RENDA	0,754

FONTE: IPEA – BRASIL, 2010, p. 90 e 91.

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA)¹⁶, os dados populacionais do índice de desenvolvimento humano na região metropolitana de Salvador em comparativo com o Censo 2000 e o Censo 2010, apresentou um crescimento demográfico e população, bem como o aumento dos parâmetros educacionais, de longevidade e de renda.

15 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI. Governo municipal. Município - História: História. Disponível em: <<http://www.camacari.ba.gov.br/2015/historia.php>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

16 IPEA - BRASIL, 2010. Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras: Região metropolitana de Salvador. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2010. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_salvador>. Acesso em: 28 set. 2018.

Já com relação a Capital Soteropolitana – Salvador – e a cidade de Camaçari temos os seguintes dados estatísticos atualizados pelo IBGE do Censo 2010¹⁷, relativos a população, a pirâmide etária, trabalho e rendimento, educação, economia, saúde, território e ambiente.

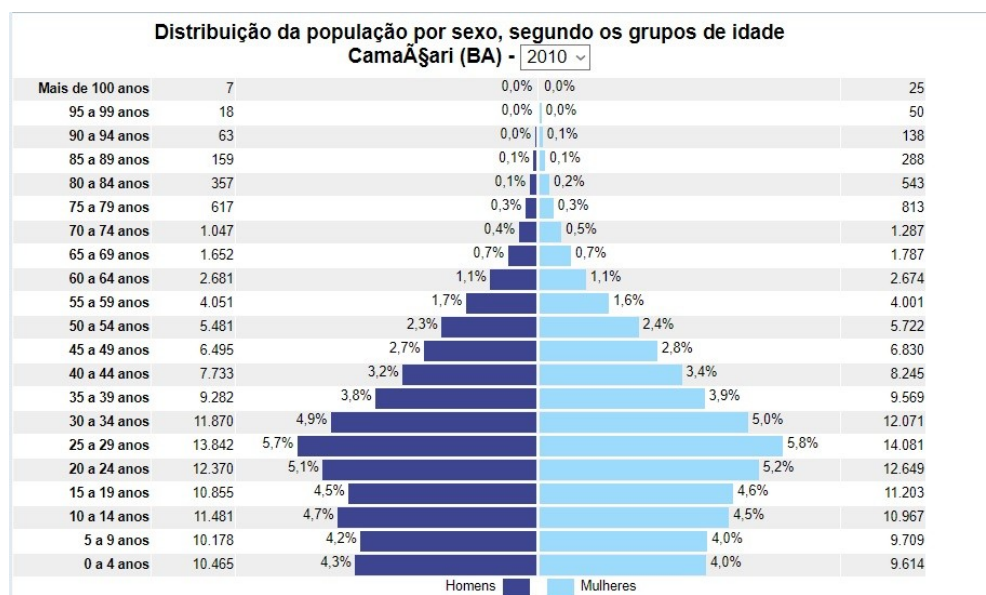
Tabela 3: Dados estatísticos populacionais do município de Camaçari/BA (Censo 2010).

DADOS ESTATÍSTICOS – CENSO 2010	CAMAÇARI/BA
POPULAÇÃO	
GENTÍLICO	Camaçariense
POPULAÇÃO NO ÚLTIMO CENSO (2010)	242.970 pessoas
DENSIDADE DEMOGRÁFICA	309,65 hab/km ²

FONTE: IBGE, 2010.

A população do município é chamada de Camaçariense com um quantitativo de 242.970 (duzentas e quarenta e duas mil, novecentos e setenta) pessoas, deste total, temos uma média de 2500 (duas mil e quinhentas) indivíduos que se autocalificaram como indígenas no último censo.

Gráfico 1: Pirâmide etária da população de Camaçari/BA (Censo 2010).



FONTE: IBGE, 2010.

17 IBGE - BRASIL, 2018. Panorama - Brasil: Bahia - Camaçari: Região metropolitana de Salvador. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília: IBGE, 2018. 100 p. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/camacari/panorama>>. Acesso em: 28 set. 2018.

No Censo de 2010¹⁸, é possível constatar uma população majoritariamente na faixa etária dos 25 aos 29 anos com 13.842 (treze mil oitocentos e quarenta e dois) indivíduos do sexo masculino e 14.081 (catorze mil e oitenta e um) indivíduos do sexo feminino, mas essa densidade populacional reduz com o avançar da idade, onde a expectativa de vida tem uma queda a partir dos anos seguintes. Ao analisar a última faixa etária com pessoas acima de 100 anos de idade teremos 7 (sete) homens e 25 (vinte e cinco) mulheres no município de Camaçari.

Ressalto que, dentre os dados mencionados na pirâmide etária, um dos moradores mais antigos da Comunidade de Cordoaria é o Sr. Francisco Firmino de Matos com 107 anos de idade, completados no ano de 2019. Sendo que, essa idade é documental, haja vista que, o nascimento era realizado por Parteiras e não por órgãos públicos como atualmente, hospitais e imediatamente ocorre a expedição do Registro Civil de Pessoas Naturais.

Fotografia 8: Patrimônio Vivo da Comunidade de Cordoaria – Sr. Francisco Firmino de Matos.



FONTE: Trabalho de campo, 05/01/2018.

18 IBGE, 2010. Distribuição da população por sexo, segundo os grupos de idade – Camaçari/BA. Disponível em: https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/webservice/frm_piramide.php?codigo=290570&corhomem=3d4590&cormulher=9cdbfc. Acesso: 19 Ago. 2019.

Em continuidade a história da cidade,

O nome, que inicialmente se escrevia Camassary, tem origem tupi-guarani. O significado é árvore que chora, devido às folhas ficarem cobertas de gotículas. Com o documento, o município ficou sendo formado pela sede e os distritos de Vila de Abrantes, Monte Gordo e Dias D'Ávila, este último emancipado em 1985. PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI, 2018¹⁹.

A história de Camaçari ou Camassary inicia-se com a formação da Aldeia do Divino Espírito Santo de origem indígena Tupinambá e por jesuítas. A inserção ou povoamento destas terras dá-se com a solicitação no ano de 1552 por Garcia D'Ávila “criado e almoxarife de Tomé de Souza, pediu e obteve dele, que era o Governador Geral do Brasil, no dia 21 de maio, duas léguas de terras ao longo do mar, nos campos de Itapuã e Vale do Rio Joanes”, este território inicialmente compreendia “pelos campos de Tatuapara onde ergueu a sua fortaleza e pelos arredores (Aldeia do Espírito Santo, Ipitanga e Itapuã), fez o ponto de partida no Nordeste, para o ciclo do gado, de tão grande importância para o nosso país” (PREFEITURA DE LAURO DE FREITAS, 2018)²⁰. Tais territórios, atualmente são denominados como Abrantes (Aldeia Divino Espírito Santo), Lauro de Freitas (Santo Amaro de Ipitanga) e Itapuã.

Os jesuítas também marcaram presença importante. Já em 1578 temos o registro de suas passagens por nossa terra, quando de uma visita à aldeia do Espírito Santo (atual Vila de Abrantes), ocasião em que é atribuído um milagre ao padre Anchieta, ao salvar um índio de afogar-se nas águas caudalosas do Rio Joanes em 1608 fundam a freguesia de Santo Amaro do Ipitanga. PREFEITURA DE LAURO DE FREITAS, 2018²¹

O fato histórico mencionado também pode ser comprovado por Prof. Fabrício Lyrio Santos, quando:

A partir do final do século XVI os jesuítas procuraram trazer os índios do “sertão” para as proximidades da cidade e das vilas, de modo a compensar os decréscimos populacionais das aldeias. No entanto, sendo o declínio demográfico um fator constante dos aldeamentos circunvizinhos às vilas coloniais, os missionários são levados a adentrar o sertão e estabelecer aldeamentos longe dos povoados coloniais, movimento intensificado no período após a ocupação holandesa. Das aldeias fundadas pelos jesuítas ao redor da cidade de Salvador, apenas a do Espírito Santo,

19 PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI. Governo municipal. Município - História: História. Disponível em: <<http://www.camacari.ba.gov.br/2015/historia.php>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

20 PREFEITURA DE LAURO DE FREITAS, 2018. História do Município. Prefeitura de Lauro de Freitas. Disponível em: <<http://www.laurodefreitas.ba.gov.br/site/noticia/historia-do-municipio/118>>. Acesso em 04 Jul. 2018.

21 PREFEITURA DE LAURO DE FREITAS, 2018. História do Município. Prefeitura de Lauro de Freitas. Disponível em: <<http://www.laurodefreitas.ba.gov.br/site/noticia/historia-do-municipio/118>>. Acesso em 04 Jul. 2018.

no Rio Joanes, sobreviveu ao século XVIII, tendo sido transformada em vila, em 1758. Como afirma Leite, o trabalho missionário se alargaria, a partir de então, “para os confins da civilização”. SANTOS, 2007, p.112²².

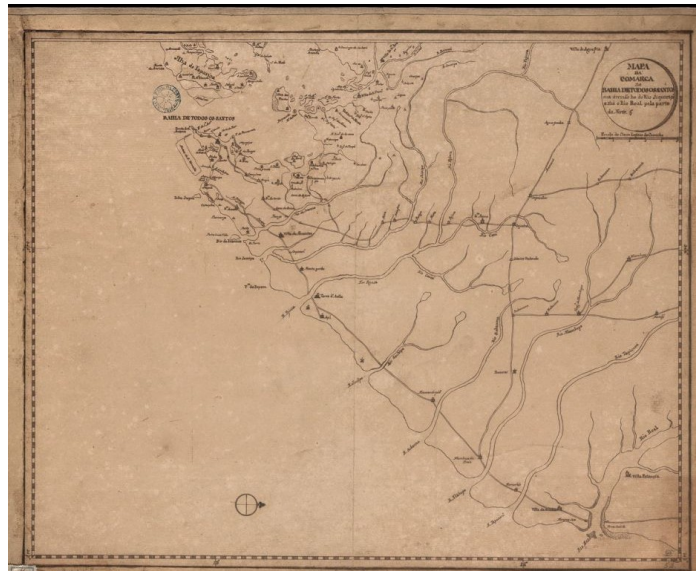
Analisando este trecho sobre “o trabalho missionário se alargaria, a partir de então, para os confins da civilização” será que é o início do Quilombo ou da Comunidade Remanescente do Quilombo? Ou ela já coexistia com o Aldeamento jesuítico? Neste território habitavam indígenas da etnia Tupinambá e os descendentes de escravizados africanos? Como se dava as relações sociais e o convívio com a terra e o pertencimento ao território e identitário? Essas e muitas outras hipóteses podem ser levantadas, mas como solucionar ou procurar as respostas? Elas estão nos documentos ou na oralidade?

Por fim, a nomenclatura origem do município, tem-se a árvore de Camaçari já contada por Regina Casé no programa televisivo “Um pé de quê”, onde os estudantes do Centro Educacional Marques de Abrantes – escola municipal com Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA) - realizam uma pesquisa educativa desvendando a origem do nome, a árvore e chegam até a Comunidade de Cordoaria, por intermédio da Sra. Maria Antônia (Cora) - filha do Sr. Dadu –, que apresenta-se conhecedora da árvore e tem plantada por seu pai na localidade que reside. Assim, inicia a primeira de muitas aparições, conhecimentos e saberes tradicionais, de vida e experiências partilhadas do Sr. Dadu. Um homem simples, atencioso e saberes que foram adquiridos com a lida na terra, família e sempre disposto a agregar novos valores e conhecimentos para os demais.

22 SANTOS, Fabrício Lyrio dos, 2007. Aldeamentos jesuítas e política colonial na Bahia, século XVIII. Revista de História, São Paulo, n. 156, p. 107-128, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/19051>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

CAPÍTULO III – De indígenas para quilombolas: desde a Aldeia do Espírito Santo para Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria

Mapa 2: Comarca da Bahia de Todos os Santos.



FONTE: Brasil – Biblioteca Nacional Digital, 14/052015.

The region Down in Bahia as Recôncavo corresponda to an area of approximately 10.400 square kilometers, mostly of lowlands, facing the largest bay in the coast of Brazil, the Todos os Santos Bay, with almost 750 square kilometers of salty waters and a 190 kilometer coastline. The region's soil is of the massapé type. Its fluvial net is comprised of the Paraguaçu, Açu, Subaé and Jaguaribe rivers, emptying into the bay, and by rivers Pojuca, Jacuípe and Joanes, that empty directly into the Atlantic Ocean.

A região da Bahia conhecida como Recôncavo corresponde a uma área de aproximadamente 10.400km², formada na maioria por terras Baixas, abertas para a maior baía da costa brasileira, a Baía de Todos os Santos, com quase 750 km² de águas salinas e 190 km de costa. A região apresenta solos do tipo massapé. A rede fluvial do Recôncavo é formada pelos rios Paraguaçu, Açu, Subaé e Jaguaribe, que deságuam na baía, e pelos rios Pojuca, Jacuípe e Joanes, que deságuam diretamente no oceano Atlântico.

AZEVEDO, 2009, p.23.²³

Relativo a localização geográfica do passado, a comunidade era pertencente ao que conhecemos como Recôncavo Baiano, mas as terras do tempo na colonização identificava-se como Recôncavo Norte e, hoje em dia, Litoral Norte. Deste modo, no Mapa da *Comarca da*

23 AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. Engenhos açucareiros na Bahia - Sugarcane Farms in Bahia: O Recôncavo, seus limites e sua conformação - The Recôncavo, its Limits and Conformation. In: AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. Engenhos do Recôncavo Baiano - Sugarcane Farms of Bahia's Recôncavo. Brasília: Iphan, 2009. p. 23-28. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat7_EngenhosReconcavoBaiano_m.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018

Bahia de Todos os Santos sua divisão desde o rio Jiquiriçá até o rio Real pela parte do Norte extraído da Biblioteca Nacional Digital (BND DIGITAL, 2015)²⁴

A região do Recôncavo da Bahia historicamente abrangia um trecho de terras bem superior ao da localização geográfica atual, que compreende desde Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Salinas da Margarida, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, Sapeaçu, Saubara até Varzedo (SEPLAN, 2018)²⁵. Com este fato provavelmente, quando os moradores relatam que percorriam um trajeto de animal com as mercadorias até Cachoeira, em seguida atravessavam em barcos ou canoas, para a comercialização dos produtos, essa região poderia ser a atual cidade de Cachoeira de São Félix – como é conhecida -. Cidade essa, onde residi durante um ano e meio para a realização do Mestrado em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas e, que até então não havia feito nenhuma relação com o trabalho acadêmico e a pesquisa de campo, um viés que pode ser abrangido em outros trabalhos ou produções futuras, quem sabe?

Tendo em vista os aspectos observados, a localização geográfica da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria, no distrito de Vila de Abrantes, do município de Camaçari, no Estado da Bahia, sob as coordenadas -12.872271, -38.225980 do Google Maps (2018)²⁶ e pertencente a Região Metropolitana de Salvador, conforme a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER, 2014)²⁷, bem como seus 27 (vinte e sete) Territórios de Identidade²⁸ que compõem esta região, cada um com suas peculiaridades, singularidades e etc.

Na região metropolitana de Salvador, especificamente a localidade do Litoral Norte ou do Recôncavo Norte, abriga a Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria,

24 BRASIL - BND DIGITAL, 14/05/2015. Mapa da Comarca da Bahia de Todos os Santos, sua divisão he do Rio Jiquiriçá athe o rio Real pela parte norte. Biblioteca Nacional Digital. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, [14/05/2015]. 1 p. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/mapa-da-comarca-da-bahia-de-todos-os-santos-sua-divizao-he-do-rio-jiquirica-athe-o-rio-real-pela-parte-do-norte/>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

25 SEPLAN. Territórios de Identidade. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em 29 Mai. 2018 as 20h20.

26 GOOGLE MAPS, 2018. Localização geográfica. Disponível em: <<https://www.google.com/maps/place/Abrantes,+Lauro+de+Freitas+-+BA/@-12.821358,-38.2905877,11z/data=!4m5!3m4!1s0x7163faf377cd4ff0x4106634a3c941a97!8m2!3d-12.8447627!4d-38.2770374>>. Acesso em: 27 set. 2018.

27 BAHIA – CONDER, 2014. Painel de informações: dados socioeconômicos da Região Metropolitana de Salvador [livro eletrônico]. Setor de Dados e Informações Geoespaciais (SEDIG – Organizador) Anderson Gomes de Oliveira et al (equipe técnica) – 4ª ed. – Salvador: CONDER/INFORMES, 2014. Disponível em: <http://www.informs.conder.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/2_INFORMES_Painel-de-Infomações_2015.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018.

28 TERRITÓRIALIZAÇÃO DA CULTURA, 2018. Divisão territorial. Política e Gestão Cultural em Ação. Disponível em: <<https://territoriosculturaisbahia.wordpress.com/divisao-territorial/>>. Acesso em 28 Mai. 2018 as 20h56.

reconhecimento este obtido no ano de 2005 pela Fundação Cultural Palmares (FCP) (ANEXO C) e, desde meados de 2012 iniciou-se o processo para a titulação definitiva com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Tal certificação foi noticiada no jornal local, datada em 24 de Dezembro de 2005, com o título “Comunidade quilombola é reconhecida oficialmente”, onde os “integrantes da comunidade citaram seus maiores problemas: falta de transporte, escolas e tecnologia para a agricultura”. Este recorte foi concedido pelo Sr. Dadu durante o trabalho de campo e em entrevista sobre a origem da comunidade, documentos e materiais impressos sobre a trajetória desde a formação da localidade até as modificações recentes, com o asfaltamento das ladeiras na Sucupira e em Terra Maior. Essa alteração na infraestrutura da Comunidade foi realizada em Janeiro/Fevereiro de 2018, em alguns trechos e agrupamentos étnicos (Sucupira e Terra Maior), apenas nas áreas de declive ou ladeiras, visando facilitar o transporte escolar em dias de chuva na região, assim sendo, é possível constatar áreas em que de repente não se tem a continuidade do asfalto e, após um trecho ele inicia novamente.

Nesta fonte documental jornalística é importante ressaltar que, os membros pertencentes a Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria estão na fotografia – da esquerda para direita – Sr. Angelino (Sr. André – in memoriam.), Sra. Damázia (Sra. Roxa – in memoriam.) e Sr. Florisvaldo (Sr. Dadu).

Outro documento comprobatório é a Certidão de Autorreconhecimento²⁹ concedida pela República Federativa do Brasil através do Ministério da Cultura, Fundação Cultural Palmares e Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro, datada de 25 de Novembro de 2005 em Brasília/DF, conforme processo nº01420.002.356/2005-12 iniciado pela Sociedade Beneficente Senhora de Santana de Cordoaria – CNPJ nº16.109.787/0001-64. Na região é conhecida como Associação de Moradores de Cordoaria, com a fundação em 01 de Julho de 1988 no endereço da Rua Cordoaria, s/num, bairro Cordoaria, CEP 42805-200, município de Camaçari, estado Bahia e o atual Presidente é Nelson Francisco Nunes da Conceição.

29 INCRA, 2018. Pesquisa processual – SEI. Disponível em: <https://sei.incra.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_exibir.php?-XuCxi8L3IIHyyKB8v6uxh4AZ8pRhlqkzK1a5r7nzqL6UwiSWKbKR6SWVUX4MHXq26zglGEo99F-_jIF3xtxgl_yfe0Jc b61Rela3 N6nkaYVM7JfvSiHoX8eKUsZdwv5>. Acesso em 10 Out. 2018.



Integrantes da comunidade citaram seus maiores problemas: faltam transporte, escolas e tecnologia para a agricultura

Comunidade quilombola é reconhecida oficialmente

População de Cordoaria reivindica melhores condições de vida

RODRIGO VILAS BÓAS

Enquanto era concedido oficialmente o certificado de auto-reconhecimento à comunidade quilombola de Cordoaria, em Camaçari, a maioria dos moradores da região desconhecia o motivo daquele ato e sequer compareceu à solenidade, realizada na pequena Paróquia do Divino Espírito Santo, por volta das 10h30 de ontem. Dos 500 habitantes, cerca de 50 estiveram presentes ao evento, durante o qual representantes da comunidade apontaram diversos problemas enfrentados na região.

Até mesmo quem estava lá não sabia explicar o que estava acontecendo. Acompanhada de seu filho, Anderson Farias dos Santos, 4 anos,

dos Santos, mãe também de Ueslei, 3 anos, possuía noções vagas do significado da entrega do certificado. Embora não entendesse o porquê do aparato montado para a entrega do documento, ela espera que a vida dos moradores melhore.

Nascida em Cordoaria, Lígia Matos Ferreira, 20 anos, concluiu o ensino médio no ano passado e até hoje está desempregada. Ela diz que os jovens da comunidade se sentem excluídos e reclama da inexistência de um curso pré-vestibular na região. "Como posso crescer como gente se as oportunidades não são dadas?", questiona. A adolescente, se pretendesse tivesse condições financeiras para aprimorar seus conhecimentos fora dali, teria que estudar

de barro empoiradas para pegar transporte.

Quanto ao esvaziamento da solenidade, Lígia afirmou que Cordoaria é composta por moradores carentes, pouco instruídos e alheios à própria realidade. "Tanto não sabem de nada que não apareceram". A irmã dela, Maria Antônia Matos Ferreira, 17 anos, comentou que, nos últimos anos, os moradores da comunidade se dispersaram e têm enfrentado dificuldades para manter o seu sustento.

Antes do início da solenidade, o presidente da Associação Beneficente Senhora Santana de Cordoaria, Florivaldo Ferreira Gomes, 51 anos, conhecido como Dadu, juntamente com outros moradores, apontou problemas enfrentados pela comunidade.

da Prefeitura de Camaçari. "Necessitamos de transporte, acesso à educação e à tecnologia para a agricultura", exclamou.

Este é o 92º certificado de auto-reconhecimento concedido no Estado pela Fundação Cultural Palmares a comunidades remanescentes quilombolas. O documento foi entregue a Maria Pequena, 92 anos, moradora mais antiga da comunidade.

Pouco antes do término da solenidade, a filha de dona Pequena, Damásia de Santana dos Santos, 63 anos, conhecida como Rosa, pegou o microfone e disparou: "Estão nos devendo a casa de farinha há muito tempo. Precisamos fazer o nosso beiju". A esperança é que, com o auto-reconhecimento, a comunidade tenha acesso aos serviços públicos.

Documento 7: Certidão de autorreconhecimento da comunidade pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (07/112011)



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA CULTURA
FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES
Criada pela Lei n. 7.668 de 22 de agosto de 1988

Diretoria de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro

CERTIDÃO DE AUTO-RECONHECIMENTO

O Presidente da **Fundação Cultural Palmares**, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 1º da Lei n.º 7.668 de 22 de Agosto de 1988, art. 2º, §§ 1º e 2º, art. 3º, § 4º do Decreto n.º 4.887 de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e artigo 216, I a V, §§ 1º e 5º da **Constituição Federal de 1988**, **CERTIFICA** que a **Comunidade de Cordoaria**, localizada no município de Camaçari, estado da Bahia, registrada no Livro de Cadastro Geral n.º 005, Registro n. 437 fl. 45 nos termos do Decreto supramencionado e da Portaria da FCP n.º 06, de 01 de março de 2004, publicada no Diário Oficial da União n.º 43, de 04 de março de 2004, Seção 1, f. 07, **É REMANESCENTE DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS.**

Declarante(s): Processo nº 01420.002.356/2005-12
Sociedade Beneficente Senhora de Santana de Cordoaria
CNPJ nº 16.109.787/0001-64

Eu, **Maria Bernadete Lopes da Silva** (Ass.)....., Diretora da Diretoria de Proteção do Patrimônio Afro-Brasileiro, a lavrei e a extraí. Brasília, DF, **25 de novembro** de 2005.

O referido é verdade e dou fé

UBIRATAN CASTRO DE ARAÚJO
Presidente da Fundação Cultural Palmares

SBN Quadra 02 – Ed. Central Brasília – CEP: 70040-904 – Brasília – DF - Brasil
Fone: (0 XX 61) 424-0106(0 XX 61) 424-0137 – Fax: (0 XX 61) 325-0242
E-mail: chefe@gabinete@palmares.gov.br http://www.palmares.gov.br

"A Felicidade do negro é uma felicidade guerreira" (Wally Salomão)

FONTE: INCRA, 2018

qual deverá ser registrado no Serviço Registral da Comarca de localização do território. Devido às diferenças de normatização, alguns títulos emitidos antes de 2004, pela Fundação Cultural Palmares, ainda se encontram na fase de desinstituição. Na atualidade existem 190 títulos emitidos, regularizando 1.033.426,8975 hectares em benefício de 143 territórios, 233 comunidades e 15.171 famílias quilombolas, assim distribuídos: - De 1995 a 2002 foram expedidos 46 títulos regularizando 775.441,1723 hectares em benefício de 43 territórios, 91 comunidades e 6.778 famílias quilombolas. [...] De 2003 a 2010 foram expedidos 75 títulos regularizando 212.614,8680 hectares em benefício de 66 territórios, 99 comunidades e 5.147 famílias quilombolas. [...] De 2011 a 2015 foram expedidos 69 títulos regularizando 45.406,8572 hectares em benefício de 34 territórios, 43 comunidades e 3.246 famílias quilombolas.
INCRA - DFQ, 17 Jul. 2015³¹.

Em meados de 2003, a pesquisadora Kátia Nogueira Borges com orientação da Profa. Dra. Laure Empeaire da Universidade de Brasília inicia seu trabalho de campo na comunidade, do qual é lembrado por Sr. Dadu em entrevista publicada no YouTube por Rafael Rebouças Silveira³²:

A pesquisa deve ter iniciado em 2003, que foi um ano e meio, um ano e quatro meses. Aí fazendo um trabalho de pesquisa, tinha entrevista com as pessoas, era 25 famílias que seria entrevistada, e vários locais que a gente tinha que pesquisar e, depois vinha a orientadora, que é essa francesa que está aí. Foi em um bocado de lugar, para pegar polpa e não sei o que lá, até chegar a isso aí. Teve o lançamento aqui, aí neste tempo não tinha o reconhecimento de Quilombo, mas isso aí já me ajudou porque eu tive o mapeamento das duas famílias [...]. Quando eu parti para a questão do reconhecimento, isso aí já estava tudo comprovado, quando eu apresentei isso aí, pronto, você já tem a árvore genealógica, já tem não sei o que, não sei o que. Aí a gente deu entrada, fez um outro projetinho, e deu entrada na Fundação Cultural Palmares, com seis meses recebeu.
Sr. DADU, 2011 (In: SILVEIRA, 2011)³³.

A dissertação de Mestrado “Abordagem etnoecológica de uma comunidade da região metropolitana de Salvador: o caso de Cordoaria, município de Camaçari-BA” (2004) e o livro publicado “Estudos etnoecológicos na região metropolitana de Salvador, Bahia: comunidade tradicional e sustentabilidade” (2005) pela pesquisadora não apresentam os documentos de

31 INCRA 15/07/2015. Quadro atual da política de regularização de territórios quilombolas no Incra. Ministério de Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Diretoria de Ordenamento da estrutura fundiária e Coordenação Geral de regularização de territórios quilombolas. Brasília: INCRA – DFQ, 15 Jul. 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estruturafundiaria/quilombolas/passos_a_passo_atualizado.pdf>

32 SILVEIRA, Rafael Rebouças (12/072011). Cordoaria.wmv. Edição Rafael Rebouças Silveira. Trabalho realizado na disciplina de Comunicação e Comunidade na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Camaçari: Abrantes, 12 jul. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4hP7AZp5GG8>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

33 DADU, 2011. Entrevista filmada por alunos da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. In: SILVEIRA, Rafael Rebouças (12/072011). Cordoaria.wmv. Edição Rafael Rebouças Silveira. Trabalho realizado na disciplina de Comunicação e Comunidade na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Camaçari: Abrantes, 12 jul. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4hP7AZp5GG8>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

reconhecimento ou entrada do processo administrativo na Fundação Cultural Palmares, documentos estes ainda em busca através dos moradores e órgãos públicos.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), tem-se um quadro da política de regularização de territórios quilombolas no INCRA³⁴ (ANEXO D) publicado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Diretoria de Ordenamento da estrutura fundiária e Coordenação Geral de regularização de territórios quilombolas datado de 15 de Julho de 2015, do qual constam:

Tabela 4: Resumo do Quadro da política de regularização de territórios quilombolas no INCRA.

PROCESSOS ABERTOS	1.516 processos abertos em todas as Superintendências Regionais, à exceção de Roraima, Marabá/PA e Acre.
RELATÓRIO TÉCNICO DE IDENTIFICAÇÃO E DELIMITAÇÃO (RTID)	190 editais de RTID's publicados, totalizando 1.742.298, 1937 hectares em benefício de 24.966 famílias.

FONTE: INCRA – DFQ, 15 Jul. 2015

De acordo com,

O diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Richard Martins Torsiano, apresentou o balanço de 2015 da política de regularização de territórios quilombolas executada pela autarquia. Ele destacou a publicação dos Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID) de 32 comunidades, com a identificação de 63,4 mil hectares em benefício de 2.917 famílias; e de 12 portarias reconhecendo mais 21,8 mil hectares como territórios quilombolas, contemplando 1.225 famílias. Torsiano lembrou ainda os 14 decretos da Presidência da República que autorizam a desapropriação de 31,2 mil hectares para mais 2.481 famílias, assim como a destinação de 25,1 mil hectares para comunidades em diversos Estados com a emissão de Contratos de Concessão de Direito Real de Uso (CDRU) e títulos definitivos. BRASIL, 2016³⁵.

Os dados sobre as Políticas de Regularização de Territórios Quilombolas ou Processos de Regularização Abertos podem ser consultados pela internet no site do INCRA³⁶, existem

34 INCRA, 15/07/2015. Quadro atual da política de regularização de territórios quilombolas no Incra. Ministério de Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Diretoria de Ordenamento da estrutura fundiária e Coordenação Geral de regularização de territórios quilombolas. Brasília: INCRA – DFQ, 15 Jul. 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estruturafundiaria/quilombolas/passo_a_passo_atualizado_pdf.pdf>

35 BRASIL, 2016. Incra reconhece quilombolas como beneficiários da política de reforma agrária: Portaria determina que produtores sejam inseridos nas políticas de assistência técnica (Ater), de agro industrialização (Terra Sol e Terra Forte) e de educação (Pr onera). Direitos no campo, Brasília, 21 abr. 2016. Cidadania e Justiça, p. 1. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidade-universitaria/2016/04/incra-reconhece-quilombolas-como-beneficiarios-da-politica-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 27 set. 2018.

36 BRASIL – INCRA 2018. Relação de processos de regularização abertos no INCRA. Relação de processos de regularização abertos no Instituto nacional de colonização e reforma agraria. Brasília, 20 mar. 2018. Quilombolas. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processos-abertos-quilombolas-v2.pdf>>. Acesso em: 27 set. 2018.

informações atualizadas até 20 de Março de 2018 e, na Fundação Cultural Palmares é possível consultar o quadro de certidões expedidas para as Comunidades Remanescentes de Quilombo (ANEXO D), o quadro comparativo anual de certificações (ANEXO E) e o quadro geral de comunidades (ANEXO F) atualizado em 18/02/2019.

Partindo-se para memória dos interlocutores, o morador Rogério Nunes³⁷ – nascido e criado na Cordoaria com 36 anos de idade – ao ser questionado sobre Ancestralidade (Indígena e Quilombola), o que significava este termo, responde:

Meus pais e, de quem foi meu avô e avó, eram índios ou a mãe era cabocla.
Sr. ROGÉRIO - 36 anos, 31/12/2017.

Fotografia 9: Patrimônio Vivo da Comunidade - Sr. Antônio e Sra. Estevan.



FONTE: Entrevista do trabalho de campo, 31/12/2017.

De tal modo, podemos afirmar os indícios da interrelação dos povos indígenas e quilombolas na região estudada, mas estes indícios existem ou foram confirmados apenas na Oralidade e nas histórias da Comunidade de Cordoaria e Sucupira. Isso porque, em pesquisa no Arquivo Municipal de Camaçari e no Arquivo Público do Estado da Bahia não foram encontrados nenhuma documentação relativa a inserção dos negros no território de Abrantes ou Aldeia do Espírito Santo.

³⁷ NUNES, 31/12/2017. Entrevista concedida a pesquisadora em Dezembro de 2018 por Rogério Nunes, 36 anos de idade, filho de Sra. Estevan dos Santos e Sr. Antônio dos Santos, casado com a Sra. Lígia Matos Ferreira dos Santos e pai de dois filhos (Emanuel – 5 anos – e Joaquim – 1 ano de idade).

dos 33 (trinta e três) processos de terras encontrados do Período Republicano (1919 a 1943), é verificado outro indivíduo sem sobrenome.

Em se tratando do Engenho e da cana-de-açúcar, teremos na região em estudo e já mencionado 3 (três) propriedades (Caboclo, Munganga e outra sem denominação) voltadas para este sistema produtivo, do qual:

Antonil (1976) propõe então a forma como o senhor-de-engenho deve distinguir, para a montagem do sistema produtivo, entre os diferentes tipos de solo (p. 101):

- Massapés, “terras negras e fortes, são as mais excelentes para a planta das canas”;
- Salões, “terra vermelha, capaz de poucos cortes, porque logo enfraquece”;
- Apicu (ou apicum): terras de brejos de água salgada, são “as coroas que faz o mar entre si e a terra firme e as cobre a maré” e que fornece o barro para purgar o açúcar nas formas;
- Areíscas: “mistura de areia e salões servem para mandioca e legumes, mas não para canas” e terras brancas: “de areia”.

A própria cana pode ser “azougada” (que não alcança seu pleno viço, mofina) (p.103), “brava” (muito viçosa e que nas duas primeiras podas são por demais aguadas) (p.102) e “obrigada” (ou “cativa”, que era produzida por pequenos lavradores ligados a determinados engenhos). Dessa forma, a planta da família das gramíneas, do gênero *Canna*, é invisível aos olhos de Antonil; ela existe como matéria-prima ou relação de produção no sistema colonial.

SILVA, 2003, p. 182³⁹.

Com essa citação e o estudo de trabalho de campo no território da Comunidade de Cordoaria e da Sucupira teremos alguns locais a serem destacados na configuração territorial atual, como o Rio Joannes – na região da propriedade da Ilha –, o brejo⁴⁰ – na estrada de interligação da Comunidade com a estrada do Coco –, as areíscas – plantações de mandioca, aipim, frutíferas e de produção para subsistência e excedentes agrícolas e, as terras brancas, podem ser as dunas em Abrantes e Jauá.

Tratando-se, relativo ao gênero dos interlocutores da pesquisa é possível constatar a população formada majoritariamente por mulheres, de acordo com o período supramencionado do trabalho de campo na Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria.

39 SILVA, Wilton Carlos Lima da, 2003. As terras inventadas: discurso e natureza em Jena de Léry, André João Antonil e Richard Francis Burton. / Wilton Carlos Lima da Silva. - São Paulo: Editora UNESP, 2003. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=6wXCcF8TvywC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 09 Mar. 19.

40 Atualmente, a área do brejo está sendo “invasa” e apropriada ou comprada pelo empreendimento imobiliário Alphaville, do qual já tem construídos três lotes residenciais de alto padrão na mesma região e, iniciadas as construções há mais de cinco anos e, em permanente expansão. Já se considera conforme placa publicitária como “Venha conhecer a Cidade Alphaville”

Tabela 5: Autodeclaração por identidade étnico- racial dos interlocutores na comunidade.

Autodeclaração de cor/raça na comunidade	QTD.
Negra	73
Parda	32
Moreno	20
Preta	19
Não declarado	18
Branca	4
Escura	3
Mestiça	2
Amarela	2
Palida	1
Cor de formiga	1
Cor de canela	1
Clara	1
TOTAL	177

FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Tabela 7: Gênero dos interlocutores na comunidade.

GÊNERO	QTD
Feminino	111
Masculino	66
TOTAL	177

FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

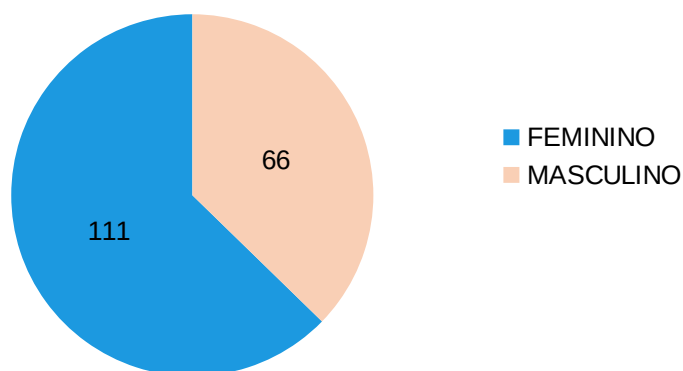
Tabela 6: Faixa etária dos interlocutores na Comunidade.

FAIXA ETÁRIA DOS INTERLOCUTORES	QTD
13 a 18	20
19 a 24	17
25 a 30	26
31 a 39	34
40 a 49	32
50 a 59	18
60 a 69	12
70 a 79	15
80 a 89	2
90 a 99	0
Acima de 100	1
TOTAL	177

FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Gráfico 2: Gênero dos interlocutores na comunidade.

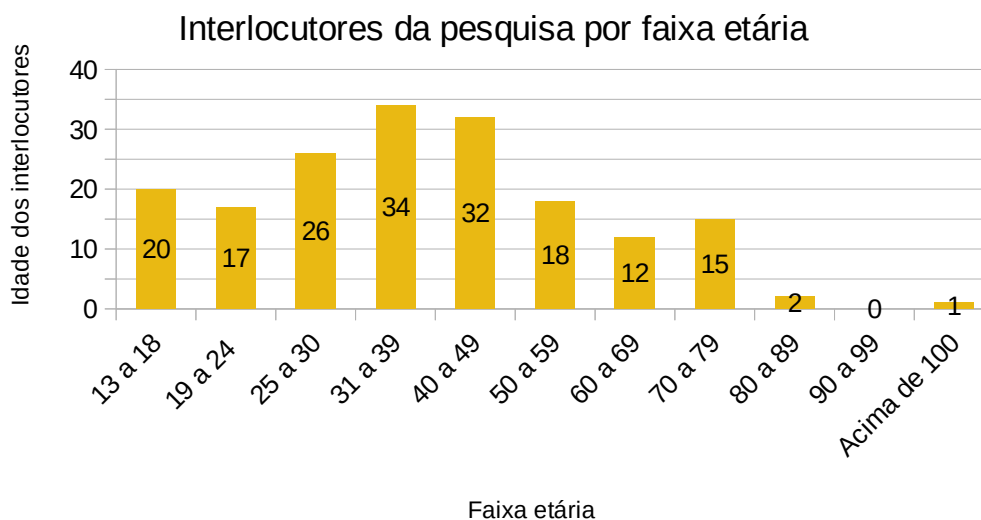
Interlocutores da pesquisa por gênero



FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Com relação a faixa etária dos interlocutores, supramencionada em tabela, teremos o membro mais velho com 107 anos de idade (Sr. Firmino), passando para Sra. Mariazinha de 85 anos e, Sr. Teixeira Barbosa com 83 anos de idade, sendo que não foi entrevistado nenhum morador entre 90 e 99 anos na comunidade, conforme apresenta-se no gráfico:

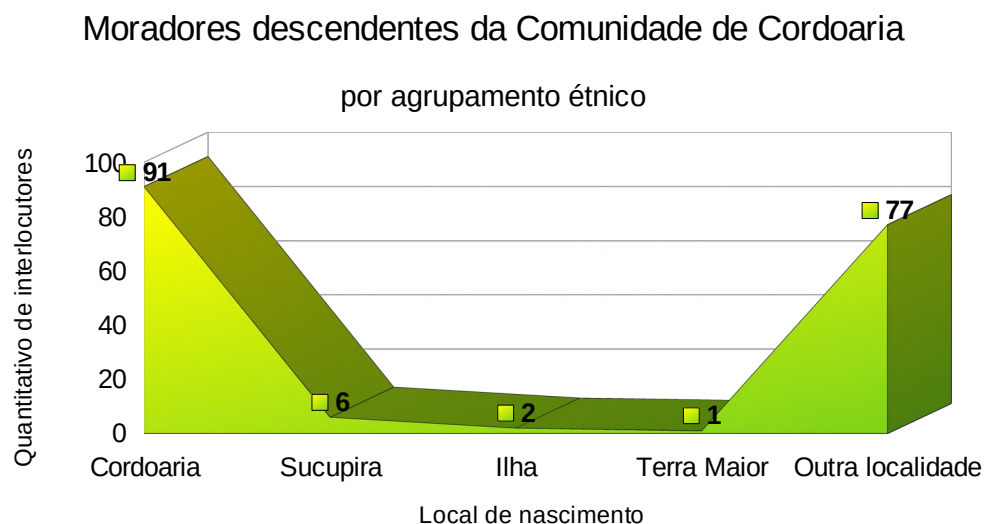
Gráfico 3: Faixa etária dos interlocutores na comunidade.



FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Já, com relação aos moradores e descendentes são majoritariamente nascidos na comunidade, perfazendo 100 (cem) indivíduos oriundos de Cordoaria e seus agrupamentos étnicos (Cordoaria, Sucupira, Ilha e Terra Maior) e, 77 (setenta e sete) indivíduos de outra localidade.

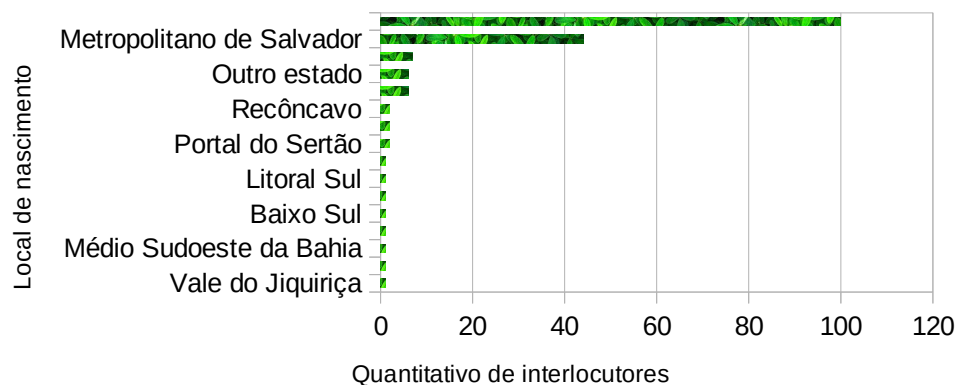
Gráfico 4: Descendência dos interlocutores na comunidade.



FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Gráfico 5: Origem dos moradores e seus territórios de identidade na Bahia.

Origem dos moradores da Comunidade de Cordoaria por território de identidade do estado da Bahia e outros estados brasileiros



FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Tabela 8: Descendência dos interlocutores na Comunidade de Cordoaria.

NASCIDO NA COMUNIDADE DE CORDOARIA	QTD
SIM	100
NÃO	77
TOTAL	177

FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Tabela 10: Descendência dos interlocutores na Comunidade de Cordoaria (agrupamentos étnicos).

Nascidos (agrupamento étnico)	QTD.
Cordoaria	91
Outra localidade	77
Sucupira	6
Ilha	2
Terra Maior	1
TOTAL	177

FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Tabela 9: Origem dos moradores da Comunidade: Territórios de identidade na Bahia e outros estados brasileiros.

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE NA BAHIA E OUTROS ESTADOS BRASILEIROS	QTD
Vale do Jiquiriça	1
Sudoeste Baiano	1
Médio Sudoeste da Bahia	1
Piemonte Norte do Itapicuru	1
Baixo Sul	1
Médio Rio de Contas	1
Litoral Sul	1
Bacia do Jacuípe	1
Semiárido Nordeste II	1
Portal do Sertão	2
Piemonte da Diamantina	2
Recôncavo	2
Litoral Norte e Agreste Baiano	6
Outro estado	4
Bacia do Jacuípe	7
Metropolitano de Salvador	44
Metropolitano de Salvador (Camaçari)	100
TOTAL	177

FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

De acordo, com os dados do trabalho de campo e a tabulação sociodemográfica dos interlocutores é possível constatar a origem ou descendência dos moradores na Comunidade de Cordoaria, no qual, a população quilombola é majoritariamente oriunda dos territórios de identidade na Bahia, totalizando 44 (quarenta e quatro) pessoas nascidas na Região Metropolitana de Salvador, 29 (vinte e nove) nos territórios de identidade do estado da Bahia e, outros 4 (quatro) interlocutores nos estados do Sergipe, Ceará, Rio Grande do Norte e São Paulo.

Tabela 11: Local de nascimento dos interlocutores: Territórios de identidade na Bahia e outros estados brasileiros.

TERRITÓRIOS DE IDENTIDADE NA BAHIA E OUTROS ESTADOS BRASILEIROS	LOCAL DE NASCIMENTO	QTD
Metropolitano de Salvador (Camaçari)	Comunidade	100
Metropolitano de Salvador	Salvador/BA	21
	Lauro de Freitas	9
	Camaçari/Ba	7
	São Sebastião do Passé/BA	2
	Simões Filho/BA	2
	São Francisco do Conde/BA	2
Bacia do Jacuípe	Mata de São João/BA	1
	Mairi/BA	7
Litoral Norte e Agreste Baiano	Riachão de Jacuípe/BA	1
	Entre Rios/BA	3
	Alagoinhas/BA	2
Litoral Sul	Cardeal da Silva/BA	1
	Itabuna/BA	1
Piemonte da Diamantina	Itajuípe/BA	1
	Jacobina/BA	1
Portal do Sertão	Paraiso/BA	1
	Irará/BA	1
Recôncavo	Teodoro Sampaio/BA	1
	Cachoeira/BA	1
Baixo Sul	Nazaré das Farinhas/BA	1
Médio Rio de Contas	Camamu/BA	1
Médio Sudoeste da Bahia	Ibirataia/BA	1
Piemonte Norte do Itapicuru	Bicuí/BA	1
Sudoeste Baiano	Caldeirão Grande/BA	1
Vale do Jiquiriça	Araci/BA	1
Outro estado (Sergipe)	Amargosa/BA	1
	Cicero Dantas/SE	1
Outro estado (Ceará)	Itabaianinha/SE	1
	Cascavel/CE	1
Outro estado (Rio Grande do Norte)	João Pessoa/RN	1
Outro estado (São Paulo)	São Paulo/SP	1
	TOTAL	177

FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Analisando-se, detalhadamente a origem e os locais de nascimento dos moradores teremos os territórios de identidade do Estado da Bahia e outros estados brasileiros, no qual na tabela é evidente a maioria oriunda da região Metropolitana de Salvador (Camaçari) –

significando o nascimento no território quilombola de Cordoaria e seus agrupamentos étnicos -, com 100 (cem) indivíduos, seguido dos outros municípios metropolitanos com 44 (quarenta e quatro) no entorno geográfico da Região metropolitana de Salvador (21 – Salvador; Lauro de Freitas; 7 – Camaçari; 2 – São Sebastião do Passé; 2 – Simões Filho; 2 – São Francisco do Conde; 1 – Mata de São João). Já no território de identidade baiano teremos ainda, 8 (oito) da Bacia do Jacuípe (7 – Mairi; 1 – Riachão do Jacuípe), 6 (seis) do Litoral Norte e Agreste Baiano (3 – Entre Rios; 2 – Alagoinhas; 1 Cardeal da Silva), continuando com 2 (dois) do Litoral Sul (1 – Itabuna; 1 – Itajuípe), 2 (dois) Piemonte da Diamantina (1 – Jacobina; 1 – Paraíso), 2 (dois) do Portal do Sertão (1 – Irará; 1 – Teodoro Sampaio), 2 (dois) do Recôncavo (1 – Cachoeira; 1 – Nazaré das Farinhas), por fim os territórios de identidade com 1 (um) morador de cada região Baixo Sul (Camamu), Médio Rio de Contas (Ibirataia), Médio Sudoeste da Bahia (Bicuí), Piemonte Norte do Itapicuru (Caldeirão Grande), Sudoeste Baiano (Araci), Vale do Jequiriça (Amargosa) Semiárido Nordeste II (Cícero Dantas). Finalizando com 4 (quatro) interlocutores de outros estados brasileiros, sendo, 1 (um) de Sergipe (Itabaianinha), 1 (um) do Ceará (Cascavel), 1 (um) do Rio Grande do Norte (João Pessoa) e 1 (um) de São Paulo (capital).

A tabela elaborada pela pesquisadora tem a compilação dos dados sociodemográficos dos interlocutores da pesquisa com a intersecção do local de nascimento, os territórios de identidade na Bahia e os outros estados brasileiros, possibilitando o pertencimento identitário e cultural da população na Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria.

De acordo, com a Secretaria de Planejamento do Governo da Bahia (SEPLAN) os territórios de identidades distribuem-se em 27 (vinte e sete) unidades no estado baiano, com suas características e singularidades, desde a localização geográfica, a população, sendo elas: Irecê, Velho Chico, Chapa Diamantina, Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Médio Sudoeste da Bahia, Vale do Jiquiriçá, Sertão do São Francisco, Bacia do Rio Grande, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semiárido Nordeste II, Litoral Norte e Agreste Baiano, Portal do Sertão, Sudoeste Baiano, Recôncavo, Médio Rio de Contas, Bacia do Rio Corrente, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru, Metropolitana de Salvador e Costa do Descobrimento, com as seguintes cidades/municípios:

Quadro 1: Territórios de identidade no estado da Bahia.

Território	Municípios
Irecê	América Dourada – Barra do Mendes Barro Alto-Cafarnaum-Canarana-Central-Gentio do Ouro-Ibipeba-Ibititá-Ipupiara-Irecê-Itaguaçu da Bahia-João Dourado-Jussara-Lapão-Mulungu do Morro-Presidente Dutra-Uibaí-São Gabriel-Xique-Xique.
Velho Chico	Barra – Bom Jesus da Lapa – Brotas de Macaúbas – Carinhanha – Feira da Mata – Ibotirama – Igaporã – Malhada – Matina – Morpará – Muquém do São Francisco – Oliveira dos Brejinhos – Paratinga – Riacho de Santana – Serra do Ramalho – Sítio do Mato.
Chapada Diamantina	Abaira – Andaraí – Barra da Estiva – Boninal – Bonito – Ibicoara – Ibitiara – Iramaia – Iraquara – Itaetê – Jussiape – Lençóis – Marcionílio Souza – Morro do Chapéu – Mucugê – Nova Redenção – Novo Horizonte – Palmeiras – Piatã – Rio de Contas – Seabra – Souto Soares – Utinga – Wagner.
Sisal	Araci – Barrocas – Biritinga – Candeal – Cansanção – Conceição do Coité – Ichu – Itiúba – Lamarão – Monte Santo – Nordestina – Queimadas – Quijingue – Retirolândia – Santaluz – São Domingos – Serrinha – Teofilândia – Tucano – Valente.
Litoral Sul	Almadina – Arataca – Aurelino Leal – Barro Preto – Buerarema – Camacan – Canavieiras – Coaraci – Floresta Azul – Ibicaraí – Ilhéus – Itabuna – Itacaré – Itaju da Colônia – Itajuípe – Itapé – Itapitanga – Jussari – Marau – Mascote – Pau-brasil – Santa Luzia – São José da Vitória – Ubaitaba – Una – Uruçuca.
Baixo Sul	Aratuípe – Cairu – Camamu – Gandu – Ibirapitanga – Igrapiúna – Ituberá – Jaguaripe – Nilo Peçanha – Piraí do Norte – Presidente Tancredo Neves – Taperoá – Teolândia – Valença – Wenceslau Guimarães.
Extremo Sul	Alcobaça – Caravelas – Ibirapuã – Itamaraju – Itanhém – Jucuruçu – Lajedão – Medeiros Neto – Mucuri – Nova Viçosa – Prado – Teixeira de Freitas – Vereda.
Médio Sudoeste da Bahia	Caatiba – Firmino Alves – Ibicuí – Iguai – Itambé – Itapetinga – Itarantim – Itororó – Macarani – Maiquinique – Nova Canaã – Potiraguá – Santa Cruz da Vitória.
Vale do Jiquiriçá	Amargosa – Brejões – Cravolândia – Elísio Medrado – Irajuba – Itaquara – Itiruçu – Jaguaquara – Jiquiriçá – Lafaiete Coutinho – Laje – Lajedo do Tabocal – Maracás – Milagres – Mutuípe – Nova Itarana – Planaltino – Santa Inês – São Miguel das Matas – Ubaira.
Sertão do São Francisco	Campo Alegre de Lourdes – Canudos – Casa Nova – Curaçá – Juazeiro – Pilão Arcado – Remanso – Sento Sé – Sobradinho – Uauá.
Bacia do Rio Grande	Angical – Baianópolis – Barreiras – Buritirama – Catolândia – Cotegipe – Cristópolis – Formosa Do Rio Preto – Luís Eduardo Magalhães – Mansidão – Riachão Das Neves – Santa Rita De Cassia – São Desidério – Wanderley.
Bacia do Paramirim	Boquira – Botuporã – Caturama – Eriço Cardoso – Ibitipitanga – Macaúbas – Paramirim – Rio Do Pires.
Sertão Produtivo	Brumado – Caculé – Caetité – Candiba – Contendas do Sincorá – Dom Basílio – Guanambi – Ibiassucê – Ituaçu – Iuiú – Lagoa Real – Livramento de Nossa Senhora – Malhada de Pedras – Palmas de Monte Alto – Pindaí – Rio do Antônio – Sebastião Laranjeiras – Tanhaçu – Tanque Novo – Urandi.
Piemonte do Paraguaçu	Boa Vista do Tupim – Iaçú – Ibiquera – Itaberaba – Itatim – Lajedinho – Macajuba – Mundo Novo – Piritiba – Rafael Jambeiro – Ruy Barbosa – Santa Terezinha – Tapiramutá.

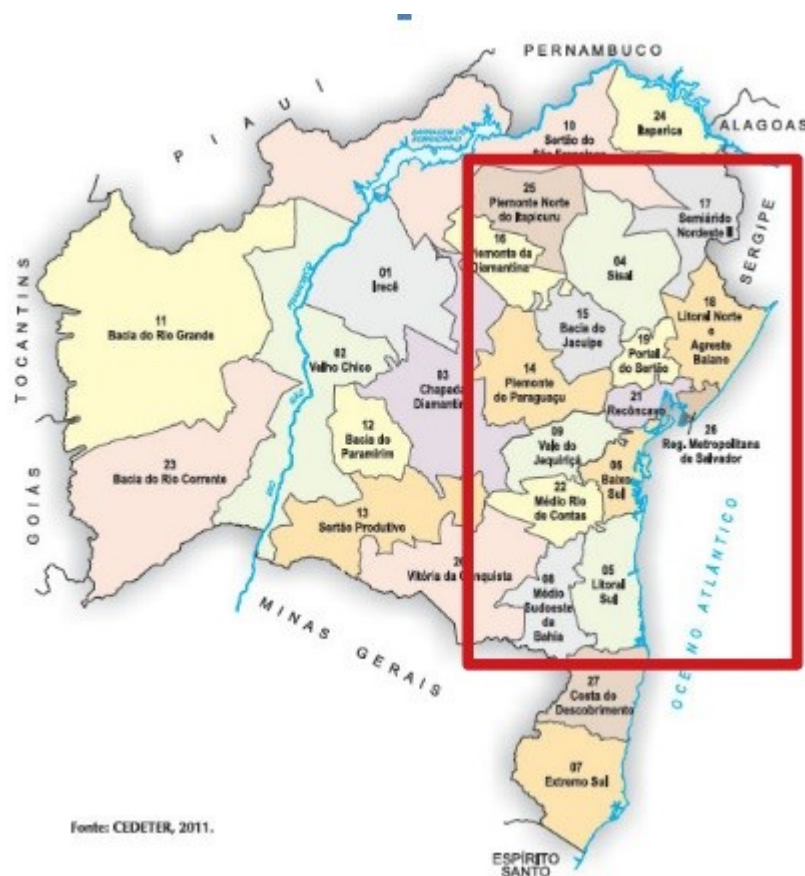
Bacia do Jacuípe	Baixa Grande – Capela do Alto Alegre – Capim Grosso – Gavião – Ipirá – Mairi – Nova Fátima – Pé de Serra – Pintadas – Quixabeira – Riachão do Jacuípe – São José do Jacuípe – Serra Preta – Várzea da Roça – Várzea do Poço.
Piemonte da Diamantina	Caém – Jacobina – Miguel Calmon – Mirangaba – Ourulândia – Saúde – Serrolândia – Umburanas – Várzea Nova.
Semiárido Nordeste II	Adestina – Antas – Banzaê – Cícero Dantas – Cipó – Coronel João Sá – Euclides da Cunha – Fátima – Heliópolis – Jeremoabo – Nova Soure – Novo Triunfo – Paripiranga – Pedro Alexandre – Ribeira do Amparo – Ribeira do Pombal – Santa Brígida – Sítio do Quinto.
Litoral Norte e Agreste Baiano	Acajutiba – Alagoinhas – Aporá – Araçás – Aramari – Cardeal da Silva – Catu – Conde – Crisópolis – Entre Rios – Esplanada – Inhambupe – Itanagra – Itapicuru – Jandaíra – Olindina – Ouriçangas – Pedrão – Rio Real – Sátiro Dias.
Portal do Sertão	Água Fria – Amélia Rodrigues – Anguera – Antônio Cardoso – Conceição da Feira – Conceição do Jacuípe – Coração de Maria – Feira de Santana – Ipecaetá – Irará – Santa Bárbara – Santanópolis – Santo Estêvão – São Gonçalo dos Campos – Tanquinho – Teodoro Sampaio – Terra Nova.
Sudoeste Baiano	Anagé – Aracatu – Barra do Choça – Belo Campo – Bom Jesus da Serra – Caetanos – Cândido Sales – Caraíbas – Condeúba – Cordeiros – Encruzilhada – Guajeru – Jacaraci – Licínio de Almeida – Maetinga – Mirante – Mortugaba – Piripá – Planalto – Poções – Presidente Jânio Quadros – Ribeirão do Largo – Tremedal – Vitória da Conquista.
Recôncavo	Cabaceiras do Paraguaçu – Cachoeira – Castro Alves – Conceição da Almeida – Cruz das Almas – Dom Macedo Costa – Governador Mangabeira – Maragogipe – Muniz Ferreira – Muritiba – Nazaré – Salinas da Margarida – Santo Amaro – Santo Antônio de Jesus – São Felipe – São Félix – Sapeaçu – Saubara – Varzedo.
Médio Rio de Contas	Aiquara – Apuarema – Barra do Rocha – Boa Nova – Dário Meira – Gongogi – Ibirataia – Ipiáu – Itagi – Itagibá – Itamarí – Jequié – Jitaúna – Manoel Vitorino – Nova Ibiá – Ubatã.
Bacia do Rio Corrente	Brejolândia – Canápolis – Cocos – Coribe – Correntina – Jaborandi – Santa Maria Da Vitória – Santana – São Félix Do Coribe – Serra Dourada – Tabocas Do Brejo Velho.
Itaparica	Abaré – Chorrochó – Glória – Macururé – Paulo Afonso – Rodela
Piemonte Norte do Itapicuru	Andorinha – Antônio Gonçalves – Caldeirão Grande – Campo Formoso – Filadélfia – Jaguarari – Pindobaçu – Ponto Novo – Senhor do Bonfim.
Metropolitano de Salvador	Camaçari – Candeias – Dias D'Ávila – Itaparica – Lauro de Freitas – Madre de Deus – Mata de São João – Pojuca – Salvador – São Francisco do Conde – São Sebastião do Passé – Simões Filho – Vera Cruz.
Costa do Descobrimento	Belmonte – Eunápolis – Guaratinga – Itabela – Itagimirim – Itapebi – Porto Seguro – Santa Cruz Cabrália

FONTE: SEPLAN, 2018⁴¹

41 SEPLAN. 2018. Territórios de Identidade. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em 29 Mai. 2018 as 20h20.

Baseando-se nas informações da coleta de dados no trabalho de campo coadunando com a análise geográfica, socioespacial e sociodemográfica é estabelecido que, a população quilombola atual é formada por moradores e moradoras advindos (as) de territórios de identidades na Bahia, que estão no entorno da Comunidade Remanescente de Quilombo. Dado este que pode ser constatado no mapa em destaque:

Mapa 3: Origem sociodemográfica e socioespacial da Comunidade.



FONTE: Territorialização da cultura, 2019.

À vista disso, constituiu-se a diversidade de conhecimentos, saberes e modos de vida na comunidade quilombola, com suas peculiaridades, singularidades e culturas próprias de cada região e dos territórios de identidade na Bahia, desde a produção alimentícia, a ocupação das terras, as culturas existentes e todo o processo identitário indígena, africano e afrobrasileiro.

Resultante do processo de ocupação do território quilombola e rural, os interlocutores são nascidos majoritariamente em Cordoaria e outros municípios da região metropolitana de Salvador (Camaçari e Lauro de Freitas), visto que, a região não têm hospitais ou posto de atendimento médico para a realização dos partos. Por outro lado, a Comunidade de Sucupira – entendida como marco inicial das demarcações de terras datadas no século XX – e, Terra Maior, que é situada na divisa com o Rio Cachoeirinha – atual barragem entre Camaçari e Lauro de Freitas proporciona a aproximação histórica e geográfica com o entorno da região. Região essa, antes utilizada pelos moradores como via de acesso para a venda de mercadorias em Peri Peri e Salvador, através do lombo dos animais, caminhando pelas trilhas e caminhos de terra, a travessia de canoa pelo rio e, por fim, acessando o transporte até o centro urbano.

Para finalizar, é importante destacar que, a aplicação do questionário socioeconômico e da entrevista semiestruturada deu-se através de perguntas e respostas, da qual a pesquisadora não incitava ou direcionava o significado dessa ou daquela interjeição, mas apenas repetia a pergunta. Cita-se por exemplo, ao ser questionado sobre o que é terra e, mais adiante sobre o que é território, muitos diziam tratar-se da mesma coisa, mas, quando o assunto era “Ser quilombola é...”, alguns não sabiam ou diziam não sei, disso não sei não e, assim sucessivamente. Então, discorria para as demais perguntas da entrevista, tal procedimento ou atitude visava entender o que realmente pressupunha o interlocutor e, não frases prontas e decoradas de um contexto distinto e divergente da realidade.

CAPÍTULO IV – O quilombo e suas alterações legais

O termo quilombo representa um dos primeiros problemas a ser resolvido pelos estudiosos da questão. Coube ao Conselho Ultramarino de Portugal, a primeira conceituação de quilombo que, em 1740, reportando-se ao rei de Portugal, emitiu a seguinte definição, afirmando que quilombo é: “toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que tenham ranchos levantados e nem se achem pilões de pele”. Este conceito perpetuou-se como definição clássica até a década de 1970, influenciando diversos estudiosos. De certa forma, essa conceituação terminou por “engendrar” a interpretação dada à palavra quilombo. Pouco se conseguiu avançar em sua discussão até a década de 1980, quando foi promulgada a nova carta constitucional. Alfredo Wagner (1999) ressalta que o conceito do Conselho Ultramarino constituiu-se basicamente de cinco elementos:

- 1) A fuga;
- 2) Uma quantidade mínima de fugidos;
- 3) O isolamento geográfico, em locais de difícil acesso e mais próximos de uma “natureza selvagem” que da chamada civilização;
- 4) Moradia habitual, referida no termo “rancho”;
- 5) Autoconsumo e capacidade de reprodução, simbolizados na imagem do pilão de arroz.

Essa situação evidenciaria, claramente, o quilombo como uma comunidade negra rural, distante dos núcleos de povoamento colonial e com suporte e condições para assegurar sua autopropriedade.

INCRA, 2014, p. 12⁴².

A definição inicial de Quilombo está pautada em documento concedido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) através do Relatório sócio-histórico antropológico Comunidade Quilombola de Santa Fé, localizada em Porto Velho, no estado de Rondônia. Tal conceito, é disposto desde os anos de 1740 com o Conselho Ultramarino, mas com o decorrer dos anos evoluiu e ascendeu com as novas pesquisas, estudos, disciplinas, metodologias e técnicas antropológicas, sociológicas e etnológicas da análise e/ou estudo das diferentes populações. Analisando-se estritamente o conceito supramencionado, teremos que os quilombos seriam localizados em áreas rurais com “ranchos” e a alimentação é produzida no próprio território pelos indivíduos. Agora, transportando-se tal conceito para a Comunidade da Sucupira e Cordoaria alguns itens podem ainda ser constatados na realidade, como por exemplo, a localização na área rural de Camaçari, alguns produtos – atualmente a minoria – ainda são produzidos nas áreas disponíveis para o plantio e cultivo, destacando-se

42 INCRA (2014). Relatório sócio-histórico-antropológico Comunidade Quilombola de Santa Fé: Costa Marques – RO. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional da Rondônia, Divisão de Ordenamento da estrutura fundiária, Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas. Porto Velho: Rondônia, 2014. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/492916/RESPOSTA_PEDIDO_Relatorio%20Antropologico%20I.pdf>. Acesso em 21 Mai. 2018.

que muitos moradores detêm como propriedade o terreno destinado a casa e um pequeno quintal ao fundo, diferentemente das grandes áreas e terrenos nos anos passados.

A implementação do Artigo 68 aconteceu no início de 1990, época e que o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), o Ministério Público Federal as Procuradorias Gerais dos Estados e também a ABA (Associação Brasileira de Antropologia) foram convocados na busca por maior visibilidade do reconhecimento identitário das comunidades classificadas como remanescentes de quilombos. Assim, esse processo diz muito sobre como nós, pesquisadores, ajudamos na construção do discurso a partir da classificação “quilombo”, incorporada aos grupos de comunidades negras rurais e/ou urbanas traduzidas no Artigo 68 como remanescentes de quilombos, e como as pessoas aprenderam a usar esse discurso a partir do final de 1980. Antropólogos, agentes dos movimentos sociais urbanos, nomeadamente dos movimentos negros, mesmo seguindo caminhos diversos, ajudaram a construir esse discurso no qual o “negro” é tomado como figura e pessoa diferente no interior da sociedade brasileira. OLIVEIRA, 2010, p.30⁴³

De acordo com a Comissão Pró Índio de São Paulo⁴⁴, Quilombos e Legislação, são apresentadas as legislações a nível Federal, Estadual e Internacional, além dos Instrumentos Internacionais que regulamentam e regem o contexto das populações quilombolas, indígenas, povos e comunidades tradicionais.

Quadro 2: Histórico das legislações para população tradicional, quilombola e indígena (1988 à 2016).

LEGISLAÇÃO	OBJETIVO
Constituição Federal de 1988	Artigo 215 Artigo 216 Artigo 68 do Ato das Disposições Transitórias
Decreto n.º 536, de 20 de maio de 1992	Cria a Reserva Extrativista do Quilombo Flechal.
Portaria Incra n.º 307, de 22 de novembro de 1995	Determina que as comunidades remanescentes de quilombos, como tais caracterizadas, inseridas em áreas públicas federais, arrecadadas ou obtidas por processo de desapropriação, sob a jurisdição do INCRA, tenham suas áreas medidas e demarcadas, bem como tituladas.
Lei n.º 9.393, de 19 de dezembro de 1996	Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências.
Lei n.º 9.636, de 15 de maio de 1998	Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera dispositivos dos Decretos Leis n.º 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º

43 OLIVEIRA, Rosy de, 2010. O barulho da terra: Nem Kalunga Nem Camponeses. / Rosy de Oliveira. Curitiba, PR: Editora Progressiva, 2010.

44 COMINCRA, 15/07/2015. Quadro atual da política de regularização de territórios quilombolas no Incra. Ministério de Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Diretoria de Ordenamento da estrutura fundiária e Coordenação Geral de regularização de territórios quilombolas. Brasília: INCRA – DFQ, 15 Jul. 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estruturafundiaria/quilombolas/passo_a_passo_atualizado_pdf.pdf>ISSÃO PRÓ-ÍNDIO SÃO PAULO. Quilombos e legislação. Disponível em: <<http://www.cisp.org.br/html/leis/apresentacao.aspx>>.

	do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.
Portaria MINC n.º 447, de 2 de dezembro de 1999	Delega a competência a titular da Presidência da Fundação Cultural Palmares.
Portaria FCP n.º 40, de 13 de julho de 2000	Estabelece normas que regerão os trabalhos para a identificação, reconhecimento, delimitação e demarcação, levantamento cartorial, e titulação das terras ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos.
Resolução MEC/FNDE n.º 14, de 16 de maio de 2001	Estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar a projetos educacionais no âmbito dos Programas de Correção do Fluxo Escolar – Aceleração de Aprendizagem e Paz na Escola, da Educação Escolar Indígena e das Áreas Remanescentes de Quilombos, para o ano de 2001.
Decreto n.º 3.912, de 10 de setembro de 2001	Regulamenta as disposições relativas ao processo administrativo para identificação dos remanescentes das comunidades dos quilombos e para o reconhecimento, a delimitação, a demarcação, a titulação e o registro imobiliário das terras por eles ocupadas.
Decreto de 21 de março de 2002	Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de propor e implementar ações voltadas ao desenvolvimento sustentável dos remanescentes das comunidades dos quilombos e dá outras providências.
Decreto de 13 de maio de 2003	Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de rever as disposições contidas no Decreto nº 3.912, de 10 de setembro de 2001, e propor nova regulamentação ao reconhecimento, delimitação, demarcação, titulação, registro imobiliário das terras remanescentes de quilombos e dá outras providências.
Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003	Dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências.
Decreto n.º 4.885, de 20 de novembro de 2003	Dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial (CNPPIR), e dá outras providências.
Decreto n.º 4.886, de 20 de novembro de 2003	Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PNPIR) e dá outras providências.
Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Portaria FCP n.º 6, de 1º de março de 2004	Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades de Quilombos da Fundação Cultural Palmares.
	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos

Decreto n.º 5.011, de 11 de março de 2004	Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, e dá outras providências.
Instrução Normativa Incra n.º 16, de 24 de março de 2004	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Decreto n.º 5.051, de 19 de abril de 2004	Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais.
Instrução Normativa Incra n.º 20, de 19 de setembro de 2005	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinstituição, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003.
Decreto n.º 5.735, de 27 de março de 2006	Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA, e dá outras providências.
Resolução FNDE n.º 09, de 28 de março de 2006	Estabelece as orientações e diretrizes para assistência financeira suplementar aos projetos educacionais, no âmbito do Ensino Fundamental, em áreas remanescentes de quilombos, para o ano de 2006.
Decreto n.º 5.758, de 13 de abril de 2006	Institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP), seus princípios, diretrizes, objetivos e estratégias, e dá outras providências.
Decreto n.º 6.040, de 7 de fevereiro de 2007	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
Instrução Normativa Incra n.º 41, de 11 de junho de 2007	Estabelece critérios e procedimentos administrativos referentes à alienação de terras públicas em áreas acima de 500 hectares, limitadas a 15 módulos fiscais, mediante concorrência pública.
Ato Regimental da AGU de n.º 7, de 11 outubro de 2007	Entre outras determinações, este ato regimental confere a atribuição ao Departamento de Patrimônio Público e Probidade Administrativa a atuação em ações desapropriatórias, possessórias, reivindicatórias de titulação de áreas de remanescentes de quilombos (art. 8º, inciso III, alínea c).
Decreto n.º 6.261, de 20 de novembro de 2007	Dispõe sobre a gestão integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências.
Portaria FCP n.º 98, de 26 de novembro de 2007	Institui o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares para efeito do

	regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03.
Portaria MDS n.º 86 de 12 de março de 2008	Publica o regimento interno da Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
Norma de Execução Incra n.º 69 de 12 de março de 2008	Dispõe sobre a execução de projetos de assentamento. Dispõe sobre o processo de criação e reconhecimento de projetos de assentamento de reforma Agrária.
Instrução Normativa Incra n.º 49, de 29 de Setembro de 2008	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.
Decreto n.º 6.872, de 4 de junho de 2009	Aprova o Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial (PLANAPIR), e institui o seu Comitê de Articulação e Monitoramento.
Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009	Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.
Instrução Normativa Incra n.º 56, de 7 de Outubro de 2009	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.
Instrução Normativa n.º 57, de 20 de outubro de 2009	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desinversão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que tratam o Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003.
Lei nº 12.188, de 10 de janeiro de 2010	Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária (PNATER) e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária (PRONATER), altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências.
Lei n.º 12.212, de 20 de janeiro de 2010	Dispõe sobre a Tarifa Social de Energia Elétrica; altera as Leis nº9.991, de 24 de julho de 2000, 10.925, de 23 de julho de 2004, e 10.438, de 26 de abril de 2002; e dá outras providências.

Norma de Execução Conjunta n.º 3, de 21 de junho de 2010	Estabelece procedimentos administrativos e técnicos para a edição de decreto declaratório de interesse social das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos e para a desintrusão de ocupantes não quilombolas inseridos nos perímetros objeto do decreto, visando à regularização de territórios quilombolas.
Instrução Normativa do Incra n.º 63, de 11 de outubro de 2010	Dispõe sobre o procedimento administrativo de ratificação das alienações e concessões de terras devolutas feitas pelos Estados na faixa de fronteira.
Lei n.º 12.512, de 14 de outubro de 2011	Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006.
Portaria Interministerial N.º 35, de 27 de Janeiro de 2012	Institui Grupo de Trabalho Interministerial com a finalidade de estudar, avaliar e apresentar proposta de regulamentação da Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, no que tange aos procedimentos de consulta prévia dos povos indígenas e tribais.
Instrução Normativa do Incra N.º 73, de 17 de Maio de 2012	Estabelece critérios e procedimentos para a indenização de benfeitorias de boa-fé erigidas em terra pública visando a desintrusão em território quilombola.
Decreto n.º 7.775, de 4 de julho de 2012	Regulamenta o art. 19 da Lei n.º 10.696, de 2 de julho de 2003, que institui o Programa de Aquisição de Alimentos, e o Capítulo III da Lei n.º 12.512, de 14 de outubro de 2011, e dá outras providências.
Portaria Interministerial n.º 5, de 21 de novembro de 2012	Associa e promove a articulação entre o “Selo Quilombos do Brasil”, instituído pela Portaria SEPP/PR n.º 22, de 14 de abril de 2010, e o Selo de Identificação da Participação da Agricultura Familiar-SIPAF, instituído pela Portaria MDA n.º 7, de 13 de janeiro de 2010, e dá outras providências.
Lei n.º 12.854, de 26 de agosto de 2013	Fomenta e incentiva ações que promovam a recuperação florestal e a implantação de sistemas agroflorestais em áreas rurais desapropriadas e em áreas degradadas, nos casos que especifica
Portaria Interministerial n.º 210, de 13 de junho de 2014	Delega ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário, a competência para outorgar a beneficiários de projetos federais de assentamento de reforma agrária e a grupos remanescentes das comunidades dos quilombos a Concessão de Direito Real de Uso – CDRU ou a transferência do domínio pleno de terrenos rurais da União, contemplados nos incisos I, III, IV e VII do art. 20 da Constituição Federal, que estejam sob gestão exclusiva da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SPU/MP.
Portaria n.º 397, de 24 de julho de 2014	Instaura a Mesa Nacional de Acompanhamento da Política de Regularização Fundiária Quilombola, com a finalidade de

	fortalecer a interlocução entre os órgãos governamentais e a sociedade civil.
Lei n.º 13.043, de 13 de novembro de 2014	Isenção de Imposto Territorial sobre a Propriedade Rural (ITR) às terras quilombolas.
Portaria n.º 175, de 19 de abril de 2016.	Reconhece os agricultores familiares remanescentes de quilombos como beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e dá outras providências.

FONTES: Comissão Pró-Índio, 2018.

Em continuidade podem ser consideradas pela Portaria nº98 de 26 de Novembro de 2007⁴⁵, que “regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo de que trata o art. 68/ADCT, e o disposto nos arts. 215 e 216 da Constituição Federal” (idem) estabelece:

Art. 1º - Instituir o Cadastro Geral de Remanescentes das Comunidades dos Quilombos da Fundação Cultural Palmares, também autodenominadas Terras de Preto, Comunidades Negras, Mocambos, Quilombos, dentre outras denominações congêneres, para efeito do regulamento que dispõe o Decreto nº 4.887/03.

§ 1º O Cadastro Geral de que trata o caput deste artigo é o registro em livro próprio, de folhas numeradas, da declaração de autodefinição de identidade étnica, segundo uma origem comum presumida, conforme previsto no art. 2º do Decreto nº 4.887/03.

§ 2º O Cadastro Geral é único e pertencerá ao patrimônio da Fundação Cultural Palmares.

§ 3º As informações correspondentes às comunidades deverão ser igualmente registradas em banco de dados informatizados, para efeito de informação e estudo.

Tal cadastro, proporcionará o conhecimento e informações atualizadas das comunidades remanescentes de quilombo brasileiras, dados estes que são de difícil acesso ou restrito as próprias, das quais o pesquisador, por vezes, não tem acesso ou os consegue através de outros dados e cruzamentos de informações, referências, documentos e bibliográficas, mas que podem conter erros ou incoerências, diferentemente das informações colhidas no trabalho de campo.

De tal modo que,

⁴⁵ BRASIL, 2007. Portaria nº 98 de 26 de Novembro de 2007. Confere o art. 1º da Lei nº 7.688, de 22 de agosto de 1988, e considerando as atribuições conferidas à Fundação pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo de que trata o art. 68/ADCT, e o disposto nos arts. 215 e 216 da Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/ANEXO-04-Portaria-FCP-nº98-de-26-de-novembro-de-2007.pdf>>.

Entretanto, se hoje se confere grande importância aos remanescentes, isso se deve, em grande parte, à perspectiva do resgate cultural da identidade étnica, recorrente nos estudos culturalistas descritos anteriormente. Os estudiosos desta vertente deram subsídios para a argumentação que possibilitou o desdobramento do conceito de quilombo para o de remanescentes de quilombo. As abordagens e interpretação sobre o tema também orientaram e asseguraram a inclusão dos “remanescentes de quilombo” na pauta da Assembleia Nacional Constituinte daquele ano de 1988. O deslocamento do conceito histórico de ‘quilombo’ e de “comunidade negra” para o de “remanescentes de quilombo” ampliou o leque das circunstâncias para a “atribuição de identidades” aos “novos” e “velhos” grupos de quilombolas assegurando os fundamentos para os laudos de identificação da população negra e garantindo-lhe os benefícios revistos na Constituição. Entretanto, este aspecto “presencial” contido na Constituição tem levado os antropólogos a seguirem um princípio básico de interpretação dos “limites” de pertença a um dado grupo ao “fazer o reconhecimento teórico e encontrar o lugar conceitual do passado no presente, segundo processos de inclusão e exclusão que possibilitam definir os limites de pertença ao grupo” (Barth, 2000:31). Seja pela identidade étnica e histórica de preponderância negra, seja pela ocupação de um território comum ao grupo ou organização em unidade de trabalho familiar/coletivo, a busca de sinais diacríticos produziu um efeito prático de identidades, ao determinar o lugar para indivíduos e grupos no universo cultural. Essa perspectiva epistemológica assumida pela Antropologia, e liderada pelos culturalistas a partir do final da década de 1980, produziu o deslocamento das velhas malhas da representação do conceito de quilombo para o de remanescente. Assim, como nem todas as comunidades negras rurais ou urbanas eram antigos quilombos, a noção de remanescente possibilitou a incorporação desses grupos nesta categoria. OLIVEIRA, 2010, p.43⁴⁶

Diante desse questionamento, os pesquisadores devem atentar-se as diversas vertentes, informações e indícios para estabelecer a classificação, os conceitos e “moldes” que a comunidade estudada está inserida. Isso porque, a certificação da Fundação Cultural Palmares é o reconhecimento da comunidade como remanescente de quilombo, mas, por outro lado, os indivíduos residentes na localidade podem não compreender sobre o que tal definição modificará em suas vidas. Assim sendo, o pesquisador também tem a função de esclarecer aos moradores sobre o que a academia estipula por esse conceito, as legislações e os aparatos legais para a manutenção e preservação das identidades e, entre outros, que são primordiais para o aporte teórico, metodológico e argumentação no trabalho de Dissertação.

Em uma das noites de pesquisa na internet encontrei no repositório da Universidade Federal da Bahia (UFBA) várias produções e publicações, o que me inquietou a continuar por outros materiais e referências – tão importantes e essenciais para o desenvolvimento do conhecimento e a escrita do texto acadêmico -. Posteriormente, no site do Repositório

46 OLIVEIRA, Rosy de, 2010. O barulho da terra: Nem Kalunga Nem Camponeses. / Rosy de Oliveira. Curitiba, PR: Editora Progressiva, 2010.

Institucional da UFBA⁴⁷, realizei uma busca com a palavra “Quilombo”, neste momento foram catalogados 85 (oitenta e cinco) trabalhos com essa terminologia, datados de um conjunto de itens de 1967 até 2016 e, em nova atualização em Agosto de 2019⁴⁸, o quantitativo está em 121 (cento e vinte um) trabalhos relacionados ao tema⁴⁹. Tal pesquisa, motivou-me a percorrer as outras universidades para relatar os estudos e pesquisas sobre o tema, para um panorama nacional, no qual destaco:

As pesquisas podem ser classificadas segundo a área de conhecimento. Trata-se de um sistema importante para a definição de políticas de pesquisa e concessão de financiamento. Por essa razão é que em nível nacional adota-se a classificação elaborada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que é a principal agência destinada ao fomento da pesquisa científica e tecnológica e à formação de recursos humanos para a pesquisa no país. O CNPq classifica as pesquisas em sete grandes áreas: 1. Ciências Exatas e da Terra; 2. Ciências Biológicas; 3. Engenharias; 4. Ciências da Saúde; 5. Ciências Agrárias; 6. Ciências Sociais Aplicadas; 7. Ciências Humanas. Essas grandes áreas são subdivididas em áreas, que correspondem a conjunto de conhecimentos inter-relacionados, reunidos segundo a natureza dos objetos de investigação com finalidades de ensino, pesquisa e aplicações práticas. Cada uma dessas áreas, por sua vez, é subdividida em subáreas, que são estabelecidas em função dos objetos de estudo e dos procedimentos metodológicos. Essas subáreas, por fim, são subdivididas em especialidades, que correspondem à caracterizações temáticas das atividades de pesquisa e ensino.

GIL, 2010, p.26⁵⁰.

Resultando, de acordo com a Capes - Catálogo de Teses e Dissertações⁵¹ –, ao ser pesquisada a palavra Quilombo, constam 1026 (um mil e vinte e seis) resultados com 762 (setecentas e sessenta e duas) Dissertações de Mestrado e 215 (duzentas e quinze) Teses de Doutorado de pesquisadores nacionais e estrangeiros, datados dos anos de 1988 até 2018⁵², nas universidades brasileiras.

47 UFBA, 31/05/2018. Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/simple-search?query=quilombo&submit=Ir>>.

48 UFBA, 26/08/2019. Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia. Salvador: UFBA, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/simple-search?query=quilombo&submit=Ir>>.

49 Interessante destacar que, um dos trabalhos incluídos no Repositório Institucional da Universidade Federal da Bahia (UFBA), estava presente na Defesa de Mestrado no Programa de Pós Graduação em Geografia (POS-GEO) em Fevereiro de 2019, no qual abordava o Quilombo Rio dos Macacos, localizado na região metropolitana de Salvador, sob um viés da Cartografia, Mapeamento e do empoderamento da Comunidade perante os desafios em manter-se na área e as disputas territoriais e políticas que estabelecem-se neste território quilombola.

50 GIL, Antônio Carlos, 1946 – Como elaborar projetos de pesquisa / Antônio Carlos Gil. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

51 CAPES, 31/05/2018. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: [http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/).

52 BRASIL, 2007. Portaria nº 98 de 26 de Novembro de 2007. Confere o art. 1º da Lei nº 7.688, de 22 de agosto de 1988, e considerando as atribuições conferidas à Fundação pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo de que trata o art. 68/ADCT, e o disposto nos arts. 215 e 216 da Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/ANEXO-04-Portaria-FCP-nº98-de-26-de-novembro-de-2007.pdf>>.

De acordo com a Capes - Catálogo de Teses e Dissertações⁵³ - ao ser pesquisada a palavra Quilombo, entre os anos de 1988 a 2018⁵⁴, constam 1053 (um mil e cinquenta e três) resultados, com 222 (duzentas e vinte e duas) Teses de Doutorado, 782 (setecentas e oitenta e duas) Dissertações de Mestrado, 42 (quarenta e duas) Dissertações de Mestrado Profissional e 7 (sete) Profissionalizantes (ANEXO G). Em uma nova atualização da pesquisa em Agosto de 2019⁵⁵ constavam 1190 trabalhos acadêmicos com a temática de Quilombo, sendo 876 Dissertações de Mestrado e 249 Teses de Doutorado no Brasil, distribuídas em 18 (dezoito) grandes áreas de conhecimento e, posteriormente desmembrada em outras 77 (setenta e sete) áreas de Avaliação. Assim sendo, teremos teses e dissertações no Brasil com o campo do conhecimento e/ou estudos nas áreas:

A tabela elaborada tem como base os trabalhos de Teses e Dissertações do Catálogo da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), apresentando o quantitativo por grande área de conhecimento. Isso significa que, no Brasil os trabalhos acadêmicos com o tema Quilombo está concentrado majoritariamente no estudo das Ciências Humanas com 603 (seiscentos e três) trabalhos, em contrapartida, os segmentos com menor índice de dissertações ou teses encontra-se no campo das Ciências Exatas e da Terra com 13 (treze) trabalhos e nas Engenharias com 12 (doze) pesquisas acadêmicas.

Tabela 12: Teses e Dissertações no Brasil e as grandes áreas de conhecimento (1988 a 2019).

TEMA: Quilombo TESES E DISSERTAÇÕES NO BRASIL	
GRANDE ÁREA DO CONHECIMENTO	QTD.
Ciências Agrárias	54
Ciências Biológicas	50
Ciências da Saúde	66
Ciências Exatas e da Terra	13
Ciências Humanas	603
Ciências Sociais aplicadas	103
Engenharias	12
Linguística, Letras e Artes	68
Multidisciplinar	221
	1190

FONTE: CAPES, 28/08/2019.

Diante das Teses e Dissertações desenvolvidas, no período pesquisado, focando nos cursos ou programas de Pós Graduação Profissional ou Profissionalizante os primeiros trabalhos acadêmicos são relatados - a partir do ano de 2003 - com os seguintes dados:

53 CAPES, 31/05/2018. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: [http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/).

54 A pesquisa quantitativa de trabalhos acadêmicos registrados no site da Capes está atualizada até o dia 01 de Outubro de 2018.

55 CAPES, 28/08/2019. Catálogo de Teses e Dissertações. Disponível em: [http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>](http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/).

Quadro 3: Dissertações de Mestrado Profissional e Profissionalizantes sobre a população tradicional, quilombola e quilombos brasileiros (2003 a 2018).

A N O	GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO	ÁREA DE CONHECIMENTO	PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO	UNIVERSIDADE	QTD	T O T A L
2003	Multidisciplinar	Interdisciplinar	Desenvolvimento Sustentável	Universidade de Brasília	1	1
2004	-	-		-	-	-
2005	-	-		-	-	-
2006	-	-		-	-	-
2007	-	-		-	-	-
2008	-	-		-	-	-
2009	Ciências Humanas	História	História, Política e Bens Culturais	Fundação Getúlio Vargas (RJ)	1	1
2010	Ciências da Saúde	Saúde coletiva	Saúde Pública	Centro de Pesquisa Aggeu Magalhães (FIOCRUZ)	1	1
	Multidisciplinar	Interdisciplinar	Gestão dos recursos naturais e desenvolvimento local na Amazônia	Universidade Federal do Pará	1	1
	Ciências Humanas	Sociologia	Planejamento e Políticas Públicas	Universidade Estadual do Ceará	1	1
2011	-	-	-	-	-	-
2012	Multidisciplinar	Saúde coletiva	Saúde da Família	Universidade Estácio de Sá	1	1
	Ciências Ambientais	Ciências Ambientais	Agroecossistemas	Universidade Federal de Santa Catarina	1	1
2013	Ciências da Saúde	Saúde coletiva	Saúde coletiva	Universidade Estadual de Feira de Santana	1	1
	Ciências Humanas	Sociologia	Planejamento e Políticas Públicas	Universidade Estadual do Ceará	1	1
	Multidisciplinar	Meio Ambiente e Agrárias	Práticas de desenvolvimento sustentável	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	1	1
2014	Multidisciplinar	Sociais e Humanidades	Desenvolvimento e Gestão Social	Universidade Federal da Bahia	2	4
			Preservação do Patrimônio cultural e interdisciplinaridade	Instituto do Patrimônio, Histórico, Artístico Nacional	1	
		Saúde e Biológicas	Saúde, Sociedade e Ambiente	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri/BA	1	

2015	Multidisciplinar	Saúde e Biológicas	Saúde, Sociedade e Ambiente	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	2	4
		Ensino de Ciências e Matemática	Educação em Ciências e Matemática	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo	1	
		Meio Ambiente e Agrárias	Gestão Ambiental Integrada de Municípios	Universidade Camilo Castelo Branco	1	
	Ciências Humanas	Educação	Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas	Universidade Federal da Bahia	2	3
		Políticas Públicas	Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	1	
	Ciências Agrárias	Conservação da natureza	Gestão de áreas protegidas na Amazônia	Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia	1	1
	2016	Ciências Humanas	História	Ensino de História	Universidade Federal do Rio de Janeiro	1
Universidade Federal Fluminense					1	
História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas				Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	2	
Educação			Educação e Diversidade	Universidade do Estado da Bahia	1	
			Educação e Docência	Universidade Federal de Minas Gerais	1	
			Formação de Professores	Universidade Estadual da Paraíba	1	
Geografia		Planejamento territorial	Universidade Estadual de Feira de Santana	1		
Multidisciplinar		Saúde e Biológicas	Saúde, Sociedade e Ambiente	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	2	5
		Ciências Ambientais	Uso sustentável de Recursos Naturais em Regiões Tropicais	Associação do Instituto Tecnológico Vale – Desenvolvimento Sustentável	1	
		Meio Ambiente e Agrárias	Desenvolvimento rural e Gestão de Empreendimentos Agroalimentares	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	1	
	Sociais e Humanidades	Ciências Humanas	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	1		

	Ciências Sociais Aplicadas	Planejamento urbano e regional	Planejamento Ambiental	Universidade Católica de Salvador	1	2	
		Turismo	Cultura e desenvolvimento regional	Universidade de Brasília	1		
	Linguística, Letras e Artes	Língua Portuguesa	Letras	Universidade Estadual de Santa Cruz	1	2	
				Universidade Federal do Pará	1		
2017	Multidisciplinar	Sociais e Humanidades	Desenvolvimento e Gestão Social	Universidade Federal da Bahia	1	3	
			Gestão Social, Educação e Desenvolvimento Regional		1		
			Interdisciplinar em Ciências Humanas	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	1		
	Ciências Humanas	Meio Ambiente e Agrárias	Desenvolvimento rural e Gestão de Empreendimentos Alimentares	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará	1	1	
		Educação	Educação e diversidade	Universidade Estadual da Bahia	1	1	
	Engenharias	História	História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	1	1	
		Engenharia elétrica	Gestão de redes de telecomunicações	Pontifícia Universidade Católica de Campinas	1	2	
	Ciências da Saúde	Ortodontia	Odontologia	Centro de Pesquisas Odontológicas São Leopoldo Mandic	1		1
			Qualidade do ar, das águas e dos solos	Sustentabilidades regional	Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense	1	
	2018	Ciências Humanas	Educação	Educação	Universidade de Pernambuco	1	1

FONTES: Capes, 01/10/2018.

Tal estudo ou análise de trabalhos acadêmicos, também fora realizado por Carlos Alexandre B. Plínio dos Santos (2015,p.88)⁵⁶, com as palavras chaves de Campesinato Negro, Quilombola, Relações Raciais, Racismo, Comunidade Negra e Escravidão, datados de 1968 a 2003, com uma somatória de 2.512 (duas mil quinhentas e doze) Dissertações de Mestrado e 938 (novecentos e trinta e oito) Teses de Doutorado. Resultado esse que, desmembrou-se por

56 SANTOS, Carlos Alexandre B. Plínio dos, 2015. As comunidades negras rurais nas ciências sociais no Brasil: de Nina Rodrigues à era dos programas de pós-graduação em antropologia. Anuário Antropológico, Brasília, UNB, 2015, v. 40, n. 1: 75-106. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/ anuarioantropologico/article/view/6750/6848>>. Acesso em 26 Jun. 2016.

Instituições de Ensino Superior e Museu Nacional no estado do Rio de Janeiro desenvolvidas nos Programas de Pós Graduação em Antropologia (PPGA) e, dentre estes quais efetivamente estavam voltados para a temática de Estudo sobre Comunidades Negras Rurais.

De acordo com o autor, os períodos da análise:

O primeiro período inicia-se com a criação dos PPGAs e vai até 1988 — ano em que foi promulgada a Constituição Federal brasileira, na qual foi inserido, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o artigo 68, que estabeleceu direitos territoriais para os remanescentes das comunidades dos quilombos. O segundo período vai de 1989 a 2003 — ocasião em que foi criado o Decreto nº 4.887, que regulamentou o procedimento de regularização fundiária das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. O terceiro começa em 2004 e finaliza em 2013, data final desta pesquisa.
SANTOS, 2015, p.89⁵⁷

Com isso, destaco a relevância dos Quilombos, independentemente da região do país a ser situada, tal feito, demonstra que os escravizados, as lutas e as fugas, os agrupamentos étnicos e as comunidades de populações negras rurais ou urbanas foram unindo-se nos diferentes espaços e possibilidades de permanência ou itinerância.

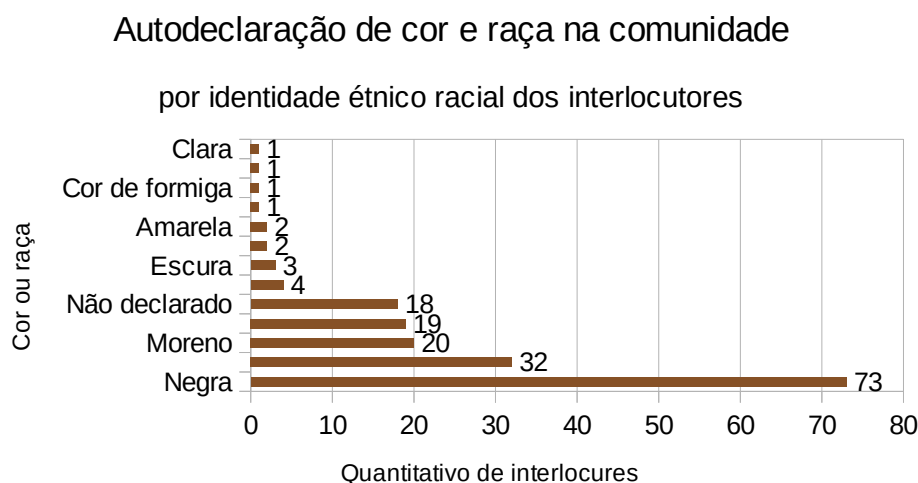
Já com relação a análise de revistas ou publicações de trabalho de campo, consulta-se o periódico “Cadernos de campo: Revista de Ciências Sociais” da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) - Campus de Araraquara – da Faculdade de Ciências e Letras (FCLAR), buscando narrativas, metodologias e orientações para atuar no campo e em seu desenvolvimento e, sem sucesso, mesmo utilizando-se diferentes palavras como Quilombo, Antropologia Rural, Etnografia e, finalmente com a palavra População Negra tem-se um trabalho, que se intitula “A violência contra a população de negros/as pobres no Brasil e algumas reflexões sobre o problema” do pesquisador Pedro Barbosa. Este texto tem um problema latente, o título e a associação intrínseca da população negra a pobreza, tal titulação poderia ser remodelada para não perpetuar o esteriótipo e a discriminação contra tais grupos étnicos. Seguindo para a escrita, o autor menciona no resumo que trabalhará “a população denominada” afro-brasileira” (pretos e pardos) ou população negra pobre (tratamento que darei neste texto)” (BARBOSA, 2015, p.1)⁵⁸

57 SANTOS, Carlos Alexandre B. Plínio dos, 2015. As comunidades negras rurais nas ciências sociais no Brasil: de Nina Rodrigues à era dos programas de pós-graduação em antropologia. Anuário Antropológico, Brasília, UNB, 2015, v. 40, n. 1: 75-106. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/ anuarioantropologico/article/view/6750/6848>>. Acesso em 26 Jun. 2016.

58 BRASIL, 2007. Portaria nº 98 de 26 de Novembro de 2007. Confere o art. 1º da Lei nº 7.688, de 22 de agosto de 1988, e considerando as atribuições conferidas à Fundação pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo de que trata o art. 68/ADCT, e o disposto nos arts. 215 e 216 da Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/ANEXO-04-Portaria-FCP-nº98-de-26-de-novembro-de-2007.pdf>>.

Contudo, durante a tabulação das entrevistas realizadas no trabalho de campo é relevante ressaltar que, alguns termos e nomenclaturas sobre eles, partindo-se deles: Como se consideram? Como querem auto reconhecerem-se? E entre outras falas, estórias e respostas sobre a sua identidade quilombola, a autodeclaração de negro ou a dúvida, - em muitos momentos e narrativas – do que é ser quilombola. Por isso, na análise dos dados quantitativos, destaco que dos 177 (cento e setenta e sete) interlocutores consideraram-se como 73 (setenta e três) Negros (as), 32 (trinta e dois) Pardos (as), 20 (vinte) Moreno (a), 19 (dezenove) Pretos (a), 19 (dezenove) Não declarados (as), 4 (quatro) Brancos (as), 2 (dois) Amarelos (as), 1 (uma) Pálida, 1 (uma) Cor de Formiga, 1 (um) Cor de Canela e 1 (um) Cor Clara, conforme apresenta o gráfico e o quadro de Autodeclaração de Cor e Raça na Comunidade por identidade étnico-racial dos interlocutores:

Gráfico 6: Autodeclaração por identidade étnico-racial dos interlocutores na comunidade.



FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Para finalizar a temática, no gráfico é possível identificar que os entrevistados e entrevistadas no trabalho de campo desenvolvido entre 2017 a 2019, independentemente de sexo feminino ou masculino, classificaram-se majoritariamente como Negros e Negras, retratando e reafirmando ser e pertencerem a uma Comunidade Negra Rural e, descendentes de uma Comunidade Remanescente de Quilombo, iniciada por indígenas da etnia Tupinambá com a colonização portuguesa da Aldeia do Divino Espírito Santo e, atual Vila de Abrantes.

**PARTE II -
Os mais velhos que me corrijam, porque sou pequena diante do saber
(ou conhecimento) de vocês**

Na segunda parte *Os mais velhos que me corrijam, porque sou pequena diante do saber (ou conhecimento) de vocês*, o tema a ser abordado é o Território do presente: permanências e alterações no mundo contemporâneo”, como evidenciar a noção – compreensão – entendimento de território apresentado pelos interlocutores desta pesquisa. No qual, o território construído aparece em permanente construção pela Comunidade, sendo que o percebe como um território legítimo destacado nas narrativas dos moradores da Comunidade de Remanescente de Quilombo de Cordoaria. Assim, as abordagens relacionam-se ao entendimento dos mesmos sobre as formas de exploração do território através das práticas agroecológicas e ecológicas evidenciadas pela ideia de um território construído por meio da terra sustentável. Sustentabilidade essa que, advém da terra e das pessoas realçados nas formas de relatos, poemas, estórias e trocas dialógicas coletadas no trabalho de campo.

CAPÍTULO I - Território do presente: permanências e alterações no mundo contemporâneo

Fotografia 10: Churrasco as margens do Rio em tacho de cobre.



FONTE: Portal de Abrantes, 14/03/2017.

A comunidade tem mais de uns 400 anos, por aí. Porque minha avó, ela tem um tempo que faleceu, já morreu com 103 anos. [...] Eu nasci na Cordoaria, sou filha de pais quilombolas, de avós quilombolas. Eu nasci na comunidade, sai estudei, me formei e voltei. [...] Tinha um grupo de mulheres, aí, minha mãe levava a gente, também quando pequena. E aí eu me lembro dessas convivências, dos beijus que fazia na Casa de Farinha, a Farinha que fazia lá. Também tinha as Festas de Reis. Algumas casas, ou quase poucas casas, ainda fazem o Caruru. Ainda tem a plantação, o pessoal vende muitos produtos das frutas da comunidade, vende nas feiras livres de Camaçari. O Samba de Roda tá no sangue, do povo quilombola de Cordoaria. [...] Está sendo um incentivo para a comunidade, depois dessa reforma a Casa de Farinha. Hoje tem um grande número de pessoas jovens, que está participando dessa cultura. A comunidade foi reconhecida como comunidade quilombola pela Fundação Palmares. Aí, fizemos várias palestras, várias reuniões internas também. A cultura vem sendo resgatada depois desse reconhecimento de ser quilombola. Porque ela já estava se desfazendo. Sra. MARIA CRISTINA, 2017⁵⁹

O território do presente permanências e alterações do mundo contemporâneo, por um lado, a história e a trajetória da Comunidade é advinda de 400 (quatrocentos) anos, mas em documentações históricas e escritos não constam a sua presença, apenas registros documentais do aldeamento jesuítico da Aldeia Divino Espírito Santo. Por outro lado, na fotografia supracitada, é verificado um dos indícios do território do passado no território presente, onde o tacho de ferro encontrava-se as margens do Rio Joannes. Segundo relato dos moradores mais antigos, o local nas margens do Rio existia o Engenho do Sr. Miguel e, com isso eram utilizados tachos para a produção de cana e do melado e, assim sendo, este objeto arqueológico é uma das evidências do processo escravocrata na região.

⁵⁹ NOSSA CULTURA Comunidades Quilombolas é um vídeo produzido e/ou divulgado pelo Governo do Estado da Bahia e Secretaria de Comunicação Social (SECOM) acessível no site YouTube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=113&v=3w6IKY-OnfU>. Acesso em 06 Abr. 2018

A fotografia foi extraída no Portal de Abrantes⁶⁰ - Seção de Cultura –, pode-se constatar a utilização de um artefato arqueológico e ancestral da comunidade, encontrado as margens do Rio Joanes e, seu uso para a realização de um churrasco, quando afirma “encontramos um grupo de 10 pessoas fazendo churrasco na beira do rio usando uma carcaça centenária de um tacho” (POSITIVO, 2017)⁶¹. Este e dentre outros objetos das famílias e os encontrados com a construção das casas ou terrenos poderiam ser transformados em um Museu Público gerido e mantido pela comunidade e seus moradores, como uma maneira de preservação, conhecimento de sua história e manutenção pelas crianças, conhecendo seu passado e transmitindo para o futuro. Tal atividade educativa poderia ser inserida como componente curricular nas escolas da região, trazendo inicialmente a própria comunidade e seus moradores para partilha dos objetos e estórias da localidade. Em seguida, todo o grupo escolar (discentes, docentes e funcionárias/funcionários), visando a aproximação destes com o local de trabalho ou moradia. Por fim, as escolas do entorno da Vila de Abrantes, como ação pedagógica, educativa e social para conhecer a sua cidade, as suas características e peculiaridades que remontam uma história da época da colonização portuguesa.

Na década de 1960, ganharam força os “estudos de comunidade”, “fundamentados na observação direta de pequenas cidades ou vilas com as técnicas desenvolvidas pela Etnologia no estudo das sociedades tribais” (Melatti, 1983:17).⁴ Para Melatti (1983:18), “[...] com os estudos de comunidade pretendia-se chegar a uma visão geral da sociedade brasileira, através da soma de muitos exemplos distribuídos pelas diversas regiões do Brasil. Além desse objetivo geral, tais estudos estavam quase sempre voltados para objetivos específicos, como mudança cultural, persistência da vida tradicional, problemas de imigrantes, educação e vários outros.”

[...] Foi principalmente a partir da década de 1970, impulsionada pela formação dos programas de pós-graduação em antropologia, que houve a terceira grande mudança no campo dos estudos de relações raciais, pois as comunidades negras rurais, ou o negro em ambiente rural, começaram a ser alvo de pesquisas antropológicas. Essa perspectiva teve início nas fundamentações teóricas de Roberto Cardoso de Oliveira sobre identidade e etnia, bem como nas pesquisas de Otávio Velho, Klaas Woortmann e João Baptista Borges Pereira, sobre campesinato e comunidades negras rurais.

SANTOS, 2015, p.87⁶².

60 PORTAL DE ABRANTES, 14/03/2017. In: POSITIVO, Moura (2017). Abrantes: Quilombo realiza evento cultural com trilha ecológica na Cordoaria. Portal de Abrantes, Camaçari, 14 mar. 2017. Cultura. Disponível em: <<http://www.portalabrant.es.com/noticia/6885/index.html#home>>. Acesso em 26 set. 2018.

61 POSITIVO, Moura (2017). Abrantes: Quilombo realiza evento cultural com trilha ecológica na Cordoaria. Portal de Abrantes, Camaçari, 14 mar. 2017. Cultura. Disponível em: <<http://www.portalabrant.es.com/noticia/6885/index.html#home>>. Acesso em 26 set. 2018.

62 SANTOS, Carlos Alexandre B. Plínio dos, 2015. As comunidades negras rurais nas ciências sociais no Brasil: de Nina Rodrigues à era dos programas de pós-graduação em antropologia. Anuário Antropológico, Brasília, UNB, 2015, v. 40, n. 1: 75-106. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/anuarioantropologico/article/view/6750/6848>>. Acesso em 26 Jun. 2016.

Segundo entrevista do Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes, pesquisador, historiador e autor de diversas publicações como “livros, coletâneas e artigos em periódicos nacionais e estrangeiros, atuando na área de Brasil colonial e pós-colonial, escravidão, amazônia, fronteiras e campesinato negro” (PLATAFORMA LATTES, 2018)⁶³. É apresentado pela Revista Pesquisa FAPESP como “historiador e professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o pesquisador estuda a escravidão desde o início dos anos 1990” (FERREIRA, 2016)⁶⁴. Afirmo que:

Quilombos existem desde pelo menos 1575, quando se deu o primeiro registro da existência de um “mocambo” na Bahia. [...] Os quilombos nunca eram totalmente fixos e contavam com os locais de difícil acesso, como montanhas, cavernas, florestas e manguezais, como refúgio. [...] A articulação entre quilombolas e escravos das senzalas de grandes engenhos provocou uma rebelião no engenho de Santana, na Bahia, em 1789. Ocorreram sucessivos levantes até 1828, período em que se formou, de acordo com Gomes, uma economia camponesa de negros fugidos. [...] “Os quilombos continuaram a se reproduzir mesmo com o fim da escravidão, porém não foram mais encontrados na documentação da polícia e nas denúncias dos jornais”, diz Gomes. Nos primeiros tempos pós-Lei Áurea, “continuaram migrando, desaparecendo, emergindo e se dissolvendo no emaranhado das formas camponesas do Brasil”, mantendo a característica de interagir e misturar-se com seus entornos. GOMES, 2016. (In: FERREIRA, 2016).⁶⁵

Durante a entrevista gravada pela Revista Pesquisa Brasil com parceria da Pesquisa FAPESP e Rádio USP, responde sobre o quantitativo e levantamento dos quilombos ou remanescentes no Brasil: “Olha esses números eles oscilam, diante de um levantamento de órgãos do governo federal, como INCRA, Fundação Palmares, SEPPIR, que é a Secretaria para a Desigualdade Raciais” (GOMES, 2016).

A área remanescente de quilombo, na localidade de Cordoaria é considerada como uma zona rural, é um local onde as pessoas ainda mantêm o hábito de sentar na porta de casa à noite para bater papo com os vizinhos. Além disso, alguns moradores chegam a dormir com as janelas abertas. Durante a semana, a localidade fica praticamente deserta, habitada quase que exclusivamente por idosos e crianças, uma vez que grande parte dos jovens e adultos trabalha fora e, devido à distância, passa a semana na casa de familiares ou no próprio local de trabalho. A agricultura, antes predominantemente em Cordoaria, já não é tão praticada, mas boa parte das pessoas ainda mantém algum tipo de plantação no quintal para o uso da família. Isso acontecendo pois os jovens “então” se distanciando da vida no campo e preferem trabalhar fora em diversas áreas. [...] Este vídeo teve como objetivo,

63 PLATAFORMA LATTES, 2018. Currículo Lattes: Flávio dos Santos Gomes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782975P2>>. Acesso em: 27 set. 2018.

64 FERREIRA, Márcio. A economia dos quilombos: Trocas de excedentes agrícolas com o entorno ainda sobrevivem nas comunidades rurais negras da atualidade. Revista Pesquisa FAPESP, São Paulo, n. 242, p. 1-100, abr. 2016. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/04/19/a-economia-dos-quilombos/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

65 GOMES, Flávio dos Santos (2016). A economia dos quilombos: trocas de excedentes agrícolas com o entorno ainda sobrevivem nas comunidades rurais. In: FERREIRA, Márcio (Abr. 2016).

tentar mostrar um pouco da outra realidade de Camaçari que mesmo estando tão perto, é bastante desconhecida para muitos, tentamos abordar conteúdos que demonstrassem isso, mesmo se ter ido a campo mas em nossas pesquisas nos esforçamos para mostra essa realidade desconhecida.
YOUTUBE, 11/04/2017⁶⁶.

A realidade de Cordoaria, já não é mais a mesma em alguns aspectos, como “dormir com as janelas abertas”, motivado pela violência este hábito de regiões rurais e interioranas já foi alterado, ainda assim os moradores continuam conversando durante a noite com os vizinhos, mas hoje, algumas casas têm grades, janelas e outros requisitos de segurança. Durante a semana, o movimento acontece pela manhã e final da tarde com o retorno dos moradores com o transporte coletivo e veículos próprios, em sua maioria motocicletas e, os que não as têm, utilizam do serviço de Mototáxi, saindo da Vila de Abrantes (Estrada do Coco) para a Cordoaria com um custo de R\$7.00 (sete reais), dependendo do trajeto ou agrupamento étnico da comunidade. Por exemplo, a localidade de Sucupira é a primeira, seguida de Cordoaria – alta e baixa, depois Ilha (estende-se da beira rio até um trajeto bem longo), Morcego – com no máximo 10 (dez) casas e, finalizando com a Comunidade de Terra Maior.

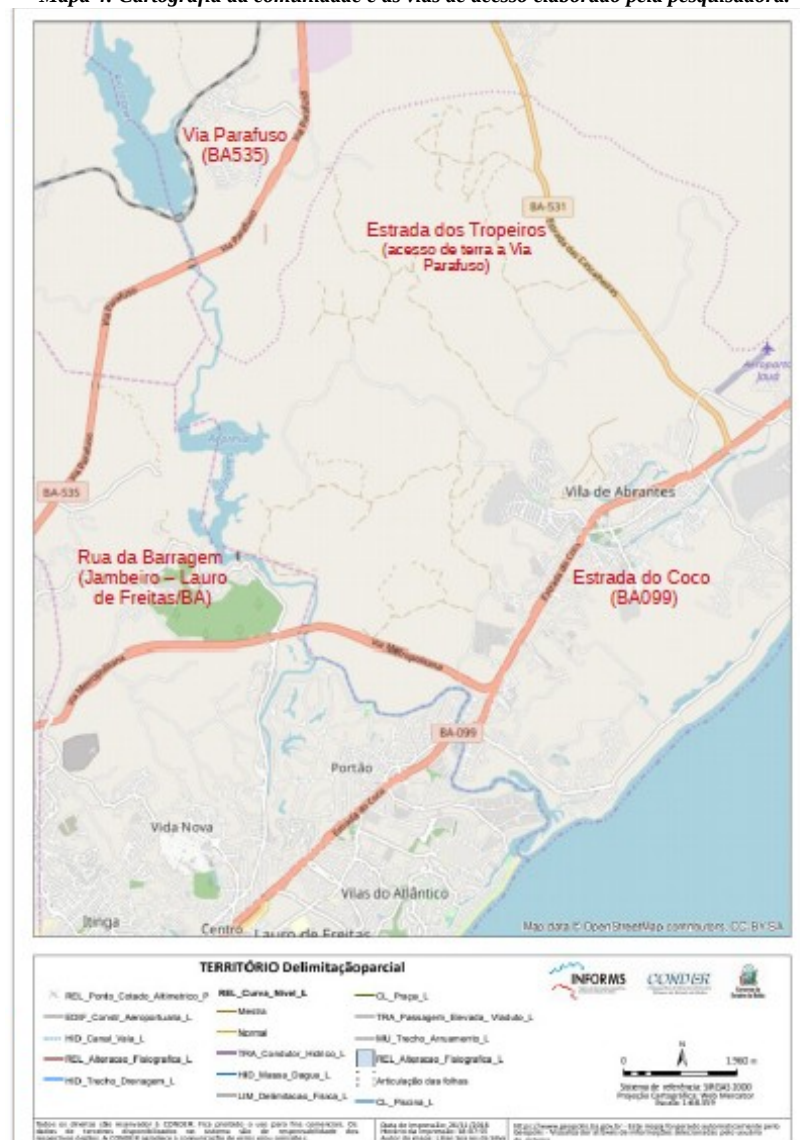
Tal delimitação do território é algo antigo, desde a formação da Aldeia Espírito Santo e a doação deste território aos índios, quando:

A dúvida mais importante era sobre a demarcação dos termos da vila. De acordo com Bittencourt e Sá, na primeira informação que deu a respeito da aldeia, seus limites estendiam-se por cerca de uma légua e meia pela costa do mar a partir do Rio Joanes, ao sul, e aproximadamente duas léguas e meia de fundo, confrontando com a antiga estrada das boiadas, que vinha da feira do Capoame em direção à cidade. Ele propôs, no entanto, que para melhor demarcação e divisão do terreno, os termos da vila (limites) devessem ser estabelecidos do seguinte modo: pela costa do mar, do rio Joanes até o Jacuípe, em distância de sete léguas, ou do Joanes até o Pojuca, correndo-se oito léguas, e de fundo, do litoral até o rio Jaguamerim, abrangendo uma distância de três léguas. No entanto, essas terras jamais haviam sido demarcadas e os índios não haviam ocupado cerca de uma légua de terra que ficava aquém do rio Joanes, permitindo a presença de colonos com diferentes títulos de posse. [...] Essa decisão não condizia com as leis de 1755 e o alvará de 1758, que afirmavam o interesse da Coroa em promover a agricultura, o comércio e o desenvolvimento das povoações indígenas, além de promover sua integração com os demais colonos. [...] A questão fundamental não era a simples permanência dos brancos como rendeiros, o que era visto como vantagem do ponto de vista dos recursos que geravam para a vila; o problema de fundo era até que ponto se pretendia levar a questão da convivência entre os dois grupos.
SANTOS, 2012, p.114⁶⁷

66 YOUTUBE, 11/04/2017. Quilombo de Cordoaria por Emanuel Menezes. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=WvWrFoFWkWs>>. Acesso em 02 out. 2018.

Diante deste fato, constatar-se-á como parte integrante do trabalho acadêmico um croqui da comunidade, perfazendo a área da entrada através da Estrada do Coco (BA 099), suas ramificações da Sucupira até a Rodovia Via Parafuso (BA 535) e encerrando-se em Terra Maior até o Rio Joanes na Rua da Barragem (divisa com o bairro do Jambeiro no município de Lauro de Freitas).

Mapa 4: Cartografia da comunidade e as vias de acesso elaborado pela pesquisadora.



FONTE: Trabalho de campo, 2018.

67 SANTOS, Fabrício Lyrio, 2012. SANTOS, Fabrício Lyrio dos, 2007. Aldeamentos jesuítas e política colonial na Bahia, século XVIII. Revista de História, São Paulo, n. 156, p. 107-128, jun. 2007. Disponível em: <https://indiosnonordeste.com.br/wp-content/uploads/2015/01/Da-Catequese-a-Civilizacao_indiosNE.pdf> . Acesso em 22 Out. 2018.

A respeito da delimitação geográfica ou geoespacial da comunidade é baseado no relato dos interlocutores da comunidade como Sr. Angelino e Sra. Estevan, quando a mesma relata que as mulheres iam carregando os balaio com o Beiju e os homens com os animais e seus caçoas cheios de mercadorias para serem comercializados em Salvador, onde a meia-noite uma das pessoas passava chamando com a “chicora” (assobiando com os dedos) e todos saíam de suas residências para iniciar o percurso com duração de um dia, contabilizando ida e o retorno as casas.

As famílias só iam ao Centro da Cidade uma vez por semana, né! É eles iam para fazer as trocas. Porque daqui para o lugar mais próximo era um bairro chamado Jambeiro, que faz parte da cidade de Lauro de Freitas, né, e para Vila de Abrantes, que faz parte de Camaçari. Quem ia para a Feira do Japão que era na Liberdade, como minha mãe e outras famílias daqui, pegavam o animal iam até o Jambeiro e, lá pegava o coletivo.

Sr. ANGELINO – GEL, 2018⁶⁸.

O desenho foi elaborado pela pesquisadora em tamanho de escala, durante o trabalho de campo e através de criação manual transferidas para o software e/ou aplicativos específicos de georreferenciamento e/ou geoespacial. Por fim, estabeleço um comparativo com o “Croqui do povoado de Cordoaria” criado por Katia Nogueira Borges em sua pesquisa em 2003, da qual, muitas mudanças estruturais ocorreram desde o asfaltamento das principais ruas e ladeiras, da construção de casas e sobrados em alvenaria, da “canalização” executada pelos moradores do chafariz até suas casas, da abertura de poços artesianos particulares em suas residências, da estrutura e modificação da escola, da Associação de Moradores e da Igreja Nossa Senhora de Santana e, dentre outras características e peculiaridades que transformaram a Comunidade e seus moradores.

Cachoeira ficava abaixo do Rio em Areia Branca e Jambeiro. Lá que é a Barragem da Cachoeira. O Rio chamava Cachoeira, tinha uma barragem antiga e fizeram uma mais nova, onde o carro passa em cima. A barragem tem quarenta e poucos anos. Passava o Rio todo, quando era inverno passava de jangada, a carga ficava de um lado e, alguns passavam. Quando passava uma pessoa estranha, a jangada girava e, não passava a Pedra da Camboa, tinha uma casa dela e a mãe d’água morava debaixo da água e, até hoje tem, a casa está em cima, quando o rio secou. Carmo era dono da jangada e morava na Cachoeira do outro lado. Se o Rio tivesse seco passava com o animal, se não tivesse chamava a jangada. Mulher de Areia Branca ia vender com o balaio na cabeça e o homem no animal, e depois vendia no Largo do Tanque. Ia banana, jaca dentro dos caçoas, depois a muito que chegou o caminhão e largaram o animal.

Sra. ESTEVAN, 13/10/2018.⁶⁹

68 ANGELINO, 2018. Entrevista concedida a pesquisadora em Junho de 2018 por Sr. Angelino, filho do Sr. André e Sra. Roxa, um dos moradores nascidos e criados na comunidade.

O deslocamento da comunidade, sejam nas atividades diárias quanto na comercialização dos produtos ocorria com o auxílio de animais para o transporte de pessoas e de mercadorias. Mas, hoje em dia, os burros e jegues ainda são usados para o carregamento da colheita até as residências, cita-se por exemplo, a época das jacas, onde muitas são retiradas das árvores e, o transporte nas áreas mais inclinadas são realizados pelos animais.

Fotografia 11: Sr. Esivaldo ajustando a “cangalha” do Burro Policarpo.



FONTE: Trabalho de campo, 03/01/2018

Fotografia 12: Burro Policarpo alimentando-se com a cangalha de madeira e espuma.



FONTE: Trabalho de campo, 03/01/2018.

69 ESTEVAN, 13/10/2018. Entrevista concedida a pesquisadora por Sra. Estevan Florentina dos Santos – conhecida como Sra. Estevan, esposa do Sr. Antônio (carpinteiro) nascida na localidade da Fazenda Ilha ou Ilha, um dos agrupamento étnicos da Comunidade Remanescente de Quilombo da Cordoaria e, moradora há mais de 50 anos na Cordoaria.

Nas fotografias é possível verificar um dos animais domésticos da Família Matos Ferreira, dentre cachorros, gatos, pássaros e tartaruga. O burro é conhecido como Policarpo, pertencente ao Sr. Esivaldo é o responsável pelo cuidado com o auxílio do pai - Sr. Florisvaldo (Sr. Dadu) -. Ambos utilizam-se do Policarpo para o transporte dos produtos na baixa da roça para a residência.

Durante o trabalho de campo, as informações, os dados colhidos, as entrevistas e os acontecimentos foram registrados pelo celular e anotações no caderno de campo, com um vasto material de fotografias, alguns áudios e filmagens. Esses instrumentos de registro são importantes para compreender e também ser compreendido sobre a relevância nas futuras gerações em visualizar, ouvir e “presenciar” seus familiares que não conheceram, mas ouviram falar ou como dizem “eu não alcancei”. Muitos utilizam-se desta expressão, quando perguntado sobre os avós, bisavós ou antepassados, relatando que quando nasceram não conviveram ou não chegaram a conhecer os familiares mais antigos, por isso, parte das histórias se perderam com o tempo e, outras com a ausência das imagens, dos documentos e entre outros recursos atuais para preservar toda a memória, a história e a realidade de um povo identitário e com singularidades próprias que, em relato é possível abstrair e “tentar” converter para o presente, mas nada como São Tomé - “eu quero ver para crer”, por isso o trabalho tem diversas fotografias da pesquisa de campo e, outras assim como o passado que se perde, as novas tecnologias têm suas falhas e, algumas foram corrompidas pelo cartão de memória e celular, assim alguns registros realmente ficarão para a memória, a memória que vi, a memória que presenciei, a memória que ouvi, a memória que registrei com os meus olhos, ouvidos, boca e nariz, porque todas as sensações podem ser revistas no consciente e no inconsciente, basta olhar mais com a alma e não com os equipamentos.

Com isso, foram criadas as condições para um desenvolvimento contínuo e acelerado, que por muito tempo excluiu qualquer investigação retrospectiva. É o que explica por que as questões históricas, ou filosóficas, se se quiser, suscitadas pela ascensão e declínio da fotografia, deixaram durante muitas décadas de ser consideradas.

BENJAMIN, 1987, p. 91⁷⁰.

70 BENJAMIN, Walter, 1987. Pequena história da fotografia. In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura. 1985. 1 ed. São Paulo: Editora Brasiliense S.A., 1987. (Obras escolhidas - volume 1). p. 91-107. Disponível em: <<https://drive.google.com/drive/search?ogsrc=32&q=são%20felix>>. Acesso em: 07 out. 2018.

Apresento algumas fotografias do trabalho de campo de 2018 comparadas com a Dissertação de Katia Nogueira Borges em pesquisa datada de 2003, passados 15 (quinze) anos têm-se as mudanças desde o calçamento de algumas ruas, a infraestrutura da escola, da Casa de Farinha e da Associação de Moradores de Cordoaria. Tal instituição, inicialmente abrigava em uma única construção e espaço multiuso com a Associação, a Escola e a Igreja, realizando-se as reuniões mensais, eventos e entre outras ações na comunidade:

Fotografia 13: Comemoração da 1ª Corrida e Caminhada com o Feijão na Associação de Moradores.



FONTE: Trabalho de campo, 25/03/2018.

Fotografia 14: Família Matos e suas medalhas da corrida



FONTE: Trabalho de campo, 25/03/2018

Fotografia 15: Família Matos na corrida e caminhada



FONTE: Trabalho de campo, 25/03/2018.

Fotografia 16: Aula de ginástica na Associação de Moradores da Comunidade.



FONTE: Trabalho de campo, 2018.

As visitas a Associação de Moradores, durante o trabalho de campo, proporcionaram-me sempre uma nova surpresa com a finalidade e/ou objetivo que cada ação é abarcada, podendo servir de espaço para atividade desportiva (Ginástica, Capoeira e Premiação da Corrida), atividade recreativa (Dia das Crianças), atividade institucional (Reuniões e Assembleia dos moradores), atividade religiosa (Celebração de Casamento) e entre outras. Neste espaço multiuso acontecem a aula de Capoeira (quartas-feiras a noite), Ginástica (terças e quintas-feiras a noite), Festa de casamento (domingo de manhã), atividade

recreativa para as crianças promovida pelo Grupo de Ação e Assistência ao Quilombo de Cordoaria (GAAQC) (sábado o dia inteiro) – composto atualmente pela família do Sr. André e moradoras da Comunidade-, entre outras ações e eventos da Comunidade ou para a Comunidade. Prova disso, é a diversidade de usos e utilidades do espaço comunitário da Associação, uma data é realizado o casamento e a festa da Igreja Batista de Cordoaria e, em outro dado momento triste, o “Velório” chamado de Sentinela do Sr. Angelino dos Santos (conhecido como Sr. André) em 29 de Outubro de 2018.

Fotografia 17: Celebração de casamento pela Igreja Batista na Associação de Moradores.



FONTE: Trabalho de campo, 2018.

Fotografia 18: Baba do Vinho no campo de futebol da comunidade.



FONTE: Trabalho de campo, Abril/2018

Fotografia 20: Celebração de Casamento Civil Católico da Sra. Luciana e Sr. Gilmar na comunidade



FONTE: Trabalho de campo, 2018.

Fotografia 19: Celebração de Casamento Civil Católico da Sra. Luciana e Sr. Gilmar na comunidade.



FONTE: Trabalho de campo, 25/03/2018.

As ações e festejos na comunidade continuam a ocorrer, mas em espaços e residências privadas, onde os convidados são a família – que em muitos casos, tem diferentes ramificações e laços afetivos com membros da comunidade – e os amigos. Isso significa que, a casa, o campo de futebol, a praça da igreja, a praça Alto da Mangueira, as ruas e as casas são e podem ser pontos de encontro para conversar ou realizar algum evento. Citam-se por

exemplo, a celebração de casamento da Sra. Luciana e Sr. Gilmar na residência dos pais da noiva, bem como, no campo de futebol, a realização anual do Babá do Vinho com o time dos solteiros e dos casamentos em uma disputa esportiva na sexta-feira santa.

Tratando-se das crianças na comunidade encontram-se em diferentes espaços e áreas, sejam elas em uma atividade na Associação de Moradores com as aulas de Capoeira, na comemoração do Dia das Crianças ou nos quintais das propriedades e pelas ruas da localidade, conforme registro fotográfico do trabalho de campo.

Fotografia 21: Comemoração do Dia das Crianças pelo GAAQC.



FONTE: Trabalho de campo, 15/10/2018.

Fotografia 22: Comemoração do dia das crianças na Associação de Moradores.



FONTE: Trabalho de campo, 15/10/2018.

Fotografia 23: Quintal da Família Matos Ferreira.



FONTE: Trabalho de campo, 2018.

As comemorações de aniversário não são tão presentes ou do cotidiano na comunidade – bolos, salgados ou decorações de mesas –, mas festejadas com almoços em famílias e amigos para o compartilhamento da refeição e dos alimentos, sejam eles produzidos pela própria família anfitriã ou com a colaboração dos convidados.

Em virtude do trabalho de campo, a acolhida e as vivências proporcionadas pela Família Matos Ferreira em sua residência e seu território familiar, foram proporcionados aos membros da família festas surpresas para os aniversariantes no decorrer do ano de 2018, como a Sra. Jociene (27 de Abril), Sr. Dadu (03 de Maio), Pesquisadora (05 de Maio) e Sra. Carminha (18 de Junho), conforme registro fotográfico.

Fotografia 24: Festa de aniversário surpresa para Sr. Dadu (62 anos)



FONTE: Trabalho de campo, 03/05/2018.

Fotografia 25: Festa de aniversário da Sra. Carminha (60 anos)



FONTE: Trabalho de campo, 18/06/2018.

Fotografia 26: Festa de aniversário da pesquisadora (34 anos)



FONTE: Trabalho de campo, 05/05/2018.

Fotografia 27: Festa de aniversário da Jociene.



FONTE: Trabalho de campo, 27/04/2018.

Fotografia 28: Festa de aniversário da Sra. Maria Antônia



FONTE: Trabalho de campo (06/2018)

Outra fonte de registro e dados quantitativos foram realizados pelas Agentes Comunitárias de Saúde (Luciene, Luciana e Geruza), tendo em vista que, fazem visitas diárias aos moradores e, assim detêm um panorama de todos os indivíduos e suas famílias abrangendo o território de Sucupira, Cordoaria e Terra Maior, estabelecendo-se com uma densidade demográfica de 234 (duzentas e trinta e quatro) famílias, perfazendo 650 (seiscentos e cinquenta) indivíduos, somando-se todos os agrupamentos étnicos do território quilombola com características e peculiaridades próprias.

Por conseguinte, a terra, o território e as formas de campesinato da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria é constatada pela pesquisadora com o trabalho de campo e, conseqüentemente a aplicação do questionário socioeconômico, entrevistas semiestruturadas e a tabulação dos dados sociodemográficos já supramencionados no capítulo anterior, bem como a permanência dos 177 (cento e setenta e sete) residentes nos agrupamentos étnicos de Sucupira, Cordoaria, Morcego e Terra Maior dar-se-ão ou motivam-

se pelo contato com a natureza, o grau de parentesco e laços consanguíneos construídos, a identidade negra e rural e, por fim, a paz e a tranquilidade do território, que com a aproximação dos empreendimentos imobiliários e o desenvolvimento urbano na Estrada do Coco e arredores, tem surgido ocorrências de assaltos em residências e aos moradores nos trajetos entre as comunidades, sejam eles por meio de equipamentos motorizados ou “caminhantes” circulando e observando a comunidade e sua estrutura social, cotidiana e arquitetura das moradias. Arquiteturas essas que, estão protegendo-se com grades, muros e cercas por seus terrenos e na separação do que é privado, particular e do público, no qual, os moradores já não mais tem livre acesso as residências vizinhas e a comunicação, conversas e comemorações de rua, já ocorrem em momentos pré estabelecidos, mas alguns ainda resistem e ocupam as praças, as ruas e esquinas no final da tarde e a noite, para “jogar conversa fora”, ver a chegada do ônibus e o “movimento” da comunidade.

CAPÍTULO II - Terra e Território: as formas de campesinato

Fotografia 29: Almoço de domingo com feijão a lenha.



FONTE: Trabalho de campo, 10/06/2018.

O território como expressão política organizada de espaços locais, regionais, estaduais, nacionais; a cultura como sistema de significados; a identidade como espírito essencial, básico e estruturante do território e a territorialidade como ação desses espaços na gestão de seu próprio desenvolvimento, ajudam a inovar na concepção de políticas públicas e são importantes se queremos compreender de onde surgem tais conceitos, quais os motores que impulsionam sua construção e motivam à ação.

PERAFÁN & OLIVEIRA, 2003, p.12⁷¹.

O estado com maior número de territórios quilombolas titulados pelo Inca é o Pará, com 60, seguido do Maranhão, com 39. Os estados de Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais e Rondônia possuem apenas 1 território titulado e outros 9 estados e o Distrito Federal não possuem nenhum.

PORTAL EBC, 20/11/2012.

Segundo informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no estado de Santa Catarina encontra-se um município chamado Quilombo⁷² (código do município 4214201) e a sua população local se denomina como Quilombense, formada por 10.044 habitantes (população estimada em 2017), com uma pirâmide etária de 0 a 100 anos

71 PERAFÁN & OLIVEIRA, 2013. PERAFÁN, Mireya E. Valencia e OLIVEIRA, Humberto. Território de Identidade. Coleção Política e Gestão Cultural. P55 Edições: Secretaria da Cultura do Estado da Bahia, 2013.

72 IBGE. Quilombo/SC. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/quilombo/panorama>>.

de idade, majoritariamente de jovens entre os 15 a 19 anos e apenas uma mulher com 100 anos ou mais e, 2 homens e 2 mulheres em torno de 94 a 99 anos de idade na cidade. Este paralelo pode ser realizado quando se compara a cidade de Camaçari⁷³, no estado da Bahia, onde têm-se 296.893 pessoas (população estimada em 2017) e anterior 242.970 computados pelo Censo de 2010, a pirâmide etária inicia com 10.465 e 9.614 mulheres de 0 a 4 anos e encerra-se com 7 homens e 25 mulheres com 100 ou mais anos de idade. A população residente por Religião é predominantemente Católica Apostólica Romana - 108.187 católicos –, 60.449 evangélicos e 2.673 espíritas. Com relação a renda mensal dos trabalhadores formais compreende entre 4.3 salários-mínimos, mas 41,5% dos domicílios tem rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa – essa realidade também é refletida na Comunidade de Cordoaria e Sucupira, das quais detêm uma renda mensal deste numerário e, um indivíduo entrevistado afirma que:

Eu vivo com o Bolsa Família, em um vão de 4 por 4, planto aipim ou algumas coisas, mas não vendo, porque a produção é pequena e ninguém pagaria R\$100,00 por uma caia de Aipim, então eu dou para as pessoas.
MORADOR DA SUCUPIRA, 2018.

O entrevistado foi a estória mais impressionante do trabalho de campo, até mesmo porque foi o último entrevistado. Sua realidade é diferente das grandes cidades e quiza da área rural / urbana em que situa-se, mas em nenhum momento ele reclamou ou fez indagações de infelicidade ou perspectiva de mudança de sua condição social ou financeira. Situação essa que se repete com vários entrevistados e entrevistadas, os quais fazem algumas menções de melhorias para o atendimento da comunidade, como a instalação do Posto de Saúde – em sua maioria – e, a dificuldade com o transporte público que tem horários regulares ao longo do dia – iniciando seu trajeto da comunidade para Camaçari as 05h00, 07h00, 12h00 e 14h00, com retorno saindo da Feira Central de Camaçari as 10h00, 12h00 e 17h00 -. Isso significa que, seus afazeres e cotidiano devem ser baseados nos horários dos ônibus, ou caso contrário, dispor de um transporte próprio – em muitos casos a motocicleta – e, depender da carona de vizinhos ou moradores da região. Esta é uma prática comum, inclusive já peguei várias caronas para transitar na Comunidade de Cordoaria para a Sucupira, de Cordoaria para a Pista (Estrada do Coco), de Cordoaria para Camaçari – momentos estes em que realizava as pesquisas na Biblioteca da Cidade do Saber em

73 IBGE. Camaçari/BA. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/camacari/panorama>>.

companhia de minha mãe e, outros – digam-se vários percursos realizados a pé da casa do Sr. Dadu até Cordoaria, passando pela estrada de terra até o início do asfalto, depois pela Praça da Sucupira, a subida da Roça do Sr. Duza, a passagem pelos Bambus, o início das casas – mais uma subida –, depois a chegada na rua alta e na Praça do Chafariz, descendo para a Cordoaria e seus estabelecimentos públicos e religiosos, como a Escola Nossa Senhora Santana, a Igreja Católica Nossa Senhora Santana, o Salão do Reino Testemunhas de Jeová, a Igreja Pentecostal e a Casa de Farinha.

Nos primeiros dias, este trajeto todo era extremamente cansativo e sentia muito, muito medo, porque era eu e DEUS – Ele me acompanhou em vários momentos e todo momento no trabalho de campo –, os caminhos não tinham pessoas transitando e, se tinha era de moto ou carro - o que neste momento me paralisava e o medo aumentava –, mas por outro lado, a esperança nascia, por talvez ser algum conhecido e, possibilitar-me a carona até o local para execução de mais entrevistas. Entrevistas essas que foram realizadas inicialmente nas Feiras de Camaçari – às quintas-feiras na Prefeitura ou Centro Administrativo de Camaçari e aos sábados no bairro da Gleba E, onde a maioria das pessoas eram mulheres, elas são a grande porcentagem de feirantes da Comunidade de Cordoaria e Sucupira e, algumas crianças também são levadas para permanecer o dia com suas mães ou avôs. O dia começa em torno de 04 (quatro) horas da manhã com a chegada do transporte coletivo – ônibus – responsável pelo trajeto da comunidade até o ponto das Feiras.

Nas quintas-feiras éramos as primeiras a adentrar no coletivo e, no sábado as últimas, isso porque a Sra. Jociene tinha por hábito acondicionar as mercadorias com mais calma e escolher o banco para sentar-se na frente, enquanto a Sra. Carminha optava pelo transporte no retorno de Cordoaria, desse modo não precisando esperar o carregamento de todas as mercadorias e as paradas realizadas na comunidade, como a Ilha, a Associação de Moradores, a Praça da Rua Alta, a Ladeira do Bambu, a Casa do Sr. Vavá e a Praça da Sucupira. O trajeto da comunidade até a Feira tem uma média de 40 (quarenta) minutos a 1 (uma) hora, no máximo. Na chegada começa o trabalho do descarregamento de todas as mercadorias, caixas, sacos e frutas individuais – a Jaca é um bom exemplo disso. As barracas já estão devidamente montadas e o local encontra-se demarcado, cada uma das pessoas se direcionam a sua barraca, mas no sábado o número é reduzido e algumas feirantes colocam as mercadorias expostas nas próprias caixas viradas para baixo ou utilizam-se de um espaço de outra barraca.

O tempo para venda dos produtos é em torno das 6 (seis) ou 7 (sete) horas, dependendo da chegada até as 12h30 ou 13h00 horas, momento em que o carro “reaparece” para transportar as feirantes até o Centro da cidade e, retornando as 15h00 para a Comunidade.

A chegada do ônibus é um outro caso a parte, desta vivência e experiência, assim como as barracas, os bancos também são demarcados, como assim? Demarcados com o lançamento de objetos, sacolas ou blusas pela janela do ônibus e, quando sobem veem quantos ou quais assentos conseguiram demarcar para si e/ou sua colega. Caso a tentativa seja frustrada, a feirante provavelmente ficará de pé e, as mercadorias alocadas no corredor. Corredor que, na ida consegue ser organizado com todos os produtos e na volta precisa ser pulado de caixa em caixa ou de banco em banco, para acesso ao meio ou fundo do ônibus. Eu mesmo já pulei de um banco para o outro para acessar à mercadoria que estava alocada embaixo dele, pensando em economizar ou otimizar espaço para que as outras pessoas pudessem sentar-se adequadamente, mas na prática não é o que ocorre.

Em alguns momentos, as mercadorias iam sentadas e, as pessoas de pé ou sentadas nos braços dos bancos, situação essa cotidiana e advêm de anos e anos. Acredito que, a Feirante mais velha é a Sra. Martina, que faz esse comércio há 30 (trinta) anos e, também têm as Sras. Sebastiana, Natália e Lourdes, mulheres com idades superiores a 50 anos de idade. Mas, também é possível observar 2 (dois) ou 3 (três) jovens com idades entre 14 (catorze) e 18 (dezoito) anos que frequentam as Feiras aos sábados, dias em que não estão na escola e substituem a mãe ou a tia na comercialização dos produtos. Alguns dias, o fluxo de compradores é baixo e, portanto as mercadorias não são vendidas integralmente sendo deixadas nas bancas ou doadas para algumas pessoas ou varredores locais e, em último caso, se o produto for resistente retorna para casa e será vendido no dia posterior da Feira (ou seja, guardados de quinta-feira para vender no sábado).

A gente que fez a Feira, agora a gente chega e não tem barraca e vai vender no chão. Bota a taúba, as caixas e vende no chão. A gente para pegar uma barraca para vender, tem que tá o nosso nome, a aí não vou mais. Tenho mercadoria, não de encher o saco, mas vou ficar lá subindo e descendo no chão, eu não vou mais. Quem vende Beiju não pode vender no chão, chega um cachorro grande e mija, não faz isso porque a gente range. E quem vendesse não poderia ter a unha pintada, daria avental, calçado e nada. A gente labutou 36 anos nessa feira e cada barraca custa R\$2.00 para quem botar. Carminha é que vai e até em cima das caixas. Quem vendia junto de Carminha era eu e agora passou para Nega.
Sra. ESTEVAN, 13/10/2018.

O relato acima é da moradora de Cordoaria – Sra. Estevan –, sobre a Feira da Gleba B realizada todos os sábados em Camaçari/BA, nesta localidade apenas algumas feirantes permanecem e vendem os produtos, outras em sua maioria frequentam majoritariamente a Feira da Prefeitura de Camaçari, onde são organizadas e montadas as barracas para todas as feirantes (exceto Sra. Jucimara – Sra. Ju e o esposo – Sr. Lula, que devido à quantidade de mercadorias ocupam uma barraca e mais um espaço repleto de caixas viradas e os produtos expostos em cima das mesmas. Também tem Sra. Dete que vende os produtos em 2 (duas) ou 3 (três) caixas com a filha adolescente, mas também dividem o espaço de outra barraca com a irmã), previamente na quarta-feira ao início da tarde e, com a vantagem dos fregueses serem fixos, onde cada feirante pode contar que a mercadoria levada provavelmente não retornará. Situações que, muitas vezes acontecem e, assim com o passar das horas, elas fazem a redução no preço e vendem por valores inferiores ao que valem, por todo o trabalho e tempo dispensado, mas para não ter o desperdício de transportar novamente a mercadoria.

Finalizo que, não é uma vida ou cotidiano fácil, precisa de muita disposição, força, paciência e responsabilidade, porque são daquelas vendas que compram os produtos e alimentos para a família, adquirem as roupas, materiais escolares e todos os produtos que não são plantados na Comunidade. Acredito que, essas mulheres são umas guerreiras, vencedoras e batalhadoras, que em alguns casos mantêm as casas e suas famílias com uma renda que não chega a meio salário mínimo no mês mais o Bolsa Família e, mesmo assim não reclamam ou se dizem infelizes por este trabalho ou trajetória de vida, diferentemente das pessoas que vivem em áreas urbanas e sempre reclamam de uma coisa e outra, tais como: o transporte que atrasou, o trânsito que enfrentou, a falta de dinheiro no final do mês, a demora no atendimento do Posto de Saúde, a fila no banco e, assim sucessivamente. Não ouço e não ouvi reclamações, exceto a distância entre os horários do transporte, a falta do Posto de Saúde e, a ausência de água quando ocorre algum problema com o abastecimento do Chafariz ou a quebra da bomba.

CAPÍTULO III - Identidade, pertencimento e ser quilombola

Na virada dos 1900, 12 anos após uma gradual, segura e tardia libertação de sua multidão de escravos, o Brasil negava a si mesmo como sociedade e duvidava profundamente de sua integridade nacional. Para muitos, éramos uma sociedade doente, feita de “raças inferiores” – o “branco” português, o “índio” e o “negro” – que não tinha capacidade para gerenciar sua imensa riqueza e seu próprio destino. Nosso maior defeito era ser aquilo que ninguém poderia corrigir por meio de leis copiadas de fora: éramos uma sociedade híbrida, um sistema inapelavelmente misturado e mestiço. [...] O mundo do ano 2000 será, sem dúvida, globalizado, nacionalizado, cívico e universalista, mas também será um universo no qual os valores étnicos terão enorme presença e visibilidade. Será um mundo simultaneamente homogêneo e heterogêneo. Um universo, portanto, muito mais brasileiro do que poderiam imaginar os nossos teóricos. Nele, certamente, vamos encontrar dimensões universais e também uma multidão de intermediários e mestiços: “mulatos culturais” que viverão entre nações e etnias, explicando as diferenças, intermediando disputas, criando sociedades híbridas e sistemas a meio caminho.

DA MATTA, 2000, p. 28⁷⁴

Se pensarmos o mundo nos dias de hoje, ano de 2018, a realidade da sociedade está multifacetada, individualista, híbrida, tecnológica, globalizada, mecanicista e, ao mesmo tempo as identidades são afirmadas e reafirmadas dentro dos seus grupos identitários, movimentos sociais, organizações não governamentais e entre outras associações. Deste modo, teremos os indivíduos adequando-se ao meio social que eles convivem, interserem ou vivem, de acordo, como seus princípios, valores e morais.

As marcas de uma identidade fundada em ancestrais africanos e no pertencimento à “raça negra” sustentam a plataforma política expressa por Ignácio de Araújo Lima. A garantia de sobrevivência digna não precisava ignorar o passado ou a ancestralidade. Ainda que os negros tivessem uma variedade de posições sociais bem mais ampla do que a indicada pelos termos livres, liberto ou escravizado. PINTO, 2010, p. ⁷⁵.

Os mitos e ritos familiares são fundamentais no desenvolvimento da família, pois fornecem um sentido de pertencimento, mas precisam ser suficientemente flexíveis para se transformarem, ao longo do tempo. O mito é uma criação coletiva que diz respeito a todos os membros da família e que é, em parte, “herdado” da família de origem (Andolfi e Angelo, 1988; Bucher, 185), e precisa ser compreendido também em sua dimensão transgeracional. Como apontam esses autores, para se compreender o significado do mito é necessário, pelo menos, três gerações. PENSO & COSTA, 2008, p. 14⁷⁶.

74 DA MATTA, Roberto (2000). Brasil dois mil: um exército de Profecia. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes (2000). História oral: desafios para o século XXI. / Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tânia Maria Fernandes Verena Alberti. — Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

75 PINTO, Ana Flávia Magalhães (ANO). Imprensa negra no Brasil do século XXI: consciência em debate. / Ana Flávia Magalhães Pinto. - São Paulo: Selo Negro, 2010. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=vzjuvaPyNIYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 28 Mai 2018 as 22h15.

Seguindo a afirmação dos autores, o trabalho transgeracional das famílias e/ou Patrimônios Vivos da Comunidade foram analisados e estabelecidos entre quatro gerações, no caso do Sr. Dadu e Sra. Carminha a árvore familiar ou genealógica foi construída dos pais do patriarca e da matriarca até os netos – no caso do Sr. Dadu –, dos pais até os bisnetos; na Família do Sr. Firmino e, para a Família do Sr. André analisado dos pais até a geração dos bisnetos.

Desse modo, é possível

Facilitar a comunicação entre os indivíduos, as famílias e as comunidades, entre passado, presente e futuro, favorecendo a reorganização de pautas de funcionamento que podem colaborar para a modificação de aspectos ligados à mitologia familiar. Podemos afirmar, portanto, que os mitos perpetuados e atualizados pelos rituais, definidos, por sua vez, com base na memória familiar, mantêm a unidade do sistema, dando-lhe um sentido de identidade próprio através dos tempos e das gerações. Esse processo dinâmico pode ser representado e compreendido com base na construção do genograma e da investigação do processo de transmissão geracional, com suas repetições, atualizações e possibilidades de transformação.

PENSO & COSTA, 2008, p.14⁷⁷.

Com isso, as práticas, os afazeres, as técnicas, os valores, os princípios e o cotidiano familiar são transmitidos de geração em geração, que de acordo com o tempo, as novas tecnologias, a globalização, o capitalismo e a inserção de novos produtos e equipamentos no dia a dia, alteram ou modificam a vida dos demais familiares, não permanecendo ou perpetuando-se os ritos de pais para filhos, de filhos para netos e de avós para bisnetos. Mas, mesmo assim, a identidade e a cultura ancestral negra ainda se mantêm em algumas atividades, quando se realizam aos domingos o encontro da família para almoçar e conversar no decorrer da tarde – interessante é que se unem o grupo de mulheres e o grupo dos homens – em espaços distintos do terreno e, as crianças são as que circulam e interagem com todos os presentes, por isso esta tradição e cultura permanece viva nesta geração e, será ela a responsável por transmitir e repassar aos demais todo o conhecimento, a história de sua família, de sua comunidade e de seu território para o futuro, porque sem ela tudo se perderá

76 PENSO, Maria Aparecida; COSTA, Liana Fortunato (2008). A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção / Maria Aparecida Penso, Liana Fortunato Costa (orgs.). - São Paulo: Summus, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=jSQnJ-9E4xAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 29 Mai. 2018 as 19h04.

77 PENSO, Maria Aparecida; COSTA, Liana Fortunato (2008). A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção / Maria Aparecida Penso, Liana Fortunato Costa (orgs.). - São Paulo: Summus, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=jSQnJ-9E4xAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 29 Mai. 2018 as 19h04.

com a geração dos mais velhos. Volto a afirmar, “nesse processo, cada um dos membros dessas famílias puderam se dar conta de suas heranças familiares, possibilitando um processo de autoconhecimento e de melhor compreensão de sua história (PENSO & COSTA, 2008, p.17⁷⁸).

Por outro lado,

É importante ressaltar aqui que a compreensão da história transgeracional de famílias em situação de pobreza e exclusão social no Brasil tem suas peculiaridades, já que as famílias são expostas a cortes entre as gerações em razão das constantes migrações em busca de condições mais favoráveis de sobrevivência, dificultando, assim, a manutenção e a transmissão de uma memória familiar através das gerações, bem como da perpetuação de seus rituais.
PENSO & COSTA, 2008, p. 17⁷⁹.

Neste ponto, na comunidade a sua formação populacional é advinda de nascidos, criados e de migrantes da região Nordeste – como já mencionado anteriormente – e, assim seus ritos, cultura e modos de vida se misturam, transformando-se ao longo das gerações e da formação das novas famílias, sejam elas de “dentro” ou “de fora”. Quando menciono “de dentro”, significa os casamentos entre membros da própria comunidade – o que ainda acontece e remetem aos casamentos do passado e as uniões motivadas por interesses particulares e de agregar terras e territórios para um único núcleo familiar –, e os “de fora” são indivíduos que se casaram com algum membro da comunidade ou simplesmente residem há muitos anos neste território.

78 PENSO, Maria Aparecida; COSTA, Liana Fortunato (2008). A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção / Maria Aparecida Penso, Liana Fortunato Costa (orgs.). - São Paulo: Summus, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=jSQnJ-9E4xAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 29 Mai. 2018 as 19h04.

79 PENSO, Maria Aparecida; COSTA, Liana Fortunato (2008). A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção / Maria Aparecida Penso, Liana Fortunato Costa (orgs.). - São Paulo: Summus, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=jSQnJ-9E4xAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 29 Mai. 2018 as 19h04.

CAPÍTULO IV - Cidade e campo: o retorno as origens da família

“Uma imagem vale mais do que mil palavras”, já dizia o provérbio popular, e esta imagem reflete as heranças ancestrais com os símbolos, signos e significados subliminares. Desde o pilão de madeira, como instrumento ancestral, ao Dendê e seu processo de fabricação datado de mais 150 (cento e cinquenta) anos, e a atividade que apresenta uma retomada das condições sociais, econômicas e culturais da comunidade, retratando as bases materiais de produção, da herança e memórias quilombolas por meio da fotografia.

Uma das heranças “negras” e ancestrais é o trabalho com a terra, a lida no campo e a produção dos próprios alimentos de consumo, hábito esse ainda mantido por algumas famílias na comunidade, quando se reúnem aos finais de semana ou encontros para preparação do almoço coletivo, onde cada integrante é responsável por uma atividade ou tarefa. Assim sendo, neste dia foi o Sr. Alberto que auxiliou a Sra. Carminha para a produção do Azeite de Dendê caseiro, mas anteriormente o Sr. Esivaldo (filho mais velho), depois o Sr. Jorge (cunhado), também já haviam pilado parte do produto. Produto este que, ainda é o estágio inicial para sua fabricação que, pode durar um dia todo, desde a colheita, tirar os frutos do cacho, cozinhar, pilar, lavar as fibras, descansar e esperar o assentamento do óleo.

Tal ilustração apresenta a dinâmica da identidade e do Campesinato, situação que não é rígida e faz com que os descendentes em um futuro retomem os antigos territórios e, não apenas ao espaço físico, mas ao seu território de produção e de memória. Com isso, a identidade de camponês e de campesinato são retomadas a depender das condições materiais de existência e das oportunidades disponibilizadas, conceito esse abordado por Pierre Bourdieu ao tratar das Disposições. Por isso na fotografia, o Sr. Alberto demonstra a

Fotografia 30: Alberto Matos Ferreira (Beto) pilando o Dendê para a produção do azeite.



FONTE: Trabalho de campo, 13/01/2018.

retomada da identidade, da herança da ancestralidade, percebida dentro desse território demarcado com ele e por ele com símbolos da matriz africana, pilão e azeite de dendê. No entanto, o principal é o fato das formas de valorização deste espaço percebido enquanto território, em um dado momento a migração para o centro urbano, por se tratar de um território dominante e dominado pela concepção capitalista, da qual, a vida e as relações sociais afastam-se do trabalho coletivo, do manejo da terra, das heranças e dos hábitos / costumes familiares, que se possível e se ainda permanecer no território podem ser retomados a qualquer instante.

Por um lado, é algo que não ocorre com todas as famílias, haja vista que, a mudança para as grandes cidades requer um capital e recursos financeiros para sua manutenção e, diante disso, revendem suas terras, propriedades e “desligam-se” do campo e de suas raízes. Mas, quando as condições econômicas e sociais são frustradas, o seu local de pertencimento e identitário o chamam de volta. Por outro lado, o setor imobiliário e empreendimentos de grande porte, buscando a natureza, a tranquilidade e áreas verdes em meio aos resquícios e a proximidade com a urbanização, adquirem grandes lotes de terras – sejam eles de mananciais ou não – e, constroem grandes condomínios residenciais em áreas de brejo, de minadouros e espaços ricos em vida, fauna e flora, que com o desmatamento, as alterações físicas e construtivas ocasionam a “morte” dos recursos vegetais, minerais e hidrográficos. Situação essa, que se reflete na Comunidade de Cordoaria, a qual é prejudicada com o abastecimento de água, antes vindo das grandes áreas alagadiças e dos brejos no início da Estrada do Coco até as primeiras casas ou habitações e, atualmente dependem apenas dos poços artesianos nas residências e do abastecimento do chafariz pela Prefeitura. Assim sendo, os de cima têm água e os de baixo não têm, promovendo o movimento do capitalismo e da luta de classes.

Retomando ao manejo ou o uso da terra por este meio produtivo remete-se a uma categoria ou conceito mais próximo do camponês ou do Campesinado, isto é, uma das categorias é o manejo e a extração de substratos agrícolas que vem da situação de sujeitos da diáspora africana, conforme Manuela Carneiro da Cunha aborda no texto “Os Agudas de Lagos: Brasil, Cuba e Memórias Atlânticas” afirmando que:

Os retornados do Brasil ficaram conhecidos como agudas, provavelmente antigo nome dado pelos portugueses para Uidá, onde a primeira colônia de libertos do Brasil surgiu. Outro grupo importante era formado pelos saros, ou seja, africanos livres que tinham vivido em Serra Leoa após serem resgatados de navios negreiros capturados no alto mar pelos cruzeiros ingleses. Na nova colônia de Lagos, saros e agudas, conhecidos coletivamente como “repatriados”, passaram a constituir elites em relação à população nativa, ajudados pela familiaridade com os costumes e idiomas europeus. Os saros, que falavam inglês e seguiam o protestantismo do colonizador, tinham certas vantagens, mas, na disputa pelas oportunidades de emprego da emergente economia local, os brasileiros tinham habilidades mais rentáveis, consequência de seus anos de trabalho no Brasil. Os ofícios dos homens – pedreiros, mestres de obras, marceneiros, sapateiros, ferreiros e diversos outros artesãos –, bem como os das mulheres – lavadeiras, costureiras e quituteiras – eram valorizados pelos novos governantes. Outros agudas se tornaram negociantes de exportação, tratando principalmente com o Brasil, para onde enviavam produtos como noz-de-cola, pano da costa, sabão preto e azeite de dendê. Este último, com a extinção do tráfico, se tornou o produto mais exportado da região, em demanda no mercado europeu como combustível e lubrificante industrial, bem como na fabricação de velas de estearina. Com o descobrimento de petróleo, entretanto, o preço de azeite de dendê caiu. Mas a partir dos anos 1870 surgiu uma demanda por outro produto do dendezeiro: o óleo extraído da amêndoa do caroço, utilizado na fabricação de sabão e de margarina.
CUNHA, 2012, p. 409⁸⁰.

Deste modo, é possível verificar as formas de construção e reprodução da identidade, onde vários produtos, assim como o Dendê, já faziam parte da herança africana e negra desde os anos de 1870, perfazendo uma trajetória de 148 (cento e quarenta e oito) anos de existência. Existência essa que, pode ser ancestral e trazida dos descendentes africanos e escravizados para o Brasil, provando as influências, os conhecimentos e os saberes praticados na modernidade, mas que refletem na ancestralidade.

Todo este processo, também relembra os tempos dos “adjuntórios” que é a união de famílias ou grupos de pessoas que se juntavam para trabalhar em uma área ou tarefa de outro integrante e, em contrapartida, em outra diária teria o retorno em alguma atividade que necessitasse de mão de obra. Por exemplo, precisava capinar e limpar o terreno, então todos naquele dia se juntavam para realizar esta atividade, que podia ser finalizada com um Feijão (conhecida como a nossa Feijoada, que é o Feijão acrescido de diversas carnes) e um Samba de Roda. Todavia, com o passar dos anos esse senso de coletividade, de companheirismo e de trabalho com a roça e a Agricultura Familiar foi perdendo-se, diferentemente do que afirma a Professora Quilombola Maria Cristina de Santana dos Santos, quando diz que “a reforma da casa de farinha incentivou outras culturas que estavam se desfazendo e, que além disso conta

80 CUNHA, Manuela Carneiro da (2012). Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África. [2ª edição, revista e ampliada]. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/afro/n48/a14n48.pdf>>. Acesso em 11 Out. 2018.

com a participação dos jovens nesta tarefa”. Por outro lado, alguns jovens da comunidade com faixa etária entre 14 (catorze) a 25 (vinte e cinco) anos foram entrevistados durante o trabalho de campo, dos quais a maioria afirma que não têm interesse e/ou não trabalham na roça, mas pensam em conseguir outra geração de renda fora da comunidade e com atividades comerciais diferentes da Agricultura. Um dos entrevistados, com 30 anos (Sr. Edson) diz que: “até ajudo meu pai que já tem idade, quando ele pede na roça, mas ficar o dia inteiro no Sol não. Até poderia trabalhar com a Agricultura, mas na administração e não debaixo de Sol quente”. E, essa é uma das falas que se repetem quando o público é a população mais jovem, diferentemente dos adultos ou dos mais velhos, em que a terra e o trabalho com ela é sua vida, sua sobrevivência e de sua família, uma atividade que não pensam em desistir ou parar.

Parar, uma palavra importante neste quesito, porque entende-se por uma interrupção, uma escassez ou simplesmente algo que não vai mais existir, por exemplo, a produção de Farinha na Comunidade é escassa ou bem inferior a expectativa criada pela Reforma da Casa de Farinha, quando se esperavam a produção de 5 (cinco) toneladas por mês, conforme afirma um dos agricultores mais antigos, Sr. Dadu conta que:

O trabalho na roça é realizado sempre pela manhã, as 05h30, pois o sol está baixo e, em cada dia têm-se uma relação de uma tarefa/ação. Sendo que, os temperos, quiabo, maxixe e outros devem ser colhidos e molhados diariamente, ou, o quiabo realizar a colheita três vezes na semana, para não endureça no pé. Os pés de Jaca não foram plantados e, sim nasceram no local. Tem árvores com 30 (trinta) anos ou mais e, chegam a altura de 15 (quinze) a 40 (quarenta) metros de comprimento. Sr. DADU, 64 anos, 01/01/2018⁸¹.

Destaco que, os mais velhos são apaixonados pela terra, seu trabalho e toda a vida que ela proporciona, mesmo diante das dificuldades e do trabalho braçal, de sol a sol, de chuva a chuva, sem descanso ou dia de folga, nem sábado, domingo ou feriado. O trabalho com a terra requer uma dedicação exclusiva, seguindo o calendário da natureza e dos fenômenos naturais, onde a ação do homem deverá seguir a risca todos os conhecimentos e saberes ancestrais, para entender o momento certo de plantar, para um dia ter o que colher.

Os conhecimentos são transmitidos pela prática e lida cotidiana, mas os jovens realizam trabalhos e profissões fora do território quilombola e, o cotidiano rural é

81 DADU, 01/01/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em 01 de Janeiro de 2018 por Sr. Florisvaldo Ferreira Gomes – conhecido como Sr. Dadu - com 63 anos de idade e morador há mais de 50 anos na comunidade.

exercido e, se é que o faz, durante o final de semana ou visitas esporádicas aos familiares.
Sr. DADU, 64 anos, 01/01/2018⁸².

Por um lado, talvez essa produção e atividade agrícola familiar venha a se extinguir na comunidade e na região do entorno com a construção de empreendimentos imobiliários, a imigração dos jovens para o centro urbano, a “passagem” dos mais velhos e, assim sucessivamente. E, por outro lado, imagino como estará a comunidade e as suas práticas culturais próprias daqui a 10 (dez) anos, será que ainda existirá? Quem vai dar continuidade? Quem perceberá o valor e a importância dessa ação para sua estória e para a história da comunidade? Perguntas essas que podem ser esclarecidas em um Doutorado ou Pós DOC mais adiante

Um eldorado negro. Esse é o título da canção composta por Gilberto Gil em homenagem aos quilombos. A referência à riqueza dessas comunidades não é gratuita. Embora pesem as dificuldades financeiras e econômicas, as populações quilombolas guardam valiosos patrimônios: conhecimentos de plantas medicinais, técnicas produtivas de agricultura familiar, registro oral da história de povos negros do Brasil e uma enorme efervescência cultural que abrange a culinária, os cantos, os cultos, as festas e diversos outros tipos de manifestações.
PORTAL EBC, 20/11/2012⁸³.

O marco do Patrimônio da Comunidade de Cordoaria é constituído das construções, prédios e monumentos ainda existentes no território, haja vista que, muitos deles foram destruídos pela ação do homem ou pelo tempo, transformando-se em estórias do passado – e, muitas delas ainda permanecem em tal situação, porque não querem, não podem ou não desejam lembrar esses momentos ou acontecimentos dos ancestrais e do seu passado –, e outros foram transformados como a Igreja Católica Nossa Senhora Santana que era o Terreiro da Sra. Gertrudes, a Associação de Moradores – anteriormente com a funcionalidade de Associação, Escola e Igreja – mantêm um prédio apenas para reuniões ou eventos na comunidade e a Escola Municipal Nossa Senhora Santana, reformada em 1922.

Desse modo, a pesquisa acadêmica enfatiza

82 DADU, 01/01/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em 01 de Janeiro de 2018 por Sr. Florisvaldo Ferreira Gomes – conhecido como Sr. Dadu - com 63 anos de idade e morador há mais de 50 anos na comunidade.

83 RODRIGUES, Léo; PASSOS, Gésio (20/11/2012). Mapa dos Quilombos: a geografia da resistência. Empresa Brasileira de Comunicação. Publicado em 20 Nov. 2012 as 13h35. Atualizado em 26 Jun. 2015 as 22h16. Brasília: Portal EBC, 20 Nov. 2012 as 13h35. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2012/11/mapa-dos-quilombos-a-geografia-da-resistencia>>.

[...] a recriação de elementos da memória, servindo os laços das comunidades negras atuais com grupos do passado para materializar e construir o presente etnográfico. Isso levou essas comunidades a estabelecerem uma nova relação com o passado, reconstruindo-o. Hobsbawm e Ranger (2008) chamaram esse fato de “invenção de tradição”, isto é, uma reapropriação de velhos modelos ou antigos elementos de cultura e de memória para novos fins, em que o passado serve como conjunto de conhecimentos simbólicos. Como afirmou Klaas Woortmann (1990:17), “a tradição, então, não é o passado que sobrevive no presente, mas o passado que, no presente, constrói as possibilidades do futuro”. SANTOS, 2015, p.90⁸⁴.

Memória essa, obtida com entrevistas, conversas, diálogos e vivências na comunidade, da qual alguns retratam suas estórias de família, das características e condições do passado, dos antigos moradores, da situação, do cotidiano e etc, com isso é possível estabelecer alguns paralelos de parentesco, de descendência, de hierarquia/propriedade territorial e outras relações ou laços familiares – consanguíneos ou uniões. Tal memória, pode ser a noção da comunidade sobre o patrimônio, ou, na Antropologia seria a noção de patrimônio a partir das pessoas. Pessoas essas que, narram suas estórias partindo de indícios do território de matriz africana e com um possível aldeamento indígena, assim sendo, esse estudo não é baseado na origem histórica e documental, mas o que as pessoas são, o que têm e o que pensam sobre si mesmas e sobre a Comunidade.

84 SANTOS, Carlos Alexandre B. Plínio dos, 2015. As comunidades negras rurais nas ciências sociais no Brasil: de Nina Rodrigues à era dos programas de pós-graduação em antropologia. Anuário Antropológico, Brasília, UNB, 2015, v. 40, n. 1: 75-106. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/anuarioantropologico/article/view/6750/6848>>. Acesso em 26 Jun. 2016.

PARTE III - Conhecer, entender e empoderar

Na terceira parte, *Conhecer, entender e empoderar* centraliza-se em descrever o contexto do território contemporâneo da Comunidade de Cordoaria na sua relação de existência e de reexistência “amparadas” por seus antepassados, com o Território do futuro: perspectiva da exploração imobiliária e da resistência negra e entre outras temáticas. Tratando-se de demonstrar em que medida as novas e futuras gerações ocupem ou não os desafios do território instigado pela especulação de capital, de grandes empreendimentos, a migração urbana, o êxodo rural, a violência e tantas problemáticas atuais pela motivação de trabalho, educacional ou mudança de vida e entre outras peculiaridades possíveis e hipóteses possíveis de estudos e pesquisas futuras.

CAPÍTULO I – Território do futuro: perspectiva da exploração imobiliária e da resistência negra

Relativo a memória e a luta dos remanescentes, hoje este território em permanente construção é alvo da especulação do capital imobiliário, do qual expande-se da Capital Soteropolitana para o Litoral Norte, com grandes empreendimentos residenciais fechados e de alto padrão, como destacado no mapa de satélite do Empreendimento residencial Alphaville 3 e proximidade com o início do agrupamento étnico de Sucupira e seus estabelecimentos, por exemplo, a Escola Municipal de Educação Infantil de Sucupira, a Fazenda Itaparica (Paredão), o Sítio do Pica Pau Amarelo.

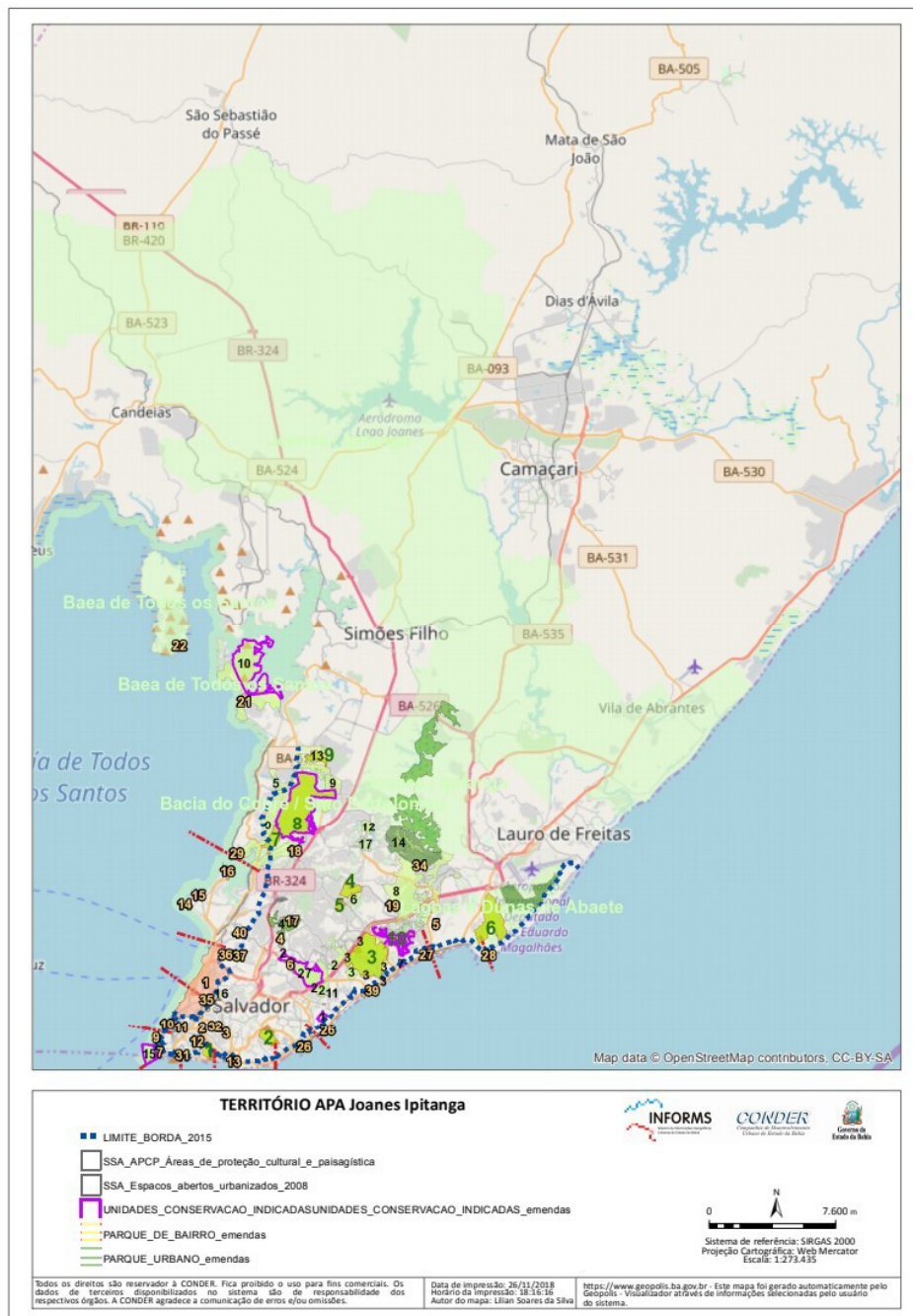
Mapa 5: Agrupamento étnico da comunidade e aproximação do empreendimento residencial.



FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018..

No mapa constata-se a diminuição da área de vegetação natural e, em contrapartida, a ampliação de áreas construtivas. Sendo que, a região de Vila de Abrantes – englobando os municípios de Lauro de Freitas, Camaçari, Simões Filho e Salvador são integrantes da Área de Proteção Ambiental Joanes Ipitanga (APA Joanes Ipitanga).

Mapa 6: Delimitação territorial da APA Joanes Ipitanga na Região Metropolitana de Salvador construído pela pesquisadora.



FONTE: Geopolis, 26/11/2018.

O estado da Bahia, que tem 32% do seu território enquadrando-se como Mata Atlântica, conforme lei nº 11.428, e liderou o ranking de desmatamento 2015 a 2016 (Fundação SOS Mata Atlântica e INPE, 2017), possui 42 unidades de conservação (UC), sendo majoritariamente Áreas de Proteção Ambiental (APA) (INEMA, 2017). Ao todo são 32 APAs no estado (INEMA, 2017) que conforme a Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000 que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, são “áreas em geral extensas, com um certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais.”
CONCEIÇÃO, 201, p. 12⁸⁵

Nas localidades próximas da Comunidade também existe outra APA, conhecida como APA Litoral Norte estendendo-se para Mata de São João – importante destacar que nos documentos históricos e processos de terra o território de Abrantes era integrado a esta Comarca e, assim mais uma das hipóteses de expansão territorial, de laços de parentesco e da territorialidade dos indígenas e quilombolas. Afirmação esta também constatada, quando a Sra. Estevan de 74 anos de idade (no documento de identidade, porque acredita ter mais idade, como ela mesma diz), nascida em Terra Maior e moradora há mais de 50 (cinquenta) anos em Cordoaria relata que:

Pela parte de minha mãe eu não alcancei [não conheci]. Meus avôs parte de pai, avô, alcancei [conheci]. Faleceu com 78 anos em Mata de São João.
Sra. ESTEVAN⁸⁶ - 74 anos, 31/12/2018.

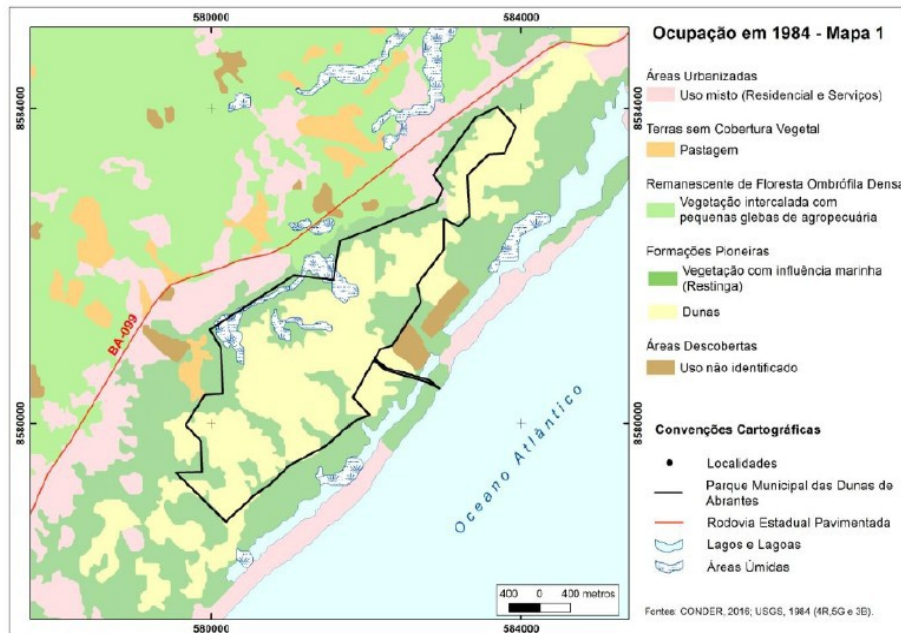
Retomando a paisagem e o meio ambiente do entorno, teremos uma área de Dunas, onde também o impacto populacional e residencial tem afetado a região, conforme mapas datados dos anos de 1984 e 2016 do site ResearchGate⁸⁷ sobre a ocupação das áreas urbanizadas, terras sem cobertura vegetal, remanescente de florestas densas, formações pioneiras e áreas desérticas.

85 CONCEIÇÃO, Taise Almeida, 2017. Contribuição para conservação da área de proteção ambiental de Joanes – Ipitanga-BA. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas. Cruz das Almas, BA, 2017. Disponível em: <https://www.ufrb.edu.br/pgrecvegetais/images/phocadownload/Taise_Almeida_Conceição.pdf> Acesso em 26 Nov. 2018.

86 Entrevista concedida a pesquisadora em 31 de Dezembro de 2018 por Sra. Estevan dos Santos de 74 anos de idade, nascida no Sítio Mataraca na Comunidade de Terra Maior – conhecida anteriormente como Pau Grande – e moradora atualmente da Comunidade de Cordoaria. Outra curiosidade, é quando relata ter sido mãe de 16 filhos, mas apenas 9 sobreviveram e, reside com seu esposo – Sr. Antônio – e mais suas duas filhas – Sra. Paulina e XX, na propriedade ainda moram em suas “casas construídas” uma filha com esposo e neta (Valdelice, Márcio e Mércia) e, o filho Rogério com sua esposa e filhos (Lígia, Emanuel e Joaquim).

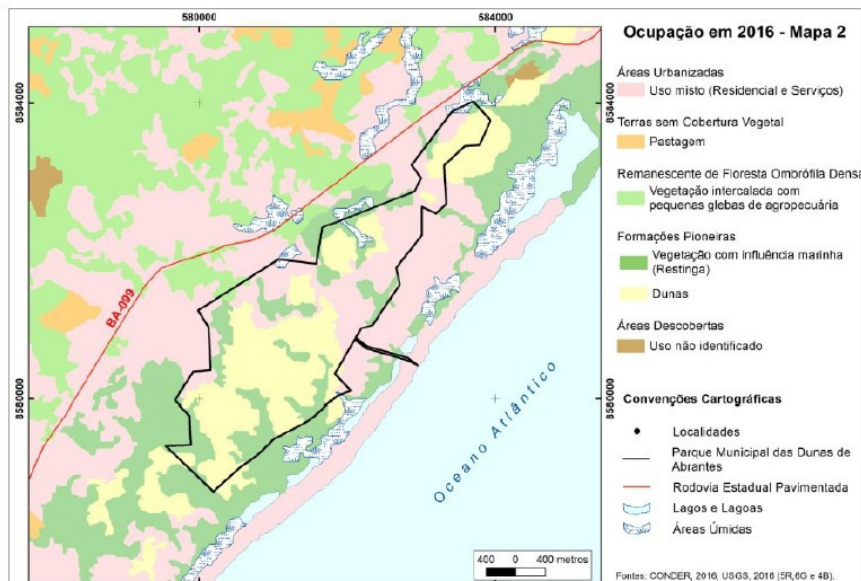
87 ResearchGate, 05/2017. Análise espaço-temporal da ocupação da área e entorno do Parque Municipal Dunas de Abrantes, Camaçari – BA. In: BORGES, Luiz Felipe Moura Bastos; SANTOS, Desirre Alves Celestino; ZALOTI, Fabia Antunes; SANTOS, Saulo Meldrado dos; NASCIMENTO, Dária Maria Cardoso, 2017. Anais do XVIII Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto – SBSR. INPE Santos: Maio/2017. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/319042242_Analise_espaco-temporal_da_ocupacao_da_area_e_entorno_do_Parque_Municipal_Dunas_de_Abrantes_Camacari-BA>.

Mapa 7: Ocupação do Parque Dunas de Abrantes (1984).



FONTE: ResearchGate, 05/2017

Mapa 8: Ocupação do Parque Dunas de Abrantes (2016).



FONTE: ResearchGate, 05/2017.

A região na década de 90 era visível a amplitude das áreas verdes e das dunas permeando grande parte do território do município, todavia com a urbanização dos últimos anos e as construções residenciais, ampliou-se o espaço para os limites e invasão de áreas antes preservadas e intactas, informações estas mais detalhadas na tabela abaixo:

Tabela 13: Ocupação na área do Parque Dunas de Abrantes (1984 e 2016).

Tabela 1. Áreas e percentuais das classes mapeadas no ano de 1984 e 2016 na área de estudo no município de Camaçari - Bahia.

Classes Mapeadas	2016		1984	
	Área km ²	%	Área km ²	%
Áreas Urbanizadas	17,70	29,34	7,69	12,75
Pastagem	1,42	2,35	1,60	2,64
Remanescentes de Floresta Ombrófila Densa	9,75	16,16	13,19	21,86
Formações Pioneiras - Restinga	7,73	12,81	10,40	17,24
Formações Pioneiras - Dunas	4,76	7,89	7,68	12,73
Áreas Descobertas	0,31	0,52	0,89	1,47
Áreas Úmidas	2,27	3,76	1,50	2,48
TOTAL*	43,94	72,83%*	42,95	71,17%*

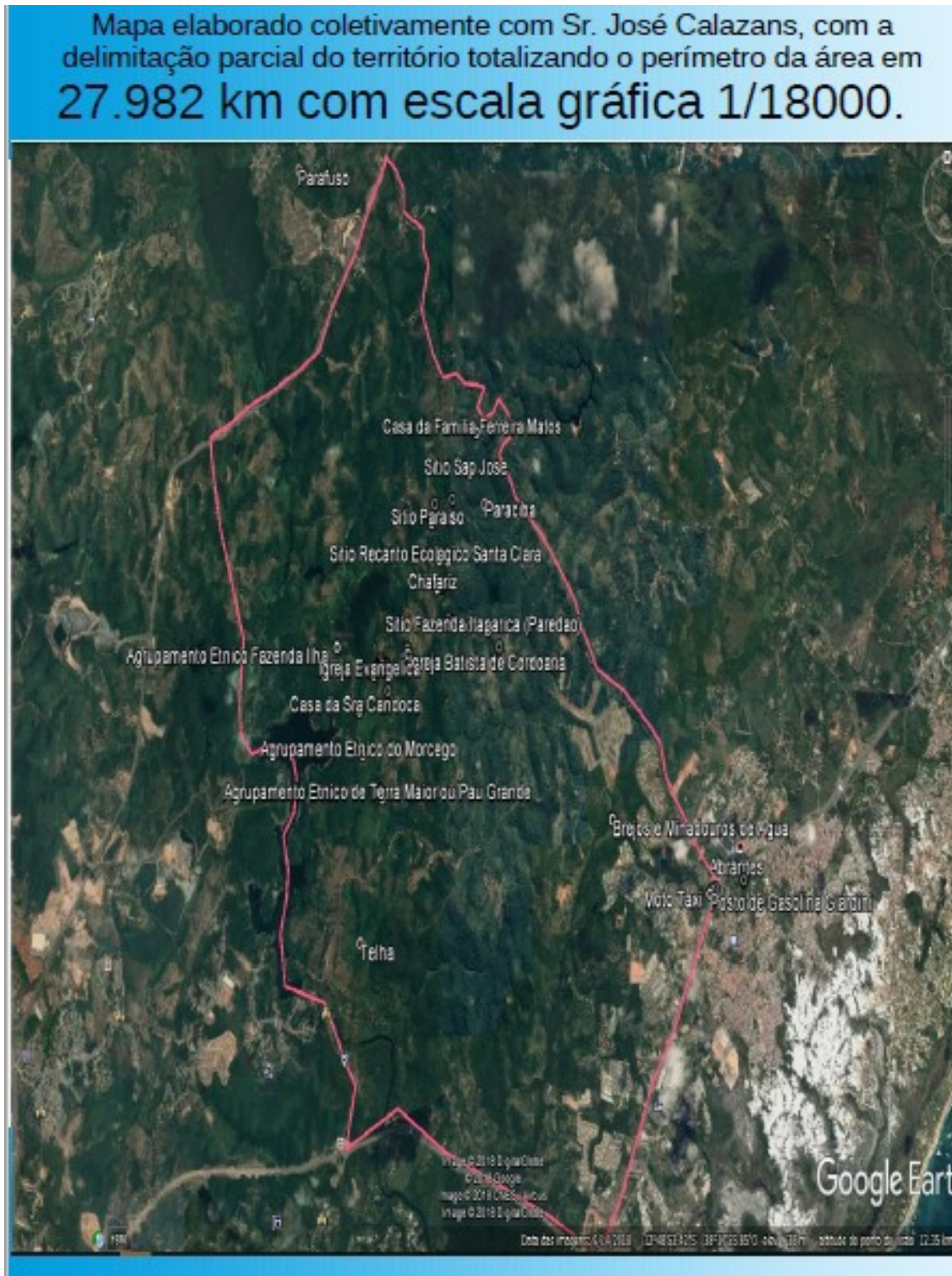
*- Os trechos com massas d'água não foram quantificados.

FONTE: ResearchGate, 05/2017.

Na tabela, analisando-se as áreas e os percentuais das classes mapeadas no ano de 1984 e 2016 na área de estudo do município de Camaçari – Bahia é evidente o crescimento urbano passando de 7,69 Km² (1984) a 17,70 Km² (2016) e as áreas úmidas de 1,50 (1984) para 2,27 (2016), em detrimento das outras classes mapeadas que reduziram as áreas verdes de remanescente de flores ombrófila densa de 13,19 (1984) para 9,75 (2016), formações pioneiras de restinga de 10,40 (1984) para 7,73 (2016), formações pioneiras de dunas 7,68 (1984) a 4,76 (2016), áreas descobertas de 0,89 (1984) para 0,31 (2016) e de pastagem de 1,60 (1984) para 1,42 (2016).

Desse modo, é constatado a diminuição das áreas verdes e de preservação ambiental na região de Abrantes e, o aumento massivo das construções residenciais e empreendimentos imobiliários. Prova disso, é uma imagem de satélite da área localizada entre o limítrofe da Comunidade Remanescente de Cordoaria e seu entorno com o município de Abrantes (sem área verde) e o município de Lauro de Freitas – bairro do Jambeiro –, em que é possível visualizar algumas construções e também algumas áreas verdes preservadas.

Mapa 9: Delimitação do território da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria contado pela memória, estórias e a oralidade dos moradores.



FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

A construção e a elaboração do mapa supracitado é uma colaboração e parceria com o Sr. José Calazans da Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA), bem como os demais mapas apresentados com visão de satélite, haja vista que, a comunidade não tem abastecimento de água e tratamento de esgoto fornecido pelo poder público. Diante disso, os mapas e suas delimitações foram possíveis com este trabalho de campo e, principalmente com as narrativas e as estórias dos moradores, no qual diziam antigamente a gente andava até o Jambeiro, mas quando tinha que vender as coisas em Salvador atravessávamos o rio em sentido Cachoeira, ou no Alphaville era onde se tinha o Matadouro e também existiam vários nascedouros e minas de água, que hoje em dia estão sendo aterrados e concretados pela expansão do empreendimento imobiliário de alto padrão na Linha Verde.

Com relação ao território e a delimitação de terras ocupadas pela Comunidade de Cordoaria, tínhamos uma área ou perímetro em 27.982 Km com escala 1/18000. Tal ocupação territorial e/ou expansão é baseado nos relatos e nas memórias dos moradores, quando mencionam os pontos, os locais e os lugares que frequentavam e passavam no entorno, haja vista que, o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade ainda não foi elaborado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Por fim, atualmente a comunidade dispõe de 3 (três) escolas municipais – 1 (uma) de Educação Infantil e 2 (duas) voltadas para o Ensino Fundamental I, 7 (sete) igrejas – com 1 (uma) católica e as demais evangélicas das diferentes denominações ou segmentos, 3 (três) Chafarizes – responsáveis pelo abastecimento de mais de 650 (seiscentas e cinquenta) pessoas na localidade das comunidades de Sucupira e Cordoaria, sendo que a região também abarca a Comunidade de Morcego, Terra Maior e Ilha, situadas nas proximidades do Rio Joanes e a da Barragem de Cachoeirinha, construída em meados dos anos 50, confluindo com o município de Lauro de Freitas.

É reconhecer a nossa raça, faz parte do nosso passado e quando fala sobre isso remete a esse passado.
Sra. ANA CÉLIA, 29 anos, 04/01/2018.

O território do futuro e da resistência negra perpassa a história da memória, do presente e das futuras gerações, que hoje são as crianças e amanhã serão os detentores de toda as estórias, narrativas, lutas, conflitos e ressignificações transmitidas, observadas e

mantidas na Comunidade e por seus moradores, sejam eles nascidos ou “trazidos”, conhecidos como os “de dentro” e os “de fora”⁸⁸, com base em suas tradições, modo de vida e singularidades de cada território.

Neste ponto, a tradição é entendida como “Tudo aquilo que você preserva, cultiva e mantém vivo ao longo do tempo, sendo material ou imaterial” (Sr. Jorge⁸⁹, 40 anos, 02/01/2018), mas para a Comunidade, em alguns momentos ela entende-se como algo passado e transmitido de geração a geração, podendo ser uma festa, uma cultura, uma prática religiosa, um modo de fazer, um trabalho e entre outras formas de manutenção, preservação ou reprodução de algo.

Nem tem mais nenhuma tradição, já teve. Gostava de samba, Candomblé e essas coisas aí, hoje não tem mais isso não.
Sr. EDUARDO, 55 anos, 31/12/2017.

Não temos lazer na localidade. O lazer é zero, é bater papo na pracinha e depois todo mundo se recolhe.
Sr. RAIMUNDO, 40 anos, 31/12/2017.

Pai e mãe éramos voltados para Candomblé, Samba e íamos parar no outro dia. Mas, hoje não tem mais, hoje é Pancadão, Paredão e vice-versa. A tradição de antigamente está se acabando. Não sou muito focado em tradição. Tradição é importante na parte da comunidade, eu sou muito caseiro e para sair de casa é mó dificuldade. A tradição é uma coisa de comunidade mesmo.
Sr. VICENTE. 57 anos, 07/01/2018.

Tradição é uma coisa ruim e, aí quem não sabe fica passando isso, quem sabe não passa. Herda coisa ruim, ninguém quer.
Sra. BERNADETE, 45 anos, 04/01/2018.

Tratando-se de tradição, paralelamente como patrimônio material ou imaterial, têm-se a destacar como relevantes ou ainda preservados na Comunidade – até quando não sabemos ou até que geração, impossível prever-se:

88 A titulação “os de dentro e os de fora”, em alguns momentos aparecem nas falas dos interlocutores e indivíduos entrevistados, quando mencionam: “Família, minha esposa e filha, por ser de fora só isso” (SR. BENEVALDO NERI, 30 anos – 31/12/2018). Assim sendo, os próprios moradores fazem uma distinção e se reconhecem como não “nascido e criado” naquela Comunidade, mesmo que vários residam na região há mais de 20 anos. Isso é algo intrigante e, sem resposta para a pesquisadora, haja vista que: quem seria “o de dentro”? E quem seriam “os de fora”? Por fim, tal diferenciação entre os indivíduos não deveria existir ou coexistir nas relações sociais, afetivas ou de parentesco, isso porque todos e todas vivem e resistem neste território de lutas, de conquistas e de provações, seja pelo “isolamento” parcial do centro urbano, pela tranquilidade do campo e suas dificuldades diárias, seja por seus trabalhos com a terra ou terceirizados na cidade, seja pela dificuldade de acesso à água e ao transporte público regular e tantos outros “perrengues” que passam, lidam e contornam diariamente. Ressaltando que, eles não provocam uma tristeza ou motivação para mudança de vida, mas reafirmam a felicidade de permanecer nesta territorialidade de paz e tranquilidade.

89 Entrevista concedida a pesquisadora por Sr. Jorge Souza de Nascimento, 40 anos, morador da Comunidade de Sucupira há 4 anos, e um dos responsáveis pelo Projeto de Multiculturalismo Quilombola, originando a reforma da Casa de Farinha Comunitária através do Grupo de Capoeira do Engenho, do qual é conhecido como Mestre Pica Pau e oferece aos moradores da região aulas gratuitas de Capoeira as quartas-feiras pela noite na Associação de Moradores ou na Praça da Igreja Nossa Senhora Santana.

- Plantar a Mandioca ou Aipim – quando tudo é aproveitado, desde a Manaíba para o replantio, quantos as raízes e as folhas -;
- Lidar com a Terra seguindo as fases da Lua e as estações do ano – anteriormente, também usada para a Pesca, que por motivos de poluição, a estiagem ou acesso ao Rio Joanes, já não é mais tão praticada como há alguns anos ou gerações passadas;
- Fabricação do Beiju, desde a ralagem da Mandioca – hoje em dia, comprada a Goma no centro urbano de Camaçari – até a chapa de ferro alimentada pelo forno a lenha;
- Comercialização dos produtos ou alimentos excedentes da Roça nas Feiras livres de Camaçari, majoritariamente por mulheres e algumas crianças;
- Cuidar das crianças e os afazeres domésticos, ainda permanecem como tarefa das mulheres e, algumas transferem esta função para as instituições de ensino, assim sendo, os educandos e as educadas são acolhidos em período integral na escola.
- Almoço ou reuniões em família aos domingos;
- Carnajegue, evento tradicional do domingo de Carnaval, passando pela via principal da Associação de Moradores de Cordoaria até o Chafariz da Sucupira;
- Baba do Vinho, na sexta-feira santa, seguido de conversas, música e baralho no Bar do Sr. André (faleceu em 29 de Outubro de 2018);
- São João aberto aos familiares com o acendimento da Fogueira e dos fogos, seguidos a noite toda por música e comidas típicas.

Mencionadas algumas das tradições, que se mantêm na Comunidade, assim como outras foram apagadas ou esquecidas com o avanço da tecnologia, da migração para a cidade, da qualificação profissional ou educacional e, assim sucessivamente. Mudanças e alterações que não desmerecem ou desqualificam as tradições, mas apontam para um território em permanente construção e reconstrução, assim como, a resistência e a reexistência negra no território quilombola, no campo e na história do Brasil. Por outro lado, ainda relembram:

Samba. Samba de roda. Capoeira. Feita do Beiju é um fato cultural aqui, não é só uma questão econômica para a comunidade. Trabalhos manuais com esteiras e sacolas tinha.

Sr. JORGE⁹⁰, 40 anos – 02/01/2018.

Samba é tradição, quando a comunidade se reuni com um pandeiro e timbal [semelhante ao Atabaque, de couro ou plástico]

Sr. ALBERTO, 36 anos – 02/01/2018.

Os costumes dos povos e que vai sendo modificado com o tempo.

Sra. LÍGIA, 32 anos (02/01/2018).

O tempo também é algo a ser pontuado nesta relação entre o território, a terra e os indivíduos que vivem e resistem neste espaço. Espaço esse definido por Milton Santos como:

O espaço não é nem uma coisa, nem um sistema de coisas, senão uma realidade relacional: coisas e relações juntas.⁴ Eis por que sua definição não pode ser encontrada senão em relação a outras realidades: a natureza e a sociedade, mediatizadas pelo trabalho. Não é o espaço, portando, como nas definições clássicas

de geografia, o resultado de uma interação entre o homem e a natureza bruta, nem sequer um amálgama forma pela sociedade de hoje e o meio ambiente. O espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que os preenche e os anima, seja a sociedade em movimento. O conteúdo (da sociedade) não é independente, da forma (os objetos geográficos), e cada forma encerra uma fração do conteúdo. O espaço, por conseguinte, é isto: um conjunto de formas contendo cada qual frações da sociedade em movimento. As formas, pois têm um papel na realização social. Enquanto totalidade, a sociedade é um conjunto de possibilidades. A totalidade, segundo Kant, é a "pluralidade considerada como unidade" ou a "unidade da diversidade", de acordo com A. Labriola (1982) e E. Sereni (1970). Essa unidade nada mais é que a essência nova ou renovada, cuja vocação consiste em deixar de ser potência para tornar-se ato. Tal conteúdo - a essência - pode ser comparado a uma sociedade em andamento, em evolução, em movimento. Ou, melhor ainda, ao seu presente ainda não realizado.

SANTOS, 1988, p.10.⁹¹

No trecho “o espaço deve ser considerado com um conjunto indissociável entre o homem e a natureza bruta” (SANTOS, 1988, p.10) não é o que está acontecendo e perpetuando-se na Comunidade de Cordoaria e, conseqüentemente afetando todo o território ou espaço quilombola. Isso porque, os empreendimentos residenciais do Alphaville, a cada

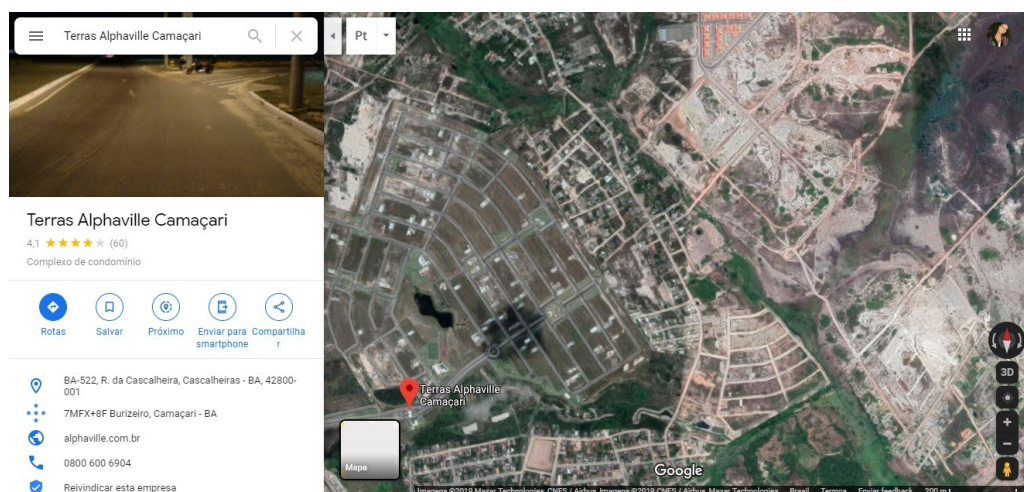
90 Entrevista concedida a pesquisadora por Sr. Jorge Souza de Nascimento, 40 anos, morador da Comunidade de Sucupira há 4 anos, e um dos responsáveis pelo Projeto de Multicultivo Quilombola – Banco de Sementes (aprovado no Edital 0001/2014 de Apoio Economia Solidária de Matriz Africana no Convênio nº 037/2014 pelo Governo do Estado da Bahia, Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL) e Centro de Atividades Socioeducativo Capoeira Engenho) para técnicos agrícolas da Região Metropolitana de Salvador em visita técnica sobre agricultura orgânica em sua propriedade. Aprovação essa, promovendo a reforma da Casa de Farinha Comunitária da Cordoaria, através do Grupo Capoeira do Engenho, do qual é conhecido como Mestre Pica Pau e oferece aos moradores da região aulas gratuitas de Capoeira as quartas-feiras pela noite na Associação de Moradores ou na Praça da Igreja Nossa Senhora Santana.

91 SANTOS, Milton, 1988. Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos, teórico e metodológicos da Geografia. / Milton Santos. - São Paulo: Hucitec, 1988.

ano aproximam-se das terras negras e indígenas originárias e impactam na qualidade de vida, no desenvolvimento e na subsistência da comunidade. Seja com a escassez de água nas fontes, o desmatamento das árvores e vegetação nativa, o aumento dos insetos e animais nas casas dos moradores e roças – por exemplo, Muriçocas e Cobras –, a poluição do rio e seus minadores, que são os responsáveis pelo “abastecimento” da população e, dentre outros problemas que impactam diretamente todos os indivíduos.

O empreendimento iniciou-se, segundo os interlocutores em meados de 2005, quando durante a implantação do primeiro loteamento “queriam” fechar a única via principal de acesso à Comunidade para a Vila de Abrantes –, do qual os moradores juntarem-se e conseguiram manter essa estrada em funcionamento até os dias atuais. Via essa, onde o transporte público e escolar – Camaçari/Cordoaria – se utiliza para trafegar da Estrada do Coco até a Associação de Moradores de Cordoaria e, assim a mobilidade urbana é efetivada. Efetivação essa parcial, haja vista que, alguns agrupamentos étnicos não tem acesso a este transporte, como parte de Sucupira e Cordoaria e integralmente as Comunidades de Morcego, Terra Maior e Ilha, onde os moradores descem do transporte público na Associação de Moradores de Cordoaria – ponto final – e, realizam os demais trajetos a pé, por vias de terra e cercadas pela mata – ainda preservada, o que é um risco e a insegurança – seja ela de dia ou com o cair da noite. Prova disso, pode ser constatada quando o empreendimento publiciza seu slogan “Terras Alphaville Camaçari”:

Mapa 10: Delimitação do empreendimento por imagem de satélite.



FONTE: Google Maps, 26/08/2019.

No mapa, as “Terras Alphaville Camaçari” é o nome intitulado no site de georreferenciamento via satélite supracitado, no qual é visível a demarcação das terras e seus loteamentos, alguns com construções já realizadas e uma grande área ainda em fase de implementação, como o Alphaville 3.

Para finalizar, o empreendimento residencial Alphaville está localizado na Estrada do Coco, com vias de acesso para o Litoral Norte e suas praias, como Costa do Sauípe, Praia do Forte, Arembepe e entre outras. Atrativos naturais estes que, podem ser um chamariz para os compradores, mas em contrapartida não se é preservado o entorno, onde as matas nativas, os brejos e os nascedouros estão reduzindo-se com o avançar das construções e afetando diretamente a comunidade quilombola, haja vista que: ocorre a redução do fluxo do lençol freático, não abastecendo as fontes e cisternas dos moradores; o aumento do número de insetos – muriçocas, moscas e outros animais nativos –, o aparecimento de cobras nas moradias e nas estradas de terra e, outras ocorrências ambientais e de cunho prejudicial ao meio ambiente e aos residentes da localidade.

CAPÍTULO II – Água – um bem fundamental para a vida: abastecimento de água e a inexistência de saneamento básico

Fotografia 31: Fonte de abastecimento de água em propriedade particular.



FONTE: Trabalho de campo, 14/01/2018.

Fotografia 32: Bomba de água em propriedade particular.



FONTE: Trabalho de campo, 14/01/2018.

Inicia-se o capítulo sobre a temática “Água – um bem fundamental para a vida” com a fotografia da propriedade particular de duas moradoras (Sra. Marta e Sra. Neide), na qual sua fonte de abastecimento de água é responsável pelo auxílio aos demais moradores, quando ocorre a falta ou problemas no Chafariz Público da Comunidade de Sucupira. Bem como, também acontece na Comunidade de Cordoaria, com seus 2 (dois) chafarizes e, os proprietários com cisternas, fontes ou poços artesianos cedem a água - por meio de baldes e garrafas - para o uso comunitário das demais famílias. Famílias essas que, chegam a ficar dias sem uma gota de água, sofrer com o racionamento ou escalonamento de abastecimento e, assim sendo necessário a aquisição de galões ou garrafas de água mineral.

Não é bom beber muito água da torneira, porque a caixa da escola tá suja e tá saindo minhoca, já saiu várias. Minha irmã pegou uma doença dessa água, por isso, agora a gente só toma de Galão. Meu pai quando vai trabalhar ele traz.
Srta. JENIFFER, 10/06/2017⁹²

A água é uma das dificuldades enfrentadas pela comunidade, que não tem saneamento básico e nem o abastecimento de água promovidos pela Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. (EMBASA), originando assim situações que nos remetem ao passado quilombola, onde as mulheres e suas famílias necessitavam ir até a Fonte ou ao Rio para abastecer as casas com a água trazida por meio de baldes, latas, moringas e entre outros objetos carregados na cabeça.

O poço foi cavado pela Prefeitura para a escola, como não tinham lugar para fazer, cedi parte do meu terreno de graça, mas eu também teria direito a água. Então todas essas casas têm água (se referindo as casas da família). Fizemos tudo isso no contrato. Antes a água era no chafariz, ou, tínhamos que pegar lá embaixo. Agora que tenho condições, quero cavar outro poço, assim quando faltar aqui, tenho outra água de reserva. Sempre que faltava eu dava para os vizinhos, mas uma diretora não gostava e, uma vez tentaram cavar um poço na escola, fizeram 60 metros e nada, só rocha. Deus é Justo. Não se pode negar água a ninguém e eu dava mesmo.
Sr. ANDRÉ, 10/06/2017⁹³.

Parece uma situação do passado, mas este passado ainda é presente em Cordoaria, geralmente ocasionado pela quebra da bomba de água – responsável por encher o Chafariz –,

92 JENIFFER, 10/06/2017. Conversa informal em primeira visitação a Comunidade de Cordoaria em 10 de Junho de 2017, moradora com 9 anos de idade e neta de Sr. André.

93 ANDRÉ, 10/06/2017. Entrevista concedida a pesquisadora em 10 de Junho de 2017 por Sr. André com 78 anos de idade, morador da comunidade há mais de 50 anos e nascido em São Francisco do Conde.

pela estiagem de chuvas e a seca – que provoca a redução de vazão da água e algumas fontes secarem com o calor intenso e as modificações na vegetação local com as construções de empreendimentos imobiliários em região de Brejo – espaço este que armazenava boa parte das fontes e da água da comunidade.

Por outro lado, em reportagem do Portal Abrantes publicada em 02 de Outubro de 2017 consta:

Ilustração 4: Publicidade sobre a implementação da rede de abastecimento de água na Comunidade de Cordoaria.



Aprovada durante sessão na Câmara Municipal de Camaçari, uma indicação de autoria do vereador Gilvan Souza (PR) vai atender a demanda de abastecimento de água na localidade da Cordoaria. A solicitação foi encaminhada ao Governo do Estado e a Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A. – Embasa, reforçando a necessidade da comunidade quilombola. Por se tratar de uma localidade distante da sede, já na zona rural de Camaçari, os serviços básicos e públicos chegam com um certo atraso e a população cobra. A Cordoaria tem um valor histórico para o município e é um centro de produção cultural e agrícola
PORTAL ABRANTES, 02/10/2017⁹⁴.

FONTE: Portal de Abrantes, 02/10/2017.

Tal matéria jornalística apresenta a indicação de nº 548/2017, com o slogan “Você solicitou, o Vereador Indicou” (conforme imagem), mas ao consultar na Câmara Municipal de Camaçari essa solicitação foi possível encontrar o seguinte texto o projeto de lei, assunto esse de extrema importância e relevância para a manutenção da vida e da comunidade. Essa notícia foi divulgada no ano de 2017, até o presente momento com a conclusão da Dissertação em Março de 2019, nenhum morador relatou alguma alteração, implementação ou obras na região relativo ao abastecimento de água pela EMBASA e/ou qualquer outro órgão público responsável.

94 PORTAL DE ABRANTES, 02/10/2017. Vereador Gilvan indica implantação da rede de abastecimento de água para a Cordoaria. Portal de Abrantes - s - Notícias de Camaçari, região metropolitana de Salvador Brasil e o mundo, Abrantes, 02 out. 2017. Câmara de Camaçari, p. 1. Disponível em: <[http://portalabrantes.com/noticia/9772/Vereador-gilvan-indica-implantacao-da-rede-de-abastecimento-de-agua-para A cordoaria](http://portalabrantes.com/noticia/9772/Vereador-gilvan-indica-implantacao-da-rede-de-abastecimento-de-agua-para-A-cordoaria)>. Acesso em: 10 out. 2017.

Atualizando a informação, o Diário Oficial da Prefeitura de Camaçari, Ano XV, nº 859 de 30 de Janeiro de 2018, no Ato do Poder Executivo (ANEXO B) publica:

RESOLUÇÃO N 565 / 2017 RETIFICADA O CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES, nos autos do RECURSO de n 548/2017 vinculado ao Auto de LEI SEFAZ SECRETARIA DA FAZENDA a Infração n 03.054 / 2017 tendo como Contribuinte CONCRETE LTDA., DECIDIU, na Sessão Ordinária realizada no dia 19/12/2017, em Votação UNÂNIME dos seus Conselheiros que segue acostada aos autos deste Auto de Infração, POR CONSIDERAR SANEADO O PROCESSO ADMINISTRATIVO E NO MÉRITO DECIDIR PELA PROCEDÊNCIA DO AUTO DE o INFRAÇÃO N 03.054 / 2017.

Camaçari, _____ de _____ de _____.

Sérgio Sílvia Santos Miranda Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes
Cadastro: 60.678-7

DOC, 30/01/2018, p.2⁹⁵.

A água é um bem essencial para a sobrevivência do ser humano, do meio ambiente e das plantas como um todo, mas esse recurso mineral não é um item básico na comunidade, haja vista que, muitas vezes as famílias ficam sem água em suas casas por problemas na bomba, a qual realiza o processo de bombeamento da fonte, abastecendo o Chafariz e, com as canalizações “irregulares” direcionando para as casas, a “água encanada” chega até as torneiras da comunidade.

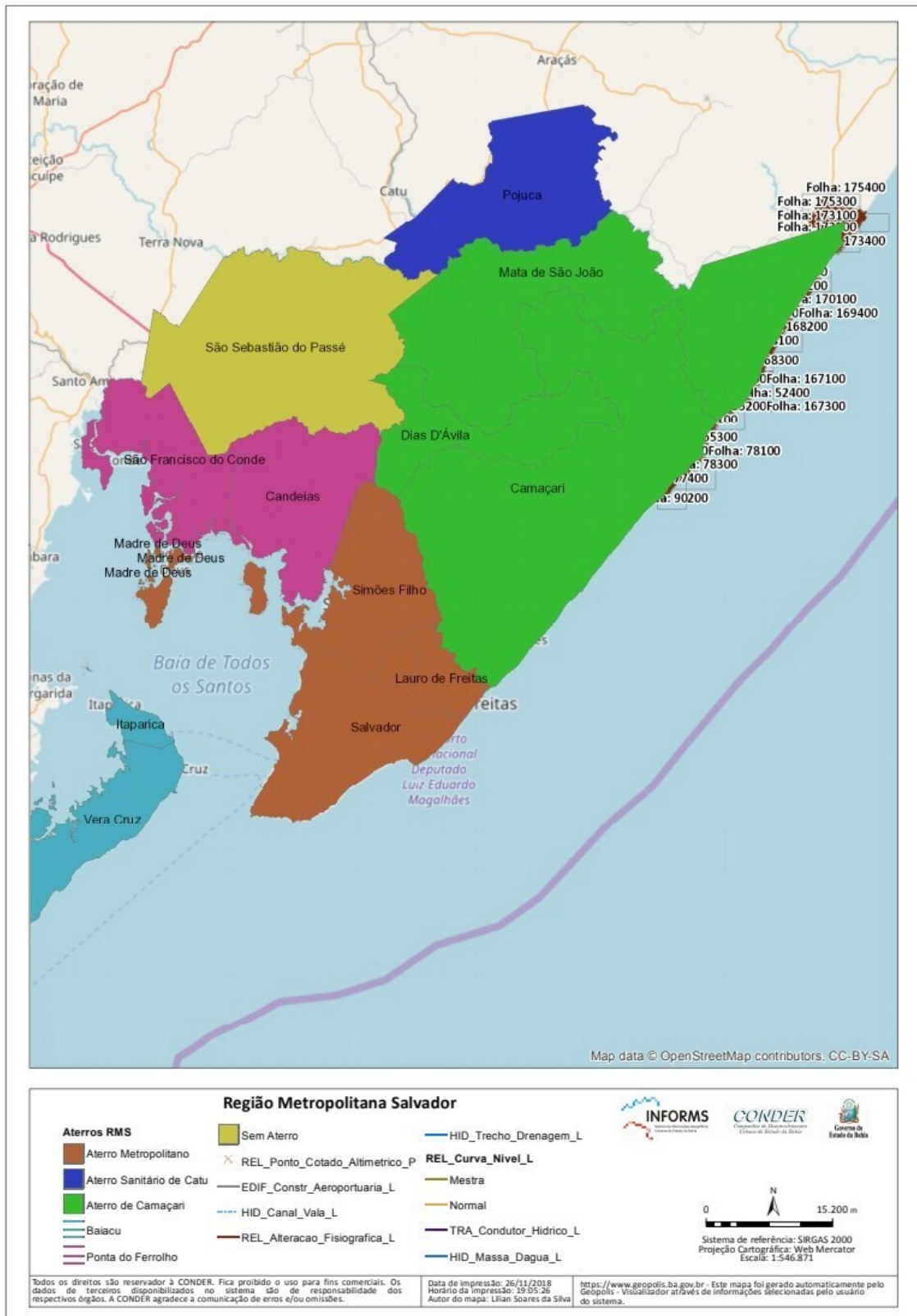
Ressalto, esse irregular entre aspas, porque antigamente as famílias e os moradores iriam até o Chafariz com seus baldes e utensílios e carregavam a água até as suas residências, com o passar dos anos, realizam a instalação de canos acoplados no Chafariz da Praça da Rua Alta, no Chafariz da Associação e no Chafariz da Praça da Sucupira. Por exemplo, no Chafariz da Rua Alta têm-se 10 (dez) tubulações no fundo ou posterior do Chafariz, só que essa canalização não abastece apenas 10 (dez) casas ou famílias, no decorrer do trajeto e do caminho ela sofre desvios, interligações e, assim novos tubos, canos e joelhos são interligados para que cada qual tenha a “Água encanada” em sua casa. Todavia, quando ocorre o problema no Chafariz todas as casas ficam sem o abastecimento, que é solucionado pela Prefeitura com um Carro Pipa de capacidade 10.000 (dez mil) litros, que faz a reposição da água no Chafariz e, durante este processo algumas pessoas já saem de casa com seu balde para garantir um pouco de água, caso não desça a água pela tubulação ou encanamento até sua residência, e isso é um acontecimento muito comum. Exemplo dessa anormalidade: o

95 DOC, 30/01/2018. Diário Oficial da Prefeitura de Camaçari, Ano XV, nº 859 de 30 de Janeiro de 2018, no Ato do Poder Executivo publica a Resolução nº 565/2017 retificada o Conselho Municipal de Contribuintes nos autos do Recurso de nº 547/2017. Disponível em: <http://arquivos.camacari.ba.gov.br/diarios/30011803360514334.pdf?iframe=true&width=80%&height=90%>. Acesso em 09 Nov. 2019.

caso de uma família que estava “chupando” o cano de água na rua para verificar se conseguiriam que a água descesse para abastecimento de sua casa, no mesmo momento em que o Carro Pipa abastecia o Chafariz, outras 2 (duas) pessoas iam em suas torneiras para carregar os baldes e retornar para casa com um mínimo de água que fosse.

Convém destacar que, este problema também ocorre na Escola Municipal Nossa Senhora Santana, que se vê obrigada a exercer parcialmente as atividades escolares e dispensando os alunos ao meio dia, visto que, a escassez de água impossibilita a realização da merenda, a utilização do banheiro adequadamente e todo o processo mínimo de saneamento e higiene no ambiente escolar. Por outro lado, a Prefeitura realiza o abastecimento do tanque ou caixa de água da escola também com Carro Pipa, mas ao abastecer destacam/frisam aos funcionários que aquela água não é potável, ou seja, as crianças são obrigadas a levar de suas casas garrafas de água para beber durante o decorrer das aulas, sendo assim essa água torna-se utilizável apenas para a limpeza dos banheiros e a manutenção da escola, haja vista que, não pode ser usada para a produção dos alimentos e muito menos para o consumo humano. Isto é um ponto que questiono, de onde vem essa água? Por que não pode ser consumida? Quais os danos ou efeitos a saúde humana? E assim sucessivamente.

Mapa 11: Região Metropolitana de Salvador e seus aterros sanitários, elaborado pela pesquisadora.



FONTE: Geopolis, 26/11/2018.

Em outra perspectiva, os serviços públicos de Abastecimento de Água, de Saneamento Básico e Esgoto não são fornecidos e/ou atendidos pela Comunidade de Cordoaria e seus agrupamentos étnicos, isso significa que, a população por conta própria realiza a construção de poços artesianos, cisternas e fontes para a captação de água, posteriormente os rejeitos sanitários e/ou esgoto são desviados para as áreas do terreno sem moradias próximas e os resíduos sólidos são coletados as quartas-feiras e aos sábados pela manhã.

Para finalizar a temática dos serviços públicos básicos, a Comunidade de Cordoaria é atendida apenas com o Saúde da Família, o Transporte Coletivo Comum em horários definidos e a Coleta de lixo, no qual, se formos mapear a Região Metropolitana de Salvador com o Geópolis⁹⁶ e os municípios atendidos teremos: Aterro Metropolitano (Salvador, Simões Filho, Lauro de Freitas e Madre de Deus); Aterro de Camaçari (Camaçari, Dias d'Ávila e Mata de São João); Aterro de Catu (Pojuca); Ponta do Ferrolho (São Francisco do Conde e Candeias); Baiacu (Ilha de Vera Cruz e Itaparica) e Sem Aterro (São Sebastião do Passé).

96 GEÓPOLIS, 26/11/2018. Elaboração do mapa pela pesquisadora sobre a Região Metropolitana de Salvador. Disponível em: <<https://www.geopolis.ba.gov.br>. Acesso em 26 Nov. 2018.

CAPÍTULO III – Transporte das mercadorias: do lombo dos animais para o ônibus coletivo

Fotografia 33: Transporte público e as competidoras da 1ª Corrida e Caminhada na comunidade.



FONTE: Trabalho de campo, 03/2018.

A mobilidade urbana na Comunidade é executada pela empresa Cooperunião em horários fixos de segunda a sábado e, apenas dois horários aos domingos e feriados, do qual parte dos moradores não é atendido por este transporte. Moradores esses que residem em parte de Sucupira, Morcego, Ilha e Terra Maior, vias essas de terra e que o transporte público não acessa, fazendo com que os indivíduos realizem algumas distâncias a pé, por trechos sem iluminação pública, vias de terra e cercadas pela vegetação natural – isto é, algumas vias não tem nenhuma residência e a distância entre elas é mantida como no território original da Comunidade, onde uma casa da outra tinha-se um quilometro ou mais de separação e, com o passar dos anos, as famílias passaram a construir a casa dos filhos, netos e bisnetos no mesmo terreno, mas mesmo assim alguns permanecem parcialmente “isolados” dos serviços públicos, exceto o transporte escolar que atende as 3 (três) escolas municipais (Sucupira, Terra Maior e Maracaíuba). Lembrando que, em dias chuvosos este não funciona, por conta do acesso de terra, ladeiras e o atolamento do transporte durante o percurso entre a retirada/entrega das crianças e o deslocamento para as unidades escolares.

Por outro lado, o transporte da Feira – cedido pela Prefeitura de Camaçari – realiza um outro trajeto mais ampliado nas comunidades mencionadas, onde a Sucupira e a Cordoaria são atendidas pelo ônibus, mas os moradores da Comunidade da Ilha, é necessário transportar de suas roças ou terrenos a mercadoria até um ponto marcado pela empresa e/ou motorista, do qual realizam o trajeto a pé e ao breu da escuridão e sereno da madrugada. Madrugada essa que inicia-se as 2 (duas) da manhã ou antes para a organização das mercadorias, embalagens ou acomodação nas caixas plásticas, seguida pelo transporte até a via ou passagem do ônibus (estrada ou avenidas principais) e, por fim as estratégias para colocação de todas as mercadorias sejam ela em caixas, sacos, baldes, bacias ou soltas – como é o caso da Jaca -.

Na região de Sucupira, a Família de Edi e Matos Ferreira ou Gomes Ferreira são as primeiras a embarcarem no carro da Feira, por isso, acordam por volta das 03h00 ou antes para entrar com as mercadorias por volta das 05h00 ou antes e, só chegam na feira de Camaçari as 06h00, 07h00 ou depois, de acordo com a quantidade de Feirantes, de caixas e de produtos a serem vendidos no dia. E, o retorno do transporte da Feira para o Centro urbano de Camaçari é as 12h00 e, a saída as 15h00 com destino a Comunidade de Sucupira e Cordoaria. Por fim, essa rotina é realizada todas as quintas-feiras e no sábado, majoritariamente por mulheres, alguns adolescentes e uma ou outra criança.

No ano de 2018, durante o trabalho de campo na Comunidade, ocorreu a “1º Corrida do Quilombo de Cordoaria”, no dia 25 de Março de 2018, onde os participantes da Comunidade foram levados até o ponto inicial da corrida – Rotatória do Alphaville 1 – por meio do transporte da Cooperunião, como registrado na fotografia ao lado.

Neste trecho da corrida, é possível verificar o transporte público a caminho da comunidade para mais uma das suas viagens programadas, que ocorrem nos seguintes horários fixados:

Fotografia 34: Transporte para o ponto inicial da 1º Corrida e Caminhada da Comunidade.



FONTE: Trabalho de campo, 03/2018.

Quadro 4: Horários do transporte coletivo (Comunidade – Centro).

DIAS DA SEMANA	TRAJETO	HORÁRIOS
Segunda a sábado	CORDOARIA – CAMAÇARI	05h00 07h00 09h00 12h00 17h00 19h00
Domingos e feriados		07h00 17h00

FONTE: Trabalho de campo, 2017 a 2019.

Quadro 5: Horário do transporte coletivo (Centro – Comunidade)

DIAS DA SEMANA	TRAJETO	HORÁRIOS
Segunda a sábado	CAMAÇARI – CORDOARIA	08h00 11h00 13h00 18h00
Domingos e feriados		08h00 17h00

FONTE: Trabalho de campo, 2017 a 2019.

Em contrapartida, vários moradores detêm de um veículo próprio (motocicleta ou carro) para os trajetos diários, cotidianos, trabalho ou emergenciais. Emergenciais, isso significa que, em casos de doença ou mal estar, o paciente deve ser levado a Cajazeiras de Abrantes (Posto de Saúde), Camaçari (Hospital Geral de Camaçari) ou Lauro de Freitas (Hospital Menandro de Farias), visto que, não se tem nenhum transporte para este serviço público ou local específico na comunidade para o atendimento médico rotineiro ou de emergência.

Por outro lado, outros moradores solicitam o transporte de motocicletas ou mototáxi regularmente executado por integrantes da Comunidade de Sucupira e Cordoaria, onde os mesmos ficam no Posto de Gasolina da Estrada do Coco e, se deslocam entre as Comunidades e a Pista como chamam este trajeto. E, em outros momentos, são chamados via celular para a retirada de moradores em horários distintos ao de trabalho, como período noturno e finais de semana, cobrando uma taxa de R\$8,00 a R\$10,00 para o percurso mencionado. Todavia, para os trajetos maiores como Terra Maior e Ilha, com vias de terra e sem asfalto, provavelmente o custo de operação deve ser superior ao relatado.

Fotografia 35: Trajeto do ponto de ônibus para a casa da Família Matos Ferreira.



FONTE: Trabalho de campo, 23/06/2018.

Para finalizar, ressalto que em alguns pontos dos agrupamentos étnicos não tem acesso ao ônibus da empresa Cooperunião, assim os moradores realizam os trajetos a pé até o destino, conforme registro fotográfico do trabalho de campo, bem como os moradores dos agrupamentos étnicos do Morcego e de Terra Maior.

CAPÍTULO IV – Educação: transmissão do conhecimento e o processo educativo

Fotografia 36: Sala de aula no Ensino Fundamental (1º ano) - Profa. Jussira.



FONTE: Trabalho de campo, 22/08/2018.

A Educação Básica da Comunidade é composta por 3 (três) unidades escolares, sendo 1 (uma) de Educação Infantil (Escola Municipal da Sucupira), 3 (três) de Ensino Fundamental I (Escola Municipal Nossa Senhora Santana – 1º ao 3º ano – e Escola Municipal Terra Maior– 5º ano) e, 1 (uma) outra escola no território de Maracatumba (Escola Rosalina Costa de Paula) responsável pelo 4º ano. Passado essa fase estudantil, todos são encaminhados para o Vila de Abrantes – Centro Educacional Marques de Abrantes Escola Marques de Abrantes– e a escola estadual – Colégio Estadual de Vila de Abrantes.

Fotografia 37: Biblioteca da Escola Municipal de Ensino Fundamental I (1º ao 3º ano).



FONTE: Trabalho de campo, 22/08/2018.

O trabalho pedagógico escolar está amparado pela legislação municipal. Friso que, a Educação Escolar Quilombola e suas Diretrizes Curriculares Nacionais estão estabelecidas e outorgadas, mas as unidades educacionais ainda não possuem um Projeto Político Pedagógico específico e centrado na cultura negra, quilombola e peculiaridades que envolvam o cotidiano, os saberes e fazeres da comunidade, assim como os conhecimentos prévios dos alunos e, a participação dos moradores dentro do espaço escolar. Atitude esta que, engrandeceria a atuação das Docentes e dos funcionários nas escolas, visto que, pautariam sua didática, prática de ensino e educacional objetivando a Educação Escolar Quilombola quando afirmam sobre a cultura e a tradição quilombola na comunidade:

Cultura é o ser humano como um todo, forma como se veste, como come, o que gosta.

Profa SANDRA, 23/03/2018.⁹⁷

A cultura daqui não é trabalhada, não é muito exposta para pessoas (dentro e fora), tem uma resistência muito grande para algumas coisas.

Profa HELENIITA, 23/03/2018⁹⁸

Cultura é algo que compõem um ser, cada ser é formado por uma cultura, um conjunto de conhecimentos, tradições e de crenças.

Profa. JUSSIARA, 23/03/2018.⁹⁹

Deste modo, os moradores e os residentes da Comunidade são essenciais e mais do que isso, uma peça fundamental para a atuação no ambiente escolar, porque são conhecedores das vivências, experiências e estórias do local, do lugar e das narrativas dos mais velhos, que são passadas por meio da oralidade. Oralidade e linguagem próprias da região, com algumas palavras, jargões e gírias próprias, que inserem esta população em um território de identidade negra e quilombola.

Por outro lado, as estórias e a história da Comunidade de Cordoaria e da Sucupira – agrupamentos étnicos do estudo – devem iniciar-se nas diferentes atividades, ações educacionais e pedagógicas das escolas em questão, não apenas dentro do território quilombola, mas também na Vila de Abrantes, local este que recebe os estudantes para a continuidade dos estudos no Ensino Fundamental II e Ensino Médio. Momento este de

97 JESUS, Alexandra Portugal de, 23/03/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em 23 de Março de 2018 pela Sra. Alexandra Portugal de Jesus, professora responsável pelo 2º ano do Ensino Fundamental I e Gestora da Escola Nossa Senhora Santana.

98 MAGALHÃES, Helenita Alves, 23/03/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em 23 de Março de 2018 pela Sra. Hele nita Alves Magalhães, professora responsável pelo 3º ano do Ensino Fundamental I na Escola Nossa Senhora Santana.

99 OLIVEIRA, Jussira Almeida de, 23/03/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em 23 de Março de 2018 pela Sra. Jussira Almeida de Oliveira, professora responsável pelo 1º ano do Ensino Fundamental I na Escola Nossa Senhora Santana.

quebra e de separação, separação dos professores, dos colegas e de novos conhecimentos, novos espaços a serem explorados, novas pessoas e amigos a serem conquistados, novos professores para transmissão de conhecimentos e, tantas e tantas novidades que paralisam e promovem a desistência nos estudos e a evasão escolar de muitos alunos. Prova disso, pode ser constatada nas entrevistas, das quais os dados estatísticos apresentados são referenciados através do trabalho de campo, entrevistas semiestruturadas, conversas informais e relatos comparativos com os informados pelo Censo 2010 do IBGE e Secretaria Municipal de Educação de Camaçari.

Por conseguinte, esta Dissertação é completada por informações cedidas pelas Gestoras das unidades escolares, as quais mostram um panorama do ensino e da educação desenvolvida na Comunidade e o atendimento dos alunos na região metropolitana de Salvador, do município de Camaçari, situado na área rural do Distrito de Vila de Abrantes.

Quadro 6: Dados da Escola Municipal de Educação Infantil.

ESCOLA MUNICIPAL DA SUCUPIRA			
Endereço: Estrada da Sucupira, s/num. Vila de Abrantes. CEP:			
Gestão Escolar	Professora Anete		
Ensino	Docentes	Funcionárias (os)	Alunas / Alunos
Educação Infantil	3	Gestora escolar (Professora Anete) 3 Professoras (Anete e Sandra) Porteiro efetivo Vigilante terceirizado (Nélson Francisco Nunes da Conceição) Auxiliar de Cozinha / Merendeira (Jacinta) Auxiliar de Serviços Gerais (Tamara)	30
Agrupamento (3 anos)	Professora Sandra	-----	15
Agrupamento (3 anos)	Professora Anete	-----	15

FONTE: Trabalho de campo, 05/02/2018.

A escola de Educação Infantil é composta de 2 (duas) Salas de aula, Sala ambiente / Depósito, Refeitório, Cozinha, Secretária, Pátio e Banheiro. Nesta modalidade de ensino, o espaço ideal e adequado para as crianças seria uma grande área livre para brincadeiras e atividades de desenvolvimento das coordenações motora, psíquica e emocional – constitutivas da formação e da transformação deste indivíduo de criança para um adulto saudável –, sem escadas ou com rampas de acessibilidade, brinquedos ou parque com equipamentos recreativos e materiais específicos para a faixa etária atendida. Este é um aspecto que repete-se nas outras modalidades, com relação ao material ou livro didático adequado e em número suficiente para todos os alunos e repostos anualmente, o que não ocorre. Essa prática poderia auxiliar em um desenvolvimento pleno do aluno no espaço escolar e no domicílio, se este livro pudesse ser levado para a residência e as atividades auxiliadas pelos pais ou responsáveis, desse modo, o aprendizado seria mais significativo, envolveria outros membros da família e o conhecimento concretizado nas diferentes instâncias educacionais e socioambientais.

De acordo com Escol.as¹⁰⁰ no Censo 2017, estabelece as modalidades de ensino de Creche e Pré-Escola tendo a infraestrutura: Alimentação escolar para os alunos; Água filtrada; Água da rede pública; Energia da rede pública; Fossa; Lixo destinado à coleta periódica; Acesso à Internet e Banda larga. Integram a esse espaço escolar as seguintes dependências: 2 (duas) de 3 (três) salas de aulas utilizadas; 2 (dois) funcionários; Cozinha; Banheiro dentro do prédio; Sala de Secretaria; Refeitório; Despensa; Lavanderia; Pátio descoberto e Área verde.

Quadro 7: Dados da Escola Municipal de Ensino Fundamental I (1º ao 3º ano)

ESCOLA MUNICIPAL NOSSA SENHORA SANTANA Endereço: Rua Direita de Cordoaria, s/num. Vila de Abrantes. CEP: 42800-005.			
Gestão Escolar	Professora Alexsandra Portugal de Jesus		
Ensino	Docente	Funcionárias (os)	Alunas / Alunos
Ensino Fundamental I	3	Gestora Escolar (Professora Alexsandra – Sandra) 3 Professoras (Jussiara, Helenita e Sandra) Porteiro (Alan)	50

100 ESCOL.AS, 2017. Escola Municipal de Sucupira: Censo 2017. Disponível em: <https://www.escol.as/121353-escola-municipal-de-sucupira>>. Acesso em: 30 set. 2018.

		Auxiliar de Cozinha/Merendeira (Maria do Carmo – Carminha)	
		Auxiliar de Serviços Gerais (Roseane – Tica)	
Agrupamento 1º ano	Professora Jussira Almeida de Oliveira	-----	12
Agrupamento 2º ano	Professora Helenita Alves Magalhães	-----	17
Agrupamento 3º ano	Professora Alexsandra Portugal de Jesus (Sandra)	-----	11
Educação de Jovens e Adultos	Professora Tequinha	-----	10

FONTE: Trabalho de campo, 11/06/2018.

O quadro de dados da Escola Municipal Nossa Senhora Santana foi elaborado com o trabalho de campo e visitas a unidade escolar. Unidade esta com uma equipe formada pela Professora e Gestora Alexsandra (Sandra), Professora Helenita (2º ano), Professora Jussira (1º ano), Sra. Maria do Carmo (Carminha), Sra. Roseani (Tica), e Sr. Alan.

Fotografia 38: Equipe escolar da Escola Municipal de Ensino Fundamental I (1º ao 3º ano)



FONTE: Trabalho de campo, 11/06/2018.

Fotografia 39: Placa comemorativa da inauguração e reforma da Escola Municipal de Ensino Fundamental I.



FONTE: Trabalho de campo, 22/08/2018.

No trabalho de campo e visitação a escola municipal de Educação Básica constatou-se a organização das crianças com a entrada em sala de aula, enquanto aguardavam a chegada das professoras. Os alunos e alunas ao entrarem na escola, imediatamente já posicionam suas mochilas em frente a sala de aula, como uma maneira de demarcação do local, no qual, a entrada seguida da professora é respeitada pela sequência da ordem do enfileiramento das mochilas e, conseqüentemente dos respectivos proprietários.

Destaco nesta fotografia, as placas indicativas da escola municipal, onde a primeira placa (cor branca) apresenta a nomenclatura de “Escola Nossa Senhora Santana” e, na inferior consta como “Escola Municipal de Cordoaria”, todavia é conhecida e denominada por todos inclusive na fachada como “Escola Nossa Senhora Santana”, mesmo nome da igreja católica e padroeira da comunidade e, que em 26 de Fevereiro de 1992 foi reinaugurada pelo Administrador José Eudoro Reis Tude.

Fotografia 40: Organização dos alunos para a entrada na sala de aula da Escola Municipal de Ensino Fundamental I



FONTE: Trabalho de campo, 11/06/2018.

Fotografia 41: Intervalos dos alunos na Escola Municipal de Ensino Fundamental I



FONTE: Trabalho de campo, 11/06/2018.

Fotografia 42: Crianças todas descalças brincando no intervalo da Escola Municipal de Ensino Fundamental I



FONTE: Trabalho de campo, 11/06/2018.

As duas fotografias apresentam as crianças no intervalo das aulas, mas o destaque a ser ressaltado, são as brincadeiras e os detalhes na imagem, onde inicialmente realizam uma brincadeira circular – remetendo aos antepassados – e, depois os pés estão todos descalços. Atitude essa que, assim que são chamadas para o intervalo já posicionam os sapatos na lateral do pátio e, iniciam suas brincadeiras de roda, de carrinho, nas árvores, na quadra ou apenas conversando, o que são a minoria.

Com relação a infraestrutura das salas de aula, cada qual tem a personalidade da professora regente e sua didática pedagógica. Isso significa que, no primeiro ano a ambientação das crianças tem uma ludicidade mais aguçada, com brinquedos, cantinho da leitura, mesas organizadas em grupo e diferentes imagens e desenhos para a alfabetização. Já nas outras 2 (duas) salas, o processo de alfabetização também é promovido por meio de atividades, leituras de livros infantis e infanto juvenis, numeração ampliada com o calendário, regras de convivência e o material pedagógico disponibilizado pela Prefeitura de Camaçari.

O cantinho de leitura composto por almofadas, animais de pelúcia, tapete, alfabeto e lúdico encontram-se apenas na turma do primeiro ano, da qual utilizam-se frequentemente do espaço, seja no momento de aguardar os colegas na chegada ou na conclusão das atividades pedagógicas, na espera pelo ônibus escolar e entre outras situações em sala de aula.

Diferentemente da sala do 1º ano do Ensino Fundamental I, essa sala de aula também têm estantes com livros didáticos e de leitura para as crianças, assim como brinquedos, o alfabeto, calendário e, a disposição dos equipamentos pedagógicos também modificadas, voltando-se para o centro da sala e de frente a lousa do professor.

Segundo informações obtidas em entrevista e no trabalho de campo, os educandos têm entre 6 e 11 anos de idade distribuídos nas 3 (três) salas de aula, ainda utilizando-se dos ambientes de Refeitório, Secretaria, Cozinha, Quadra de Esportes, Parquinho, Museu / Biblioteca e Banheiros Feminino e Masculino.

Fotografia 43: Cantinho de leitura em sala da aula na Escola Municipal de Ensino Fundamental I (1º ano)



FONTE: Trabalho de campo, 11/06/2018.

Fotografia 44: Sala de aula da Escola Municipal de Ensino Fundamental I (3º ano)



FONTE: Trabalho de campo, 11/06/2018.

Fotografia 45: Educação de Jovens e Adultos na Escola Municipal de Ensino Fundamental I (período noturno).

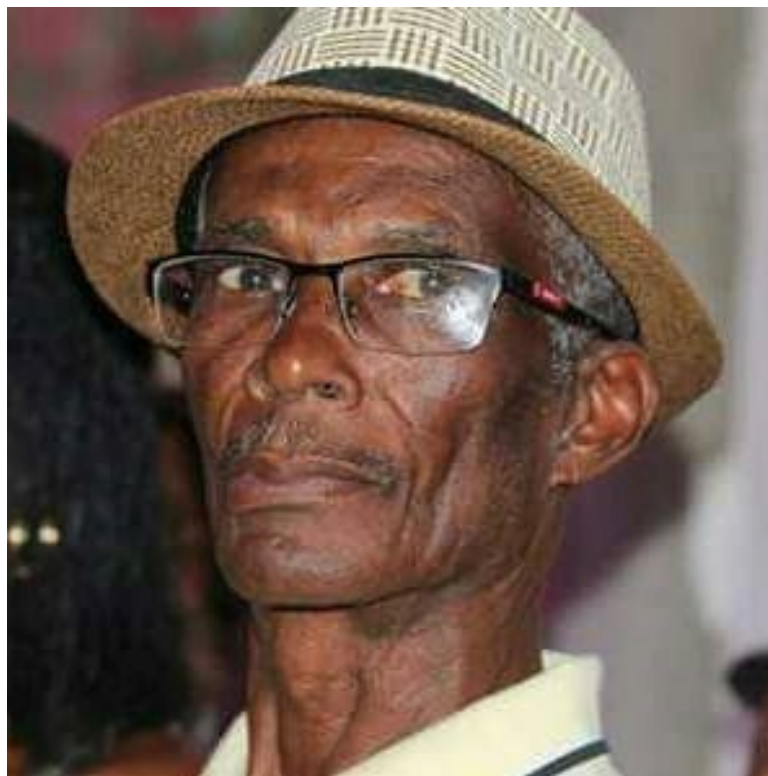


FONTE: Trabalho de campo, 24/01/2018.

A fotografia foi tirada em um dos dias do trabalho de campo, onde passamos a tarde conversando e com a aplicação da entrevista e do questionário socioeconômico, que encerrou-se com o avançar das horas e, Sr. André empolgado com as aulas da Educação de Jovens e Adultos, disse: “Preciso me arrumar, tomar um banho e um menor” (Sr. André, 24/01/2018) e em seguida, com seu caderno, estojo e mochila subimos para a Escola Municipal de Ensino Fundamental I Nossa Senhora Santana, que encontra-se há menos de 100 (cem) metros da residência familiar.

Dentro desse raciocínio, faz-se interessante esclarecer que é Educação de Jovens e Adultos ocorre no período noturno, por intermédio do Programa Todos pela Educação (TOPA) com as alunas (Sra. Nieta e Sra. Edite) e o aluno (Sr. André), aguardando os demais colegas para iniciarem o dia letivo (Sra. Estevan, Sr. Antônio, Sra. Thereza e Sra. Vera), ocorrido todas as noites das 18h00 as 20h30, sob a regência da Professora Cristina (Tequinha), totalizando 10 (dez) alunos matriculados, mas com grande evasão escolar motivada pela distância do local de trabalho e a escola, o cansaço do dia a dia e entre outras situações que desmotivam e, promovem o esvaziamento da sala.

Fotografia 46: Sr. Angelino dos Santos (André) – in memoriam



FONTE: Trabalho de campo, 30/10/2018.

Dedico este trecho do trabalho e a fotografia do Sr. Angelino dos Santos¹⁰¹ (conhecido como Sr. André), que veio a falecer em 29 de Outubro de 2018 (Nascimento em 22/04/1946) com 72 anos de idade. Este momento ocorreu em um dia de segunda-feira, em que realizava sozinho os trabalhos com a Roça – sem a companhia do seu ajudante, o Sr. Cabelo –, uma atividade rotineira para alguém que amava a terra, amava a agricultura e a lida diária para a manutenção de sua produção e o cuidado com os animais de pasto. Neste dia, pela manhã contou a filha Sra. Maria Cristina que dar-se-ia um dia de folga e, decretaria seu feriado e, permaneceu em casa. Mas, por volta das 10 (dez) horas da manhã foi verificar os animais, colheu alguns mamões e cortou 3 (três) pencas de bananas, sem ter tempo de finalizar com o corte da bananeira. Sentiu-se mal e subiu da baixa na roça, sendo encontrado na beira da estrada já quase desfalecido por moradores. Foi levado a UPA de Vila de Abrantes, na qual foi decretado o óbito por problemas cardíacos, visto que o mesmo usava marcapasso há alguns anos. Segundo relato da filha dizia:

¹⁰¹ A fotografia do Sr. Angelino dos Santos (Sr. André – in memoriam) foi extraída de uma publicação na rede social do filho Sr. José Angelino de Santana dos Santos (Gel) informando sobre o falecimento em 29 de Outubro de 2018.

Ele amava a terra, amava a roça e dizia se eu morresse na roça, morreria satisfeito. Mesmo já tendo ido no médico, dito que o coração estava fraco, que precisava descansar um pouco, ele continuava. Ia para roça sozinho, apenas de terça e quarta tinha a ajuda de Cabelo, mas ontem segunda-feira, ele desceu sozinho. E quando descia, tinha por hábito sentar-se no banco da Casa de Vavá e esperar o ônibus, mas ontem deve ter passado mal, subiu da baixa e ficou na beira do barranco, próximo da estrada, quando acharam ele ainda estava respirando bem fraquinho, levaram para o médico, mas quando chegou aqui – antes de encerrar o trecho da Sucupira/Cordoaria – ele já tinha morrido.
Sra. MARIA CRISTINA, 30/10/2018.

O relato mencionado é de Maria Cristina (filha do Sr. André), a qual residia na casa com o esposo Sr. Ricardo e os netos (Sr. Ramon, Srta. Cristina e Sr. Railan), durante o trajeto para o sepultamento no Cemitério de Vila de Abrantes. O percurso do carro da Funerária Damásio foi seguido por dois ônibus coletivos, várias motos e alguns carros, até a chegada na Rua do Cemitério, o corpo carregado pelos familiares do velório a entrada do cemitério e, após alguns minutos deu-se o Sepultamento na gaveta de número 1. Durante este momento, o céu que estava com algumas nuvens se abriram e, formaram-se dois rostos nas nuvens, seguidos de dois corações. A família viu-se amparada por diversos membros da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria, da Comunidade Remanescente de Monte Recôncavo (São Francisco do Conde/BA) – seu local de nascimento – e, entre familiares que residiam em Portão (Lauro de Freitas/BA) e outras localidades do município. Com isso muitas estórias e a memória da Comunidade se perderam, mas serão levadas pelos filhos e filhas, netos e netas, bisneto e bisnetas, muitos conhecimentos, saberes e práticas ancestrais e culturais. Assim, permanece uma luz e esperança de valorizar toda a sua trajetória de vida, sua biografia e suas conquistas e benefícios realizados para a família e para todos os membros de Cordoaria e região.

Por fim, o dia da escola é encerrado antecipadamente, por conta da falta de água na comunidade e o abastecimento da unidade, assim sendo, as crianças participam da aula no período da manhã e as 12h00 são conduzidas pelo transporte escolar, responsável pela entrega em seus domicílios de Terra Maior a Maracaiúba. Mas vale ressaltar que, o ônibus é também utilizado pelos estudantes do Ensino Fundamental II – 5º ao 9º ano matriculados nas escolas de Vila de Abrantes.

Fotografia 47: Saída das alunas e dos alunos para o transporte escolar.



FONTE: Trabalho de campo, 11/06/2018

Fotografia 48: Escola Municipal de Ensino Fundamental I (5º ano).



FONTE: Trabalho de campo, 11/06/2018.

Comparando-se com os dados do Escol.as¹⁰² teremos de infraestrutura: Alimentação escolar para os alunos; Água filtrada; Água de poço artesiano; Energia da rede pública; Fossa; Lixo destinado à coleta periódica e Acesso à Internet. Já com relação as dependências são compostas de 3 (três) de 2 (duas) salas de aulas utilizadas; 6 (seis) funcionários; Laboratório de informática; Quadra de esportes descoberta; Cozinha; Biblioteca; Parque infantil; Banheiro dentro do prédio; Sala de Secretaria; Refeitório; Despensa; Almojarifado; Auditório; Pátio coberto e Área verde.

102 ESCOL.AS, 2017. Escola Municipal Nossa Senhora Santana: Censo 2017. Disponível em: <<https://www.escol.as/121355-escola-municipal-nossa-senhora-santana>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

A modalidade de Educação Básica relativa ao Ensino Fundamental I na comunidade é concluído no agrupamento étnico de Terra Maior, onde a escola apresenta o 5º ano com uma única sala de aula, conforme quadro escolar:

Quadro 8: Dados da Escola Municipal de Ensino Fundamental I (5º ano).

ESCOLA MUNICIPAL DE TERRA MAIOR			
Gestão Escolar	Professora Maria Cristina de Santana dos Santos		
Ensino	Docentes	Funcionárias (os)	Alunas / Alunos
Ensino Fundamental I	1	Gestora e Professora Porteiro Auxiliar de Disciplina Auxiliar de Cozinha / Merendeira Auxiliar de Serviços Gerais	15
Agrupamento (5º ano)	1 Professora Maria Cristina	-----	

FONTE: Trabalho de campo, 11/06/2018.

As informações das unidades escolares de Nossa Senhora Santana e Sucupira foram obtidas em trabalho de campo, entrevista com as Gestoras e nos dados do site Escol.as. Em contrapartida, a Escola Municipal de Ensino Fundamental I Rosalina Costa de Paula não se têm registros divulgados e, conseqüentemente por estar em outro território do distrito de Abrantes (Maracaiúba), não compreende o campo de estudo e os limítrofes quilombolas observados na Dissertação de Mestrado.

Quadro 9: Dados da Escola Municipal de Ensino Fundamental I (4º ano).

ESCOLA MUNICIPAL ROSALINA COSTA DE PAULA			
Endereço: Fazenda de Maracaiúba, Vila de Abrantes – Camaçari/BA. CEP: 42840-000			
Gestão Escolar	Professora		
Ensino	Professora	Funcionárias (os)	Alunas / Alunos
Ensino Fundamental I		Gestora e Professora Auxiliar de Cozinha / Merendeira Auxiliar de Serviços Gerais	NC
Agrupamento 4º ano	Professora	-----	NC

FONTE: Escol.as, 30/09/2018.

De acordo o site Escol.as¹⁰³, a unidade de ensino com base no Censo 2017 têm-se as seguintes dependências: 1 (uma) de 2 (duas) salas de aula utilizada; 3 (três) funcionários; Cozinha; Banheiro dentro do prédio; Sala de Secretaria; Banheiro com chuveiro; Despensa e Pátio coberto com a infraestrutura de Alimentação escolar para os alunos; Água filtrada; Água de poço artesiano; Energia da rede pública; Fossa; Lixo destinado à coleta periódica e Acesso à Internet.

Com relação aos dados estatísticos governamentais publicizados, no Relatório do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS, 2019, p.3), o município de Camaçari/BA apresenta as seguintes informações sobre Educação:

No seu município, **27.891** crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família precisavam ter a frequência escolar acompanhada no último bimestre. Dessas, foram acompanhadas **27.009**. Portanto, **96,84%** das crianças e jovens de 6 a 17 anos do Bolsa Família tiveram a informação de frequência escolar registrada nesse período. A **média nacional** é de **91,07%** de acompanhamento na educação. O município possui, portanto, um acompanhamento da frequência escolar **muito bom**, acima da Média nacional.
MDS, 2019, p.3.¹⁰⁴

Desse modo, é possível constatar que as crianças abaixo de 6 anos de idade não são contabilizadas nestes cálculos, faixa etária essa responsável pela Educação Básica na modalidade Infantil, do qual os infantes de 0 a 5 anos e 11 meses são atendidos pelas unidades escolares, seja ela a Creche (até 3 anos e 11 meses) ou a Educação Infantil (4 a 5 anos e 11 meses). Prova disso é que na região da Comunidade Remanescente de Quilombo não existe nenhuma Creche para o atendimento desta faixa etária, assim sendo, os responsáveis são obrigados a permanecerem com as crianças aos cuidados dos familiares ou deslocar-se para a Vila de Abrantes e usufruir deste serviço educacional.

Contudo, por um lado, tal dado é importante para atentar-se que a faixa etária de 0 a 3 anos não tem o atendimento escolar no território quilombola, enquanto que, as crianças de 3 a 5 anos de idade encontram-se na única escola de Educação Infantil. Modalidade essa responsável pela formação, personalidade e pensamento crítico das novas gerações, isto é, as crianças de hoje serão os adultos, os trabalhadores, os gestores e os indivíduos por coordenarem, preservarem e manterem todos os ensinamentos, os aprendizados, os cuidados

103 ESCOL.AS, 2017. Escola Rosalina Costa de Paula: Censo 2017. Disponível em: <<https://www.escol.as/121356-escola-rosalina-costa-de-paula>>. Acesso em: 13 jun. 2018.

104 MDS, 2019. Bolsa Família e Cadastro Único no seu município – Município de Camaçari. Relatório gerado em 12/02/2018. Disponível em: <www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 13 Mar. 2019.

com outro e com a terra, a manutenção da família e dos laços familiares, a preservação do meio ambiente e das práticas culturais locais, a continuidade do modo de vida e das singularidades dos agrupamentos étnicos e, assim sucessivamente.

Se teu projeto é para um ano, plante grãos.
Se teu projeto é para dez anos, plante árvores.
Se teu projeto é para cem anos, instrua o povo.
Plantando grãos, em um ano colherá.
Plantando árvores, colherá em dez anos.
Instruindo o povo, colherá em cem anos.
Sr. DADU, 64 anos, 14/06/2018¹⁰⁵

O poema é de autoria ou recitado por Sr. Florisvaldo Ferreira Gomes (Sr Dadu) em uma visita técnica sobre Agricultura Orgânica com agentes e técnicos da Região Metropolitana de Salvador em sua propriedade, mas cabe perfeitamente ao contexto educacional em questão. Analisando cada trecho teremos um compilado de ações, práticas e métodos que levam ou levariam resultados positivos e benéficos para a Comunidade como um todo, seja para o trabalho com a terra se desenvolvido com as crianças, seja a vivência e as experiências com os mais velhos e os detentores das memórias, estórias e saberes tradicionais, seja no cotidiano e no meio ambiente rural, seja na visitação ao centro urbano, seja com o manuseio dos livros infantis e dos livros didáticos e, outras hipóteses e processos educativos podem ser inseridos com os alunos e as alunas, as professoras e a equipe escolar, a comunidade e os membros externos, propiciando trocas de conhecimentos e a produção de descobertas, de lembranças e de tradições a serem perpetuadas por estes indivíduos. Indivíduos esses que, daqui há 100 (cem) anos “poderão” ser lembrados e rememorados por outros, por seus feitos e atitudes para e com a Comunidade.

Por outro lado, outro ponto relevante é a adequação dos materiais pedagógicos com a realidade dos alunos, porque estes serão os referenciais, modelos e recursos para a aquisição de conhecimentos educacionais e, responsáveis pelo avanço ou pela evasão do mesmo.

Finalizando, destaco que todas as unidades escolares não têm esgoto ou saneamento básico, assim como toda a Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria, independentemente do território, seja ela na Sucupira, na Cordoaria, na Fazenda Ilha ou Ilha, no Morcego ou na Terra Maior.

¹⁰⁵ DADU, 14/06/2018. Trabalho de campo no encerramento da visita técnica de servidores agrários da Região Metropolitana de Salvador em 14 de Junho de 2018 na propriedade do Sr. Florisvaldo Ferreira Gomes, conhecido como Sr. Dadu, morador há mais de 50 anos na localidade de Sucupira, um dos agrupamentos étnicos da Comunidade Remanescente de Quilombo da Cordoaria..

CAPÍTULO V – Práticas agrícolas: trabalho, produção e a comercialização

Fotografia 49: Sr. Dadu apresentando o Projeto Multicultivo Quilombolas de Cordoaria - Banco de Sementes.



FONTE: Trabalho de campo, 12/2018

Cordoaria é uma comunidade remanescente de quilombo, localizada a 16 quilômetros de Camaçari, no distrito de Vila de Abrantes. Com aproximadamente 260 anos de fundado, o quilombo foi reconhecido em 2005 pela Fundação Cultural Palmares. Anos atrás, a localidade mantinha um pequeno fabrico de cordas de sisal, que deu nome posteriormente à comunidade. Atualmente, a comunidade de Cordoaria vive basicamente da agricultura familiar e da comercialização dos produtos beneficiados por meio do cultivo da mandioca – farinha, beiju, carimã, goma, tapioca, entre outros produtos tradicionais

CONEXÃO CIDADE, Ago. 20.

As práticas agrícolas são de subsistência familiar e o excedente vendido na Feira de Camaçari pelos moradores, - às quintas-feiras e sábado -, que se deslocam de ônibus coletivo da Comunidade até o local da comercialização dos produtos. Todavia, algo a ser investigado é: Se tal prática cultural foi desenvolvida por uma organização ou ação social de desenvolvimento econômico? Se é uma tradição ancestral da comunidade? Se os modos de fazer são transmitidos de geração em geração?

Quanto a reforma do espaço produtivo realizou-se através do Projeto Multicultivo Quilombolas de Cordoaria aprovado e contemplado pelo Edital 0001/2014 de Apoio Economia Solidária de Matriz Africana no Convênio nº 037/2014 do Governo do Estado da Bahia, Centros Públicos de Economia Solidária (CESOL) e Centro de Atividades Socioeducativo Capoeira Engenho de Apoio a Empreendimentos de Matriz Africana promovido pelo órgão estadual – Secretária de Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE) no ano de 2014, por iniciativa do Centro de Atividades Socioeducativo Capoeira Engenho, com a inscrição do projeto e, posteriormente a modernização dos equipamentos da Casa de Farinha e a estrutura com um investimento de R\$121 mil reais.

Fotografia 50: Sr. Dadu apresentando os vídeos sobre a produção orgânica em sua propriedade.



FONTE: Trabalho de campo, 15/06/2018.

Dentre outras ações “informa que outros planos estão em andamento como o banco de sementes de mandioca e plantas medicinais e o projeto-piloto de reflorestamento de biriba e plantio de cabaça” (PICA-PAU¹⁰⁶, 2017) e, também que “a agricultura familiar e comercialização de produtos derivados da mandioca são o ponto forte da localidade. Porém, mais do que produzir farinha, o objetivo é dar apoio às” beijuzeiras”, feirantes e agricultores locais.” (Idem). Pode-se dizer também que “atualmente, a Comunidade de Cordoaria vive basicamente da agricultura familiar e da comercialização dos produtos beneficiados por meio do cultivo da mandioca - farinha, beiju, carimã, goma, tapioca, entre outros produtos tradicionais.” (ASCOM/PMC, 27/03/2017).

Fotografia 51: Visita técnica de campo para agentes agrícolas da Região Metropolitana de Salvador e Recôncavo da Bahia.



FONTE: Trabalho de campo, 15/06/2018.

Fotografia 52: Visita técnica de campo sobre produção e adubação orgânica na propriedade do Sr. Dadu.



FONTE: Trabalho de campo, 15/06/2018

106 Professor de Capoeira Jorge Pica Pau é o responsável pelo Centro de Atividades Socioeducativas Capoeira e Engenho localizado na cidade de Abrantes e promove na Comunidade de Cordoaria há mais de um ano atividades esportivas como Boxe e Capoeira.

A visitação técnica a propriedade do Sr. Dadu é encerrada com a apresentação de vídeos caseiros em sua plantação orgânica na comunidade e, com um poema de sua autoria para a reflexão de todos:

Se teu projeto é para um ano, plante grãos.
Se teu projeto é para dez anos, plante árvores.
Se teu projeto é para cem anos, instrua o povo.
Plantando grãos, em um ano colherá.
Plantando árvores, colherá em dez anos.
Instruindo o povo, colherá em cem anos.
Sr. DADU, 14/06/2018¹⁰⁷

O poema pode ser analisado de diferentes sentidos e peculiaridades, voltadas sejam ela para o cuidado com a terra ou as pessoas, por outro lado, a manutenção e a sobrevivência dos indivíduos, mas também a importância que cada ação e planejamento a curto e a longo prazo podem acarretar mudanças e alterações positivas ou negativas, para si e para os outros do entorno.

Mapa 12: Continente africano e a diversidade de alimentos.



FONTE: Youtube, 2018.

Pensando nisso, retrato a produção de alimentos produzidos e consumidos pela Comunidade de Cordoaria e seus agrupamentos étnicos, com base no mapa da África e a ilustração de gêneros alimentícios apresentados no site: Youtube.¹⁰⁸, com a música “África” de Adão Dãxalebaradã.

Neste mapa da África repleto de gêneros alimentícios é possível constar a presença da pimenta, do coco, do quiabo, do abacate, da manga, do tomate e entre outros. Se compararmos aos alimentos produzidos e consumidos na Comunidade teremos

107 DADU, 14/06/2018. Trabalho de campo no encerramento da visita técnica de servidores agrários da Região Metropolitana de Salvador em 14 de Junho de 2018 na propriedade do Sr. Florisvaldo Ferreira Gomes, conhecido como Sr. Dadu, morador há mais de 50 anos na localidade de Sucupira, um dos agrupamentos étnicos da Comunidade Remanescente de Quilombo da Cordoaria..

108 YOUTUBE, 2018. Música África. Interprete Adão Dãxalebaradã. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=92&v=TTaHKZORKxg>. Acesso em: 11 Out. 2018

como herança o coco – usado em diferentes pratos culinários como o Beiju, o Mugunzá, a Muqueca –, a Banana, o Abacate e a Manga – consumido in natura –, a Pimenta em suas múltiplas variedades – utilizadas diariamente em molho de pimenta, nas refeições e cotidiano familiar.

Desativada há mais de dez anos, a casa de farinha do Quilombo de Cordoaria foi reinaugurada no último domingo (16/03). Além da importância histórica, a retomada das atividades no local representa, sobretudo, um ganho econômico bastante expressivo – a expectativa de produção é de cinco toneladas por mês. JORNAL O EXECUTIVO, 27/03/2017¹⁰⁹.

Com isso, a Casa de Farinha torna-se uma área de convívio social e troca de experiências, onde os mais velhos executam as tarefas e a nova geração auxilia, observa ou se diverte no ambiente coletivo. Coletivo, algo muito presente nesta atividade de beneficiamento da mandioca, no qual o trabalho é de todos, mas a produção colhida em uma área privada ou de um agricultor e em contrapartida, os “ajudantes” também ao final do dia podem receber uma parte da produção ou em dado momento quando realizar a sua colheita terá o apoio do mesmo grupo de trabalho

Todos plantam utilizando produtos químicos, adubos e herbicidas, e, por isso, esta é a comunidade que tem maior quantidade de pragas e doenças. Se olharmos apenas o rendimento dos cultivos, sem considerar o estrago que estão fazendo na natureza, é a comunidade que está ganhando mais dinheiro. Mas, o modo de produzir, possivelmente, será um grande problema futuro, já que os produtos químicos contaminam a terra, as fontes de água, córregos, rios, represas, nascentes e até a água que se encontra debaixo da terra, além de provocar muitas doenças e, em alguns casos, morte de pessoas e animais. SEEDS, 2006, p.24¹¹⁰

Tal citação, foi extraída da publicação “Consórcios agroflorestais da agricultura familiar no Baixo Sul da Bahia”, produzido pela Sociedade de Estudos dos Ecossistemas e Desenvolvimento Sustentável (SEEDS) com fundo de parceria para os Ecossistemas Críticos (CEPF) e Aliança para a Conservação da Mata Atlântica. Diante disso, não posso afirmar que os agricultores da Comunidade de Cordoaria trabalham com produtos químicos, mas alguns produzem uma quantidade maior de mercadorias, como Cupuaçu, Mandioca, Aipim e entre outros itens, mas têm-se os Feirantes que adquirem todos os produtos no Centro Estadual de

109 JORNAL O EXECUTIVO, 27/03/2017. Ganho histórico e econômico – casa de farinha do Quilombo de Cordoaria é reinaugurada. Disponível em: <<http://www.jornaloexecutivo.com.br/ganho-historico-e-economico-casa-de-farinha-do-quilombo-de-cordoaria-e-reinaugurada/>>. Acesso em: 15 Fev. 2018.

110 SEEDS, 2006. Consórcio agroflorestais da agricultura familiar no baixo sul da Bahia.... Valmir da Silva Farias; Sociedade de Estudos dos Ecossistemas e Desenvolvimento Sustentável.; Fundo de Parceria para ... Publisher: Cruz das Almas : SEEDS, 2006.

Abastecimento S/A (CEASA), outros retiram das “roças alheias” ou de áreas abandonadas, alguns com a prática da agricultura de manejo nos brejos e áreas alagadiças – quando não existe a escassez da água e a possibilidade de represamento dela-, além de plantas imigrantes ou “cagada” - que são espécies que nascem sem o plantio do homem, mas através da migração da semente ou pólen por pássaros ou outros animais, por exemplo, o mamão – e, assim se dá o processo dos produtos para a comercialização.

De um modo geral, as pesquisas sobre os gêneros nos seus processos de historicidade, revelam um grande esforço de renovação teórica e “têm se mostrado como um campo multidisciplinar, como uma pluralidade de influências, na tentativa de reconstruir experiências excluídas”. São estudos que refletem cada vez mais as nossas preocupações com o presente e com o projeto de modernidade que, de modo intenso, trazem novos significados de subjetivações para determinados grupos sociais, particularmente as mulheres.

LEITE, 2005, p. 23¹¹¹.

Neste quesito, a Feira, as mulheres são majoritariamente as trabalhadoras – Feirantes - na comercialização dos produtos e mercadorias advindas ou produzidas na comunidade e, que são vendidas nas Feiras do Centro Administrativo da Prefeitura de Camaçari – as quintas-feiras – e no bairro da Gleba E – aos sábados -. Tal afirmação é comprovada no livro de Kátia Nogueira Borges (2005, p.45)¹¹², “a comercialização, porém, ainda é exercida pela maioria das mulheres da comunidade, auxiliadas pelas filhas. Apenas alguns homens executam esta tarefa, considerada por eles como, essencialmente, feminina”. Durante o trabalho de campo, o comércio e o transporte para as Feiras Públicas presenciei apenas 4 (quatro) a 5 (cinco) homens que participavam desse trabalho e comercialização, que são: Sr. Aílton, Sr. Lula e a esposa Sra. Jú, Sra. Didiman e o esposo, Sr. Vavá e, aos sábados os netos adolescentes de Sr. André (Henrique e Railan). Mas, como já mencionado anteriormente:

Perante a divisão de papéis desempenhados pelos cônjuges, o homem normalmente não participa dos assuntos do lar, os quais pertencem à esfera da mulher. Existe uma nítida diferenciação entre o ‘fora’ e o ‘dentro’, que correspondem respectivamente ao universo feminino e masculino. O primeiro relaciona-se ao trabalho na roça e no rio, ao bar, às reuniões com os amigos. O segundo vincula-se às atividades domésticas, preparo de refeições e cuidados com os filhos. A exceção está associada ao papel da mulher na complementaridade da renda familiar.

BORGES, 2005. p.46¹¹³.

111 LEITE, Márcia Maria da Siva Barreiros (2005). Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870 – 1920) / Márcia Maria da Silva Barreiros Leite. - Salvador: Quarteto, 2005. 336p.

112 BORGES, Katia Nogueira (2005). Estudos etnoecológicos na região metropolitana de Salvador, Bahia: comunidade tradicional e sustentabilidade / Katia Nogueira Borges. - Salvador: EdUNEB, 2005. 181p.: il.

113 BORGES, Katia Nogueira (2005). Estudos etnoecológicos na região metropolitana de Salvador, Bahia: comunidade tradicional e sustentabilidade / Katia Nogueira Borges. - Salvador: EdUNEB, 2005. 181p.: il.

As mercadorias para a complementaridade da renda variam, de acordo com a época do ano e as estações chuvosas – solo mais úmido e propício para a plantação de milho, amendoim, tubérculos e hortaliças – ou estações mais quentes que são ideais para as frutíferas, como Jaca, Manga, Abacate e entre outras. Por isso, muitas feirantes levam para comercializar os mesmos produtos, mas têm seus fregueses e clientes garantidos, que adquirem os produtos – algumas vezes – sem perguntar ou questionar o preço, apenas escolhem a mercadoria e depois perguntam o valor a pagar. Todavia, têm outros que querem negociar e pagar menos, mesmo com a explicação de serem produtos orgânicos da própria roça, frescos e sem o uso de agrotóxicos ou outros elementos químicos no plantio, no cultivo e na pós colheita. Estes processos são importantes para garantir a qualidade e a durabilidade do produto, porque em alguns casos, por exemplo, a banana é colhida verde e acrescido de carboreto para ocorrer o amadurecimento rápido da fruta e ser vendido com aquela aparência amarela e saudável. Mas, o processo deste amadurecimento não é natural e, sim químico, do qual as bananas são colocadas em caixas plásticas ou acondicionadas em caminhões, em seguida, acrescenta-se o carboreto enrolado em um pedaço de pano no fundo ou entre as bananas, com o aquecimento natural do ambiente este produto químico começa a soltar um gás, que em contato com as bananas ocasiona o amadurecimento das mesmas. Em contrapartida, uma banana orgânica ou natural, pode até ser colhida verde, mas o amadurecimento é ao relento em caixa plástica e sem cobertura, desde modo, preservando a qualidade do produto e a durabilidade.

Atualmente, o transporte dos feirantes – em sua maioria são mulheres e pouco mais de 3 (três) ou 4 (quatro) homens –, realizado por um ônibus de linha cedido pela Prefeitura de Camaçari, que inicia o trajeto na Comunidade de Sucupira as 04h00 – ainda de noite, com o sereno e frio da madrugada –, mas antes desse horário já despertaram para organizar as mercadorias na beira da estrada ou em pontos marcados/distribuídos ao longo da comunidade, como na entrada da Fazenda Ilha ou Ilha, antes da Casa de Farinha, na Associação de Moradores de Cordoaria – muitos fazem o carregamento neste ponto – na Praça Alto da Mangueira e no Chafariz da Sucupira.

Em contrapartida, antigamente, os produtos eram comercializados nas feiras em Salvador ou regiões mais distantes e que requeriam a utilização de animais de carga (burros, mulas e jumentos) para o transporte dos feirantes e das mercadorias, como relata Sr. Vicente

(07/01/2018)¹¹⁴ “os burros saiam daqui as 21h00 para chegar em Peri Peri em volta das 03h00, vendiam até as 14h00 e retornavam para chegar as 18h00”. Realidade essa também expressa pelo Sr. Firmino a pesquisadora Katia Nogueira Borges (2004, p.154):

Na fala de Sr. Firmino, morador 83 anos, dos mais antigos de Cordoaria: “Eu acho que tudo mudou pra melhor. Naquele tempo não havia estrada e a gente levava tudo a pé, no lombo dos animais. Era muito difícil. Os homens tangiam os animais e as mulheres levavam as coisas na cabeça. Eram sete léguas daqui pra Salvador, a pé. Ia toda semana, se saía de madrugada e ficava o dia todo. Levava a mercadoria pra feira da Liberdade, dormia lá e voltava no dia seguinte. A gente labutava no princípio com carvão. Se fazia os saquinhos de palha de iricuri pra botar o carvão. Então colocava no lombo dos burros e levava pra cidade. Vendia também banana. Cheguei a vender uma carga de banana (1.000 bananas)
Sr. VICENTE, 57 anos, 07/01/2018.

Por fim, a comercialização e venda dos produtos é somada ao Bolsa Família e se tornam os únicos recursos financeiros, assim “muitas famílias não tem renda, vivem da pesca, das coisas que plantam e colhem da Feira” (Sr. RAIMUNDO, 07/01/2018)¹¹⁵. Tal afirmação, pode ser constatada com o questionário socioeconômico do trabalho do campo, no qual a renda individual média dos moradores na comunidade é 1 (um) salário mínimo (R\$968,00), seguida por indivíduos com a mesma proporção em moradores com a renda individual de ½ (meio) salário mínimo (R\$425,00) ou sem nenhum recurso financeiro.

Tabela 14: Renda individual média dos interlocutores na comunidade.

Renda individual (média)	QTD.
Nenhum	28
½ salário	28
1 salário	61
2 salários	15
3 salários	4
Acima de 4 salários	5
Não declarado	36

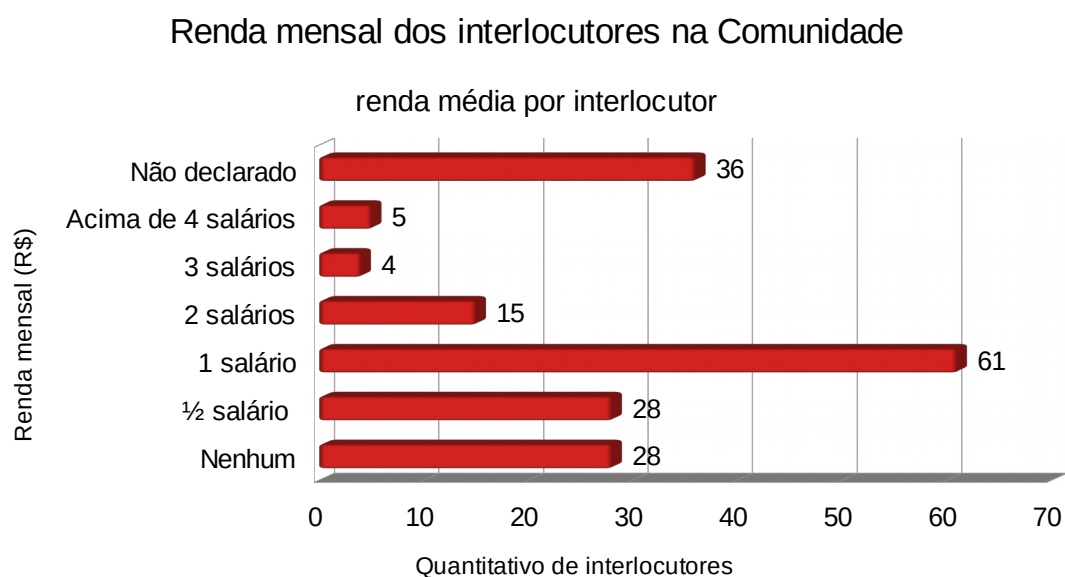
FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

114 VICENTE, 07/01/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em 07 de Janeiro de 2018 por Sr. Vicente dos Reis, morador com 57 anos de idade, nascido e criado na comunidade.

115 RAIMUNDO, 07/01/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em 07 de Janeiro de 2018 por Sr. Raimundo Reis de Jesus com 45 anos, nascido e criado na comunidade.

Se transpormos, os dados coletados em um gráfico, a compreensão é evidente sobre a maioria da população da comunidade Remanescente ter uma renda média mensal por interlocutor na faixa de nenhum ou 1 (um) salário mínimo.

Gráfico 7: Renda individual média dos interlocutores na comunidade



FONTE: Trabalho de campo, 2017/20018.

Contudo, os dados obtidos através do trabalho de campo e, conseqüentemente a sua tabulação reforçam os números oficiais divulgados e atualizados em 14 de Fevereiro de 2019 pelo Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, relativo ao Bolsa Família¹¹⁶ e o Cadastro Único¹¹⁷ no município de Camaçari em seu relatório apresenta:

116 De acordo com o relatório do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) sobre o Bolsa Família e o Cadastro Único no seu município – Município de Camaçari/BA, apresenta que: “o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda que atende famílias em situação de extrema pobreza e pobreza, identificadas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Atualmente, são elegíveis ao PBF, as famílias que tenham: • cadastros atualizado nos últimos 24 meses; e • renda mensal por pessoa de até R\$89,00 ou renda mensal por pessoa de R\$89,01 a R\$178,00, desde que possua crianças ou adolescentes de 0 a 17 anos em sua composição.” Disponível em: <Bolsa Família e Cadastro Único no seu município – Município de Camaçari. Relatório gerado em 12/02/2018. Disponível em: <www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 13 Mar. 2019.

117 Relativo ao Cadastro Único afirma que: “O Cadastro Único é o sistema que registra as informações sobre cada família de baixa renda, identificando seus membros e suas condições econômicas e sociais. O governo federal utiliza os dados do Cadastro Único para conceder benefícios de programas sociais, como: Tarifa Social de Energia Elétrica, Benefício de Prestação Continuada (BCP), Programa Bolsa Família, entre outros. Todos os municípios brasileiros já operam o Cadastro Único. Os dados do Cadastro Único também podem ser utilizados para o planejamento de ações e para a seleção de beneficiários dos programas sociais geridos pelo município. Disponível em: <Bolsa Família e Cadastro Único no seu município – Município de Camaçari. Relatório gerado em 12/02/2018. Disponível em: <www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 13 Mar. 2019.

Em seu município, há **28.002 famílias** beneficiárias do Bolsa Família. Essas famílias equivalem, aproximadamente, a **27,25%** da população total do município, e inclui **8.417 famílias** que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza. No mês de **Dezembro de 2018** foram transferidos **RS4.655.224,00** às famílias do Programa e o benefício médio repassado foi de **R\$166,25 por família**. Conforme estudo realizado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), fundação pública federal vinculada ao Ministério do Planejamento, a cada R\$1,00 transferido às famílias do programa, o Produto Interno Bruto (PIB) municipal tem um acréscimo de R\$1,78. A cobertura do programa é de **124,81%** em relação a estimativa de famílias pobres no município. Essa estimativa é calculada com base nos dados mais atuais do Censo Demográfico, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O município **já alcançou a meta** de atendimento do programa. O foco da gestão municipal deve ser a manutenção da atualização cadastral dos beneficiários, para evitar que famílias que ainda precisam do benefício tenham o pagamento interrompido. A qualidade dos dados cadastrais aumenta a possibilidade de que todas as famílias pobres e extremamente pobres do Município sejam beneficiárias do Programa. MDS, 2019, p.1¹¹⁸.

Informações essas que apontam para um quantitativo de 28.008 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família em Dezembro de 2018, sendo que, ocorreu um decréscimo relativo a Janeiro com um total de 28.698 famílias beneficiadas, e com uma renda mensal de R\$166,25 por família, situação essa semelhante a maioria dos moradores da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria. Os dados publicizados pelo município de Camaçari e Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) tem flutuações de beneficiários com o decorrer do ano, conforme tabela com o “*histórico de valores repassados às famílias beneficiárias do PBF no seu município nos últimos 12 meses*” (MDS, 2019, p.2).

Tabela 15: Programa Social Bolsa Família e os valores no município de Camaçari/BA.

Mês	Qtd famílias	Valor
dezembro de 2018	28.002	R\$ 4.655.224,00
novembro de 2018	28.586	R\$ 4.819.056,00
outubro de 2018	27.979	R\$ 4.740.968,00
setembro de 2018	27.627	R\$ 4.571.332,00
agosto de 2018	28.688	R\$ 4.743.674,00
julho de 2018	28.434	R\$ 4.724.096,00
junho de 2018	28.731	R\$ 4.517.133,00
maio de 2018	29.191	R\$ 4.641.741,00
abril de 2018	28.786	R\$ 4.532.772,00
março de 2018	29.423	R\$ 4.645.014,00
fevereiro de 2018	29.181	R\$ 4.685.698,00
janeiro de 2018	28.698	R\$ 4.701.964,00

FONTE: MDS, 2019, p.2

118 MDS, 2019. Bolsa Família e Cadastro Único no seu município – Município de Camaçari. Relatório gerado em 12/02/2018. Disponível em: <www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 13 Mar. 2019.

No município de Camaçari teremos uma população estimada de 242.970 habitantes (CENSO 2010), 41.684 famílias inseridas no Cadastro Único, 27,25% aproximadamente de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) com um valor médio do benefício de R\$166,25 e o valor transferido no mês de Dezembro de 2018 aos beneficiários foi de R\$4.655.224,00 reais. Se compararmos com os dados relativos ao Estado da Bahia, os números ampliam-se onde a população é estimada em 14.016.906 habitantes (CENSO 2010), 2.996.335 famílias inseridas no Cadastro Único, 30,65% aproximadamente de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família com um valor médio do benefício de R\$186,53 (ressaltando neste item, um acréscimo na renda mensal das famílias de Camaçari que é de R\$20,28) e o valor transferido no mês de Dezembro de 2018 aos beneficiários foi de R\$345.273.843,00 reais.

Tabela 16: Programa Social Bolsa Família no estado e no município de Camaçari/BA.

Programa Bolsa Família			
RESUMO	BAHIA	CAMAÇARI/BA	DIFERENÇA
População (CENSO 2010)	14.016.906 habitantes	242.970 habitantes	13.773.936
Famílias inseridas no Cadastro Único	2.996.335 famílias	41.684 famílias	2.954.651
Famílias beneficiárias no Programa Bolsa Família	1.851.030 famílias	28.002 famílias	1.823.028
% da população beneficiada pelo Programa Bolsa Família	30,65%	27,25%	3,4%
Valor transferido no mês de Dezembro de 2018 aos beneficiários	R\$345.273.843,00	R\$4.655.224,00	340.618.619,00
Valor médio do benefício	R\$186,56	R\$166,25	R\$ 20,31

FONTE: MDS, 2019

Com relação ao Cadastro Único o município tem 41.684 famílias inseridas, 34.432 com o cadastro atualizado nos últimos dois anos, 38.787 famílias com renda até ½ salário mínimo e 31.992 famílias com renda até ½ salário mínimo com o cadastro atualizado. Tal cadastro ou “Taxa de Atualização Cadastral (TAC) do município é de 82,48%, enquanto a média nacional encontra-se em 73.16%. A TAC é calculada dividindo o número de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo com cadastro atualizado

pelo total de famílias cadastradas com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo, multiplicado por cem” (MDS, 2019, p. 5).

Tratando-se da temática na Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria, existem 64 (sessenta e quatro) famílias que recebem o Programa Social do Bolsa Família, enquanto que, 73 (setenta e três) não participam de nenhum Programa Social, outros 36 (trinta e seis) não recebem o recurso do programa supramencionado.

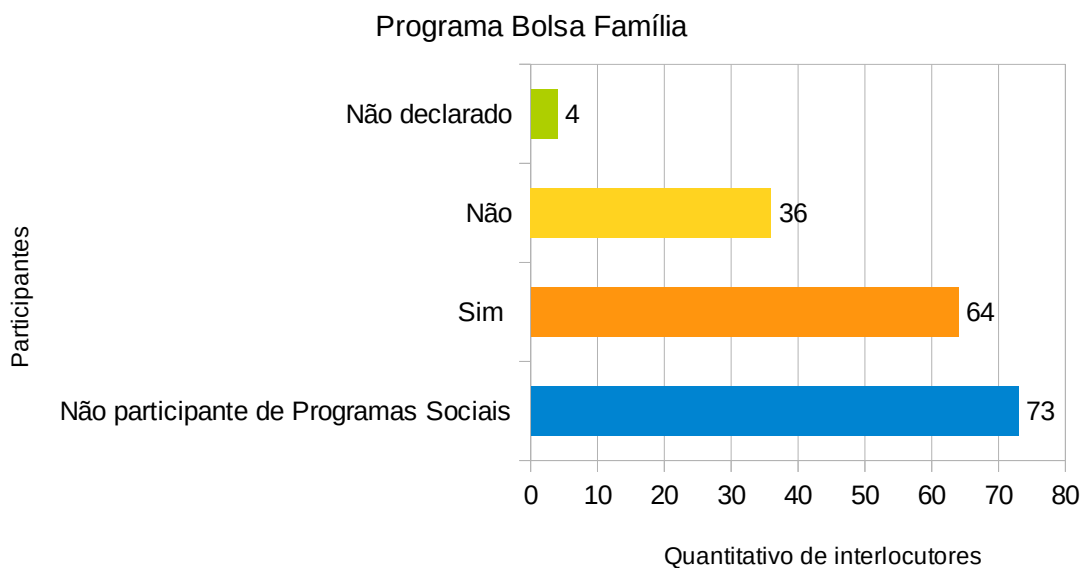
Tabela 17: Programa Social na comunidade (Bolsa Família).

Programa Saúde da Família	QTD.
Não participante de programas sociais	73
Não	54
Sim	47
Não declarado	3
TOTAL	177

FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Gráfico 8: Beneficiários de Programa Social Bolsa Família na comunidade.

Participantes de Programa Social na Comunidade



FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Atualmente, em se tratando dos programas governamentais de assistencialismo recebidos na comunidade têm-se o Bolsa Família, o Saúde na Família e, anteriormente em meados de 1984, algumas famílias foram contempladas pelo Programa Luz para Todos. Mas, quando este programa é inserido na comunidade, várias famílias já dispunham de energia elétrica, portanto os interlocutores atendidos somam-se poucos moradores.

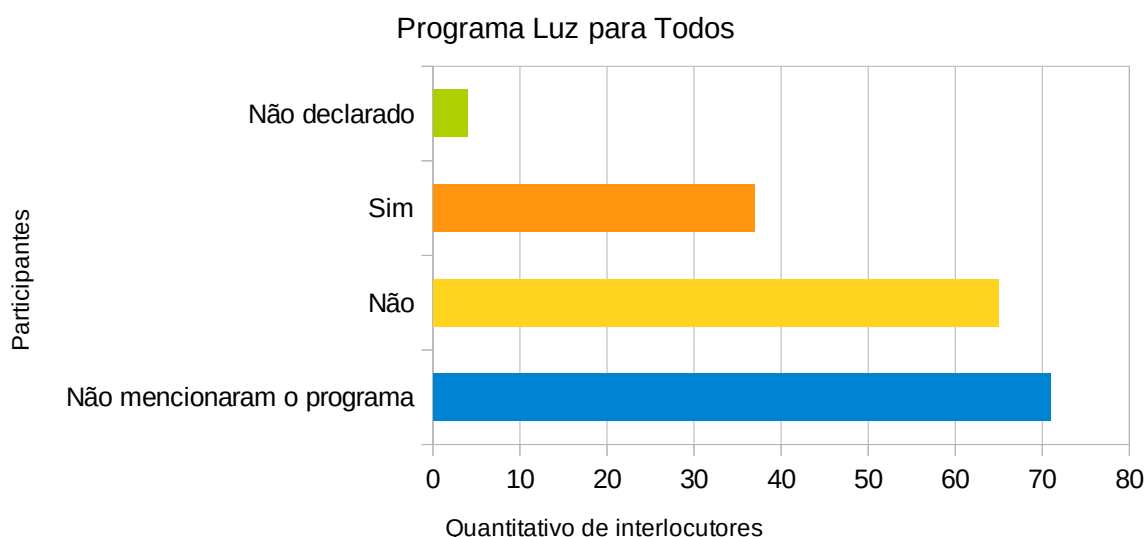
Tabela 18: Programa Social na comunidade (Programa Luz para Todos).

Programa Luz para todos	QTD.
Não mencionaram o programa	71
Não	65
Sim	37
Não declarado	4
TOTAL	177

FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018

Gráfico 9: Beneficiários do Programa Social Luz para Todos na comunidade.

Participantes de Programa Social na Comunidade



FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018

Em contrapartida, têm-se o Programa Tarifa Social destinado as áreas rurais, mas a quantidade de moradores que usufruem deste benefício social é ínfima, haja vista que, muitos não tem a informação e/ou orientação sobre os programas, os requisitos, como solicitar e sobre a possibilidade de acessar aos recursos públicos exclusivos de territórios quilombolas.

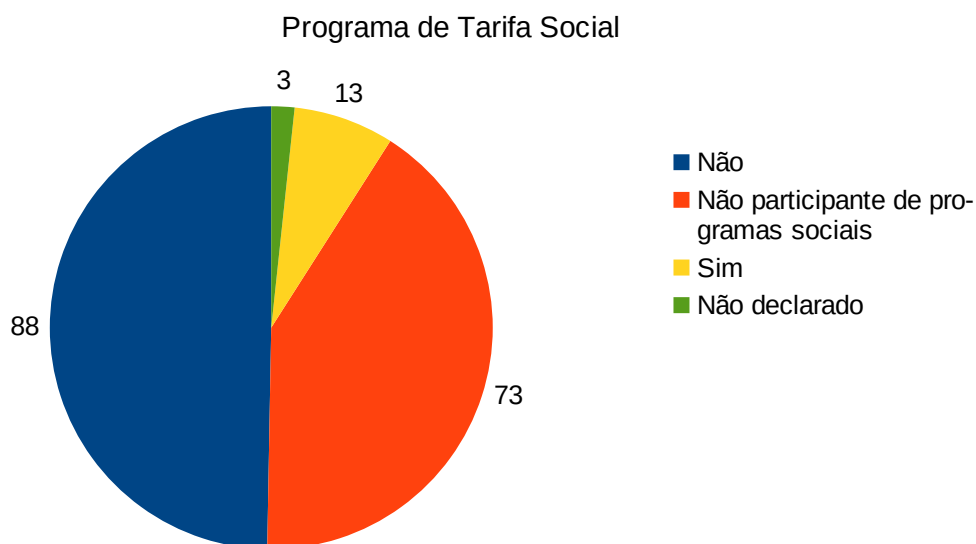
Tabela 19: Programa Social na comunidade (Tarifa Social).

Programa Tarifa social	QTD.
Não	88
Não participante de programas sociais	73
Sim	13
Não declarado	3
TOTAL	177

FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Gráfico 10: Beneficiários no Programa Tarifa Social na comunidade.

Participantes de Programa Social na Comunidade



FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018

De tal modo, a porcentagem de famílias atendidas no Programa Social Luz para Todos é pequena, no Programa Social Bolsa Família é bem superior – quase a maioria da comunidade – e, por fim, o Programa Social Saúde da Família todas as famílias são atendidas, exceto um trecho de Terra Maior.

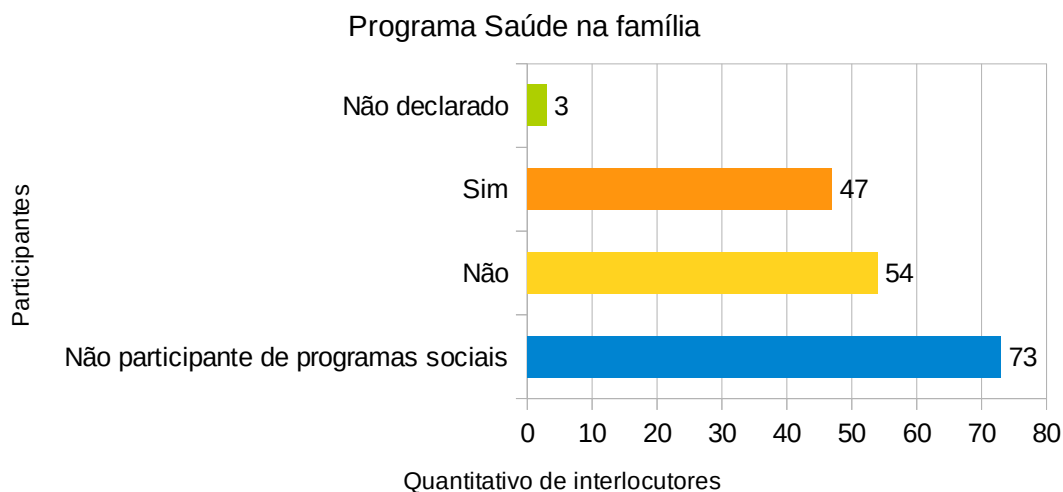
Tabela 20: Programa Social na comunidade (Saúde na Família).

Programa Saúde da Família	QTD.
Não participante de programas sociais	73
Não	54
Sim	47
Não declarado	3
TOTAL	177

FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Gráfico 11: Beneficiários do Programa Social Saúde da Família na comunidade.

Participantes de Programa Social por modalidade



FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Com relação ao Programa Saúde da Família, este dado seria de totalidade ou quase totalidade das Comunidades de Sucupira e Cordoaria, isso porque as Agentes Comunitárias de Saúde atuam diariamente na região com visitas regulares as residências, distribuição de

produtos para a limpeza e potabilidade da água e entre outras atividades da Secretaria de Saúde do município de Cajazeiras de Abrantes.

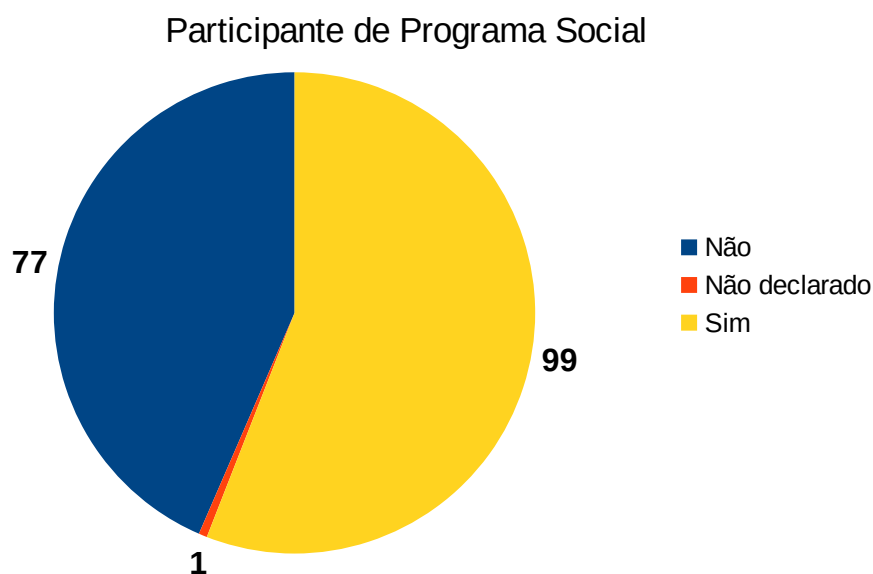
Para finalizar, a tabulação dos dados quantitativos dos Programas Sociais mencionados pelos interlocutores e o usufruto de beneficiários da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria e seus agrupamentos étnicos é quase de 55% (cinquenta e cinco) por cento da população quilombola, sendo atendida por algum Programa Social governamental, mas outros 54% (cinquenta e quatro) não participam e, 1 (um) interlocutor não declarou nenhum benefício social.

Tabela 21: Beneficiários de Programa Social na comunidade.

Participante de Programa Social	QTD
Não	77
Não declarado	1
Sim	99
TOTAL	177

FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Gráfico 12: Beneficiários de Programa Social na comunidade



FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Consequentemente, evidencia-se que a comunidade demanda por recursos financeiros, de investimentos, de infraestrutura, de transporte, de saúde, de educação, de geração de renda, do abastecimento de água, do saneamento básico, de cursos pré vestibular, técnicos ou profissionalizantes e, dentre outros programas governamentais, propiciando a melhoria da qualidade de vida e ocasionando a permanência dos moradores em seu território originário, identitário e ancestral.

CAPÍTULO VI – Práticas religiosas: da religião de matriz africana e afrobrasileira para a contemporaneidade

Para quem não sabe, 26 de julho é o Dia da Avó em comemoração à Santa Ana, mãe de Maria, avó de Jesus. No sincretismo religioso, Santa Ana corresponde ao orixá Nanã. De acordo com Pierre Verger, Nanã é “considerada a mais antiga das divindades das águas, não das ondas turbulentas do mar, como Iemanjá, ou das águas calmas dos rios, domínio de Oxum, mas das águas paradas dos lagos e lamacentas dos pântanos”.
YABETA, 30/09/2018¹¹⁹.

A Comunidade de Cordoaria em todo seu território é composta de majoritariamente igrejas evangélicas, diferentes denominações ou vertentes – Batista, Assembleia de Deus, Pentecostal e outras – e, apenas a Igreja Católica de Nossa Senhora Santana. Igreja esta construída em um terreno, que antigamente abrigava o Terreiro de Dona Gertrudes, mãe de Santo da comunidade e a Parteira de muitos dos nascidos na época, substituída por Sra. Candoca – a partir de 1962 data em que se casa com um morador da comunidade e muda-se para uma casa na entrada da Fazenda Ilha -. O esposo – Sr. Mundinho - era descendente da Família Espírito Santo, responsáveis pelo Engenho de Açúcar e produção de farinha de mandioca.

Dona Candoca e Seu Mundinho faziam farinha todo o dia, depois fizeram uma Olaria, fui trabalhador de ganho de Seu Mundinho. Um burrinho cantava e, sabiam que estava levando a mandioca de Dona Candoca. Era uma luta era, mas era uma coisa boa.
Sr. VICENTE, 57 anos, 07/01/2018¹²⁰.

Fotografia 53: Família Reis - Sr. Vicente e sua filha Daiane.



FONTE: Trabalho de campo, 08/12/2018.

119 YABETA, Daniela, 26/07/2017. 26 de julho: sobre o quilombo de Santana (Quatis/RJ). Caderno de campo Ida Keji. Disponível em: <<http://cadernodecampoidakeji.blogspot.com/2017/07/26-de-julho-sobre-o-quilombo-de-santana.html>>. Acesso em: 30 set. 2018.

120 VICENTE, 07/01/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em 07 de Janeiro de 2018 por Sr. Vicente dos Reis com 57 anos, nascido e criado na comunidade.

Relacionando-se Quilombo a Religião é algo muito comum e relatado pelos moradores durante a pesquisa de campo, onde atrelam o reconhecimento do Quilombo como algo que não foi explicado e, muitos não entendem o que isso significa ou mudou em sua vida, seja do ponto de vista sobre a infraestrutura, educação ou saneamento básico. Suas condições de vida, hábitos alimentares, geração de renda, convívio social e dentre outras particularidades da Comunidade permaneceram as mesmas.

No relato do Sr. Vicente,

Tia Miúda, Tio Ruchinho e Damásio, os antigos moradores remanescente e verdadeiros fundadores da Comunidade. Eu conheci todos eles, por isso, não aceitava, quilombo achávamos uma coisa terrível. Tio Ruchinho e Tio Nozinho nunca me falaram sobre quilombola. [...] Muitos dizem que era refugio de escravos, antes de ser cristão, a gente sentava com os meus primos e nossas tias falavam do tempo de nossos avós.

Sr. VICENTE, 57 anos, 07/01/2018.

Hoje na Comunidade têm-se o hábito de sentar-se na calçada, praça ou na varanda de casa, em alguns momentos para conversar ou observar o movimento, mas não se contam mais as estórias do passado e os relatos dos antigos moradores. Também, não é possível encontrar fontes escritas, documentos ou fotografias dessa época, por isso, a oralidade, as conversas informais e as vivências na comunidade foram essenciais para conquistar a confiança e, demonstrar o respeito por todas e todos com a sua origem, a sua história de vida, a sua experiência e o território ancestral que habitam há mais de dois séculos.

Destaco a imagem da Capela de Nossa Senhora Santana, padroeira católica da Comunidade de Cordoaria, integrante da Arquidiocese de Camaçari – Igreja do Divino Espírito Santo – nome este da antiga vila e aldeia indígena do século XVII, modificado para Vila do Divino Espirito Santo e, atualmente conhecida como Vila de Abrantes. De acordo com o relato dos moradores, o antigo terreiro da comunidade estava neste terreno ou região da comunidade, que com a morte da Mãe de Santo – Sra. Gertrudes –, os artefatos religiosos foram queimados e outros jogados no Rio Joanes, sendo assim, esta localidade posteriormente é destinada a construção da Igreja Católica de Nossa Senhora Santana, que permanece até o presente momento.

Fotografia 54: Igreja Católica de Nossa Senhora Santana na Comunidade de Cordoaria.



FONTE: Trabalho de campo, 14/01/2018.

Fotografia 55: Altar da Igreja Nossa Senhora Santana na Comunidade de Cordoaria do Distrito de Abrantes (Camaçari/BA).



FONTE: Trabalho de campo, 14/01/2018.

Fotografia 56: Missa na Igreja Nossa Senhora Santana.



FONTE: Trabalho de campo, 14/01/2018.

No ano de 2016, segundo informações do site Camaçari Notícias e Portal de Abrantes, publicam sobre o Tombamento da Igreja do Divino Espírito Santo na Vila de Abrantes através de solicitação da Prefeitura de Camaçari/BA com a Secretaria de Cultura (SECULT), conforme reportagem:

Neste domingo (12/06), a Prefeitura, através da Secult (Secretaria da Cultura), entrega a notificação para o tombamento municipal da Igreja do Divino Espírito Santo, localizada na praça Matriz, em Vila de Abrantes. A cerimônia acontece logo após a missa, que começa às 8 h. O documento será assinado pelo prefeito Ademar Delgado, pela secretária da Cultura, Branca Vieira Lima, pelo bispo da Diocese de Camaçari, Dom João Carlos Petrini, e pelo pároco Luis Orlando de Oliveira. A partir de domingo, uma equipe composta por historiadores, arquitetos e especialistas em arte sacra realiza estudo sobre a igreja. O prazo previsto para a conclusão do processo é dezembro deste ano. Após a conclusão, a Igreja do Divino Espírito Santo será considerada Patrimônio Cultural de Camaçari. O tombamento municipal é estabelecido pela Lei 1.088/2010. A iniciativa é aplicada aos bens materiais e consiste no conjunto de ações realizadas pelo poder público, a fim de preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico e também de valor afetivo para a população, além de impedir que eles sejam destruídos ou descaracterizados. O tombamento será realizado pela Coordenação de Gestão do Patrimônio Histórico e Cultural da Secult.

PORTAL DE ABRANTES, 10/06/2016¹²¹.

O aldeamento da Companhia de Jesus conhecido atualmente como Vila de Abrantes tem origem com o nome de “Aldeia do Espírito Santo, criada em 1558, seria a primeira a se tornar vila após a promulgação do alvará de 8 de maio de 1758, recebendo o nome de Nova Abrantes” (SANTOS, 2012, p.43).

No dia 28 de setembro, expediu-se ordem para que o referido ministro se dirigisse à aldeia e erigisse uma vila com o nome de Nova Abrantes. Como já referido no primeiro capítulo, essa aldeia havia sido fundada no segundo semestre de 1558 e fazia parte daquele primeiro grupo de aldeamentos criados no momento em que o próprio método de catequese dos jesuítas estava ainda sendo definido⁶⁷. No século XVIII, era a única aldeia administrada pelos jesuítas situada a menos de 10 léguas em relação à cidade. As demais estavam localizadas nos sertões da capitania ou nas capitanias anexas de Sergipe, Ilhéus, Porto Seguro e Espírito Santo. Ela estava situada em uma região importante e tinha participado de eventos significativos da história colonial, tais como a resistência contra a invasão holandesa na Bahia em 1624.

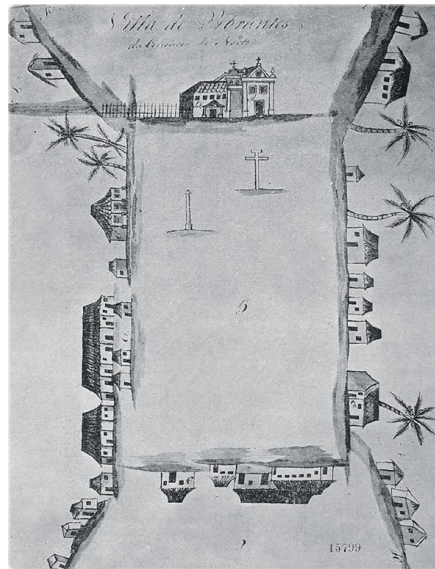
SANTOS, 2012. p.110¹²².

121 PORTAL DE ABRANTES. Municipal. VILA DE ABRANTES - Igreja do Divino Espírito Santo será tombada. Portal de Abrantes - Notícias de Camaçari, região metropolitana de Salvador Brasil e o mundo, Abrantes, 10 jun. 2018. Cultura, p. 1. Disponível em: <<http://www.portalabrant.es.com/noticia/3577/VILA-DE-ABRANTES--Igreja-do-Divino-Espirito-Santo-sera-tombada>>. Acesso em: 02 out. 2018.

122 SANTOS, Fabrício Lyrio, 2012. Da catequese à civilização: Colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800). Tese de Doutorado (Doutorado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. 315p. Disponível em: <https://indiosnordeste.com.br/wp-content/uploads/2015/01/Da-Catequese-a-Civilizacao_indiosNE.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

Para contextualizar o processo histórico e as transformações ocorridas neste patrimônio cultural da cidade, apresento as seguintes imagens do passado e do presente com a gravura da “Villa de Abrantes da Comarca do Norte” representação de 1792 por Domingos Alves Branco Moniz Barreto extraída do Guia Geográfico – Camaçari/BA¹²³:

Gravura 2: A Villa de Abrantes em gravura preto e branco (1792).



FONTE: Guia Geográfico, 02/10/2018

Gravura 1: A Vila de Abrantes colorida (1791).



FONTE: Santos, 2012, p.113.

123 GUIA GEOGRÁFICO, 02/10/2018. Bahia: Camaçari: Abrantes. Disponível em: <<http://www.bahia-turismo.com/camacari/abrantes.htm>>. Acesso em: 02 out. 2018.

Nas imagens têm-se a Vila de Abrantes, por intermédio da representação em gravuras realizadas por Domingos Alves Branco Muniz Barreto, destacando a arquitetura e a infraestrutura do aldeamento indígena jesuítico.

Sob esta ótica, menciono um trecho da Tese de Doutorado do Prof. Dr. Fabrício Lyrio Santos (2012, p.113)¹²⁴ ressaltando que “nota-se a presença do pelourinho, símbolo da transformação da aldeia em vila” junto a a cruz no centro da iconografia. Nesta linha de raciocínio, percebe-se que este poderia ser um dos indícios da presença de africanos e escravizados na localidade? Poderiam ser os primeiros moradores ou formadores da Comunidade de Cordoaria? A doação das terras aos indígenas formaram ou já haviam construído a Comunidade quilombola? Estes e vários outros questionamentos surgem, mas ainda em fase de esclarecimento e pesquisas a serem completadas com os vestígios, as memórias e os documentos do passado negro, quilombola e indígena do território.

Fotografia 57: Praça da Matriz



FONTE: Tratamento de Efluentes, 09/09/2010

Fotografia 58: Praça da Matriz (2017).



FONTE: Farias, 08/03/2017.

124 SANTOS, Fabrício Lyrio, 2012. Da catequese à civilização: Colonização e povos indígenas na Bahia (1750-1800). Tese de Doutorado (Doutorado em História Social) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012. 315p. Disponível em: <https://indiosnordeste.com.br/wp-content/uploads/2015/01/Da-Catequese-a-Civilizacao_indiosNE.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

Com relação a Igreja Católica do Divino Espírito Santo, sua fachada e arquitetura externa e o interior sofreram algumas alterações nos anos subsequentes e, atualmente encontra-se da seguinte forma o Altar Mor:

Fotografia 59: Igreja Católica do Divino Espírito Santo - Altar Mor (31/01/2018)



FONTE: Trabalho de campo, 31/01/2018.

Fotografia 60: Igreja do Divino Espírito Santo (2018).



FONTE: Trabalho de campo, 31/01/2018.

Analisando-se as imagens do passado e as fotografias do presente, há que se constatar nas imagens da Igreja do Divino Espírito Santo ou Praça Matriz (Rua Fonte da Caixa, s/num - Abrantes, Camaçari - CEP 42840-000) extraída em 2010¹²⁵ e 2017¹²⁶, o intuito desportivo ainda mantêm-se na arquitetura urbana da contemporaneidade. Tendo em vista que, na imagem datada de 2010 têm-se um campo de futebol em frente a igreja e, nos anos de 2017 avistasse um complexo desportivo ou de lazer com quadra de futebol, pista de skate, equipamentos de ginástica, espaço para caminhada, bancos ao ar livre e outras áreas de convívio para o entorno.

125 TRATAMENTO DE EFLUENTES, 09/09/2010. Ciclo de efluentes: Camaçari. [09/09/2010]. Disponível em: <<http://fundamentosecologia.blogspot.com/2010/09/ciclo-do-efluente.html>>. Acesso em: 02 out. 2018.

126 FARIAS, 08/03/2017.

Retomando o aspecto religioso da Comunidade de Sucupira, na Família Matos Ferreira é rezado o Santo Antônio há mais de 4 (quatro) décadas, em agradecimento a uma causa familiar alcançada. Essa ação religiosa é promovida na casa do Sr. Dadu com a presença de familiares e amigos, onde as orações ou rezas são proferidas apenas em um dia de domingo que antecede ao dia do Santo, ou seja, dia 13 de Junho.

Fotografia 61: Sr. Dadu com a camiseta da Reza do Santo Antônio (2018).



FONTE: Trabalho de campo, 10/06/2018.

No ano de 2018, a celebração familiar ocorreu 10 de Junho, data em que a família, parentes próximos (irmãos/irmãs, cunhados/cunhadas e primos/primas) reuniram-se para a data. A atividade religiosa inicia-se com um almoço coletivo, onde todos os participantes levam pratos ou iguarias típicas, como por exemplo, feijão na lenha, frango cozido abatido no quintal, arroz com cenoura e passas, farofa, salada de maionese. Neste momento, tinham aproximadamente 10 (dez) pessoas, que depois na Reza aumentará para 30 (trinta) pessoas desde a família, amigos e conhecidos.

Fotografia 62: Imagem centenária do Santo Antônio.



FONTE: Trabalho de campo, 10/06/2019.

Fotografia 63: Altar do Santo Antônio na casa da Família Matos Ferreira.



FONTE: Trabalho de campo, 10/06/2018.

Um altar é criado na sala principal, que fica até o dia do Santo Antônio, com uma imagem do Santo devocional e outra trazida por Iara Rodrigues (prima da família) responsável pela Reza anual e na preservação da imagem centenária do Santo Antônio. Imagem essa passada de geração em geração da família, desde o avô José Rodrigues, que a transferiu para a filha Iara, a qual mantém a religiosidade católica dos membros da família com orações de um caderno. O caderno de orações começou em 1972, mas este volume foi perdido e dado continuidade com um reescrito em 1990, que inicialmente deveriam ser escritos 13 (treze) cadernos, no entanto, Iara fez apenas um e, esse um mantém-se e proporciona a tradição até os dias de hoje na Família Rodrigues e Lucas Ferreira, por 43 (quarenta e três) anos com reza de 3 (três) dias, alternando-se entre Sucupira, Jauá e Salvador.

Fotografia 64: Responsável pela Reza de Santo Antônio – Sra. Iara Rodrigues.



FONTE: Trabalho de campo, 10/06/2018.

O ritual inicia-se com o acendimento de um incenso, vela azul de 7 (sete) dias e 1 (uma) vela branca, dispostos no altar decorado com flores artificiais e naturais. A reza começa com abertura de fogos, por volta das 18h00, anunciando aos vizinhos e a comunidade que está próximo da celebração, assim seguem-se com as orações do caderno, a aspersão do incenso no altar pela Sra. Carminha.

A reza tem aproximadamente 1 (uma) hora de duração ou mais, onde todos em pé com seus cadernos e outros não – apenas acompanhando – rezam e cantam várias orações, desde o Bendito, a Ladainha, o Hino de Santo Antônio e outras canções. Encerrando com a Prece de Caritas, um Pai Nosso e uma Ave Maria.

Fotografia 65: Primeiro dia do Tríduo de Santo Antônio na casa da Família Matos Ferreira.



FONTE: Trabalho de campo, 10/06/2018.

Fotografia 66: Segundo dia do Tríduo de Santo Antônio na casa da Sra. Iara Rodrigues.

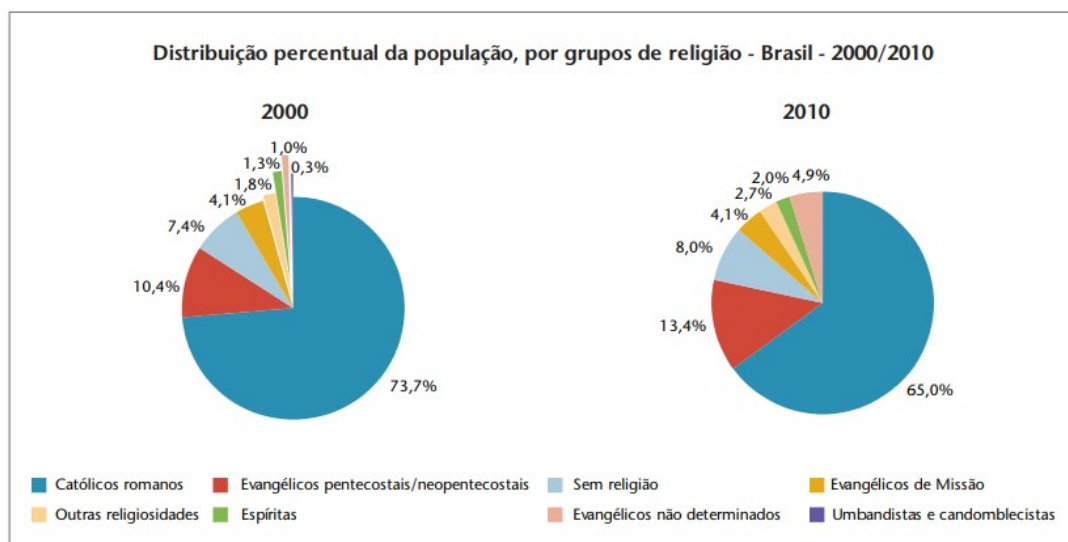


FONTE: Trabalho de campo, 11/06/2018.

A celebração da Sra. Iara Rodrigues, também é realizada com a presença de familiares, amigos ou visitantes - como eu e minha mãe -. Diferentemente da Família Matos Ferreira, ocorre no período noturno e é oferecido após o ritual das cantigas e orações, alguns alimentos (levados pelos convidados ou produzidos de véspera para a festividade religiosa), tais como mugunzá, pipoca, caldo verde, salgadinhos e entre outros. Relativo ao altar, novos adereços e acessórios agregam-se e outros mantidos na casa são realocados para decoração, como imagens sagradas, objetos decorativos, flores, velas e entre outros.

Retomando sobre as práticas religiosas da Comunidade, baseando-se no trabalho de campo da pesquisadora Katia Nogueira Borges em 2003, constava das 25 (vinte e cinco) famílias entrevistadas que 19 (dezenove) eram católicas e 6 (seis) da Batista. Enquanto no ano de 2018 – dado esse não perguntado no trabalho de campo, mas verificado na observação e nos relatos dos interlocutores –, majoritariamente formada por indivíduos considerados cristãos, em suas mais variadas vertentes e denominações.

Gráfico 13: Distribuição da população por grupos de religião no Brasil (2000/2010).



FONTE: Atlas do Censo Demográfico – diversidade cultural – Religião.

Segundo dados do IBGE¹²⁷, a diversidade cultural religiosa brasileira tem o maior percentual formado por católicos romanos com 65,0% da população brasileira, seguido dos

127 IBGE – Brasil, 2010. Distribuição percentual da população, por grupos de religião – Brasil – 2000/2010. Brasília: IBGE, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/pdf/Pag_203_Religião_Evang_missão_Evang_pentecostal_Evang_ão%20determinada_Diversidade%20cultural.pdf>. Acesso em: 22 out. 2018.

evangélicos pentecostais/neopentecostais somando 13,4%, por 8,0% de indivíduos sem religião, 4,1% de evangélicos de missão, 2,7% de outras religiões, 2,0% de espíritas e, finalizando com 4,9% de evangélicos não determinados. Assim sendo, somando-se todas as denominações e vertentes evangélicas teremos 22,2% da população brasileira autodeclarando-se evangélicas.

Se em 1970 havia 91,8% de brasileiros católicos, em 2010 essa fatia passou para 64,6%. Quem mais cresce são os evangélicos, que, nesses quarenta anos saltaram de 5,2% da população para 22,2%. O aumento desse segmento foi puxado pelos pentecostais, que se disseminaram pelo país na esteira das migrações internas. A população que se deslocou era, sobretudo, de pobres que se instalaram nas periferias das regiões metropolitanas. Nesses locais, os evangélicos construíram igrejas no vácuo da estrutura católica.
AZEVEDO, 18/02/2017¹²⁸.

Em contrapartida, no texto “Remando contra a maré” Trabalhando a Lei 10.639/03 em ambiente escolar majoritariamente evangélico, de autoria de Deyse Luciano de Jesus Santos, apresenta que “a negação da cultura de afro descendência, na igreja evangélica, dificulta a construção/reconhecimento da identidade negra de seus fiéis na cidade do Salvador, onde essa construção do ser negro assume uma condição de valorização cultural, que não deve ser negada” (SANTOS, 2010, p.15)¹²⁹ e, anteriormente afirma que “esse momento histórico apontando como pós-modernidade traduz nada mais que o renascer de estruturas comunitárias que refletem os movimentos de resistência e emancipação de grupos chamados minoritários que durante anos veem sofrendo com a sobreposição do global ao local (SANTOS, 2010, p.2).

Diante disso, este contexto evangélico também é refletido nas escolas da comunidade, nos festejos e nas práticas religiosas atuais, da qual as histórias do passado e dos antigos moradores são “esquecidas ou apagadas” com os anos e, quando tenta-se lembrar, alguns remetem ao Candomblé da Sra. Gertrudes e, que também era a parteira da região, todos ou muitos passaram por suas mãos. Mas, fora isso não foi possível descobrir ou “desvendar” sobre essa personalidade misteriosa da comunidade.

128 AZEVEDO, Reinaldo, 2017. O IBGE e a religião — Cristãos são 86,8% do Brasil; católicos caem para 64,6%; evangélicos já são 22,2%. VEJA, 18 fev. 2017. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/o-ibge-e-a-religiao-cristaos-sao-86-8-do-brasil-catolicos-caem-para-64-6-evangelicos-ja-sao-22-2/>>. Acesso em: 22 out. 2018.

129 SANTOS, Deyse Luciano de Jesus, 2010. Remando contra a maré...: Trabalhando a Lei 10.639/03 em ambiente escolar majoritariamente evangélico.. In: VI Congresso Brasileiro de Pesquisadores (as) negros (as), 2010, Rio de Janeiro. “Afro diáspora: saberes pós-coloniais, poderes e movimentos sociais”... Rio de Janeiro, RJ: COPENE, 2010. p. 1-18. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/6810935/deyse-luciano-de-jesus-santos>>. Acesso em: 20 out. 2018.

Por fim, outras datas comemorativas na Comunidade “é baseada em um conjunto de regras estabelecidas por seus antepassados e atualizados pelo grupo no presente” (OLIVEIRA, 2010, p.112)¹³⁰, cita-se por exemplo: a Nossa Senhora Santana, com o Tríduo (três dias seguidos de orações) ocorrido na Igreja Católica com a presença dos fiéis, diferentemente dos grandes festejos do passado, realizados com procissão, as músicas e danças (samba de roda), bebidas e comemorações na Associação de Moradores, que viravam a noite e, as crianças só participavam dos ritos no período diurno.

E aí essas festas anuais que acontecia, se botava, se botava, é.. Se botava bar a própria Associação, se botava muita cerveja e, o lucro ficava todo para a Associação. Então quem trabalhava, a comunidade trabalhava voluntário. Entendeu? Trabalhava voluntário. Sim, e voltando para falar do churrasco. O churrasco era feito no chão, botava um broco assim no chão, botava carvão e, ia daqui até o portão os espetos de bambu. Rapaz, na verdade, era muita gente, era muita gente. *E comia o boi inteiro?* E também tinha muita comida, a primeira festa ali, tinha *comida que não acabava mais*. Eu peguei essas fotos e fiz um mural, tem um tempo, foi em 2007 que eu peguei essas fotos, fiz um mural e deixei lá exposto, viu! Eu passei muita coisa, muita coisa boa ruim não!

Sr. ANGELINO - GEL -, 2018¹³¹

Com relação as práticas religiosas da Comunidade, alguns moradores relataram sobre a existência de um Terreiro de Candomblé orientado pela “Mãe Gertrudes”, nome este não possível a descoberta de documentos ou escritos sobre sua ancestralidade ou descendência. Era conhecida como Parteira, na época do Padre João – religioso responsável pela construção de algumas casas de placas e na “profissionalização” e/ou instrução para a função de Parteira ministrado a Sra. Gertrudes e Sra. Candida – apelido Sra. Candoca –. Posteriormente, essa atividade passa a ser proibida e, as gestantes são encaminhadas aos hospitais da região para terem seus filhos em Lauro de Freitas (Hospital Menandro de Farias) e em Camaçari.

Mãe Piroca, de nome São Pedro, cortava o umbigo, pegava alfazema, passava defumador, vestia o menino e pronto. Era a parteira velha mais antiga, depois que ela morreu, trouxe a enfermeira e ela deixou de pegar menino, porque era perigoso, se o menino ou a mãe morresse iria presa. A gente trabalhava até o dia de ter criança. Meus meninos, nasceu tudo dentro de casa, hoje em dia que eu vejo uma metade de mulher frouxa. Quando nascia, ela só cortava o umbigo e vestia. A função da parteira era cortar o umbigo.

Sra. ESTEVAN, 13/10/2018.

130 OLIVEIRA, Rosy de, 2010. O barulho da terra: Nem Kalunga Nem Camponeses. / Rosy de Oliveira. Curitiba, PR: Editora Progressiva, 2010.

131 ANGELINO, 2018. Entrevista concedida a pesquisadora em Junho de 2018 por Sr. Angelino, filho do Sr. André e Sra. Roxa, um dos moradores nascidos e criados na comunidade.

Tal relato, apresenta uma rememoração do nascimento, do parto e da “vinda ao mundo” de muitos dos moradores da Comunidade, haja vista que não tinha-se condições geográficas e financeiras para o transporte das gestantes, em lombo dos animais ou a pé. Por isso, a tradição e prática cultural da época na região era a Parteira, responsável pelo parto e os primeiros cuidados com o bebê e a mãe.

Uma das curiosidades é quando ao visitar a gestante, em estado de convalescença, os moradores – principalmente as mulheres – realizam as atividades domésticas do lar, como abastecer o “Purão” [tacho de água] com a água transportada da Fonte, lavar as roupas na beira do Rio Joanes e, degustar da “Meladinha” [uma bebida caseira]. A bebida ficava aos pés da gestante, em sua cama, da qual era composta ou produzida da seguinte maneira:

Aprendi esses dias, eu fui investigar o caso do meu tio. Eles se preocupavam em batizar o filho. E quando as mulheres engravidavam tinha a Meladinha. Era uma bebida. Batizava e esquecia de registrar.
Sra. SOLANGE, BIBÍ, 13/10/2018¹³².

Meladinha era cachaça, cebola branca de parida, arruda, não sei se tinha alho. Todo mundo que chegava tinha que beber.
Sra. NOÉLIA, 13/10/2018¹³³.

Três dias ficava na cama e bebia a meladinha com lorna, arruda, massa fedi e bastante mel de abelha. Quando parida é que tomava. A lorna por aqui não tem, é uma planta que cheira. Era uma coisa para limpar a barriga e o restante que ficava dentro. Bebia um preparado de Óleo de Riça, depois Água Inglesa. Nos outros dias que tomava banho, selasse, trocava roupa de cama e com um mês tomava água inglesa e com oito dias o Óleo de Riça para limpar o que sobrou.
Sra. ESTEVAN, 13/10/2018¹³⁴.

O ato ou a tradição do nascimento e da Meladinha foi mencionado por vários moradores da Comunidade, como por exemplo Sra. Maria do Carmo Matos Ferreira – 60 anos - (Sra. Carminha), Sr. Raimundo dos Reis – 53 anos –, Sra. Luciene Matos Ferreira – 34 anos e, entre outros. Isso significa que, a memória e prática cultural é rememorada ou relatada por diferentes faixas etárias.

132 SOLANGE, 13/10/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em Outubro de 2018 por Sra. Solange (Bibia), sobrinha da Sra. Noélia, nascida na Comunidade de Cordoaria.

133 NOÉLIA 13/10/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em Outubro de 2018 por Sra. Noélia, filha da Sra. Mariazinha e Sr. Manuelinho, nascidos na Comunidade de Cordoaria.

134 ESTEVAN, 13/10/2018. Entrevista concedida a pesquisadora por Sra. Estevan Florentina dos Santos – conhecida como Sra. Estevan, esposa do Sr. Antônio (carpinteiro) nascida em 23 de Dezembro de 19xx na localidade da Fazenda Ilha ou Ilha, um dos agrupamento étnicos da Comunidade Remanescente de Quilombo da Cordoaria e, moradora há mais de 50 anos na Cordoaria.

Em continuidade a temática, destaco sobre a relevância do Padre João na Comunidade de Cordoaria, do qual em uma das narrativas obtidas em uma conversa informal na Comunidade do Morcego (um dos agrupamentos étnicos pertencentes a Comunidade): “Ele era um homem muito inteligente. Ele tinha uma equipe ou fazia sozinho? Era mutirão. Porque ele construiu o Chafariz, construiu casas. (Sra. Vivita - 09/2018)¹³⁵.

Por fim, as demais festas ou comemorações da Comunidade de Cordoaria são: o São João – festividade e seus símbolos religiosos - com as comidas típicas, a fogueira, o milho assado, a conversa ao ar livre sobre a barraca montada e decorada com bandeirolas e fitas coloridas; o Santo Antônio – com a novena da Sra. Candoca realizada até o ano passado (2017), onde os fiéis reuniam-se em sua residência para as orações diárias com seus cadernos e, o encerramento com a distribuição de um prato ou guloseimas; a Reza na Família Matos Ferreira (Sr. Dadu e Sra. Carminha) precedida pela Família Lucas Ferreira e Família Rodrigues há mais de 40 (quarenta) anos na Comunidade de Sucupira; a Nossa Senhora das Candeias, no dia 02 de Fevereiro, anteriormente rezada por Sr. Mateus e Sra. Lurdes, mas com o falecimento do esposo não deram prosseguimento.

135 VIVITA, 09/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em Setembro de 2018 por Sra. Aurelina (Vivita), nora do Sr. Angelino e Sra. Damásia, nascida e criada na Comunidade do Morcego.

CAPÍTULO VII – Trabalho: o gênero e a subsistência familiar

Apesar do envolvimento das mulheres nas atividades de produção e/ou comercialização agrícolas, seja de forma eventual ou sistemática, sua participação é, com frequência, considerada de “ajuda”, complementaridade e subordinação ao papel masculino, cabendo ao homem a coordenação e responsabilidade pela renda familiar.

BORGES, 2005. p. 44¹³⁶.

A questão de gênero e a agricultura têm seus limites bem definidos, onde o gênero masculino é o responsável pela maioria das tarefas ou afazeres na Roça – realizados diariamente das 06h00 as 16h00, intercalado de descanso para o almoço e nos períodos de “sol a pino”, situações estas em que o trabalho torna-se improdutivo e mais cansativo em alguns casos ou serviços de manuseio com a terra. Enquanto, as mulheres são encarregadas da colheita de alguns produtos que requerem menor esforço físico, como o limão, pimenta, maxixe, quiabo, feijão e etc, para os homens são destinados as Jacas, o Abacate, a Banana, a Graviola, o Coco e outros alimentos que necessitam da utilização de instrumentos como o Curumachio (uma vara de madeira com um gancho ou cesto na ponta, com uma metragem aproximada de 2 metros de altura), Facão, Cordas e assim sucessivamente. Isso não quer dizer que, as mulheres não são capazes ou não podem realizar estas tarefas, prova disso é Sra. Maria Antônia, 29 anos, filha do Sr. Dadu e Sra. Carminha, formada em Dança, estudante de Educação Física e que realiza as mesmas tarefas de roçar a terra, subir na Jaqueira, colher o Abacate e entre outras ações de cuidado e lida com a propriedade e com a roça da família.

Nas três últimas décadas ocorreu uma mudança gradativa neste quadro, e, atualmente, as atividades que exigem força física são executadas pelos homens, tais como derrubadas de matas, roçagem e colheita. Nas representações dos trabalhos, os serviços que se desenrolam mais próximos à unidade familiar são atributos da mulher, dentre eles limpeza e cuidado com a casa e os filhos, pequenos tratos com a horta doméstica e cultivo de plantas medicinais.

BORGES, 2005, p.45¹³⁷.

Na comunidade a divisão do trabalho é visível, algumas mulheres são exclusivamente donas de casa, em sua minoria, outras feirantes e donas de casa e, tantas outras realizam os trabalhos em empresas ou casas residenciais em outros bairros ou cidades próximas.

136 BORGES, Katia Nogueira (2005). Estudos etnoecológicos na região metropolitana de Salvador, Bahia: comunidade tradicional e sustentabilidade / Katia Nogueira Borges. - Salvador: EdUNEB, 2005. 181p.: il.

137 BORGES, Katia Nogueira (2005). Estudos etnoecológicos na região metropolitana de Salvador, Bahia: comunidade tradicional e sustentabilidade / Katia Nogueira Borges. - Salvador: EdUNEB, 2005. 181p.: il.

Enquanto, alguns agricultores permanecem firmes e fortes nas tarefas cotidianas de lida com a terra e a produção de alimentos para a subsistência de sua família e a comercialização do excedente por parte das esposas, filhas, netos e netas, em alguns casos.

Fotografia 67: Dadu mostrando as bananas da terra colhidas de sua produção orgânica.



FONTE: Trabalho de campo, 05/01/2018.

Fotografia 68: Trabalho em dupla para descascar o coco para a produção do Beiju.



FONTE: Trabalho de campo, 05/11/2018

Na análise das questões de gênero na comunidade em estudo, dentro da perspectiva em que homens e mulheres são atores sociais que constroem suas histórias, observa-se que a divisão sexual do trabalho modificou-se ao longo dos últimos anos, em função da nova dinâmica territorial e econômica. As novas relações permeiam-se com as velhas. Por exemplo, no passado, as mulheres participavam ativamente do trabalho agrícola, no preparo da terra, cultivo e colheita de produtos. Isso é relatado nas entrevistas realizadas entre mulheres de faixa etária acima de 40 anos. Elas, além de realizarem os trabalhos domésticos, contribuíam diretamente nas unidades de produção, inclusive na comercialização dos produtos. As mulheres tinham uma dupla jornada: as atividades domésticas e os serviços do campo e eram reconhecidas pela sua produtividade.
BORGES, 2005, p.45¹³⁸.

Com o decorrer do dia, o trabalho das mulheres é um cotidiano com múltiplas tarefas a serem desempenhadas, que iniciam-se as vezes as 05h00 da manhã e encerram-se por volta das 21h00. Cita-se como exemplo a rotina da Sra. Carminha, que levanta-se em torno de 05h00, prepara o café da manhã e o almoço, lava algumas roupas ou organiza a casa ou quintal até as 07h00, horário este que o ônibus escolar aponta na estrada para levá-la ao trabalho. Trabalho este realizado na Escola Municipal Nossa Senhora Santana das 07h00 as 16h00, ou seja, período integral – assim como as Docentes e as crianças que permanecem na unidade escolar em turno integral – seja no Ensino Fundamental I ou na Educação Infantil, alterando-se a entrada para as 08h00 e a saída para as 15h30. Seu trabalho é a produção de merenda, do almoço e outras refeições servidas para os alunos, totalizando uma produção média de várias panelas de alimentos, litros de leite e quilos de frutas fornecidos cotidianamente. Diariamente, são servidos o café da manhã – para algumas crianças que não têm condições financeiras ou alimentos em seu domicílio, em seguida o almoço e, antes da saída ainda recebem o jantar. Destaco que, para alguns dos alunos essas são as únicas refeições realizadas por eles, por isso da importância e do trabalho da escola, não apenas em educar os alunos, mas garantir a segurança alimentar e proporcionar um desenvolvimento mais saudável e digno aos educandos.

Outro ponto a relacionar, diz respeito a remuneração e/ou pagamento das atividades, seja ela em um emprego com registro em carteira ou na profissão de “Caseiro” – quando coloco aspas, é porque essa função não está relacionada apenas ao cuidado ou proteção com a Casa, mas sim com todas as atividades a serem desenvolvidas no terreno, como a limpeza, plantio, colheita, arrumação e limpeza da casa e, entre outras tarefas que se fizerem necessárias.

138 BORGES, Katia Nogueira (2005). Estudos etnoecológicos na região metropolitana de Salvador, Bahia: comunidade tradicional e sustentabilidade / Katia Nogueira Borges. - Salvador: EdUNEB, 2005. 181p.: il.

Já, as atividades desempenhadas pelos moradores - dentro e fora - da comunidade teremos:



FONTE: Trabalho de campo, 207/2018.

Tabela 22: Profissões dos interlocutores "dentro" e "fora" da comunidade.

PROFISSÕES	QTD.
Outros (comercio)	23
Agricultor e lavrador	22
Dona de casa	17
Não declarado	16
Pedreiro	13
Feirante	12
Estudante	11
Auxiliar de serviços gerais	10
Aposentado	9
Doméstica	8
Autônomo	7
Professora	7
Jardineiro	5
Motorista e Mototaxi	5
Outros (educação)	5
Outros (saúde)	4

FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Explicitando-se os trabalhadores e suas profissões (formais ou informais) são oriundas majoritariamente do Comércio (23), Agricultor e Lavrador (22), Dona de Casa (17), Não declarado (16), Pedreiro (13), Feirante (12), Estudante (11), Auxiliar de Serviços Gerais (10), Aposentado (9), Doméstica (8), Autônomo (7), Professora (7), Jardineiro (5), Motorista ou Mototáxi (5) e outras relacionadas ao setor Educacional (5) e de Saúde (4).

Se os homens com faixa etária acima de 50 anos trabalham, quase de forma exclusiva na agricultura e pesca, e não manifestam aspiração de deixarem o campo, apesar de caracterizar o trabalho penoso e de baixa lucratividade. [...] Os jovens, mulheres e homens, movidos por um melhor nível de escolaridade, de maneira geral, não mais se dedicam às funções agrícolas, buscando exercer atividades não rurais, menos árduas e, no relato de muitos, mais lucrativas, pelo menos em curto prazo. [...] Os homens jovens, entre 20 e 35 anos, na sua maioria, desempenham atividades não rurais, em especial como jardineiros, caseiros e serviços gerais nos sítios e residências existentes nas localidades vizinhas. Alguns executam biscates, trabalham nos órgãos públicos do município ou, quando estão desempregados, pescam no rio Joanes para comercializarem o peixe nas vizinhanças, podendo, como última opção, dedicarem-se temporariamente a agricultura, como diaristas em propriedades próximas. A rejeição de alguns jovens é tão expressiva que, na fala de muito deles e também na dos membros mais velhos, muitos preferem ficar desempregados a terem que trabalhar na agricultura.
BORGES, 2005, p.50¹³⁹.

Tal afirmação, pode ser comprovada pelas entrevistas realizadas no trabalho de campo entre Dezembro de 2017 a Agosto de 2019, dos quais os dados atualizados de 177 (cento e setenta e sete) moradores da Comunidade de Cordoaria, da Sucupira e de uma família do Morcego temos as seguintes profissões e/ou ocupações: Jardineiro, Auxiliar de Serviços Gerais, Agricultor, Feirante e outros desempregados ou ocupação informal. Sendo que, as Feirantes são majoritariamente mulheres.

Na história das civilizações e da sociedade, o trabalho é algo intrínseco em todas elas, seja o trabalho escravo, assalariado, escambo ou trocas comerciais, desde os primórdios da humanidade existiam as funções e os trabalhos que eram dirigidos a esta ou aquela raça, consideradas pelos estudiosos como superiores ou inferiores, conforme afirma Aníbal Quijano (2005) em seu texto *Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina*, do qual:

139 BORGES, Katia Nogueira (2005). *Estudos etnoecológicos na região metropolitana de Salvador, Bahia: comunidade tradicional e sustentabilidade* / Katia Nogueira Borges. - Salvador: EdUNEB, 2005. 181p.: il.

O fato é que já desde o começo da América, os futuros europeus associaram o trabalho não pago ou não-assalariado com as raças dominadas, porque eram raças inferiores. O vasto genocídio dos índios nas primeiras décadas da colonização não foi causado principalmente pela violência da conquista, nem pelas enfermidades que os conquistadores trouxeram em seu corpo, mas porque tais índios foram usados como mão de obra descartável, forçados a trabalhar até morrer. A eliminação dessa prática colonial não termina, de fato, senão com a derrota dos encomendadeiros, em meados do século XVI. A reorganização política do colonialismo ibérico que se seguiu implicou uma nova política de reorganização populacional dos índios e de suas relações com os colonizadores. Mas nem por isso os índios foram daí em diante trabalhadores livres e assalariados. Daí em diante foram adscritos à servidão não remunerada. A servidão dos índios na América não pode ser, por outro lado, simplesmente equiparada à servidão no feudalismo europeu, já que não incluía a suposta proteção de nenhum senhor feudal, nem sempre, nem necessariamente, a posse de uma porção de terra para cultivar, no lugar de salário. Sobretudo antes da Independência, a reprodução da força de trabalho do servo índio se fazia nas comunidades. Mas mesmo mais de cem anos depois da Independência, uma parte ampla da servidão indígena era obrigada a reproduzir sua força de trabalho por sua própria conta⁸. E a outra forma de trabalho não-assalariado, o não pago simplesmente, o trabalho escravo, foi restrita, exclusivamente, à população trazida da futura África e chamada de negra. [...] A inferioridade racial dos colonizados implicava que não eram dignos do pagamento de salário. Estavam naturalmente obrigados a trabalhar em benefício de seus amos. Não é muito difícil encontrar, ainda hoje, essa mesma atitude entre os terratenentes brancos de qualquer lugar do mundo. E o menor salário das *raças inferiores* pelo mesmo trabalho dos *brancos*, nos atuais centros capitalistas, não poderia ser, tampouco, explicado sem recorrer-se à classificação social racista da população do mundo. Em outras palavras, separadamente da colonialidade do poder capitalista mundial.

QUIJANO, 2005, p.230¹⁴⁰.

Estabelecendo-se um paralelo entre os indígenas e os africanos escravizados teremos que ambos passaram e sofreram pelo processo de escravidão, servidão, controle do trabalho e do corpo, dominação pelos colonizados, inferiorização pela raça ou etnia e, dentre outros quesitos que poderiam ser inseridos neste contexto. Diante disso, também deve-se atentar para as relações sociais, de trabalho e de capital que ocorrem nos dias atuais, relaciono-as com os produtos e/ou mercadorias produzidas pelo Quilombo, as quais são voltadas para a venda e o comércio externo e, não mais baseadas nos alimentos para sua sobrevivência ou subsistência, isso porque, agora tem a possibilidade e são comprados no mercado do centro urbano. Vinculada a essa concepção capitalista ou comercial, então, porque se cultivar o solo, plantar a maníba, esperar 8 (oito) meses ou 1 (um) ano em média para fazer a colheita, raspar a mandioca, ralar, torrar e finalmente ter a Farinha de Mandioca? Alimento este, consumido

140 QUIJANO, Anibal, 2005. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, Buenos Aires, p. 117-142, set. 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624_103322/12_Quijano.pdf> Acesso em: 16 maio 2018.

diariamente nas refeições da área rural e urbana, mas que é mais fácil ser comprado no Supermercado e, reduzido o seu tempo na Agricultura para outros produtos mais rentáveis ou mais vendáveis. Prova disso, têm-se quando:

O controle do trabalho no novo padrão de poder mundial constituiu-se, assim, articulando todas as formas históricas de controle do trabalho em torno da relação capital-trabalho assalariado, e desse modo sob o domínio desta. Mas tal articulação foi constitutivamente colonial, pois se baseou, primeiro, na adscrição de todas as formas de trabalho não remunerado às *raças* colonizadas, originalmente *índios*, *negros* e de modo mais complexo, os *mestiços*, na América e mais tarde às demais *raças* colonizadas no resto do mundo, *oliváceos* e *amarelos*. E, segundo, na adscrição do trabalho pago, assalariado, à *raça* colonizadora, os *brancos*.
QUIJANO, 2005, p.230¹⁴¹.

Neste ponto, uma breve análise de tabelas salariais, cargos e *raça* pode comprovar tal afirmação, quando comparam-se os cargos de gestão ou hierárquicos, em sua maioria ocupados por indivíduos de cor branca e, quando exercidos pela população negra os salários são reduzidos, mesmo quando executam as mesmas funções e/ou trabalhos. Esta discrepância e diferenciação salarial já advém desde o período da colonização brasileira,

A associação entre ambos os fenômenos, o etnocentrismo colonial e a classificação racial universal, ajudam a explicar por que os europeus foram levados a sentir-se não só superiores aos demais povos do mundo, mas, além disso, *naturalmente* superiores.
QUIJANO, 2005¹⁴²

E, que perpetuou-se ao longo dos anos e, permanece em nossa sociedade. Sociedade essa, baseada em uma produção capitalista, globalizada, tecnológica e mercadológica, do qual os membros que não se inserirem neste contexto ficam excluídos e marginalizados dos bens e produtos de consumo, gerando uma maior desigualdade e vulnerabilidade social.

O Jonga pagava 20 conto para fazenda em homens e mulheres que plantava capim. Tio Vavá (irmão do Pai), ele e Duza eram o que pagavam mais na diária, 10 contos. Sr. VICENTE, 57 anos, 07/01/2018¹⁴³.

Na área rural da Comunidade de Cordoaria, alguns moradores exercem trabalhos por arrendamento de terras, situação essa que é o usufruto e o trabalho da terra de outro

141 QUIJANO, Anibal, 2005. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, Buenos Aires, p. 117-142, set. 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018.

142 QUIJANO, Anibal, 2005. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, Buenos Aires, p. 117-142, set. 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf>. Acesso em: 16 maio 2018.

143 VICENTE, 07/01/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em 07 de Janeiro de 2018 por Sr. Vicente dos Reis, com 57 anos, nascido e criado na comunidade.

proprietário com beneficiamento, plantações e melhorias, da qual o pagamento pode ser com um salário como “Caseiro” ou “Agricultor” e, parte da produção colhida é revendida nas Feiras de Camaçari, outra para o consumo da Família e o restante concedido ao dono da Terra, conforme também relatado por Borges:

Outros simplesmente oferecem a amigos uma pequena área de sua propriedade para cultivo, não cobrando, por ela, nada em troca. Com este gesto demonstram solidariedade e recebem, por parte do beneficiado, gestos de gentileza como oferta de alguns quilos de mandioca, uma parcela de quiabos ou cachos de banana. Um morador descreve este tipo de relação: “Eu tenho uma rocinha minha atrás de casa, mas ela dá muito pouco, só tem uma tarefa. Um amigo meu deixou eu trabalhar numa terra dele que fica um pouco distante da minha. Ele deixa eu plantar sem exigir nada. Ele dá por amizade. Aí, se ele não tem aipim a gente dá um pouco de aipim para ele. Ele não cobra nada, sabe, a gente dá o que quer, o que pode. Também quando ele pede a terra, a gente devolve prontamente, pois não se tá pagando nada por ela.
BORGES, 2004, p.90¹⁴⁴.

Concluindo-se que, a modalidade de trabalho ainda é presente na comunidade, onde o Sr. Dadu trabalha na área do Sr Demerval e o Sr. André trabalhava na área do Sr. Duza, ambos realizando o cuidado, o plantio e a colheita das mercadorias, revendendo o excedente na Feira de Camaçari, outro uso para a família e distribuição entre os filhos e netos e, conseqüentemente obtenção de uma geração de renda para sua sobrevivência. Diferentemente, de outras famílias na região que não têm propriedades ou áreas para o plantio, dependendo exclusivamente de trabalhos externos e de Programas Sociais.

144 BORGES, Katia Nogueira (2005). Estudos etnoecológicos na região metropolitana de Salvador, Bahia: comunidade tradicional e sustentabilidade / Katia Nogueira Borges. - Salvador: EdUNEB, 2005. 181p.: il.

CAPÍTULO VIII - Laços familiares e parentesco: uma comunidade de parentes

Ilustração 5: Laços familiares e casamentos entre as famílias na comunidade



FONTE: Trabalho de campo, 2017/2018.

Nas áreas rurais a subdivisão do território ou da terra também ocorrem entre as famílias – sejam elas consanguíneas, formações de uniões ou casamentos, da qual o terreno é desmembrado entre os filhos, que constroem suas casas e delimitam o seu espaço de moradia. Moradia essa, que abriga a “sua Família”, quando coloco entre aspas, destaco que esta é a nova constituição do núcleo familiar, isso porque, nas outras moradias da área existem as primeira, segunda ou terceira gerações, que permanecem na comunidade. Prova e exemplo disso, é a Família Matos Ferreira – família do Sr. Dadu e da Sra. Carminha –, onde os 3 (três) dos 8 (oito) filhos residem no mesmo terreno dos pais, cada um construiu a sua residência em uma área próxima da Casa Central (Casa dos Pais) e convivem cotidianamente com o trabalho externo na comunidade ou nos afazeres da roça. Os demais filhos residem na cidade de Camaçari e Dias D’Ávila, mas 2 (dois) deles já estão finalizando a construção de suas casas no terreno para também ocuparem o seu território e constituição familiar, semelhante à de seus pais, bisavôs e ancestrais.

Fotografia 69: Quintal da casa da Família Gomes Oliveira Ferreira



FONTE: Trabalho de campo, 02/02/2018

Em 1869, o jornal *O Alabama* denunciou o que acontecia na vizinha Rua do Sodré: É matéria velha, porém que cada dia toma maiores proporções. Quero falar de uma Infinitude de casas, que há nessa rua [do Sodré], as quais, sendo ocupadas somente por africanos de ambos os sexos, são uns verdadeiros quilombos. Os proprietários dessas casas, tendo somente em vista o provento dos alugueis, pouco se importam que suas propriedades fiquem estragadas, e que a vizinhança seja incomodada. Um africano aluga uma casa, e é preferido a qualquer nacional, que a pretende; reduz as salas, quartos e cozinha a pequenos cubículos, divididos por taboas, esteiras, e até mesmo por cobertas, e da noite para o dia estão todos esses casebres ocupados. O negro que aluga a casa, além de lucrar cento por cento na especulação, se constitui chefe de quilombo.
REIS, 2006, p. 241¹⁴⁵.

Se compararmos as moradias dos “escravos africanos” e os “africanos libertos” na Bahia Oitocentista teremos que, estes indivíduos se reuniam em casas ou moradias coletivas, conhecidas atualmente como cortiços, pensões ou invasões urbanas. Locais estes que abrigam mais de uma família em um único imóvel, distribuídos em quartos ou espaços subdivididos

145 REIS, João José (2006). Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia Oitocentista. Revista Afro-Ásia, n34, 2006. p237-313. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21118/13707>>. Acesso em 08 Mai 2018.

por tapumes, cortinas ou paredes improvisadas, visando aglomerar um maior quantitativo de pessoas. Nas cidades metropolitanas e grandes centros urbanos a incidência dessas moradias coletivas é frequente, localizando-se em áreas centrais ou de fácil acesso aos transportes públicos ou regiões de comércio, das quais constam prédios e imóveis abandonados, casas em situações precárias de infraestrutura e entre outros, espaços que são sublocados para as famílias com menor poder aquisitivo e condições financeiras de arcar com aluguéis ou moradias próprias.

Na casa de Taipa, a chave estava nas mãos dos outros, era só enfiar a mão na porta e tirar a madeira de trava. O telhado era de Palmeira e aguentava 2 ou 3 anos. E as pessoas antigamente era unido.

Sr. VICENTE, 57 anos, 07/01/2018¹⁴⁶.

A casa de palha quando colocava uma porta de tábuas, dava 3 pulos para cima, depois o telhado substitui a Telha Sergipe. Comprava de segunda mão em Olarias velhas. O centro de Camaçari era só de tábuas. A cama era de forquilha de vara de Tapororoca, com apoio de X, com 4 forquilhas, depois a vara (estrado) e a esteira de Licuri. O cambito era 8 pedacinhos de pau para tecer a esteira com folha de Licuri, 20 a 30 esteiras por semana, o cambito de Peri era colhido no brejo. O lençol era de pano de saco de açúcar, no colchão colocava folhas de bananeira, até amaciar fazia muito barulho.

Sr. UÍLSON, 07/01/2018¹⁴⁷.

A construção das casas de placa, o Padre João vinha, faziam os materiais aqui na comunidade e a própria família construía as próprias casas. Tinha 5 (cinco) anos, nem todo mundo aceitou essa ideia, e muitos achavam que ele era Comunista. A luz só chegou em 1986, particular com a Coelba. A água do chafariz com bomba para casa e a água bebia direto da torneira.

Sr. RAIMUNDO, 40 anos, 07/01/2018¹⁴⁸.

Neste ponto, resalto essa ancestralidade como formadora das famílias, da ocupação territorial, do terreno de moradia coletiva e da vida em comunidade, que advém desde o período da escravidão, no qual as senzalas eram destinadas aos “escravos” e compunham espaços coletivos de sobrevivência, de convívio, de resistência, de comunidade, de comunhão de crenças, saberes e fazeres. Diante disso, tal situação habitacional reproduziu-se com o Pós Abolição e a Alforria dos “escravos libertos”, que eram libertados ou alforriados nos centros urbanos ou áreas rurais, sem condições de arcar com moradia, alimentação ou o necessário para sua própria subsistência ou de sua família, por isso residiam conforme afirma João José

146 VICENTE, 07/01/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em 07 de Janeiro de 2018 por Sr. Vicente dos Reis com 57 anos, nascido e criado na comunidade.

147 UÍLSON, 07/01/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em 07 de Janeiro de 2018 por Sr. Uilson – conhecido como Sr. Nelsinho, morador da Cordoaria e com 76 anos de idade.

148 RAIMUNDO, 07/01/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em 07 de Janeiro de 2018 por Sr. Raimundo Reis de Jesus com 45 anos, nascido e criado na comunidade.

Reis no texto Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia Oitocentista para Vivaldo da Costa Lima, quando menciona:

O uso do termo *quilombo* para definir estes cortiços sugere um entendimento contemporâneo de seu papel como espaço de resistência africana, inclusive resistência a uma concepção burguesa de organização urbana preconizada por uma parcela dos homens ilustrados da Bahia. Mas não se tratava de um entendimento generalizado. Os menos ilustrados proprietários daqueles imóveis, por exemplo, se satisfaziam com a pontualidade dos inquilinos africanos, honestos que eram no pagamento de seus aluguéis. Que estes fossem morar juntos, ali ou em outros endereços, resultava tanto do desejo de “viver entre os seus”, quanto da discriminação que sofriam como “negros estrangeiros” que eram. REIS, 2006, p. 241¹⁴⁹.

Tal situação permanece no cotidiano do brasileiro, quando analisam-se as comunidades ou periferias, as construções antigas ou abandonadas, os imóveis em degradação do tempo ou condenados, as casas sem infraestrutura ou precárias e assim sucessivamente. O foco ou objetivo de estudo da pesquisa, não contemplava essa temática, portanto não têm-se entrevistas com os moradores de cortiços, pensões ou invasões urbanas, haja vista que, essa tipologia de moradia inexistente na comunidade.

Em conformidade com outra demarcação do território, pode ser constatada quando a Srta. Danielly (neta do Sr. Dadu) informa que permitiria que eu construísse uma casa no terreno ao lado da sua, dizendo: “pode derrubar essa árvore, porque minha mãe já derrubou a dela para fazer a nossa casa e, cada um tinha uma.” (Sra. DANIELLY, 20/02/2018)¹⁵⁰. A ação remete a um marcador de propriedade, transmissão de herança e de patrimônio para os filhos, dos quais situam-se no terreno cientes de que, cada um tem e terá o seu território demarcado por sua árvore. Árvore estas que são Jaqueira, Mangueira e Cajueiro, não se tem uma origem específica para a plantação de cada árvore ou a demarcação do território até então esclarecida e/ou evidenciada.

Retomando sobre os laços de parentesco e familiares na comunidade, a Família Matos Ferreira reside majoritariamente na Comunidade de Sucupira, mas, uma das filhas (Sra. Lígia, esposo e dois filhos) em Cordoaria, os demais no município de Camaçari - 2 (dois) filhos (Antônio e Flávio), esposas (Iasmin e Edvalda) e uma neta (Srta. Ana Flávia) - e, seguindo de 1 (um) filho (Sr. Alberto, esposa, enteado e um bebê em gestação) no município

149 REIS, João José (2006). Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia Oitocentista. Revista Afro-Ásia, n34, 2006. p237-313. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21118/13707>>. Acesso em 08 Mai 2018.

150 DANIELLY, 20/02/2018. Despedida da Família Matos Ferreira, quando a neta solicita a permanência e a moradia na comunidade, em um terreno que é coletivo da família, onde cada membro detinha uma árvore plantada pelo pai (Sr. Dadu) com espécies e locais diferentes na área do sítio. Atualmente, a única árvore que permanece é a Jaqueira, ao lado da Casa de Farinha.

de Dias D'Ávila. Salientando-se ainda que, expandem-se entre Vila de Abrantes, Parafuso, Jauá e Salvador os diferentes graus consanguíneos, sejam de irmãos/irmãos, tias/tios, primas/primos, sobrinhas/sobrinhos e assim sucessivamente.

Durante a pesquisa de campo, seja ela na imersão na Comunidade ou nas visitas esporádicas e eventuais, pode-se constatar os laços de parentesco entre os membros da região, independentemente do agrupamento Sucupira ou Cordoaria. Os laços são evidenciados quando se têm as casas construídas no mesmo terreno ou propriedade familiar, mas, por outro lado, também ocorrem as construções em áreas vizinhas e espalhadas por toda a comunidade. Assim sendo, uma família pode ter um parente de primeiro grau residindo em Sucupira, outro em Cordoaria e os demais em Terra Maior ou Morcego, como é o caso da Família Santana dos Santos, onde majoritariamente residem na Comunidade de Cordoaria – ao lado da Escola Municipal Nossa Senhora Santana, mas uma parte da família mora na Comunidade do Morcego.

Por conseguinte, se analisarmos a Comunidade e seus relatos de parentes, casamentos ou uniões teremos as seguintes constatações:

Muito grande, Cordoaria inteira.
Sr. EDUARDO, 55 anos, 31/12/2018¹⁵¹.

Cordoaria em peso.
Sr. RAIMUNDO, 45 anos, 31/12/2018¹⁵²

Geralmente todo mundo.
Sr. BISPO, 60 anos, 31/12/2018¹⁵³

Tudo é parente, é primo, tio, sobrinho.
Sr. NELSON, 47 anos, 31/12/2018.¹⁵⁴

Lá é todo mundo.
Sra. BERNARDETE, 45 anos, 04/01/2018¹⁵⁵.

Família. União. Família é tudo, se não tiver família, não tem união. É a base de tudo a família.
Sra. ESTEVAN, 74 anos, 13/10/2018¹⁵⁶.

151 EDUARDO, 31/12/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em Dezembro de 2018 por Sr. Eduardo Costa dos Reis com 55 anos, nascido e criado na comunidade.

152 RAIMUNDO, 31/12/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em Dezembro de 2018 por Sr. Raimundo Reis de Jesus com 45 anos, nascido e criado na comunidade.

153 BISPO, 31/12/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em Dezembro de 2018 por Sr. Bispo Freitas com 60 anos, nascido e criado na comunidade.

154 NELSON, 31/12/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em Dezembro de 2018 por Sr. Nelson Francisco Nunes da Conceição com 47 anos, nascido na comunidade e atual presidente da Sociedade Beneficente Senhora Santana.

155 Sra. Bernardete, 04/01/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em Janeiro de 2019 por Sra. Bernardete da Luz dos Reis, com 45 anos, nascida e criada na comunidade..

Considerando este contexto, outro indício é a confirmação da ancestralidade negra e quilombola da região com a permanência dos laços de parentesco, dos casamentos no território e com parentes próximos – alguns primos e primas –, a construção de casas no mesmo terreno ou propriedade familiar, a semelhança de sobrenomes e entre outras hipóteses relacionais da história e das Comunidades Remanescentes Contemporâneas.

Partindo dessa premissa, pode-se comprovar a existência de uma ancestralidade histórica, ou, parte do quebra-cabeça – ainda com muitas peças a serem encaixadas e desvendadas – como a genealogia da Família Matos Ferreira, que se entrelaçam com a Família dos Santos, ao realizar-se o matrimônio de Lígia Matos Ferreira dos Santos (filha de Sra. Carminha e Sr. Dadu) com Rogério Nunes (filho da Sra. Estevan e Sr. Antônio), bem como, a Família dos Reis e a Família dos Santos com o casamento do Sr. Vicente dos Reis e da Sra. Gislene Bonfim dos Santos, ou também, a Família Santana e dos Santos com a união do Sr. André e Sra. Damázia (in memoriam).

Resumindo-se, muitas outras árvores genealógicas poderiam ser construídas ou explicitadas na Dissertação, todavia, os laços continuariam em dado momento com uniões que voltariam a se entrecruzar e, ocasionar uma junção ou interligação do parentesco, seja com o casamento ou grau consanguíneo na comunidade.

156 ESTEVAN, 13/10/2018. Entrevista concedida a pesquisadora por Sra. Estevan Florentina dos Santos – conhecida como Sra. Estevan, esposa do Sr. Antônio (carpinteiro) nascida na localidade da Fazenda Ilha ou Ilha, um dos agrupamento étnicos da Comunidade Remanescente de Quilombo da Cordoaria e, moradora há mais de 50 anos na Cordoaria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais é a nomenclatura correta, segundo a ABNT, para o encerramento de trabalhos acadêmicos, artigos, teses, dissertações e etc, mas, como acredito que – Comentários Parciais seria mais adequado, isso porque, nunca teremos ou poderemos dizer as nossas considerações finais sobre algo, alguma coisa ou alguém, visto que, nós e o mundo não somos algo estático, que não sofrem mudanças e influências ao longo do tempo, da história e dos acontecimentos, por isso, não existe uma consideração final parada e sem alteração. Logo, substituiria este subtítulo para “Comentários Parciais”, por se tratar de algo passageiro, que pode ocorrer mudança de concepção, de visão e de conceitos a qualquer instante, motivada e ativada pelas experiências, vivências, conversas e momentos, que não são programados, estáticos e imutáveis.

Em consenso com o raciocínio anterior, torna-se importante ressaltar que, os comentários serão baseados no trabalho de campo realizado na Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria e no agrupamento étnico de Sucupira. Além disso, corroborando com a residência e estudos acadêmicos na cidade de Cachoeira/BA, dos conhecimentos, das vivências e da personalidade na cidade natal de São Paulo, dos veraneios e das férias na cidade de Pelotas/RS. Todas essas cidades, locais e situações que me formaram e constituíram-me no que sou e penso até hoje.

Para tanto, têm-se uma conceituação e um parâmetro de análise com vários vieses, isso significa, uma mentalidade urbana, individualista e capitalista da cidade que não para – São Paulo –, a visão de uma cidade pacata, brincadeiras, conversas e passeios durante as férias e o Verão que iniciava-se de manhã e encerrava-se em torno de 20h30 ou 21h00 – horário que o sol se punha e era a hora de entrar na casa dos meus avós João dos Santos e Therezinha Souza Soares – na cidade de Pelotas/RS. Outro paralelo, é o município de Cachoeira/BA e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), onde todos conhecem, sabem de você e da sua vida, mas você não os conhece e não interage da mesma maneira. Por fim, o mais importante de todos estes momentos foi a Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria e o agrupamento étnico de Sucupira, com sua tradição, cultura e população negra.

Local este que, adquiri uma nova família, uma “nova moradia”, uma experiência e vivência com a área rural – da qual não tinha vivenciado nestes 34 anos de idade -. Situações que às vezes, me davam medo, por ser algo novo, não concretizado ou vivido, principalmente por uma pessoa da “cidade grande”, que é grande no tamanho, mas não na reciprocidade, diferentemente do Quilombo, no qual as atividades são conjuntas, eu não vou sozinha para a Roça – posso até ir, mas se chamar outra pessoa, ela descerá comigo ou me guiará caso necessite de algo. Enquanto que, aqui na cidade, se precisar de auxílio, pode-se até pedir, mas dificilmente conseguirá esta ajuda, por isso muitos e muitos momentos entrava muda e saía calada, conversando comigo mesma e com Deus – meu maior incentivador e que me dava forças e coragem todos os dias, sem ELE não teria conseguido absolutamente nada do que conquistei.

Em segundo lugar, agradeço a minha mãe, que não poupou esforços financeiros e materiais para me manter aqui na cidade, mesmo não entendendo como vim parar aqui e porquê dessa escolha, com tantas e tantas faculdades renomadas em São Paulo. Também não entendo até hoje, quando me perguntam digo que é por tratar-se da temática do Programa de Pós Graduação em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, mas essa é uma resposta acadêmica e racional, porque a resposta emocional e do coração, eu não a tenho, sempre digo que um dia DEUS revelará porque escolheu ou traçou o meu caminho para a cidade de Cachoeira/BA, para Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria e da Sucupira e, assim sucessivamente. Sei que nada na vida é por acaso, acaso e coincidências não acontecem, tudo que acontece está no controle de DEUS, porque Ele sabe de todas as coisas. Falando nisso, essa religiosidade é algo que não tinha em São Paulo e nem em Pelotas, nunca fui tanto a missa, procissões religiosas, novenas ou festejos católicos, em vários momentos me sentia uma “beata”, porque era eu e as senhoras na igreja, em algumas semanas chegava a frequentar de terça, quinta e domingo, ou seja, todos os dias em que a Igreja abria e, se tivesse novena ou alguma outra missa também encontrava-me lá.

Friso que, no início do Mestrado foi um percurso profissional e acadêmico de benesses e agruras, relembro que eram os momentos difíceis, de desalento, de solidão, de privação e de falta de conforto, mas, em contrapartida, os incentivos eram os demais. Momentos de motivação em que ocorria a transmissão do conhecimento popular, as dicas da Feira, o saber notório no quilombo, as especificidades de cada alimento e tantas outras

situações. As viagens para Salvador, que foram pouquíssimas, apenas para o Aeroporto ou em algum evento acadêmico, serviam-me como uma renovação de energias, nova vida, novas forças sendo recarregadas para quando retornar a Cachoeira. Neste ponto vou abordar as questões relativas a este tema. Situações bem difíceis, emocionalmente e academicamente, foram enfrentadas durante o período de residência no estado da Bahia, local este que pensaria ser bem acolhedor, atencioso e dedicado a receber os visitantes ou recém-chegados. Mas, não foi o que aconteceu, tudo que eu precisava resolver era comigo e comigo mesmo, não pedia auxílio – ao menos que fosse extremamente necessário – e, quando solicitava a ajuda não vinha, então resolvi não mais me rebaixar – posso até ter sido um pouco orgulhosa neste ponto –, mas as situações se repetiam, sejam em conversas por aplicativos de redes sociais ou presencialmente. Situações simples, como uma informação sobre o ocorrido em uma aula que havia faltado ou sobre a disponibilidade de um texto e, assim sucessivo.

Já com relação a cidade, eram informações sobre como encontrar ou localizar os itens mais baratos, as melhores barracas ou mais confiáveis na Feira, o mercado mais adequado para comprar carne e, entre outras situações corriqueiras do dia a dia ou de uma dona de casa. Dona de casa, quem diria? Essa atividade me exigia bastante, desde as compras, limpar, guardar, fazer a comida, limpar a casa e mantê-la organizada, sempre privilegiando a leitura dos textos para as disciplinas e, muito pouco para o meu projeto ou escrita da Dissertação.

Dissertação, que tornou-se o foco e meta de vida no mês de Abril de 2018, data em que a situação de ficar na cidade de Cachoeira/BA ou retornar para São Paulo em Junho seria definida. Então, a solução é a corrida contra o tempo e resolver tudo, quando digo tudo é tudo: todos os projetos, perguntas, entrevistas, fotografias, registros, documentos e entre outros materiais e fontes na elaboração da mesma, isso porque, em São Paulo encontraria outras bibliografias, referências e materiais, mas a prática e a oralidade do Quilombo não mais será possível, e a vivência no campo de estudo é essencial para guiar e orientar todo o trabalho de escrita, construção do texto e finalização do processo formativo, bem como fundamentará um subsídio técnico para a elaboração do laudo antropológico e o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria.

De acordo com este contexto, torna-se necessário evidenciar alguns fatores, o primeiro deles é que este não é um trabalho individual, foi construído a muitas mãos, que ajudaram-me – dentro de suas possibilidades – a estabelecer o objeto de estudo da pesquisa, o recorte teórico e histórico, os interlocutores e as temáticas essenciais para a Comunidade, não só para a finalização do Mestrado, mas para também colaborar com o registro das memórias, das narrativas e das estórias das pessoas no território quilombola, negro e indígena na região metropolitana de Salvador/BA.

Sob a ótica, quando mencionado que muitas mãos atuaram nesta Dissertação de Mestrado, não obstante, a meta inicial eram 100 (cem) entrevistas, onde todos ajudaram neste processo, seja respondendo ou chamando outras pessoas para participar da pesquisa. Processo esse colaborativo e coletivo, iniciando com a Família Matos Ferreira, depois o agrupamento de Sucupira, Cordoaria e até o Morcego, seguindo para a Feira de Camaçari, onde as entrevistas eram realizadas entre um fregues e outro, nas pausas do movimento, com a espera do transporte coletivo e, assim uma a uma eram concluídas, sendo que, ao final do dia eram contabilizadas – se o cansaço, o corpo e a mente permitiam. Assim como, o caderno de campo e seu preenchimento, que poderia ser antes de dormir ou na madrugada ao acordar, mas sem um dia esquecer deste relato tão importante a registrar, no qual os acontecimentos, as memórias e as estórias eram escritas, com minhas palavras, sensações e emoções, sem esquecer do principal, contribuir e retribuir todo o bem que estavam fazendo-me, não apenas para a conclusão do Mestrado, mas o aprendizado para a vida.

Um destes momentos cruciais foi o último dia na comunidade, onde ainda tinham algumas entrevistas impressas e em branco, mas com a ajuda da Sra. Aninha e Sr. Gabriel, consegui concluir todos os questionários e entrevistas planejadas. Planejamento este que, superou a meta inicial e totalizaram 177 (cento e setenta e sete) questionários demográficos, socioeconômicos e entrevistas no trabalho de campo. Entrevistas que, foram a base para o desenvolvimento dos dados estatísticos, dos parâmetros da comunidade, dos pensamentos e visões dos moradores, dos conceitos importantes ou irrelevantes no seu cotidiano, na identidade negra e quilombola – se ela existe ou está em processo de construção –, na vida que é difícil, mas não se reclama ou anda-se murmurando, pelo contrário, o único descontentamento ou menção é que poderia melhorar a Saúde com um Posto Médico, mas mesmo assim não sairiam da Comunidade. Portanto, as narrativas, as estórias, as citações e as

falas descritas durante todo este trabalho tem um rosto, uma estória de vida, um sentimento e uma força que carrego no coração e em cada palavra escrita neste trabalho, quando lembro da pessoa e da situação na qual transcorreu-se a entrevista.

Outro processo dessa Dissertação de Mestrado foi a procura e a busca por documentos históricos ou materiais impressos que trouxessem indícios, vestígios ou apontamentos sobre a origem do território, no qual a documentação é baseada em indicações, caminhos e percursos históricos documentais, onde não tinha esta experiência ou vivência acadêmica – por não ser a minha formação ou graduação inicial, mas que uma informação daqui e outra dali, o quebra cabeça era construído, ainda com peças que só o tempo e futuras pesquisas resolverão e, quem sabe muitas estórias e acontecimentos do território a revelar.

Todavia, acredito que este referencial de trabalho acadêmico pode ser utilizado nas escolas da Comunidade Remanescente de Quilombo de Cordoaria em suas diferentes séries da Educação Básica, compondo a Escola Municipal de Educação Infantil da Sucupira, Escola Municipal Nossa Senhora Santana (1º ao 3º ano do Ensino Fundamental I), Escola Municipal de Terra Maior (5º ano do Ensino Fundamental I) e, a Escola Municipal de Maracaiúba (4º ano do Ensino Fundamental I), responsável pelo atendimento dos alunos da comunidade e inserida em outro território não pertencente aos agrupamentos étnicos de Cordoaria (Cordoaria, Sucupira, Morcego e Terra Maior). Para além disso, um Projeto Político Pedagógico adequado para a Educação Escolar Quilombola, o registro da memória dos Patrimônios Vivos e as histórias da localidade, um recurso didático e metodológico para as futuras gerações e na continuação da pesquisa e identificação das raízes e origens deste território ancestral. Em outra vertente, a Dissertação de Mestrado poderá auxiliar no desenvolvimento de uma peça técnica do Laudo Antropológico, do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) do território quilombola no Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

Por conseguinte, o objetivo geral do trabalho era a identificação do território, até então entendido como uma comunidade negra rural, mas com o desenvolver das pesquisas e do trabalho de campo, apresentou-se com origem étnica indígena Tupinambá. Assim sendo, um dos resultados é a constatação de um território afro-indígena, através de documentações referentes a ocupação e posse das terras com propriedades datadas de 1919 a 1943 e, um dos

possessórios consta o nome de “Eduardo de Tal”, isso é uma hipótese de região escravocrata, visto que, o indivíduo não apresenta um nome e sobrenome.

Subsequente, a memória dos mais velhos, das narrativas e entrevistas realizadas no trabalho de campo é um resultado alcançado, do qual foi possível elencar os dados que a comunidade poderá acessar para contribuir com a peça antropológica da normativa nº 20, bem como para a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Prova disso, é o Sr. Firmino Francisco de Matos com 107 anos - completados em 2019 –, e suas memórias do tempo de trabalho no Engenho, na fabricação dos caixões, o trajeto para o sepultamento dos corpos pelas estradas de terra e carregado pelos homens, a paisagem local, os moradores e as famílias mais antigas.

A genealogia da Família Matos Ferreira e da Família Santana dos Santos foi um dos produtos resultantes da pesquisa, exercendo papel fundamental na construção da memória e da comunidade, sem a qual não seria possível compreender o significado das práticas e técnicas de produção que sustentam o nome da Comunidade de Cordoaria. Com isso, na etimologia da palavra - Cordoaria - origina-se das práticas, habilidades com o manuseio das cordas utilizadas desde seus antepassados na produção de esteiras para dormir e para os “caçoas” - balaios - dos animais de cargas usados na época. Naquela época, as mulheres usavam a palha do Licuri como matéria-prima, extraíam nas matas da região, a desfiavam com a ponta de uma faca e em seguida, com finas tramas desse produto teciam e entrelaçavam para formar as esteiras que, seriam semelhantes às de palha natural existente na contemporaneidade.

No que diz respeito, a árvore genealógica da Família Matos Ferreira é um dos indícios da remanescência negra e quilombola na região do município de Abrantes desde os anos de 1927, data em que consta o Processo de Registro de Venda de Terras com o proprietário Paulino José de Mattos e sua propriedade denominada Ilha. A região mencionada era a moradia e residência da Sra. Maria do Carmo de Matos até seus 21 anos de idade, quando casasse com o Sr. Florisvaldo Gomes Ferreira e, transferi-se para o agrupamento étnico de Sucupira. Local este em que, iniciaram a constituição da Família Matos Ferreira, com seus filhos, netos e bisnetos habitando, residindo e ocupando este território ancestral indígena, negro e quilombola.

O documento histórico do processo de terras, foi localizado nos meus arquivos do notebook e inserido no trabalho de conclusão do curso – por coincidência ou não – no dia 18 de Agosto de 2019. Data em que realizava as correções do trabalho de Dissertação para encaminhar a “versão final” a orientadora e, respectivamente a banca de professores. Ressaltando que, o documento está um estado de conservação com algumas fissuras no papel, corrosão em outras partes e a deterioração do tempo e dos anos podem inutilizar para futuras pesquisas acadêmicas e históricas. Bem como, os demais processos de venda e registro de terras no Município de Abrantes, datados de 1919 a 1943, que sua consulta só foi possível com o auxílio de funcionários para o manuseio e transferência de páginas com a proteção de luvas e máscara e, alguns deles já seriam colocados na lista de inutilizados. Outra coincidência, realizando as correções finais, organização dos documentos e realocação dos mesmos, a Ata de Assembleia Geral Extraordinária de aceitação da regularização fundiária das terras da Comunidade Quilombola de Cordoaria é datada de 10 de Novembro de 2010, ou seja, a documentação está completando 9 (nove) anos, mas ainda não têm-se uma conclusão desse processo administrativo e nem a demarcação definitiva do território.

Ademais, na árvore genealógica da Família Santana dos Santos constata-se um outro indício documental das remanescências no território, quando no Processo de Compra de Terras datado de 1926 apresenta o Sr. Joaquim de Sant’Anna Mello como requerente das terras nas imediações da comunidade e no município de Abrantes, localizando nos limítrofes da comunidade.

Tratando-se ainda dos documentos históricos, abrangem a pesquisa com os Processos de Terras do Município de Abrantes (1919 a 1943), a Matrícula dos Engenhos da Capitânia da Bahia (1807 a 1859), Governo da Província Engenhos (1824 a 1889)¹⁵⁷, Câmara de Abrantes (1824 a 1851), a Doação de terras jesuíticas aos indígenas para, posterior transformação de Aldeia do Divino Espírito Santo para Vila de Abrantes – distrito no município de Camaçari/BA, o Processo Administrativo de Regularização Fundiária (2010), a Certidão de Autorreconhecimento pela Fundação Cultural Palmares (2005), o Quadro geral de Certificações das Comunidades Remanescentes de Quilombo Brasileiras e o comparativo anual de certidões expedidas e atualizadas até 18 de Fevereiro de 2019.

¹⁵⁷ O documento do Governo da Província está deteriorado, várias páginas separadas por um papel sulfite para facilitar o manuseio e a troca das páginas, alguns pedaços do documento já corroídos ou com falhas. Se for analisar, esta documentação tem 130 anos de idade, isso significa é superior a qualquer reles mortal no mundo.

Já com relação aos dados identificados também foi possível revisar a Cartografia Social da Comunidade com o documento da terra, da memória e da genealogia das famílias supracitadas. Assim como, a partir do levantamento dos dados acima descritos o trabalho se constitui de um elemento fundante do propósito inicial da Cartografia Social dos Grupos no território. Território esse, constituído de vários grupos e elementos culturais do que é denominado como grupo, porque a partir disso a comunidade é tratada como um conjunto de pessoas – inter-relacionando-se e constituindo determinados grupos específicos – que levará para os diferentes grupos que compõem a comunidade. Os dados concatenados desmistificam os preconceitos étnicos e raciais relacionados a religiões de matriz africana e que não são vistos atualmente, porque a maioria dos moradores é praticante da religião evangélica.

Partindo-se para o território físico e sua localização geográfica teremos o indício de uma região indígena ou afro-indígena, onde o povo tem a hipótese de origem étnica Tupinambá. Sendo um novo grupo localizado pelo método indiciário ou onomástico de Carlo Guinzburg e, este mesmo método identifica outros grupos como os evangélicos, católicos, protestantes, batistas, pentecostais e entre outros.

A análise dos dados nas entrevistas realizadas, algumas informações e conteúdos temáticos remetem a memória da religião de matriz africana, que é recorrente e não recente. Isso porque, o ataque aos terreiros desde o Pós Abolição que a população africana enfrenta com as epistemologias do Sul, primeiramente com o grupo de católicos, evangélicos e etc. Desse modo, os povos abissais são invisibilizados na sociedade, isto hoje é posto pelas igrejas pentecostais e, não mais pelo capitalismo, das relações de poder, do campo da colonização, da colonialidade, da destruição daquilo que foi construído, a imposição do medo e o enaltecimento daquilo que eu cultuo. Este talvez, seja o único dado que dialogue com os dados da pesquisa, da colonialidade e da aceitação do modo de vida, de existência e da dominação de um grupo que está posto na Comunidade de Cordoaria.

Retratando o modo de vida, as práticas e técnicas da área rural quilombola e indígena, muito tem-se esquecido, mas outros tem-se preservado, como a plantação de mandioca e do aipim, a produção de beiju, o consumo de frutas nativas como a Jaca, a Manga, a Banana, o Abacate e o Coco.

Por fim, a especulação imobiliária é um conceito contínuo do rural e do urbano, que tem como teórico o Antônio Cândido da região de Rio Bonito, e sendo essa, a maior luta

exógena e não interna. Mas, com a especulação do espaço que é com os documentos de registro das propriedades privadas de 1919 a 1943 e, expressa a relação continuum entre o urbano e o rural. Bem como, esta fronteira pode ser visualizada no percurso teórico metodológico com o mapa apresentado no capítulo I – parte III -, no qual é possível observar nas imagens iconográficas – fotográficas – que remontam e demonstram a relação do processo entre o rural e o urbano, como o pilão usado na produção do azeite de dendê caseiro, Onde, o indivíduo que não reside na área rural, mas está na associação de retornar a ruralidade perdida e, seu esforço na preservação dos valores na comunidade e a produzir um encantamento no outro por sua história, sua memória e sua origem étnica indígena, negra e quilombola.

Ressalto uma das tristezas e decepções do trabalho de campo no tocante aos registros fotográficos, vídeos e anotações no smartphone que perderam-se no tempo e com a tecnologia, no qual, em dado momento facilitava o dia a dia com as gravações das entrevistas em áudio, as fotografias do cotidiano, mas que, por um problema no aparelho de celular elas também suprimiram-se, como a história se não for contada, o tempo a apagará.

Para finalizar, com relação a Educação Escolar Quilombola, tal estudo acadêmico não objetivou este enfoque teórico, mas pode ser utilizado como uma reflexão das necessidades e peculiaridades de cada faixa etária e de Ensino, visando uma ressignificação e uma contextualização do cotidiano escolar, a realidade social, a vivência e as experiências das crianças, dos adultos e dos mais velhos para dentro do ambiente educacional. Do qual, muitas das vezes, ficam apartados do cotidiano da comunidade e não se inserem aos membros do entorno para participarem deste espaço de convivência, de vivências e experiências que ficam marcados na vida e no processo de formação e de desenvolvimento destes infantes, que podem e serão os responsáveis por perpetuarem e por manterem vivas as memórias, as culturas, as tradições, os saberes, os fazeres e as singularidades do povo quilombola de Cordoaria. Hoje, isso pode não parecer nada ou não ser relevante aplicar ou influenciar como conhecimento acadêmico, institucional e escolar para a base da Educação e para as crianças da comunidade e região, mas no futuro, se eles não souberem e não conhecerem suas raízes, suas origens e sua história, ela se perderá no passado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANGELINO, 2018. Entrevista concedida a pesquisadora em Junho de 2018 por Sr. Angelino, filho do Sr. André e Sra. Roxa, um dos moradores nascidos e criados na comunidade.
- ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS: GEOGRAFIAS, CARTOGRAFIAS & CONFLITOS INSTITUCIONAIS. Revista Eixo. Brasília, n v. 6, n. 2, p. 30-43, 1 out. 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Família/Downloads/513-Texto%20do%20artigo-2208-1-10-20171206.pdf. Acesso em: 16 ago. 2019.
- ANTÔNIO – Sr. Sr. Taia, 24/10/2018. Entrevista concedida a pesquisadora por Antônio Matos Ferreira – filho do Sr. Florisvaldo (Dadu) e Sra. Maria do Carmo (Carminha) com 28 anos de idade, nascido e criado na comunidade de Sucupira.
- ATA DE ASSEMBLEIA, 10/11/2010. Ata de Assembleia Geral Extraordinária de aceitação da regularização fundiária das terras da Comunidade Quilombola de Cordoaria.
- ASCOM/PMC, 26/07/2017. Casa de farinha do local será reinaugurada domingo (26). Prefeitura Municipal de Camaçari. Notícias. Disponível em: <http://secult.camacari.ba.gov.br/portal/noticia.php?cod_noticia=23264>. Acesso em: 07 jul. 2017.
- AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. Engenhos açucareiros na Bahia - Sugar cane Farms in Bahia: O Recôncavo, seus limites e sua conformação - The Recôncavo, its Limits and Conformation. In: AZEVEDO, Esterzilda Berenstein. Engenhos do Recôncavo Baiano - Sugarcane Farms of Bahia's Recôncavo. Brasília: Iphan, 2009. p. 23-28. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/ColRotPat7_EngenhosReconcavoBaiano_m.pdf>. Acesso em: 27 set. 2018
- BAHIA – CONDER, 2014. Painel de informações: dados socioeconômicos da Região Metropolitana de Salvador [livro eletrônico]. Setor de Dados e Informações Geoespaciais (SEDIG – Organizador) Anderson Gomes de Oliveira et al (equipe técnica) – 4ª ed. – Salvador: CONDER/INFORMES, 2014. Disponível em: <http://www.informs.conder.ba.gov.br/wp-content/uploads/2016/10/2_INFORMES_Painel-de-Informações_2015.pdf>. Acesso em 27 set. 2018.
- BAHIA (1992). Companhia de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Salvador. Perfil do município de Camaçari. Salvador: CONDER/SEPLANTEC, 1992. In: BORGES, Kátia Nogueira (2004). Abordagem etnoecológica de uma Comunidade da região metropolitana de Salvador: o caso de Cordoaria, Município de Camaçari-BA. 2004. 177 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, 2004.
- BARBOSA, Pedro. A violência contra a população de negros/as pobres no Brasil e algumas reflexões sobre o problema. Cadernos de campo: Revista de Ciências Sociais. Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho - Faculdade de Ciências e Letras (FCLAR), Araraquara/SP, n. 19, p. 185-198, jan. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/7702/5535>>. Acesso em: 26 jun. 2017.
- BENADIBA, Laura; PLOTINSKY, Daniel (ANO). Historia oral: construcción del archivo histórico escolar. Una herramienta para la enseñanza de las ciencias sociales. Buenos Aires &

México: Ediciones Novedades Educativas, 2001. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=XjLFlFq0rxwC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false/>>. Acesso em: 27 Mai. 2018 as 23h29.

BORGES, Kátia Nogueira (2004). Abordagem etnoecológica de uma Comunidade da região metropolitana de Salvador: o caso de Cordoaria, Município de Camaçari-BA. 2004. 177 p. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável)- Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

BRASIL - BND DIGITAL, 14/05/2015. Mapa da Comarca da Bahia de Todos os Santos, sua divizão he do Rio Jiquiriçá athe o rio Real pela parte norte. Biblioteca Nacional Digital. Rio de Janeiro: Fundação da Biblioteca Nacional, 14/05/2015. Disponível em: <<https://bndigital.bn.gov.br/artigos/mapa-da-comarca-da-bahia-de-todos-os-santos-sua-divizao-he-do-rio-jiquirica-athe-o-rio-real-pela-parte-do-norte/>>. Acesso em: 01 jul. 2018.

BRASIL – INCRA, 2018. Relação de processos de regularização abertos no INCRA. Relação de processos de regularização abertos no Instituto nacional de colonização e reforma agraria. Brasília, 20 mar. 2018. Quilombolas. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.Pdf>>. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL, 2016. Incra reconhece quilombolas como beneficiários da política de reforma agrária: Portaria determina que produtores sejam inseridos nas políticas de assistência técnica (Ater), de agro industrialização (Terra Sol e Terra Forte) e de educação (PRONERA). Direitos no campo, Brasília, 21 abr. 2016. Cidadania e Justiça, p. 1. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2016/04/incra-reconhece-quilombolas-como-beneficiarios-da-politica-de-reforma-agraria>>. Acesso em: 27 set. 2018.

_____, 2007. Portaria nº 98 de 26 de Novembro de 2007. Confere o art. 1º da Lei nº 7.688, de 22 de agosto de 1988, e considerando as atribuições conferidas à Fundação pelo Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombo de que trata o art. 68/ADCT, e o disposto nos arts. 215 e 216 da Constituição Federal. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/03/ANEXO-04-Portaria-FCP-nº98-de-26-de-novembro-de-2007.pdf>>.

CAPES, 31/05/2018. Catalogo de Teses e Dissertações. Disponível em: <<http://catalogodetes.capes.gov.br/catalogo-teses/#!/>>. Acesso em 31 Mai. 2018.

CIDADE-BRASIL (2018). Região metropolitana de Salvador. Disponível em: <<https://www.cidade-brasil.com.br/regiao-metropolitana-de-salvador.html>>. Acesso em: 27 set. 2018.

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO, 2009. Terra de Quilombo. Boletim 05, São Paulo, n. 5, p. 1-4, set. 2009. Disponível em: <http://www.cpis.org.br/pdf/Boletim05_Terras.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2017.

_____, 2017. Terras quilombolas: Como se titula uma terra. Disponível em: <<http://www.cpis.org.br/terras/html/comosetitula.aspx>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

_____, 2017. Quilombos e legislação. Disponível em: <<http://www.cpisp.org.br/htm/leis/apresentacao.aspx>>. Acesso em: 18 dez. 2017.

FCP, 2018. Comunidade Remanescente de Quilombo – Comunidades certificadas. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/comunidades-remanescentes-de-quilombos-crqs>>. Acesso 26 Set. 2018.

_____, 2018. Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551>. Acesso em 26 Set. 2018.

DOC, 30/01/2018. Diário Oficial da Prefeitura de Camaçari, Ano XV, nº 859 de 30 de Janeiro de 2018, no Ato do Poder Executivo publica a Resolução nº 565/2017 retificada o Conselho Municipal de Contribuintes nos autos do Recurso de nº 547/2017. Disponível em: <http://arquivos.camacari.ba.gov.br/diarios/30011803360514334.pdf?iframe=true&width=80%&height=90%>>. Acesso em 09 Nov. 2019.

FERREIRA, Marieta de Moraes (org.) História oral: desafios para o século XXI. / Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tânia Maria Fernandes e Verena Alberti. — Rio de Janeiro : Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC - Fundação Getúlio Vargas, 2000.

DA MATTA, Roberto, 2000. Brasil dois mil: um exército de Profecia. IN: FERREIRA, Marieta de Moraes (2000). História oral: desafios para o século XXI. / Organizado por Marieta de Moraes Ferreira, Tânia Maria Fernandes Verena Alberti. — Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Casa de Oswaldo Cruz / CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, 2000.

DADU, 2011. Entrevista filmada por alunos da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. In: SILVEIRA, Rafael Rebouças (12/072011). Cordoaria.wmv. Edição Rafael Rebouças Silveira. Trabalho realizado na disciplina de Comunicação e Comunidade na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Camaçari: Abrantes, 12 jul. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4hP7AZp5GG8>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

_____, 01/01/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em 01 de Janeiro de 2018 por Sr. Florisvaldo Ferreira Gomes – conhecido como Sr. Dadu – com 63 anos de idade e morador há mais de 50 anos na comunidade.

_____, 14/06/2018. Trabalho de campo no encerramento da visita técnica de servidores agrários da Região Metropolitana de Salvador em 14 de Junho de 2018 na propriedade do Sr. Florisvaldo Ferreira Gomes, conhecido como Sr. Dadu, morador há mais de 50 anos na localidade de Sucupira, um dos agrupamentos étnicos da Comunidade Remanescente de Quilombo da Cordoaria..

ELIAS, Nobert; SCOTSON, John L.,2000. Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade / Nobert Elias e John L. Scotson; tradução Vera Ribeiro, tradução do Posfácio a edição alemã Pedro Sússekind, apresentação e revisão técnica Federico Neiburg – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESTEVAN, 13/10/2018. Entrevista concedida a pesquisadora por Sra. Estevan Florentina dos Santos – conhecida como Sra. Estevan, esposa do Sr. Antônio (carpinteiro) nascida na localidade da Fazenda Ilha ou Ilha, um dos agrupamento étnicos da Comunidade Remanescente de Quilombo da Cordoaria e, moradora há mais de 50 anos na Cordoaria.

FCP, 19/07/2019. Certidões expedidas às Comunidades Remanescente de Quilombos (CRQ's) atualizada até a Portaria nº88/2019, publicada no DOU de 13/05/2019. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/certificadas-13-05-2019.pdf>>. Acesso 19 Jul. 2019.

FCP, 19/07/2019. Quadro Comparativo Anual de Certificações: Certidões expedidas com dados atualizados até a Portaria nº 34 de 18/02/2019. Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/qcac-fev-2019.pdf>>. Acesso 19 Jul. 2019.

FERREIRA, Márcio, 2016. A economia dos quilombos: Trocas de excedentes agrícolas com o entorno ainda sobrevivem nas comunidades rurais negras da atualidade. Revista Pesquisa FAPESP, São Paulo, n. 242, p. 1-100, abr. 2016. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/04/19/a-economia-dos-quilombos/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

GASMAN, Lydinéa, 1976. Documentos históricos brasileiros / Lydinéa Gasmam. Rio de Janeiro: FENAME, 1976. 302 p. ilustr.

GEO POLIS, 26/11/2018. Construção de mapa pela pesquisadora do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo da Cordoaria e seus agrupamentos étnicos.

GIL, Antônio Carlos, 1946. Como elaborar projetos de pesquisa / Antônio Carlos Gil. - 5. ed. - São Paulo: Atlas, 2010.

GIL, Gilberto; SALOMÃO, Waly. 1986. Quilombo: o Eldorado Negro. Intérprete: Gilberto Gil. Compositor: Gilberto Gil e Waly Salomão. Produção: EUA & Canadá: Gege Edições, Preta Music e EMI Songs do Brasil Edições Musicais LTDA., 1986. Disco sonoro. Disponível em: <http://www.gilbertogil.com.br/sec_disco_interno.php?id=23>. Acesso em 01/05/2018.

GUIA GEOGRÁFICO, 02/10/2018. Bahia: Camaçari: Abrantes. Disponível em: <<http://www.bahia-turismo.com/camacari/abrantes.htm>>. Acesso em: 02 out. 2018.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de, 2008. Antropologia, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade. Revista Pro-Posições, v. 19, n. 3 (57). Campinas, SP: Unicamp, Set./dez. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v19n3/v19n3a04>>. Acesso 13 Ago. 2019

GOMES, Flávio dos Santos, 2016. A economia dos quilombos: trocas de excedentes agrícolas com o entorno ainda sobrevivem nas comunidades negras rurais. In: Revista Pesquisa Fapesp Municipal. A economia dos quilombos: Trocas de excedentes agrícolas com o entorno ainda sobrevivem nas comunidades rurais negras da atualidade. História, São Paulo, n. 242, p. 1-10, abr. 2016. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/04/19/a-economia-dos-quilombos/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

GOOGLE MAPS, 2018. Localização geográfica. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps/place/Abrantes,+Lauro+de+Freitas+-+BA/@-12.821358,-38.2905877,11z/data=!4m5!3m4!1s0x7163faf377cd4ff:0x4106634a3c941a97!8m2!3d-12.8447627!4d-38.2770374>>. Acesso em: 27 set. 2018.

IBGE - BRASIL, 2018. Panorama - Brasil: Bahia - Camaçari: Região metropolitana de Salvador. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília: IBGE, 2018. 100 p.

Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/camacari/panorama>>. Acesso em: 28 set. 2018.

IBGE, 2018. Camaçari/BA. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/camacari/panorama>>. Acesso em: 28 set. 2018.

INCRA, 19/07/2019. Relação de processos de regularização abertos no INCRA. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/sites/default/files/incra-processosabertos-quilombolas-v2.pdf>>. Acesso 19 Jul. 2019.

_____, 15/07/2015. Quadro atual da política de regularização de territórios quilombolas no Incra. Ministério de Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Diretoria de Ordenamento da estrutura fundiária e Coordenação Geral de regularização de territórios quilombolas. Brasília: INCRA – DFQ, 15 Jul. 2015. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/estruturafundiaria/quilombolas/passo_a_passo_atualizado_pdf.pdf>.

_____, 2014. Relatório sócio-histórico-antropológico Comunidade Quilombola de Santa Fé: Costa Marques – RO. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Superintendência Regional da Rondônia, Divisão de Ordenamento da estrutura fundiária, Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas. Porto Velho: Rondônia, 2014. Disponível em: <http://www.consultaesic.cgu.gov.br/busca/dados/Lists/Pedido/Attachments/492916/RESPOSTA_PEDIDO_Relatrio%20Antropolgico%20I.pdf>. Acesso em 21 Mai. 2018.

_____, 20/11/2017. Ordenamento de estrutura fundiária: Quilombolas. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/quilombola>>. Acesso 20 Nov. 2017.

IPEA - BRASIL, 2010. Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras: Região metropolitana de Salvador. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, 2010. Disponível em: <http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/141125_atlas_salvador>. Acesso em: 28 set. 2018.

JECUPÉ, Kaká Werá (1998). A terra dos mil povos: história indígena brasileira contada por um índio / Kaka Werá Jecupé. - São Paulo: Peirópolis, 1998. (Série educação para a paz). Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=ihnoC6L_tLYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em 28 Mai. 2018 as 22h43.

LEITE, Márcia Maria da Siva Barreiros, 2005. Entre a tinta e o papel: memórias de leituras e escritas femininas na Bahia (1870 – 1920) / Márcia Maria da Silva Barreiros Leite. Salvador: Quarteto, 2005.

MDS, 2019. Bolsa Família e Cadastro Único no seu município – Município de Camaçari. Relatório gerado em 12/02/2018. Disponível em: <www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em 13 Mar. 2019.

NOSSA CULTURA, 2018. Comunidades Quilombolas é um vídeo produzido e/ou divulgado pelo Governo do Estado da Bahia e Secretaria de Comunicação Social (SECOM) acessível no site Youtube. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?time_continue=113&v=3w6IKY-OnfU>. Acesso em 06 Abr. 2018

OLIVEIRA, Rosy de, 2010. O barulho da terra: Nem Kalunga Nem Camponeses. / Rosy de Oliveira. Curitiba, PR: Editora Progressiva, 2010.

PENSO, Maria Aparecida; COSTA, Liana Fortunato, 2008. A transmissão geracional em diferentes contextos: da pesquisa à intervenção / Maria Aparecida Penso, Liana Fortunato Costa (orgs.). - São Paulo: Summus, 2008. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=jSQnJ-9E4xAC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 29 Mai. 2018 as 19h04.

PERAFÁN & OLIVEIRA, 2013. PERAFÁN, Mireya E. Valencia e OLIVEIRA, Humberto. Território de Identidade. Coleção Política e Gestão Cultural. P55 Edições: Secretaria da Cultura do Estado da Bahia, 2013.

PINTO, Ana Flávia Magalhães, Ano. Imprensa negra no Brasil do século XXI: consciência em debate. / Ana Flávia Magalhães Pinto. - São Paulo: Selo Negro, 2010. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=vzjuvaPyNIYC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em 28 Mai 2018 as 22h15.

PLATAFORMA LATTES, 2018. Currículo Lattes: Flávio dos Santos Gomes. Disponível em: <<http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4782975P2>>. Acesso em: 27 set. 2018.

PORTAL DE ABRANTES, 14/03/2017. In: POSITIVO, Moura (2017). Abrantes: Quilombo realiza evento cultural com trilha ecológica na Cordoaria. Portal de Abrantes, Camaçari, 14 mar. 2017. Cultura. Disponível em: <<http://www.portalabrantest.com/noticia/6885/index.html#home>>. Acesso em 26 set. 2018.

POSITIVO, Moura, 2017. Abrantes: Quilombo realiza evento cultural com trilha ecológica na Cordoaria. Portal de Abrantes, Camaçari, 14 mar. 2017. Cultura. Disponível em: <<http://www.portalabrantest.com/noticia/6885/index.html#home>>. Acesso em 26 set. 2018.

PREFEITURA DE LAURO DE FREITAS, 2018. História do Município. Prefeitura de Lauro de Freitas. Disponível em: <<http://www.laurodefreitas.ba.gov.br/site/noticia/historia-do-municipio/118>>. Acesso em 04 Jul. 2018.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMAÇARI. Governo municipal. Município - História: História. Disponível em: <<http://www.camacari.ba.gov.br/2015/historia.php>>. Acesso em: 07 jul. 2017.

QUIJANO, Anibal, 2005. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas, Buenos Aires, p. 117-142, set. 2005. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624_103322/12_Quijano.pdf> Acesso em: 16 maio 2018.

RAIMUNDO, 07/01/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em 07 de Janeiro de 2018 por Sr. Raimundo Reis de Jesus com 45 anos, nascido e criado na comunidade.

REIS, João José, 2006. Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia Oitocentista. Revista Afro-Ásia, n34, 2006. p237-313. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/21118/13707>>. Acesso em 08 Mai 2018.

RODRIGUES, Léo; PASSOS, Gésio, 20/11/2012. Mapa dos Quilombos: a geografia da resistência. Empresa Brasileira de Comunicação. Publicado em 20 Nov. 2012 as 13h35. Atualizado em 26 Jun. 2015 as 22h16. Brasília: Portal EBC, 20 Nov. 2012 as 13h35. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/cidadania/2012/11/mapa-dos-quilombos-a-geografia-da-resistencia>>.

SANTOS, Carlos Alexandre B. Plínio dos, 2015. As comunidades negras rurais nas ciências sociais no Brasil: de Nina Rodrigues à era dos programas de pós-graduação em antropologia. Anuário Antropológico, Brasília, UNB, 2015, v. 40, n. 1: 75-106. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/ojs311/index.php/anuarioantropologico/article/view/6750/6848>>. Acesso em 26 Jun. 2016.

SANTOS, Fabrício Lyrio dos, 2007. Aldeamentos jesuítas e política colonial na Bahia, século XVIII. Revista de História, São Paulo, n. 156, p. 107-128, jun. 2007. Disponível em: <<http://porta-revistas/revhistoria/article/view/19051>>. Acesso em: 04 jun. 2018.

SECOM – CAMAÇARI, 2017. Governo estadual. Comunidade quilombola preserva o cultivo de mandioca em Camaçari. Secretaria de Comunicação Social – Estado da Bahia: Camaçari Notícias, 29 jul 2017. Disponível em: <<http://portalabrantes.com/noticia/8772/Comunidade-quilombola-preserva-cultivo-de-mandioca-em-Camacari>>. Acesso em: 24 Abr. 2018.

SEPLAN, 2019. Territórios de identidade da Bahia. Secretária de Planejamento. Disponível em: <www.seplan.ba.gov.br>. Acesso 12 Ago. 2019.

_____, 2018. Territórios de Identidade. Disponível em: <<http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>>. Acesso em 29 Mai. 2018.

SETRE, 2018. Centros Públicos de Economia Solidária. Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. Governo da Bahia. Disponível em: <<http://www.setre.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=218>>. Acesso em 13 Abr. 2018

SILVEIRA, Rafael Rebouças, 12/072011. Cordoaria.wmv. Edição Rafael Rebouças Silveira. Trabalho realizado na disciplina de Comunicação e Comunidade na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia. Camaçari: Abrantes, 12 jul. 2011. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=4hP7AZp5GG8>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

SOUZA, Laura Oliveirri Carneiro de, 2012. Quilombos: identidade e história. 1 ed. Rio de Janeiro (RJ): Nova Fronteira, 2012.

TRATAMENTO DE EFLUENTES, 09/096/2010. Ciclo de efluentes: Camaçari. [09/09/2010]. Disponível em: <<http://fundamentosecologia.blogspot.com/2010/09/ciclo-do-efluente.html>>. Acesso em: 02 out. 2018.

UÍLSON, 07/01/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em 07 de Janeiro de 2018 por Sr. Uílson – conhecido como Sr. Nelsinho, morador da Cordoaria e com 76 anos de idade.

VICENTE, 07/01/2018. Entrevista concedida a pesquisadora em 07 de Janeiro de 2018 por r. Vicente dos Reis, morador com 57 anos de idade, nascido e criado na comunidade.

VIVIAN, 06/2018. Entrevista concedida a pesquisadora por Sra. Vivian – conhecida como Sra. Vivita, esposa do Sr. Jorge, e nora do Sr. André, nascida e criada na Comunidade do

Morcego, um dos agrupamentos étnicos da Comunidade Remanescente de Quilombo da Cordoaria.

XAVIER, Juarez Tadeu de Paula, 2009. Teorias Antropológicas. Curitiba, PR: IESDE, 2009. Disponível em: <<http://www2.videolivreria.com.br/pdfs/23939.pdf>>. Acesso 13 Ago. 2019.

APÊNDICES

APÊNDICE A – AUTORIZAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM PESQUISA ACADÊMICA DE Mestrado



Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Mestrado Profissional em História da África,
da Diáspora e dos Povos Indígenas



Autorização de participação em pesquisa acadêmica de Mestrado

Título do Projeto de Pesquisa: Estudos de Comunidade Remanescente de Quilombo

Pesquisadora: Lilian Soares da Silva (lilianbv@yahoo.com.br)

Orientadora: Profa. Dra. Rosy de Oliveira

Nome do participante: _____

1. Concordo em participar da pesquisa do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas, cujos detalhes e objetivos do projeto me foram explicados e são constantes no documento intitulado autorização de participação em pesquisa acadêmica de Mestrado.
2. É importante ressaltar que a participação nesta pesquisa é voluntária.
3. Entendo que após minha assinatura, a presente autorização será arquivada pelo pesquisador.
4. Compreendo e aceito que a minha participação envolverá uma entrevista, filmagem, gravação áudio-visual e áudio de situações cotidianas e ações diárias na e da comunidade, concordando que o pesquisador utilize os resultados provenientes da mesma em eventos, congressos, seminários, colóquios, apresentações de trabalho, projetos de pesquisa, eventos (acadêmicos, profissionais e publicitários), divulgação científica ou cultural, publicações de artigos ou materiais em revistas científicas, acadêmicas e publicitárias, além de outros relativos a temática.
5. Reconheço que:
 - (a) o presente projeto tem como propósito o avanço da pesquisa científica;
 - (c) fui informado que a confidencialidade das informações fornecidas serão salva guardadas, dentro das limitações da legislação vigente;
 - (d) fui informado que com a minha permissão, de entrevista, de filmagem, de gravação áudio-visual ou áudio será registrado em equipamentos, anotações e preenchimento de questionário, compreendendo que as gravações serão armazenadas pela pesquisadora e, posteriormente no Programa de Pós Graduação Stricto Sensu do Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), no qual o trabalho de conclusão do curso e/ou Dissertação estará disponível online;
 - (e) meu nome será substituído por um pseudônimo em quaisquer publicações derivadas deste projeto de pesquisa.

Eu autorizo a áudio-gravação e filmagem desta entrevista ou ações cotidianas sim não

Assinatura do participante: _____ Data: _____

APÊNDICE B – ENTREVISTA DEMOGRÁFICA E SOCIOECONÔMICA DA PESQUISA ACADÊMICA NO TRABALHO DE CAMPO

SOBRENOME: _____		
LOCAL DE NASCIMENTO: Cidade _____ Estado: _____		
SEXO: () Feminino () Masculino	IDADE: ____ anos	COR/RAÇA: _____
ESTADO CIVIL: () Solteira/o () Casada/o () Viúva/o () Divorciada/a () Amasiada/o		
FILHOS: () Sim () Não. Quantos: ____ (feminino) ____ (masculino) = TOTAL: _____		
ESCOLARIDADE: () 1º ao 5 ano (Ens. Fund I) () 6º ao 9 ano (Ens. Fund. II) () Colegial/Ens. Médio () Ens. Superior () Especialização () Pós Graduação () Analfabeto () Semianalfabeto		
COMPOSIÇÃO FAMILIAR: () Bisavô () Bisavô () Avó () Avó () Pai () Mãe () Tio () Tia () Primo () Prima Outros _____		
MORADIA: () Taipa () Alvenaria () Outra _____ CÔMODOS: _____		
QUARTO: () Sim () Não. Quantos: _____	BANHEIRO: () Sim () Não. Quantos: _____	
TELHADO COM FORO: () Sim () Não	LUZ: () Sim () Não	
ÁGUA ENCANADA: () Sim () Não	SANEAMENTO BÁSICO: () Sim () Não	
ROÇA: () Sim () Não LOCAL: () Quintal () Área própria particular () Área própria coletiva		
TRABALHA: () Sim () Não	ESTUDA: () Sim () Não	
PROFISSÃO: _____	CURSO/NÍVEL: _____	
RENDA INDIVIDUAL: () Nenhuma () R\$482,50 (½ salário mínimo) () R\$965,00 (1 salário mínimo) () R\$1.930,00 (2 salários mínimo) () R\$2.895,00 (3 salários mínimos) () R\$3.860,00 (acima de 4 salários mínimos)		
RENDA FAMILIAR: () Nenhuma () R\$482,50 (½ salário mínimo) () R\$965,00 (1 salário mínimo) () R\$1.930,00 (2 salários mínimo) () R\$2.895,00 (3 salários mínimos) () R\$3.860,00 (acima de 4 salários mínimos)		
PARTICIPA DE PROGRAMAS SOCIAIS: () Sim () Não.		
() Certificação	() Regularização fundiária	() PAC Funasa
() Luz para todos	() Água para todos	() Habitação rural
() Tarifa social	() Cisterna	Outro: _____
() Declaração de aptidão ao PRONAF - DAP	() Segurança alimentar e nutricional	() Aquisição de alimentos - PAA
() Assistência técnica e inclusão rural quilombola - ATER	() Selo Quilombos do Brasil	() Economia solidária
() Educação do campo	() Livro didático (PNLD)	() Dinheiro direto na escola (PDDE)
() Procampo	() Educação Quilombola	() Alimentação escolar (PNAE)
() Acesso ao Ens. Técnico e Emprego (PRONATEC)	() Bolsa família	() CadÚnico
() Saúde da família		() Saúde bucal
() Rádios comunitárias	() Documentação básica e registro civil	

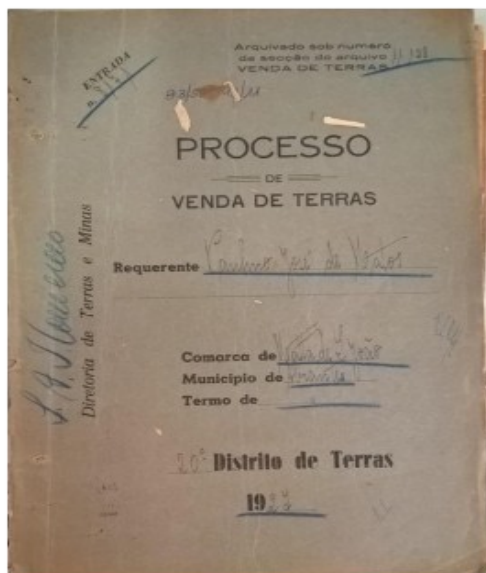
ASSINATURA/visão: _____ Data: _____ / _____ / 201__

ANEXOS

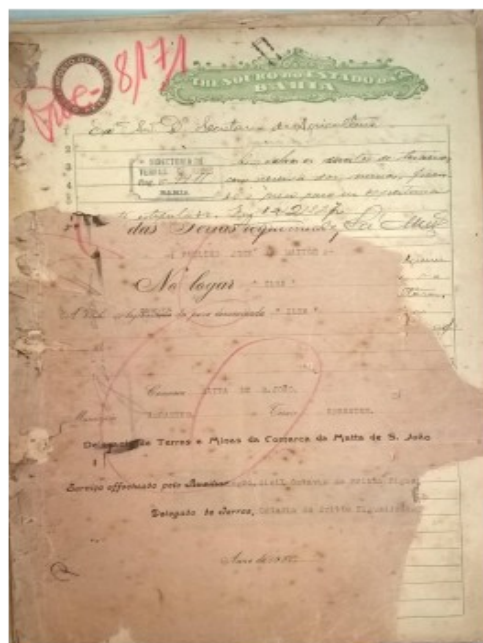
ANEXO A – PROCESSO DE TERRAS DO PROPRIETÁRIO PAULINO JOSÉ DE MATTOS (1927)



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MESTRADO PROFISSIONAL
MESTRADO EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS



LILIAN SOARES DA SILVA



Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós Graduação – Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas – História.

Orientadora: Profª Dra. Rosy de Oliveira

CACHOEIRA – BA
2019



LILIAN SOARES DA SILVA

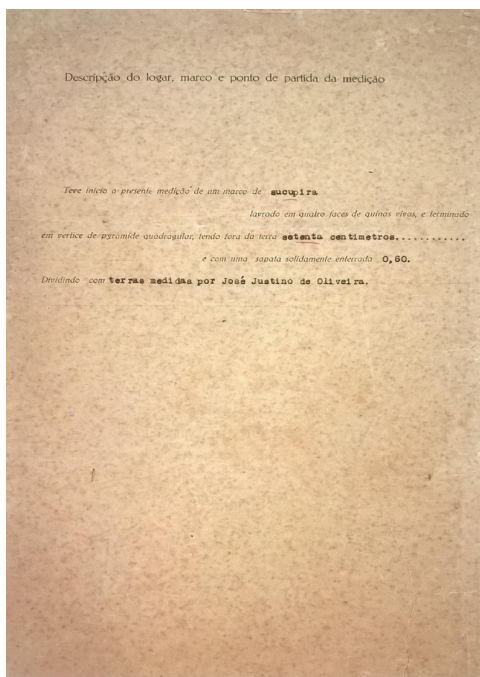
Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós Graduação – Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas – História.

Orientadora: Profa Dra. Rosy de Oliveira



CACHOEIRA – BA
 2019

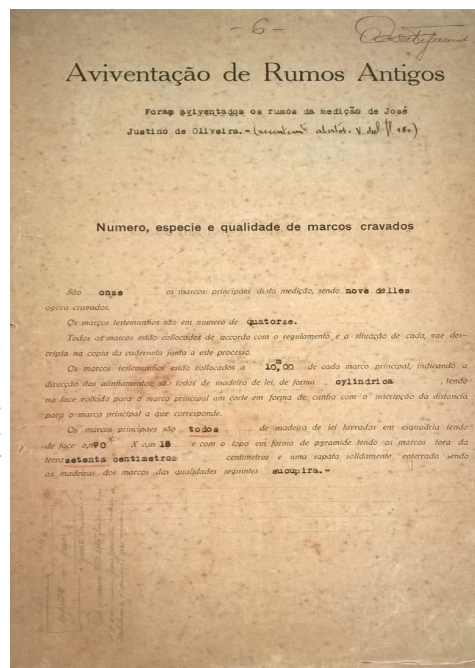
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
 CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MESTRADO PROFISSIONAL
 MESTRADO EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS



LILIAN SOARES DA SILVA

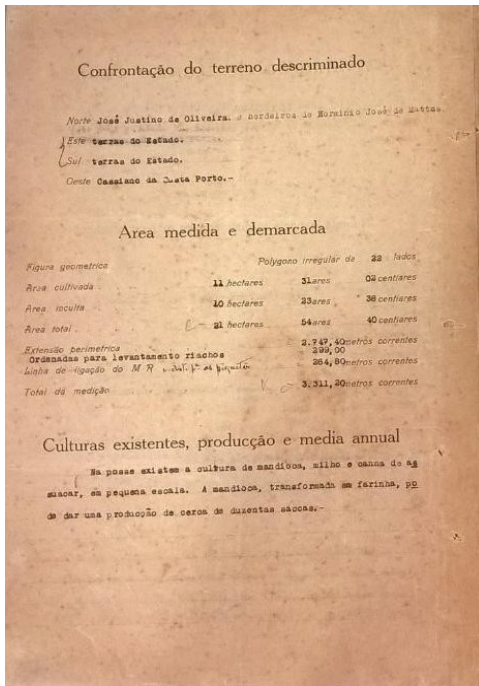
Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós Graduação – Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas – História.

Orientadora: Profa Dra. Rosy de Oliveira



CACHOEIRA – BA
 2019

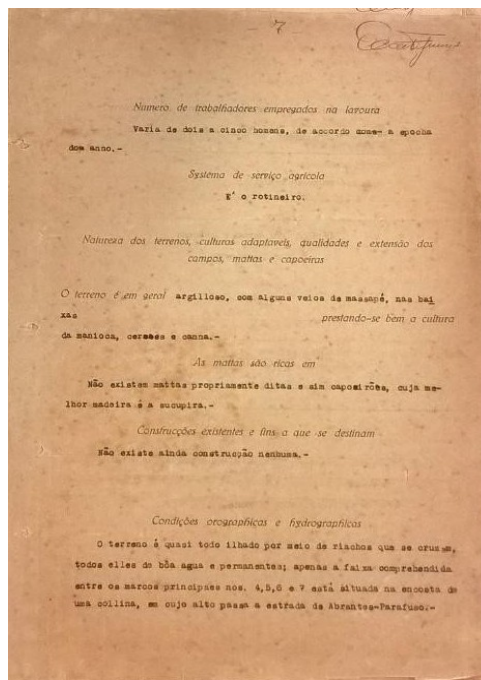
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
 CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MESTRADO PROFISSIONAL
 MESTRADO EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS



LILIAN SOARES DA SILVA

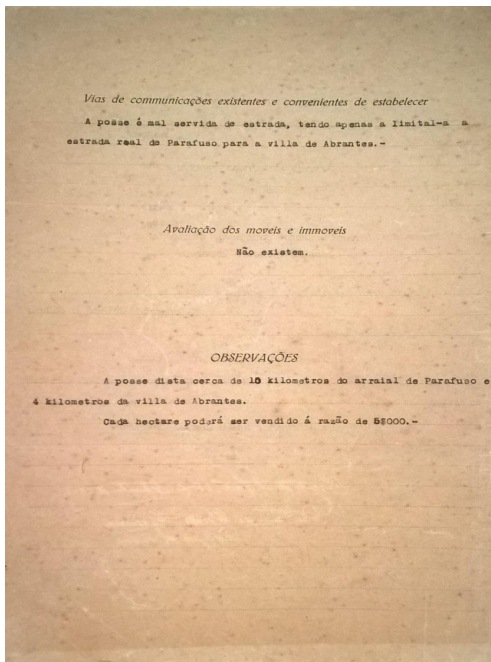
Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós Graduação – Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indigenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indigenas – História.

Orientadora: Profa Dra. Rosy de Oliveira





UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
 CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
 PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MESTRADO PROFISSIONAL
 MESTRADO EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS



LILIAN SOARES DA SILVA

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós Graduação – Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas – História.

Orientadora: Profa Dra. Rosy de Oliveira

Estações	DIREÇÕES		Azimutadas		TOPOGRAPHIA E OBSERVAÇÕES de interesse para referir-se ao terreno medido	DISTÂNCIAS	
	VALOR	ANGULO	VALOR	VALOR		Partes	Totais
MP	---	42°20' SE	--		Tere inicio a presente medição em um marco de encopira, encontrado na divisa com terras medidas e requerimento de José Justino de Oliveira; atravessando um brejo formado por um riacho, divisando com terras requeridas por Manuel de Jesus, até a estação A mediram-se...		45,00
Alt.	44,00				Desceito muito acentuado, com a declividade do riacho, que ficou servindo de divisa natural entre as duas posses, em opozita, até a estação B mediram-se.....		58,50
A	35° D	7°20' SE	7°20' SE		Da estação A visando-se B deu-se uma deflexão de 90°D e, medindo-se 20,00, encontrou-se a barra do riacho cortado pelo alinhamento anterior com o riacho Muricy, que é o ponto de divisa.		
B	28° E	35°20' SE	35°20' SE		Riacho a 25,00 a esquerda, medido sobre o prolongamento da bissectriz do angulo suplementar á de 72°20'; continuando a acompanhar o curso do riacho Muricy, até a estação C mediram-se.....		82,40
C	17°55' D	17°25' SE	17°25' SE		Em terreno embrejado, até encontrar um córrego, mediram-se.....	18,00	
D	70° D	52°35' SW	52°35' SW		Riacho Muricy a 30,00 á direita, até a estação D, em brejo, mediram-se.....	8,50	24,90
E	33° E	20°35' SW	20°35' SW		Continuando a acompanhar o curso do riacho, mediram-se.....	38,00	
					Riacho a 20,00 á direita, continuando, em opozita, até E mediram-se.....	47,40	82,40
					Riacho a 20,00; continuando ao anteriormente, mediram-se.....	60,00	
					A transportar.....	60,00	240,00

CACHOEIRA – BA
 2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ARTES, HUMANIDADES E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM MESTRADO PROFISSIONAL
MESTRADO EM HISTÓRIA DA ÁFRICA, DA DIÁSPORA E DOS POVOS INDÍGENAS

Estações	RUÍMOS			Azimutes			TOPOGRAPHIA E OBSERVAÇÕES De acordo com referências de marcos angulares	DISTÂNCIAS	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR		Parciais	Totais
							Transporte.....	50,00	50,00
							rischo a 40°00' à direita; prosseguindo, até à estação 2 med.	39,00	89,00
MP ₁	50°30' D	71°5' SW	71°5' SW				Na estação 2 foi fixado o MP ₁ de amago de suspiria; através um braço, até cortar o rischo limitado pela medirama, dividindo com o traço do Estado.....	46,00	
Alt.: -42,00	a.n.m.						prossiguindo, até ao MP ₂ med....	81,60	127,60
MP ₂	16° D	87°5' SW	87°5' SW				Marco de suspiria; em nível, terreno húmido, mediram-se.....	150,00	
Alt.: -42,00	a.n.m.						subindo, oposta, até ao MP ₃ med....	89,40	217,00
MP ₃	21°15' E	65°50' SW	65°50' SW				Marco de suspiria; subindo, oposta, até ao MP ₄ mediram-se....	403,00	403,00
Alt.: -80,00	a.n.m.						Marco de suspiria, cravado no lado direito da estrada real para a frente; divisa com terras pertencentes a Gasimiro da Costa Porto; acompanhando a estrada e cortando, até à estação 3 mediram-se....	0	44,00
Q	10°30' E	63°45' SW	63°45' SW				A estrada serve de divisa.		
							Acompanhando a estrada e cortando duas vezes, até à medirama....		56,60
H	32°30' D	28°15' W	28°15' W				Idem, idem, até ao MP ₅		59,40
MP ₅	97° D	68°45' W	68°45' W				Marco de suspiria; descendo fortemente, oposta, continuando a dividir com Gasimiro Porto, med....	100,00	
Alt.: -71,00	a.n.m.						Descendo suavemente, mediram-se	110,00	
							Descendo muito suavemente, terminado no subjeito ligeiramente, até ao MP ₆ mediram-se.....	226,60	506,60
MP ₆	33° E	35°45' W	35°45' W				Marco de suspiria; em terreno quebrado, até cortar o rischo Fonte das Pedras, que passa asar o limite natural com terras pertencentes a transportar.....	1.823,60	

LILIAN SOARES DA SILVA

Estações	RUÍMOS			Azimutes			TOPOGRAPHIA E OBSERVAÇÕES De acordo com referências de marcos angulares	DISTÂNCIAS	
	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR	VALOR		Parciais	Totais
							Transporte.....	1.823,60	
							De acordo com referências de marcos angulares, mediram-se....	23,00	
I	72° E	30°15' W	30°15' W				Em nível, terreno cultivado, acompanhando o curso do rischo, med. rischo a 80,00 à esquerda, no ponto em que recebe as águas de um pequeno córrego; continuando, med. rischo a 90,00 à esquerda; prosseguindo, até ao MP ₇ mediram-se....	85,00	41,00
							rischo a 5,00 à esquerda; prosseguindo, até ao MP ₈ mediram-se....	120,00	
MP ₇	38° D	1°45' E	1°45' E				Marco de suspiria; cravado a 3,00 de margem esquerda do rischo; em terreno cultivado, subindo ligeiramente, limitando-se pela picada, até ao MP ₉ mediram-se.....	37,40	247,60
Alt.: -50,00	a.n.m.								
MP ₉	10°20' D	12°55' E	12°55' E				Marco de suspiria; encontrado, mediram-se....		53,00
Alt.: -51,00	a.n.m.						divisa com herdades de R. J. de Mattos Descendo muito suavemente, dividindo com terras das herdades de Romário José de Mattos, até ao MP ₁₀ mediram-se.....		74,00
MP ₁₀	10°42' D	63°30' E	63°30' E						
Alt.: -52,00	a.n.m.								
MP ₁₁	0°0'	63°30' E	63°30' E				Marco cravado junto à margem esquerda do rischo Maracahyba, que serve de divisa natural com terras medidas por João Baptista de Oliveira; descendo muito suavemente, com a declividade do rischo, até cortar o, mediram-se.....	10,00	
Alt.: -50,00	a.n.m.						Acompanhando o curso do rischo, mediram-se.....	60,00	
							rischo a 16,00 à direita; prosseguindo, até ao MP ₁₂ mediram-se....	70,00	5.323,60

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós Graduação – Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas – História.

Orientadora: Profa Dra. Rosy de Oliveira



Diário Oficial

Prefeitura Municipal de Camaçari - Ano XV - Nº 859 de 30 de Janeiro de 2018 - Pagina: 01 de 02

Atos do Poder Executivo

LEI

**LEI Nº 1532/2018
DE 23 DE JANEIRO DE 2018**

Semana Municipal de Educação sobre Parto Humanizado" e dá outras providências .

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI, ESTADO DA BAHIA, no uso das suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica instituído em Camaçari a "Semana Municipal de Educação sobre Parto Humanizado", que será comemorado, anualmente, na primeira semana do mês de maio, sendo incluído no cronograma de atividades comemorativas, alusivas ao Dia das Mães.

Art. 2º - A data instituída constará do Calendário Oficial de Eventos do Município de Camaçari.

Art. 3º - Os objetivos da "Semana Municipal de Educação sobre Parto Humanizado", são:

I – desenvolver ações educativas com orientações para mulheres sobre parto humanizado e tudo o que envolve o tema;

II – facilitar o acesso à informação sobre parto humanizado;

III – promover atividades de conscientização sobre os riscos de se optar pela cesariana, e os perigos aos quais as parturientes e recém-nascidos estão expostos quanto a este tipo de parto;

IV – garantir através das ações propostas, que as mulheres reconheçam as condutas que humanizam e desumanizam a assistência ao parto, tornando-se capazes de modificar percepções para fortalecer o cuidado de si mesmas e seus bebês.

Art. 4º - As atividades pertinentes à "Semana Municipal de Educação sobre Parto Humanizado"

serão definidas e organizadas, ano a ano, por Comissão Organizadora.

Art. 5º - À Comissão Organizadora referida no artigo anterior desta lei compete:

I – a organização da "Semana Municipal de Educação sobre Parto Humanizado";

II – a definição das atividades a serem desenvolvidas durante a Semana;

III – a promoção de ações educativas sobre Parto Humanizado;

IV – a promoção de atividades de capacitação para os profissionais e demais servidores que venham a participar da Semana.

Art.6º - As atividades da "Semana Municipal de Educação sobre Parto Humanizado" poderão ser desenvolvidas de forma regionalizada.

Art. 7º Esta Lei será regulamentada pelo Executivo, no prazo de 60 (sessenta) dias a partir de sua publicação.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CAMAÇARI, EM 23 DE JANEIRO DE 2018.

ANTÔNIO ELINALDO ARAÚJO DA SILVA
PREFEITO

SEFAZ

SECRETARIA DA FAZENDA

RESOLUÇÃO Nº 565 / 2017

RETIFICADA

O **CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES**, nos autos do **RECURSO** de nº **548/2017** vinculado ao Auto de



Infração nº 03.054 / 2017 tendo como Contribuinte **CONCRETE LTDA**, DECIDIU, na Sessão Ordinária realizada no dia 19/12/2017, em Votação **UNÂNIME** dos seis Conselheiros que segue acostada aos autos deste Auto de Infração, **POR CONSIDERAR SANEADO O PROCESSO ADMINISTRATIVO E NO MÉRITO DECIDIR PELA PROCEDÊNCIA DO AUTO DE INFRAÇÃO Nº 03.054/2017.**

Camaçari, ____ de _____ de _____.

Sérgio Sílvia Santos Miranda
Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes
Cadastro: 60.678-7

**EXTRATOS DE CONTRATOS
E CONVÊNIOS**

REPUBLICADO POR INCORREÇÃO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 011/2017. CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CAMAÇARI. CONTRATADO: EMPRESA TELIX TELINFORMÁTICA E TRANSPORTES LTDA - EPP. DO OBJETO: Alterar a cláusula sexta do Contrato nº. 011/2017; **DO PRAZO:** Fica prorrogado por mais 12 (doze) meses, de modo que, a partir de 19 de janeiro de 2018, passará a vigor até 19 de janeiro de 2019; **DO PREÇO:** Ficam mantidas as condições negociais do pacto ora aditado, especialmente as disposições sobre o preço, no valor de R\$ 305.400,00 (trezentos e cinco mil e quatrocentos reais). As despesas da presente renovação contratual serão por conta da Atividade 2013, Elemento 33.90.39, Fonte 0100.000; **DA RATIFICAÇÃO:** Permanecem inalteradas e em pleno vigor, as demais cláusulas e disposições do Contrato originário não modificadas por este instrumento. **DA ASSINATURA:** 16/01/2018. ANTONIO ELINALDO ARAÚJO DA SILVA, MUNICÍPIO.

BRANCO



Diário Oficial

Publicação da SEGOV

Destinado à publicação dos atos dos poderes Executivo e Legislativo.
Todo o conteúdo impresso é da responsabilidade da Prefeitura e da Câmara Municipal de Camaçari.

Endereço: Rua Francisco Drumond, 5/N - Centro Administrativo
CEP 42960-600 - Camaçari - Bahia - Brasil -
Tel.: (71) 3821 6665 / 6000
Edições on-line: www.camacari.ba.gov.br

Antônio Elinaldo Araújo da Silva
Prefeito

Oziel dos Santos Araújo
Presidente da Câmara Municipal

Textos - Edição Eletrônica:
Coordenação da GEATO - SEGOV

ANEXO C - Quadro atual da política de regularização de territórios quilombolas no INCRA atualizado em 17/07/2015.



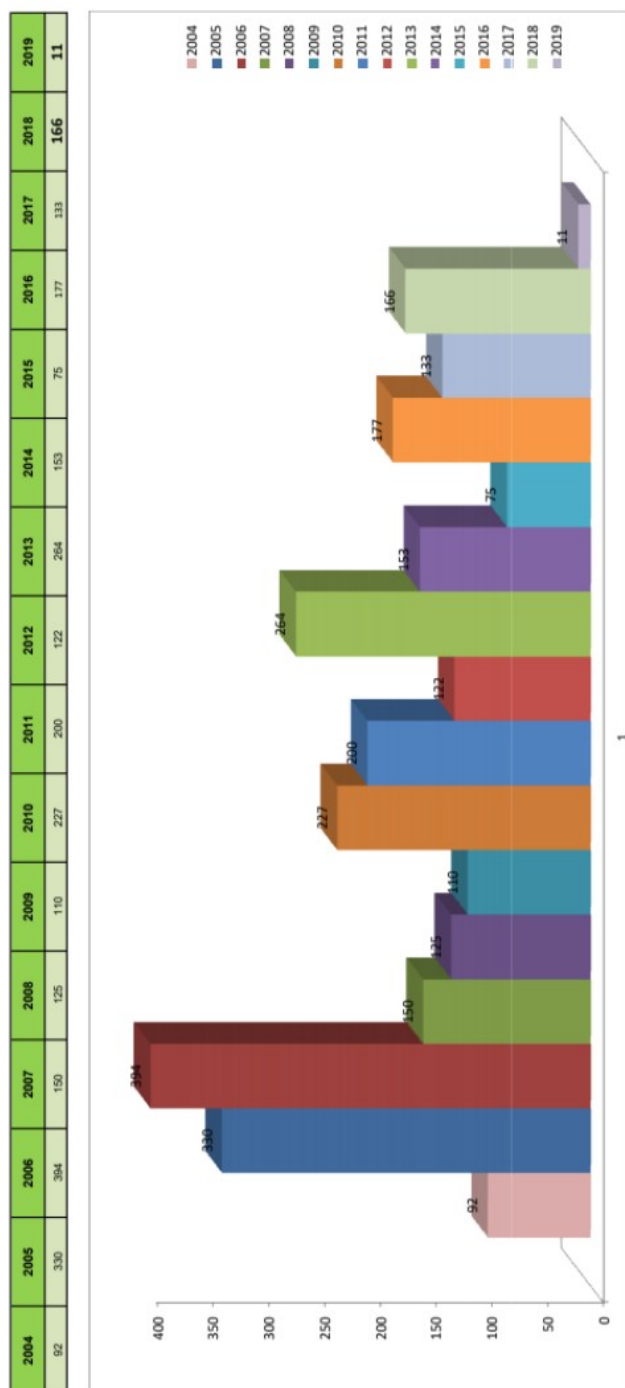
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
 INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
 DIRETORIA DE ORDENAMENTO DA ESTRUTURA FUNDIÁRIA
 COORDENAÇÃO GERAL DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS - DFQ

QUADRO ATUAL DA POLÍTICA DE REGULARIZAÇÃO DE TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS NO INCRA

<p>Processos Abertos</p> <p>Trata-se da abertura do processo administrativo no âmbito do INCRA, devidamente autuado, protocolado e numerado. O processo poderá ser iniciado de ofício pelo INCRA ou a requerimento de qualquer interessado, das entidades ou Associações representativas de quilombolas. Pode ser feito pela simples manifestação da vontade da parte, apresentada por escrito ou verbalmente, caso em que será reduzida a termo por representante do INCRA.</p> <p>Na atualidade existem 1.516 processos abertos em todas as Superintendências Regionais, à exceção de Roraima, Marabá-PA e Acre.</p>	<p>Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID</p> <p>É um relatório técnico produzido por uma equipe multidisciplinar do INCRA, criada por Ordem de Serviço. Sua finalidade é identificar e delimitar o território quilombola reivindicado pelos remanescentes das comunidades dos quilombos. O RTID aborda informações cartográficas, fundiárias, agronômicas, geográficas, socioeconômicas, históricas e antropológicas, obtidas em campo e junto a instituições públicas e privadas, sendo composto pelas seguintes peças: relatório antropológico, levantamento fundiário, planta e memorial descritivo do perímetro da área reivindicada pelas comunidades remanescentes de quilombo, bem como mapeamento e indicação dos imóveis e ocupações lideiros de todo o seu entorno, cadastramento das famílias remanescentes de comunidades de quilombos, levantamento detalhado de situações em que as áreas pleiteadas estejam sobrepostas a unidades de conservação constituintes, a áreas de segurança nacional, a áreas de faixa de fronteira, terras indígenas ou situadas em terrenos de marinha, em outras terras públicas arrecatadas pelo INCRA ou Secretaria do Patrimônio da União e em terras dos estados e municípios; parecer conclusivo. Após a sua conclusão, o mesmo deve ser aprovado pelo Comitê de Decisão Regional - CDR e ser publicado na forma de Edital, por duas vezes consecutivas nos Diários Oficiais da União e do Estado, assim como arquivado em mural da Prefeitura.</p> <p>Na atualidade existem 190 Editais de RTIDs publicados, totalizando 1.742.298,1937hectares em benefício de 24.966 famílias.</p>	<p>Portaria de Reconhecimento do Território</p> <p>Após a publicação do RTID decorre um prazo para o recebimento de eventuais contestações de interessados particulares ou outros órgãos governamentais. Caso haja contestações, estas serão analisadas e julgadas pelo CDR, ouvindo os setores técnicos e a Procuradoria Regional. Da decisão contrária, cabe recurso ao Conselho Diretor do INCRA. Se forem procedentes, o Edital publicado precisa ser retificado e republicado, caso contrário, o RTID é aprovado em definitivo. A partir daí, o Presidente do INCRA publica Portaria reconhecendo e declarando os limites do território quilombola. A Portaria de Reconhecimento do Território Quilombola é publicada no Diário Oficial da União e do Estado.</p> <p>Na atualidade, existem 100 Portarias publicadas, totalizando 386.508,3653 hectares reconhecidos em benefício de 10.198 famílias.</p>	<p>Decreto de Desapropriação por Interesse Social</p> <p>No caso do território se localizar em terras públicas, esta etapa é desnecessária. Em sendo terras da União, esta será titulada pelo INCRA ou pela SPU. Em sendo terras estaduais ou municipais, a titulação cabe ao respectivo ente da federação. Por outro lado, no caso da área quilombola estar localizada em terras de domínio particular é necessário que o Presidente da República edite um Decreto de Desapropriação por Interesse Social de todo o território. A partir daí, cada propriedade particular pertencente a não quilombola da área deverá ser avaliada por técnico do INCRA, após o que será aberto o respectivo procedimento judicial de desapropriação e indenização do(s) proprietário(s). A indenização se baseia em preço de mercado e ocorre em dinheiro, pagando-se o valor da terra nua e das benfeitorias para os títulos válidos e apenas das benfeitorias no caso de títulos inválidos ou área de domínio sem título correspondente.</p> <p>existem 73 Decretos publicados, desapropriando 555.276.8905 ha em benefício de 6.829 famílias.</p>	<p>Títulos Emitidos</p> <p>Na regularização fundiária de quilombo, esta é a última etapa do processo e ocorre após os procedimentos de desinstituição do território. O título é coletivo, pro-indiviso e em nome das associações que legalmente representam as comunidades quilombolas. Não há ônus financeiro para as comunidades e obriga-se a inserção de cláusula de inalienabilidade, imprescritibilidade e de impenhorabilidade no título, o qual deverá ser registrado no Serviço Registral da Comarca de localização do território. Devido às diferenças de normatização, alguns títulos emitidos antes de 2004, pela Fundação Cultural Palmares, ainda se encontram na fase de desinstituição.</p> <p>Na atualidade existem 190 títulos emitidos, regularizando 1.033.426,8975 hectares em benefício de 143 territórios, 233 comunidades e 15.171 famílias quilombolas, assim distribuídos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - De 1995 a 2002 foram expedidos 46 títulos regularizando 775.441,1723 hectares em benefício de 43 territórios, 91 comunidades e 6.778 famílias quilombolas. Estes títulos foram expedidos por: FCP (13), FCP/INTERBA/CDA-BA (2), INCRA (7), ITERPA (16), ITERMA (4), ITESP (3) e SEHAF-RJ (1). Destes, 2 títulos do ITERPA foram expedidos a partir de parceria (técnica e/ou financeira) com o INCRA/MDA. - De 2003 a 2010 foram expedidos 75 títulos regularizando 212.614,8680 hectares em benefício de 66 territórios, 99 comunidades e 5.147 famílias quilombolas. Estes títulos foram expedidos por: INCRA (15), INTERP/INCRA (5), SPU (2), ITERPA (30), ITERMA (19), ITESP (3) e IDATERRA-MS (1). Destes, 16 títulos do ITERPA e 14 do ITERMA foram expedidos a partir de parceria (técnica e/ou financeira) com o INCRA/MDA. - De 2011 a 2015 foram expedidos 69 títulos regularizando 45.406,8572 hectares em benefício de 34 territórios, 43 comunidades e 3.246 famílias quilombolas. Estes títulos foram expedidos por: INCRA (43), CDA-BA (10), ITERJ (1), ITERMA (12) e ITERPA (2).
---	---	---	---	--

Atualizado em 15/07/2015 Fonte: INCRA-DFQ Autorizada a reprodução, desde que citada a fonte.

ANEXO E – Quadro comparativo anual de certificações – certidões expedidas com dados atualizados até a Portaria nº 34 de 18/02/2019.¹⁵⁹



159 Nos dados apresentados, é possível constatar que nos anos de 2005 e 2006 foram os períodos com maior quantidade de certificações pela Fundação Cultural Palmares (FCP), sendo respectivamente, 330 comunidades em 2005 e 394 em 2006, ano em que se detêm a Certidão pela Comunidade Remanescente de Cordoaria no estado da Bahia Disponível em: <<http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/qcac-fev-2019.pdf>>. Acesso em 13 Mar. 2019.

ANEXO G – Teses de Doutorado e Dissertação de Mestrado nas universidades brasileiras de 1988 a 10 de Outubro de 2018

ANO	Teses (Doutorado)	Dissertações (Mestrado)	GRANDE ÁREA DE CONHECIMENTO	ÁREA DE CONHECIMENTO	QTD.	TOTAL
1988	-	1	Ciências Agrárias	Agronomia	1	1
1991	-	1	Engenharias	Engenharia Civil	1	1
1992	-	2	Ciências Humanas	História	2	2
1993	-	1	Engenharias	Engenharia Civil	1	1
1994	1	-	Ciências Biológicas	Biofísica	1	1
1995	1	-	Engenharias	Engenharia Civil	2	2
	-	1	Ciências Humanas	Educação		
1996	-	2	Ciências Humanas	História	2	2
				Educação		
1997	-	1	Ciências Humanas	Educação	1	1
1998	1	-	Ciências Biológicas	Morfologia	1	6
	-	5	Linguística, Letras e Artes	Letras	1	
			Ciências Humanas	História	1	
				Geografia	1	
				Sociologia	2	
1999	-	3	Ciências Biológicas	Ecologia	1	3
			Ciências Humanas	História	1	
				Sociologia	1	
2000	2	-	Ciências Humanas	Ciências Sociais	1	8
			Ciências Biológicas	Ciência e Tecnologia de Alimentos	1	
	-	6	Ciências Biológicas	Biologia animal	1	
				Biologia vegetal	1	
				Biologia molecular	1	
	-	-	Ciências Humanas	Antropologia	1	
				História	1	
	-	-	-	Ciências Sociais Aplicadas	Comunicação	

2001	3	-	Ciências Humanas	Antropologia	1	11	
				História	1		
	-	8	Ciências Sociais Aplicadas	Comunicação	1		
				Ciências Humanas	História		2
					Educação		1
					Geografia		1
					Psicologia		1
Ciências Agrárias	Zootecnia	1					
Ciências Sociais Aplicada	Serviço Social	1					
Multidisciplinar	Planejamento e desenvolvimento	1					
2002	2	-	Ciência Social	Antropologia	1	7	
				Ciências Biológicas	Zoologia		1
	-	5	Ciências Humanas	História			
				Sociologia			
			Ciências Agrárias	Agronomia	1		
			Ciências da Saúde	Saúde coletiva	1		
Engenharias	Engenharia Civil	1					
2003	5	-	Ciências Humanas	Antropologia / Arqueologia	1	16	
				Educação	1		
				Geografia	1		
			Ciências Biológicas	Genética	1		
			Ciências Exatas da Terra	Geociências	1		
	-	10	Ciências Humanas (5)	Antropologia	1		
				Educação	1		
				Geografia	1		
				História	1		
				Teologia	1		
Ciências Biológicas	Genética	2					
Linguística, Letras e Artes	Letras	2					

			Ciências da Saúde	Nutrição	1	
			Multidisciplinar	Desenvolvimento sustentável	1	
2004	1	-	Ciências Humanas	Psicologia	1	5
	-	4	Ciências Humanas (5)	História	2	
				Antropologia	1	
				Geografia	1	
2005	3	-	Ciências Humanas (3)	História	1	21
				Educação	1	
				Sociologia	1	
	-	18	Ciências Humanas (9)	História	4	
				Sociologia	2	
				Antropologia	1	
				Educação	1	
				Geografia	1	
			Ciências Sociais Aplicadas (3)	Comunicação	2	
				Direito	1	
	Linguística, Letras e Artes (2)	Estudos literários	1			
		Letras	1			
	Ciências Biológicas	Biologia animal	1			
Multidisciplinar (3)	Desenvolvimento e meio ambiente					
	Desenvolvimento					
2006	5	-	Ciências Sociais Aplicadas (3)	Comunicação	2	21
				Planejamento urbano e regional	1	
			Ciências Biológicas	Ecologia	1	
	Ciências Humanas	Sociologia	1			
	-	16	Ciências Humanas (11)	Antropologia	3	
				Educação	3	
				Geografia	2	
				História	1	
				Psicologia	1	

			Linguística, Letras e Artes (2)	Letras	1	
				Linguística	1	
			Ciências Agrárias	Agroecologia	1	
			Ciências Sociais Aplicadas	Arquitetura e urbanismo	1	
			Multidisciplinar	Desenvolvimento e meio ambiente	1	
2007	5	22	Ciências Humanas (3)	Antropologia / Arqueologia	1	27
				Sociologia	2	
			Ciências Biológicas (2)	Genética	1	
				Imunologia	1	
			Ciências Humanas (14)	Educação	5	
				História	5	
				Antropologia	2	
				Geografia	1	
			Multidisciplinar (5)	Sociologia	1	
				Desenvolvimento local	1	
				Desenvolvimento rural	1	
				Desenvolvimento social	1	
				Desenvolvimento sustentável	1	
			Ciências Sociais Aplicada (2)	Sociologia e Direito	1	
Serviço Social	1					
Linguística, Letras e Artes	Comunicação	1				
	Letras	1				
2008	-	35	Ciências Humanas (20)	Educação	8	35
				Antropologia	6	
				Sociologia	4	
				Arqueologia	1	

				Geografia	1		
			Ciências Sociais Aplicada (6)	Direito	3		
				Arquitetura e Urbanismo	1		
				Planejamento urbano e regional	1		
				Serviço Social	1		
				Ciências Agrárias (3)	Extensão rural	2	
			Agronomia		1		
			Multidisciplinar (3)	Meio Ambiente e Agrarias	2		
				Sociais e Humanidades	1		
			Ciências Biológicas (2)	Biologia animal	1		
				Genética e biologia molecular	1		
2009	5	-	Ciências Humanas (2)	Educação	1	43	
				Sociologia	1		
			Ciências Agrárias	Medicina Veterinária	1		
			Ciências Biológicas	Zoologia	1		
		-	37	Multidisciplinar	Ecologia aplicada		1
	Ciências Humanas (17)			Educação	7		
				Sociologia	4		
				Antropologia	2		
				Geografia	2		
				Ensino profissionalizante	1		
	Multidisciplinar (12)			Meio Ambiente e Agrárias	7		
				Sociais e Humanidades	4		
				Saúde e Biológicas	1		
Ciências Agrárias	Extensão rural e	2					

			(4)	desenvolvimento local			
				Agroecossistemas	1		
			Ciências Biológicas (2)	Extensão rural	1		
				Botânica	1		
			Ciências Sociais Aplicada (2)	Genética	1		
				Planejamento urbano regional	1		
				Serviço Social	1		
2010	4	-	Ciências Humanas (3)	Educação	2		40
				Sociologia	1		
			Ciências Biológicas	Genética	1		
	-	33	Ciências Humanas (17)	Antropologia	5		
				Educação	4		
				História	4		
				Geografia	2		
				Sociologia	2		
			Ciências Sociais Aplicadas (5)	Direito	2		
				Administração	1		
				Comunicação	1		
				Serviço Social	1		
			Multidisciplinar (5)	Desenho, cultura e interatividade	1		
				Desenvolvimento local	1		
				Desenvolvimento sustentável	1		
				Estudos comparados sobre as Américas	1		
				Políticas públicas e formação humana	1		
Ciências Biológicas (2)	Ecologia e meio ambiente	2					
Linguística, Letras e	Estudo de	1					

			Artes (2)	linguagens			
				Letras e linguística	1		
2011	8	-	Ciências Humanas (4)	Educação	2	50	
				Antropologia / Arqueologia	1		
				História	1		
			Ciências da Saúde (2)	Enfermagem	1		
				Medicina	1		
			Ciências Agrárias	Agronomia	1		
			Ciências Biológicas	Botânica	1		
		42	Ciências Humanas (28)	Educação	9		
				Geografia	7		
				Sociologia	7		
				História	4		
				Antropologia	1		
				Ciências a Ambientais			1
					Direito ambiental e Políticas Públicas		1
2011			Multidisciplinar (5)	Saúde e Ambiente	1		
				Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia	1		
				Sociologia e Direito	1		
			Ciências Agrárias (2)	Medicina veterinária	1		
				Engenharia agrícola	1		
			Ciências Exatas e da Terra (2)	Geociências e Geoquímica	2		
			Ciências Sociais Aplicadas	Direito	1		
				Serviço Social	1		

			(2)				
2012	14		Ciências Humanas (11)	Antropologia	4	59	
				Sociologia	3		
				Educação	2		
				Geografia	1		
				Psicologia	1		
			Ciências Biológicas	Ecologia e Meio Ambiente	1		
			Linguística, Letras e Artes	Linguística	1		
	Multidisciplinar	Ecologia aplicada	1				
	2012	43		Ciências Humanas (26)	Educação		8
					Geografia		5
					Antropologia		4
					História		4
					Sociologia		4
				Multidisciplinar (6)	Desenvolvimento rural		2
Desenvolvimento social					1		
Agroecossistemas					1		
Meio ambiente e desenvolvimento					1		
Sociedade, cultura e fronteiras					1		
Ciências da Saúde (3)				Medicina	2		
				Saúde coletiva	1		
Ciências Sociais Aplicadas (3)				Comunicação	1		
	Direito	1					
	Serviço Social	1					
Ciências Agrárias (2)	Agronomia – solos e nutrição de plantas	1					
	Extensão rural						

2013	20	-	Ciências Humanas (10)	Educação	4	82
				Antropologia	2	
				Sociologia	2	
				Geografia	1	
				História	1	
			Ciências da Saúde (4)	Saúde pública	2	
				Enfermagem	1	
				Odontologia	1	
			Ciências Agrárias	Medicina veterinária	1	
				Recursos florestais e engenharia vegetal	1	
	Linguística, Letras e Artes (2)	Linguística	1			
		Letras	1			
	-	62	Ciências Humanas (27)	Antropologia	6	
				Educação	6	
				Geografia	5	
				História	4	
				Sociologia	2	
			Multidisciplinar (11)	Saúde e Biológicas	4	
				Sociais e Humanidades	4	
				Ciências Ambientais	1	
Ensino de Ciências e Matemática				1		
Meio Ambiente e Agrárias				1		
Ciências Sociais Aplicadas (8)			Planejamento urbano e regional	2		
			Administração	1		
			Arquitetura e	1		

				Urbanismo		
				Desenho industrial	1	
				Economia	1	
			Ciências da Saúde (6)	Saúde coletiva	3	
				Enfermagem	1	
				Nutrição	1	
				Saúde materno infantil	1	
			Ciências Agrárias (3)	Produção vegetal	2	
				Manejo e conservação do solo e da água	1	
2014	31	-	Ciências Humanas (9)	Educação	3	120
				Antropologia	2	
				História	2	
				Geografia	1	
				Sociologia	1	
			Multidisciplinar (7)	Ciências Ambientais	5	
				Saúde e Biológicas	1	
				Sociais e Humanidades	1	
			Ciências da Saúde (6)	Saúde pública	4	
				Doenças infecciosas e parasitárias	2	
			Linguística, Letras e Artes (5)	Estudos literários	1	
				Linguagens e Cultura	1	
				Linguística	1	
				Semiótica e Linguística geral	1	
				Teoria da literatura	1	

		89	Ciências Biológicas (3)	Ecologia	1
				Genética	1
				Zoologia	1
			Ciências Humanas (42)	Sociologia	11
				Educação	9
				História	7
				Antropologia	6
				Geografia	4
			Multidisciplinar (17)	Desenvolvimento e Gestão Social	2
				Cultura e Sociedade	1
				Desenho e Cultura	1
				Desenvolvimento Sustentável	1
				Ecologia humana e Gestão Social	1
			Ciências Sociais Aplicadas (11)	Direito	3
				Planejamento urbano e regional	3
				Comunicação	2
				Desenho industrial	1
				Direito Público	1
			Linguística, Letras e Artes (6)	Cultura, Educação e Linguagem	1
				Linguagens, práticas e contextos	1
Linguística histórica	1				
	Literatura e práticas sociais	1			
	Semiótica e Linguística geral	1			

			Ciências Agrárias (5)	Extensão rural	2			
				Instituições Sociais e desenvolvimento	1			
				Manejo do solo e qualidade ambiental	1			
				Manejo e conservação do solo e da água	1			
2015	31		Ciências Humanas (18)	Educação	5	136		
				Antropologia	4			
				Sociologia	4			
				Geografia	2			
				História	2			
2015					Ciências Agrárias (4)		Horticultura	1
							Planejamento e desenvolvimento rural e sustentável	1
							Produção vegetal	1
							Uso e manejo do solo e da água	1
2015					Ciências da Saúde (3)		Medicina	2
	Enfermagem	1						
2015		97	Ciências Biológicas (2)	Ecologia	2			
				Linguística, Letras e Artes (2)	Estudos da linguagem	1		
			Processos de recontextualização		1			
			Ciências Humanas (56)		Educação	16		
				Geografia	10			
Sociologia	8							
Antropologia	7							
				História	6			

			Multidisciplinar (23)	Sociais e Humanidades	10	
				Saúde e Biológicas	5	
				Ciências Ambientais	4	
				Ensino de Ciências e Matemática	3	
				Meio ambiente e agrárias	1	
		Ciências Sociais Aplicadas (11)	Planejamento urbano e regional	3		
			Serviço Social	3		
			Direito	2		
			Administração	1		
			Arquitetura e Urbanismo	1		
		Ciências Agrárias (5)	Agronomia	1		
			Ciência do solo	1		
			Conservação da natureza	1		
			Extensão rural	1		
			Recursos florestais e Engenharia Florestal	1		
		Ciências da Saúde (4)	Gênero, cuidado e Administração em Saúde	2		
			Cuidado, educação e trabalho em Enfermagem e saúde	1		
			Saúde e Enfermagem	1		
2016				Sociologia	8	

34	105	Ciências Humanas (21)	Educação	5	162
			Antropologia	3	
			Geografia	3	
			História	1	
		Ciências Agrárias (4)	Horticultura	1	
			Planejamento e desenvolvimento rural sustentável	1	
			Produção vegetal	1	
			Uso e manejo do solo e da água	1	
		Ciências da Saúde (3)	Medicina	2	
			Enfermagem	1	
		Ciências Biológicas (2)	Ecologia	2	
		Linguística, Letras e Artes (2)	Estudos da linguagem	1	
			Processos e recontextualização	1	
		Ciências Humanas (56)	Educação	16	
			Geografia	10	
			Sociologia	8	
			Antropologia	7	
			História	6	
		Multidisciplinar (23)	Sociais e Humanidades	10	
			Saúde e Biológicas	5	
			Ciências Ambientais	4	
			Ensino de Ciências e Matemática	3	
			Meio Ambiente e Agrárias	1	
Ciências Sociais	Planejamento	3			

			Aplicadas (11)	urbano e regional		
				Serviço Social	3	
				Direito	2	
				Administração	1	
				Arquitetura e Urbanismo	1	
		Ciências Agrárias (5)		Agronomia	1	
				Ciência do solo	1	
				Conservação da natureza	1	
				Extensão rural	1	
				Recursos florestais e Engenharia Florestal	1	
		Ciências da Saúde (4)		Gênero, cuidado e Administração em Saúde	2	
			Cuidado, educação e trabalho em Enfermagem e saúde	1		
			Saúde e Enfermagem	1		
2017	31		Ciências Humanas (21)	Sociologia	8	138
				Educação	5	
				Antropologia	3	
				Geografia	3	
				História	1	
			Ciências da Saúde (4)	Anatomia patológica e Patologia clínica	1	
				Enfermagem	1	
				Farmácia	1	
				Saúde coletiva	1	
Multidisciplinar	Ciências	1				

				Ambientais	
			(4)	Ensino de Ciências e Matemática	1
				Meio Ambiente e Agrárias	1
				Sociais e Humanidades	1
			Ciências Agrárias (2)	Agronomia	1
				Fitotecnia	1
			Ciências Biológicas (2)	Ecologia	1
				Genética	1
		107	Ciências Humanas (45)	Educação	12
				Geografia	11
				Antropologia	9
				História	5
				Sociologia	3
			Multidisciplinar (27)	Sociais e Humanidades	13
				Meio Ambiente e Agrárias	9
				Ciências Ambientais	3
				Ensino	2
			Ciências da Saúde (9)	Saúde coletiva	4
				Doenças infecciosas e parasitárias	1
				Enfermagem	1
				Medicina	1
				Odontologia	1
			Ciências Sociais Aplicadas (8)	Direito	3
				Arquitetura e Urbanismo	2
				Direito Civil e Processual	1

				Direito Público	1					
				Serviço Social	1					
			Linguística, Letras e Artes (8)	Letras	4					
				Artes	2					
				Dança	1					
				Teoria literária	1					
22018	8			Antropologia	1					
				Filosofia	1					
				Geografia	1					
			Engenharias	Engenharia da produção	1					
			Multidisciplinar	Sociais e Humanidades	1					
	32		Ciências Humanas (15)	Educação	10					
				Antropologia	3					
				Geografia Regional	1					
				Teologia	1					
			Multidisciplinar (6)	Sociais e Humanidades	3					
				Meio Ambiente e Agrárias	2					
				Ensino de Ciências e Matemática	1					
			Ciências Biológicas (3)	Microbiologia	3					
			Ciências Sociais Aplicadas (3)	Administração Pública	1					
				Comunicação	1					
				Direito Público	1					
			Ciências da Saúde (2)	Medicina	1					
				Saúde coletiva	1					
			TOTAL	222 Teses de Doutorado	782 Dissertações de Mestrado		1004 trabalhos acadêmicos com a temática de Quilombo defendidas no Brasil entre o período de 01 Janeiro de 1988 à 01 de Outubro de 2018.			